

Índice

Apresentação.....	5
1 – Dados Gerais Sobre a Unidade Jurisdicionada.....	6
1.1 – Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional.....	6
2 – Objetivos e Metas.....	18
2.1 – Identificação dos Programas.....	18
2.2 – Descrição dos Programas e das Ações.....	18
2.2.1 – Programa Abastecimento Agroalimentar.....	18
2.2.2 – Programa Finalístico do MAPA – Gestão da Política Agropecuária.....	22
2.2.3 – Programa Operações Especiais.....	22
2.3 – Indicadores Utilizados para Avaliar o Desempenho do Programa.....	23
2.4 – Metas Físicas e Financeiras.....	23
3 – Indicadores ou Parâmetros de Gestão.....	26
3.1 – Indicadores Relevantes.....	26
3.1.1 – Balanço Social.....	26
3.1.2 – Indicadores Econômico-Financeiros.....	26
a) Quocientes de Liquidez.....	26
b) Indicadores de Endividamento e Estrutura.....	26
c) Indicadores de Atividade e de Rentabilidade.....	27
3.1.3 – Indicadores Vinculados ao PPA.....	28
3.1.4 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico.....	29
4 – Análise do Resultado Alcançado.....	37
4.1 – Execução dos Programas/Ações Orçamentárias.....	37
4.1.1 - Ações do Programa Abastecimento Agroalimentar.....	37
4.1.1.1 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	37
4.1.1.2 -Conclusão da Obra da UA de Uberlândia-MG.....	41
4.1.1.3 – Aquisição de Produtos para Comercialização.....	41
4.1.1.4 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	43
4.1.1.5–capacitação de mão-de-obra do setor armazenador.....	46
4.1.1.6 – Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares.....	47
4.1.1.7 – Formação de Estoques Públicos.....	50
4.1.1.7.1 – Preços Mínimos.....	50
4.1.1.7.2 – Aquisições de Produtos Agrícolas.....	56
4.1.1.7.3 – Movimentação dos Estoques Públicos.....	58
4.1.1.7.4 – Comercialização.....	59
a) Vendas.....	59
b) Programa Vendas em Balcão.....	60
c) Subvenção à Comercialização-Valor de Escoamento do Produto-VEP.....	61
d) Posição dos Estoques Públicos.....	62
4.1.1.8 – Operacionalização da Comercialização de Produtos.....	66
4.1.1.9 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	66
4.1.1.10 – Publicidade de Utilidade Pública.....	67
4.1.1.11 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento.....	68
4.1.1.12 – Gestão e Administração do Programa.....	68
4.1.1.12.1 – Gestão de Pessoas.....	69
4.1.1.12.2 – Quadro de Pessoal.....	69
4.1.1.12.3 – Serviço de Apoio à Educação.....	73
4.1.1.12.4 – Gastos com Remuneração/Manutenção.....	74
4.1.1.12.5 – Benefícios Complementares.....	76
4.1.1.12.6 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	77
4.1.1.12.7 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados....	78
4.1.1.12.8 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (PAT).....	79
4.1.1.12.9 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	80
4.1.1.13 – Contribuição à Previdência Privada.....	81

4.1.2 - Ações do Programa Gestão da Política Agropecuária.....	83
4.1.2.1 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em processo de Qualificação e Requalificação.....	83
4.1.2.2 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	85
4.1.3 - Ações do Programa Operações Especiais	89
4.1.3.1 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	89
4.1.3.2 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresa Pública	90
4.1.3.3 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	90
4.1.3.4 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.....	91
4.2 – Indicadores ou Parâmetros Utilizados na Análise	91
4.2.1 – Balanço Social	91
4.2.2 – Indicadores Econômico-Financeiros	93
a) Quocientes de Liquidez	93
b) Quociente de Endividamento e Estrutura	93
c) Rentabilidade (Resultados)	94
4.2.3 – Indicadores Vinculados ao PPA.....	95
4.2.4 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico.....	97
5 – Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas.....	101
5.1 – Aspectos Orçamentários/financeiros e Institucionais	101
5.2 – Principais Bancos de Dados	102
6 – Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios)	106
6.1 – Convênios.....	106
6.1.1 – Elaboração da Estimativa da Produção do Café.....	106
6.1.2 – Distribuição de Alimentos - MDS.....	108
a) Convênio Simplificado.....	108
b) Convênio Celebrado com o MDS.....	111
6.1.3 - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	113
6.1.3.1 – Convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS...	114
a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.....	115
b) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CAEAF (CPR-Doação).....	115
6.1.4 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-MDA (CPR-Estoque).....	118
a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.....	119
b) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPF-Estoque).....	120
6.1.5 – Remoção de Sementes de Milho e Feijão.....	121
6.1.6 – Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos.....	122
6.1.7 – Conferência Internacional de Proteção de Produtos Armazenados.....	123
6.1.8 – Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural.....	124
6.1.9 – Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional.....	125
6.1.10 – Projeto Comercialização, Cooperativismo e Associativismo.....	128
6.2 – Transferências para o PNUD.....	128
7 – Controle das Entidades de Previdência Privada Patrocinadas.....	130
7.1 – Identificação da Entidade.....	130
7.2 – Demonstrativo Anual	130
7.2.1 – Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes.....	130
7.2.2 – Valor Total das Contribuições Pagas Pelos Empregados participantes.....	130
7.2.3 – Valor Total das Contribuições Pagas Pela Patrocinadora a Conab.....	130
7.2.4 – Valor Total de Outros Recursos Repassados Pela Patrocinadora Conab.....	130
7.2.5 – Discriminação ou Motivo de Repasse de Recursos que não Sejam Contribuições.....	131
7.2.6 – Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal.....	131
7.2.7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.....	131
7.2.8 – Parecer da Auditoria Independente.....	131
8 – Outras Ações.....	132
8.1 – Programa de Revitalização da Conab.....	132
8.1.1 – Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia.....	132

8.1.2 – Modernização da Tecnologia da Informação da Conab.....	133
8.1.3 – Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras).....	136
8.1.4 – Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientavelmente Sustentáveis.....	137
8.1.4.1 – Atividades Desenvolvidas em 2006.....	138
8.1.4.2 – Avaliação e Perspectivas.....	140
8.1.5 – Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar.....	141
8.2 – Participação na Execução do Fome Zero.....	142
8.3 – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT.....	144
8.4 – Cobranças	145
8.5– Subvenção à Comercialização.....	146
8.5.1 – Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.....	146
8.5.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO.....	147
8.5.3 – Prêmio de Equalização da Soja-PESOJA.....	148
8.5.4 – Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP.....	149
a) Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP.....	149
b) Contrato Privado de Opção de Venda.....	149
8.6 – Projeto Biodiesel.....	152
8.7– Projeto SIGABrasil.....	152
8.8 – Levantamento da Prod. Brasileira de Cana-de-Açúcar	154
9 – Gestão Orçamentária.....	158
9.1 – Balanço Orçamentário	158
9.2 – Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	161
9.2.1 – Resultado Comparado.....	161
9.2.2 – Resultado por Atividades.....	162
9.3 – Despesas Comerciais e Administrativas.....	162
9.4 – Resultado das Superintendências Regionais.....	165
9.4.1 – Demonstração do Resultado, por Sureds, UA-Brasília e Matriz.....	165
9.4.2 – Receitas de Venda e Serviços.....	165
9.4.3 – Receitas Líquidas.....	165
9.4.4 – Custos e Despesas Operacionais.....	165
9.4.5 – Receitas Operacionais Diversas.....	166
9.4.6 - Resultado Não-Operacional.....	166
9.4.7 - Resultado Econômico.....	166
9.4.8 - Relação Receita Total / Despesa Total	167
10 – Gestão Patrimonial.....	169
10.1 – Análise do Balanço Patrimonial	169
a) Ativo	169
b) Passivo	170
c) Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	172
d) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	173
10.2 – Demonstração do Valor Adicionado.....	174
10.3 – Alienação de Bens Imóveis.....	174
11 – Demais Informações Gerais e Específicas – Anexo II da DN/TCU nº 81/2006.....	176
11.1 – Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	176
11.2 – Resultados do acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal.....	176
11.3 – Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito corporativo.....	176
11.4 – Informações Admissões/ Desligamento.....	176
11.5 – Providências para cumprimento às Determinações do TCU.....	177
11.6 – Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais.....	178
11.7 – Demonstrativo relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados.....	178

11.8 – Demonstrativo Relativos a Perdas, Extravios ou outras irregularidades.....	178
11.9 – Demonstrativo da Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	179
12 – Informações Complementares-Norma de Execução CGU.....	181
a) - Recomendações dos órgãos do sistema de controle interno	181
b) - Apuração de denúncias recebidas	181
c) - Recursos Humanos	181
d) – Diárias	184
12.1 - informações sobre as unidades gestoras.....	184
12.2 – Referências Adicionais.....	184
13 – Glossário.....	193
Anexos	

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ao Tribunal de Contas da União -TCU, relativo ao exercício fiscal de 2006, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU n.º 47, de 27 de outubro de 2004, Decisão Normativa TCU n.º 81, de 06 de dezembro de 2006 e Portaria CGU nº 555, de 28 de dezembro de 2006 (Norma de Execução CGU n.º 03/06).

Para o exercício de 2006 a Conab, conforme contido no Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006, apresenta a prestação de contas em processos individualizados para as Superintendências Regionais nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul. Para a Matriz e demais Superintendências Regionais, o processo é consolidado.

As atividades desenvolvidas durante o ano sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2004-2007 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia.

O desenvolvimento das Ações e os resultados quantiquantitativos alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Em síntese, a Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, levando-se em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, do Desenvolvimento Agrário –MDA e da Integração Nacional, na condição de parceiros na execução dos convênios e programas de apoio social que visaram a amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

Jacinto Ferreira
Presidente

1 – Dados Gerais sobre a Unidade Jurisdicionada

1.1 - Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional

A **Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**, com sede e foro no Distrito Federal e atuação no Território Nacional.

Iniciou as atividades em 1.º de janeiro de 1991, e foi Registrada no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ sob n.º 26461699/0001-80**. Sua sede está localizada no SGAS Quadra 901, Bloco A, lote 69, Brasília-DF, CEP n.º 70.390-010, **telefone n.º 3312-6000 e facsímile n.º 3226.9058, página na Internet www.conab.gov.br**.

Sua estrutura compõe-se pela Matriz, em Brasília, e pelas Superintendências Regionais - Suregs em 21 Estados da Federação. As Suregs possuem unidades operacionais constituídas por armazéns, em sua maioria próprios, destinados a comercialização de produtos agrícolas e a prestar ao público em geral serviços de armazenamento. No quadro 1.01 estão detalhados os dados gerais das Suregs.

Quadro 1.01 Dados Gerais das Unidades

	Nome	CNPJ	Sede	Endereço	Cep	Telefone	Fax	Site internet	End. Eletrônico	Subórgão	UG da Sede
1	Superintendência Regional do Amazonas-Sureg AM	26.461.699/0377-77	Manaus – AM	Av. Min. Mario Andreazza, n.º 2196 – Distrito Industrial	69075-830	(92) 3613-2448	(92) 3613-2460	www.conab.gov.br	am.sureg@conab.gov.br	2237	135045
2	Superintendência Regional da Bahia – Sureg BA	26.461.699/0061-11	Salvador – BA	Av Antônio Carlos Magalhães n. 3840- Ed. CAPEMI Bloco A – 4o andar – Pituba	41820-902	(71)3113-8630	(71) 3353-9457	www.conab.gov.br	ba.sureg@conab.gov.br	2210	135101
3	Superintendência Regional do Ceará – Sureg CE	26.461.699/0108-10	Fortaleza – CE	Rua Antonio Pompeu, 555 – José Bonifácio	60040-001	(85) 3252-1384	(85) 3231-7300	www.conab.gov.br	ce.sureg@conab.gov.br	2211	135115
4	Superintendência Regional do Espírito Santo – Sureg ES	26.461.699/0376-96	Vitória – ES	Av. Princesa Isabel, 629 - Sala 702- Ed. Vitória Center/ Centro	29010-904	(27) 3041-4005	(27) 3223-2892	www.conab.gov.br	es.sureg@conab.gov.br	2238	135458
5	Superintendência Regional de Goiás – Sureg GO	26.461.699/0022-05	Goiânia – GO	Av. Meia Ponte, 2748 – Santa Genoveva	74680-400	(62) 3232-4401	(62) 3232-4312/13	www.conab.gov.br	go.sureg@conab.gov.br	2212	135141
6	Superintendência Regional do Maranhão – Sureg MA	26.461.699/0101-43	São Luis – MA	Av. Jerônimo de Albuquerque no. 6 Ed. Nena Cardoso – Bairro Vinhais	65071-750	(98)2109-1301	(98) 2109-1320	www.conab.gov.br	ma.sureg@conab.gov.br	2213	135170
7	Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – Sureg MS	26.461.699/0137-54	Campo Grande – MS	Av. Mato Grosso 1022 – Centro	79002-232	(67) 3383-1666	(67) 3384-9995	www.conab.gov.br	ms.sureg@conab.gov.br	2215	113192
8	Superintendência Regional do Mato Grosso – Sureg MT	26.461.699/0003-42	Cuiabá – MT	Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest Dom Aquino	78015-115	(65) 3616-3803/ 3838	(65) 3624-5280	www.conab.gov.br	mt.sureg@conab.gov.br	2216	135209
9	Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG	26.461.699/0119-72	Belo Horizonte – MG	Rua Professor Antonio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes	30180-150	(31) 3290-2800	(31) 3290-2784	www.conab.gov.br	mg.sureg@conab.gov.br	2214	135182
10	Superintendência Regional do Pará – Sureg PA	26.461.699/0078-60	Belém – PA	Rua Joaquim Nabuco, 23 – Bairro Nazaré	66055-300	(91) 3225-4919	(91) 3224-2728	www.conab.gov.br	pa.sureg@conab.gov.br	2217	135242
11	Superintendência Regional da Paraíba – Sureg PB	26.461.699/ 0388-20	João Pessoa – PB	Rua Coronel Estevão D'ávila Lins, S/N – Bairro Cruz das Almas	58085-010	(83) 3242-5864	(83) 3241-3578	www.conab.gov.br	pb.sureg@conab.gov.br	2241	135476
12	Superintendência Regional do Paraná – Sureg PR	26.461.699/0052-20	Curitiba- PR	Rua Mauá, 1116 – Alto da Glória	80030-200	(41) 3313-2700	(41) 3313-2742	www.conab.gov.br	pr.sureg@conab.gov.br	2218	135265
13	Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg PE	26.461.699/0037-91	Recife – PE	Estrada do Barbalho, 960 – Iputinga	50690-000	(81) 3271-3311	(81) 3271-3488	www.conab.gov.br	pe.sureg@conab.gov.br	2219	135285
14	Superintendência Regional do Piauí – Sureg PI	26.461.699/0386-68	Teresina – PI	Rua Honório de Paiva, 475 A/Sul – Piçarra	64001-510	(86) 3221-4131	(86) 3221-6496	www.conab.gov.br	pi.sureg@conab.gov.br	2240	135345
15	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – Sureg RJ	26.461.699/0095-60	Rio de Janeiro – RJ	Rua da Alfândega, 91 – 11o, 12o andares – Centro	20070-003	(21) 3861-5750	(21) 2252-1785	www.conab.gov.br	rj.sureg@conab.gov.br	2220	135305
16	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – Sureg RN	26.461.699/0373-43	Natal- RN	Av. Jerônimo Câmara, 1814 – Lagoa Nova	59060-300	(84) 3234-8744	(84) 3234-3048	www.conab.gov.br	rn.sureg@conab.gov.br	2236	135457
17	Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg RS	26.461.699/ 0088-31	Porto Alegre- RS	Rua Quintino Bocaiuva, 57 – Bairro Floresta	90440-051	(51) 3326-6400	(51) 3337-4262	www.conab.gov.br	rs.sureg@conab.gov.br	2221	135315
18	Superintendência Regional de Rondônia	26.461.699/0383-15	Porto Velho – RO	Av. Farquar no. 3305- Bairro Pedrinhas	78904-660	(69) 3216-8400	(69) 3216-8419	www.conab.gov.br	ro.sureg@conab.gov.br	2239	135461
19	Superintendência Regional de Santa Catarina – Sureg SC	26.461.699/0270-38	São José – SC	BR 101 – Km 205 – Barreiros	88110-200	(48) 3381-7200	(48) 3381-7233	www.conab.gov.br	sc.sureg@conab.gov.br	2233	135284
20	Superintendência Regional de São Paulo – Sureg SP	26.461.699/0071-93	São Paulo – SP	Av. Mofarrej, 348 – Vila Leopoldina	05311-000	(11) 3649-4800	(11) 3645- 3335	www.conab.gov.br	sp.sureg@conab.gov.br	2222	135325
21	Superintendência Regional do Tocantis – Sureg TO	26.461.699/0197-95	Palmas – TO	Quadra 103 Norte Rua NO 01 Lote 33/35 – Plano Diretor Norte – Centro	77001-016	(63) 3218-7401	(63) 3215-2946	www.conab.gov.br	to.sureg@conab.gov.br	2223	135337

Encarregada de gerir as políticas agrícola e de abastecimento, consoante o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto 4.514, de 13 de dezembro de 2002, a Conab tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal.
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários.
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno.
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências.
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para a execução de seus objetivos, a Conab poderá:

- Comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Poderá ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais.
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária.
- Participar de programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências.
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado.
- Efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor.
- Aceitar, emitir e endossar títulos.
- Receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca.
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia.
- Promover análise e acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção.
- Promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia.
- Prestar apoio técnico e administrativo ao MAPA, a outros órgãos e entidades públicas, mediante remuneração, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

Sua missão institucional é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

Para cumprir sua missão, a Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo e de consumo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades:

- **Política Agrícola e de Abastecimento:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações-chave que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agrícola. Esses subsídios possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agricultura, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Fiscalizar e administrar atividades de armazenamento, movimentação e destinação dos produtos dos estoques públicos (venda ou doação aos programas sociais). A Conab também participa do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas a disponibilizar produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), o transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agrícolas ou industrializados e expedição. Nessa atividade, a Conab exerce o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica, ou seja, em nichos onde a iniciativa privada não atende de forma satisfatória.

Desde a sua criação, a Conab teve as seguintes versões do seu Estatuto Social:

- 1.^a versão - aprovada pelo Decreto 99.944, de 26/12/1990;
- 2.^a versão - alterada pelo Decreto 369, de 19/12/1991;
- 3.^a versão - alterada pelo Decreto s/n.º, de 3/7/1995;
- 4.^a versão - alterada pelo Decreto 1.816, de 9/2/1996;
- 5.^a versão - alterada pelo Decreto s/n.º, de 19/12/1996;
- 6.^a versão - alterada pelo Decreto 2.390, de 19/11/1997;
- 7.^a versão - alterada pelo Decreto 3.336, de 13/1/2000;
- 8.^a versão - alterada pelo Decreto 4.514, de 13/12/2002.

A estrutura orgânica está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

As execuções orçamentárias, financeiras e contábeis são registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI de forma detalhada para cada uma das várias unidades gestoras em que a Conab está dividida. Nesse Sistema, a Conab Matriz está cadastrada como Unidade Gestora de código 135100, gestão 22211 e órgão 22211. Com a participação no SIAFI por exigências legais e pela necessidade de manutenção de grupos de custos passou-se a dar maior transparência, melhor acompanhamento e avaliação das atividades e programas desenvolvidos pela Conab. As UGs ativas estão apresentadas no Quadro 1.02.

Quadro 1.02

Relação das UGs

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
SUREGS COM PROCESSO INDIVIDUALIZADO						
2237	135045	Conab – Sede Sureg AM	AM	Executora	ON LINE	
2237	135246	UA-Manaus	AM	Executora	OFF LINE	
2237	135253	UC-Manaus	AM	Executora	OFF LINE	
2237	135257	UC – Boa Vista	RR	Executora	OFF LINE	N
2237	135262	UC - Manicoré	AM	Executora	OFF LINE	N
2237	135263	UC - Coari	AM	Executora	OFF LINE	N
2237	135264	UC - Itacoatiara	AM	Executora	OFF LINE	N
2237	135384	UA - Taiano	AM	Executora	OFF LINE	N
2237	135557	UA-Boa Vista	RR	Executora	OFF LINE	
2227	135247	Unidade Est. Estratégico	AM	Executora	OFF LINE	
2227	135258	Unidade Est. Estratégico	RR	Executora	OFF LINE	
2228	135248	Núcleo Estoque Regulador PGPM	AM	Executora	OFF LINE	
2228	135259	Núcleo Estoque Regulador PGPM	RR	Executora	OFF LINE	
2242	135553	Unidade Conab PAA	AM	Executora	OFF LINE	
2242	135554	Unidade Conab PAA	RR	Executora	OFF LINE	
2234	135435	Mercado de Opções – Amazonas	AM	Executora	OFF LINE	
2234	135436	Mercado de Opções – Roraima	RR	Executora	OFF LINE	
2211	135000	UA-Russas	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135115	Conab Sede Sureg Ceará	CE	Executora	ON LINE	
2211	135118	UA-Maracanaú	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135120	UC-Fortaleza	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135121	UC - Sobral	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135122	UC/Juazeiro do Norte	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135126	UC – Crateus	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135128	UA – Casa Machado	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135129	UA - Crateus	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135130	UA-Juazeiro do Norte	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135131	UA-Sobral	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135132	UA – Brejo Santo	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135133	UA-Iguatu	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135134	UA - Russas	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135135	UA - Taua	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135329	UA-Senador Pompeu	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135341	UC-Senador Pompeu	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135342	UC - Tiangua	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135343	UC - Aracoiaba	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135344	UC - Ico	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135379	UC – Brejo Santo	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135380	UC – Tauá	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135398	UA - Aracoiaba	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135399	UA - Tiangua	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135400	UC - Russas	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135401	UC - Russas	CE	Executora	OFF LINE	N
2211	135552	UA-Crateus	CE	Executora	OFF LINE	
2211	135490	UC - Ico	CE	Executora	OFF LINE	N
2227	135116	Unid. Estoque Estratégico	CE	Executora	OFF LINE	
2228	135117	Núcleo Estoque Regulador/CE PGPM	CE	Executora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2234	135447	Mercado de Opções -CE	CE	Executora	OFF LINE	
2212	135153	UA - Brasília	DF	Executora	ON LINE	
2212	135158	UC - Brasília	DF	Executora	ON LINE	
2227	135167	Unid. Estoque Estratégico	DF	Executora	OFF LINE	
2228	135168	Estoque Regulador PGPM	DF	Executora	OFF LINE	
2212	135169	Silo Buffalo	DF	Executora	OFF LINE	
2234	135428	Mercado de Opções DF	DF	Executora	OFF LINE	
2234	138010	Companhia Nacional de Abast.	DF	Executora	OFF LINE	N
2212	135141	Conab Sede Sureg GO	GO	Executora	ON LINE	
2212	135145	UA-Palmeiras de Goiás	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135146	UA-Parauna	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135147	UA-Pontalina	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135148	UA-Rio Verde	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135149	UA-São Luiz Montes Belos	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135150	UA-Goianésia	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135151	UA - Quirinópolis	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135152	UA-Santa Helena	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135154	UC – Rio Verde	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135155	UC-Goiania	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135156	UC - Iporá	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135159	UP – Anápolis	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135161	UC-Itapurunga	GO	Executora	OFF LINE	
2212	13165	UC - Morrinhos	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135381	UA – Edéia	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135410	UA-Porteirão	GO	Executora	OFF LINE	
2212	135411	UA - Vicentinópolis	GO	Executora	OFF LINE	N
2212	135449	UA-Goianã	GO	Executora	OFF LINE	
2227	135142	Unid. Estoque Estratégico	GO	Executora	OFF LINE	
2228	135143	Estoque Regulador PGPM	GO	Executora	OFF LINE	
2242	135540	Unidade Conab PAA	GO	Executora	OFF LINE	
2234	135427	Mercado de Opções GO	GO	Executora	OFF LINE	
2214	135182	Conab Sede Sureg Minas Gerais	MG	Executora	ON LINE	
2214	135185	UA-Uberaba	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135186	UA-Uberlândia	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135187	UA-Passa Quatro	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135188	UC-Belo Horizonte	MG	Executora	OFF LINE	N
2214	135189	UC-Montes Claros	MG	Executora	OFF LINE	N
2214	135473	UA-Caratinga	MG	Executora	OFF LINE	N
2214	135474	UA-São Sebastião do Paraíso	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135475	UA-Conceição do Rio Verde	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135482	UA-Juiz de Fora	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135483	UA-Varginha	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135491	UA-Perdões	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135492	UA-Campos Altos	MG	Executora	OFF LINE	
2214	135493	UA-Aimorés	MG	Executora	OFF LINE	N
2214	135494	UA-Montes Claros	MG	Executora	OFF LINE	
2227	135183	Unidade Estoque Estratégico	MG	Executora	OFF LINE	
2228	135184	Núcleo Estoque Regulador PGPM	MG	Executora	OFF LINE	
2242	135562	Unidade Conab PAA	MG	Executora	OFF LINE	
2234	135431	Mercado de Opções MG	MG	Executora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2216	135209	Conab Sede Sureg MT	MT	Executora	ON LINE	
2216	135212	UA – Alto Araguaia	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135213	UA – Barra do Garças	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135214	UA - Cuiabá	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135215	UA-Diamantino	MT	Executora	OFF LINE	
2216	135216	UA-Rondonópolis I	MT	Executora	OFF LINE	
2216	135218	UA-Sorriso	MT	Executora	OFF LINE	
2216	135221	UA-Chap. dos Guimarães	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135222	UA – Rosário D'Oeste	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135223	UA - Jaciara	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135224	UA-Sinop	MT	Executora	OFF LINE	
2216	135225	UC - Cuiabá	MT	Executora	OFF LINE	N
2229	135231	UP - Rondonópolis	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135233	UC – Porto Alegre do Norte	MT	Cont.	OFF LINE	N
2216	135234	UC – Alto da Boa Vista	MT	Cont.	OFF LINE	N
2216	135235	UA – Posto dos Gauchos	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135236	UC – Paranatinga	MT	Cont.	OFF LINE	N
2216	135239	UC - Cáceres	MT	Executora	OFF LINE	N
2216	135446	UA-Alta Floresta	MT	Executora	OFF LINE	
2227	135210	Unid. Estoque Estratégico	MT	Executora	OFF LINE	
2228	135211	Estoque Regulador PGPM	MT	Executora	OFF LINE	
2242	135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso	MT	Executora	OFF LINE	
2234	135043	Mercado de Opções-MT	MT	Executora	OFF LINE	
2218	135265	Conab Sede Sureg PR	PR	Executora	ON LINE	
2218	135268	UA-Cambé	PR	Executora	OFF LINE	
2218	135270	UA-Ponta Grossa I	PR	Executora	OFF LINE	
2218	135271	UA-Apucarana	PR	Executora	OFF LINE	
2218	135273	UA – Francisco Beltão	PR	Executora	OFF LINE	N
2218	135274	UA-Paranaguá	PR	Executora	OFF LINE	
2218	135275	UA – Ponta Grossa II	PR	Executora	OFF LINE	N
2218	135280	UC-Curitiba	PR	Executora	OFF LINE	
2218	35282	UC - Goioerê	PR	Executora	OFF LINE	N
2218	135283	UC - Arapongas	PR	Executora	OFF LINE	N
2218	135394	UA - Palmeiras	PR	Executora	OFF LINE	N
2218	135396	UA-Rolândia	PR	Executora	OFF LINE	
2218	135544	Armazém Frigorífico Curitiba	PR	Executora	OFF LINE	
2227	135266	Unid. Estoque Estratégico	PR	Executora	OFF LINE	
2228	135267	Estoque Regulador PGPM	PR	Executora	OFF LINE	
2242	135545	Unidade Conab PAA Paraná	PR	Executora	OFF LINE	
2234	135437	Mercado de Opção – PR	PR	Executora	OFF LINE	
2219	135294	UA – Maceió	AL	Executora	ON LINE	
2227	135295	Unid. Est. Estratégico	AL	Executora	OFF LINE	
2228	135296	Estoque Regulador PGPM	AL	Executora	OFF LINE	
2234	135439	Mercado de Opção - Alagoas	AL	Executora	OFF LINE	
2219	135285	Conab – Sede Sureg PE	PE	Executora	ON LINE	
2219	135290	UC – Recife	PE	Executora	OFF LINE	
2219	135297	UC – Carpina	AL	Executora	OFF LINE	N
2219	135298	UA-Arcoverde	PE	Executora	OFF LINE	
2219	135304	UA-Recife	PE	Executora	OFF LINE	
2219	135405	UC-Caruarú	PE	Executora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2227	135286	Unid. Est. Estratégico	PE	Executora	OFF LINE	
2228	135287	Estoque Regulador PGPM	PE	Executora	OFF LINE	
2242	135563	Conab PAA	PE	Executora	OFF LINE	
2234	135438	Mercado de Opções – PE	PE	Executora	OFF LINE	
2239	135229	UA-Rio Branco	AC	Executora	OFF LINE	
2227	135240	Unid. Est. Estratégico	AC	Executora	OFF LINE	
2228	135241	Estoque Regulador PGPM	AC	Executora	OFF LINE	
2234	135530	Mercado de Opções	AC	Executora	OFF LINE	
2242	135547	Unidade Conab PAA Acre	AC	Executora	OFF LINE	
2239	135136	UA-Cacoal	RO	Executora	OFF LINE	
2239	135219	UA-Porto Velho	RO	Executora	OFF LINE	
2239	135220	UA-Vilhena	RO	Executora	OFF LINE	
2239	135226	UC-Porto Velho	RO	Executora	ON LINE	
2239	135461	Conab Sede - Sureg RO	RO	Executora	ON LINE	
2227	135227	Unid. Est. Estratégico	RO	Executora	OFF LINE	
2228	135228	Estoque Regulador PGPM	RO	Executora	OFF LINE	
2242	135548	Conab PAA	RO	Executora	OFF LINE	
2234	135433	Mercado de Opções	RO	Executora	OFF LINE	
2221	135315	Conab Sede Sureg Rio G. Do Sul	RS	Executora	ON LINE	
2221	135318	UF-Augusto A. Leitão	RS	Executora	OFF LINE	
2221	135319	AF-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE	
2221	135322	UA-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE	
2227	135316	Unid. Estoque Estratégico	RS	Executora	OFF LINE	
2228	135317	Estoque Regulador PGPM	RS	Executora	OFF LINE	
2221	135320	UA- Campinas	RS	Executora	OFF LINE	N
2221	135321	UA – Capão Alto	RS	Executora	OFF LINE	N
2221	135323	UC – Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE	N
2242	135556	Unidade Conab PAA	RS	Executora	OFF LINE	
2234	135442	Mercado de Opções RS	RS	Executora	OFF LINE	
SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO						
2210	135101	Conab Sede Sureg Bahia	BA	Executora	ON LINE	
2210	135102	UC – Salvador	BA	Executora	OFF LINE	N
2210	135103	UA/Itaberaba	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135104	UC – Santa Maria da Vitória	BA	Executora	OFF LINE	N
2210	135106	UC – Entre Rios	BA	Executora	OFF LINE	N
2210	135107	UC - Itabuna	BA	Executora	OFF LINE	N
2228	135112	Núcleo Estoque Regulador/BA-PGPM	BA	Executora	OFF LINE	
2227	135113	Unid. Estoques Estratégico/BA	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135114	Unid. Cent. Irecê	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135336	UA/Salvador	BA	Executora	OFF LINE	
2234	135425	MO/Bahia	BA	Executora	OFF LINE	
2242	135558	Unidade Conab PAA Bahia	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135564	UA – Entre Rios	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135565	UA – Ribeira do Pombal	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135566	UA – Teixeira de Freitas	BA	Executora	OFF LINE	
2210	135108	UC - Aracaju	SE	Executora	OFF LINE	N
2227	135110	Unid. Estoque Estratégico/SE	SE	Executora	OFF LINE	N
2228	135111	Núcleo Estoque Regulador/SE-PGPM	SE	Executora	OFF LINE	
2210	135412	UC/Itabaiana	SE	Executora	OFF LINE	
2210	135413	UA – Poço Verde	SE	Executora	OFF LINE	N
2210	135414	UA – Nossa Senhora da Glória	SE	Executora	OFF LINE	N
2210	135415	UA - Propriá	SE	Executora	OFF LINE	N
2210	135416	UA Itabaiana	SE	Executora	OFF LINE	
2234	135426	MO/Sergipe	SE	Executora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2210	135310	UC - Vitória	ES	Executora	OFF LINE	
2227	135311	Unidade de Estoques Estratégicos	ES	Executora	OFF LINE	
2228	135312	Núcleo Estoque Regulador - PGPM	ES	Executora	OFF LINE	
2234	135441	Mercado de Opções – Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE	
2238	135458	Conab Sede Sureg ES	ES	Executora	ON LINE	
2238	135465	UA - Colatina	ES	Executora	OFF LINE	
2238	135466	UC - Colatina	ES	Executora	OFF LINE	
2238	135481	UA - Camburi	ES	Executora	OFF LINE	
2242	135559	Unidade Conab PAA Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE	
2213	135170	Conab Sede Sureg Maranhão	MA	Executora	ON LINE	
2227	135171	Unidade Estoque Estratégico	MA	Executora	OFF LINE	
2228	135172	Núcleo Estoque Regulador - PGPM	MA	Executora	OFF LINE	
2213	135173	UA - Itaqui	MA	Executora	OFF LINE	
2213	135174	UA-Imperatriz	MA	Executora	OFF LINE	
2213	135175	UC – São Luis	MA	Executora	OFF LINE	
2234	135429	Mercado de Opções	MA	Executora	OFF LINE	
2213	135460	UA – São Luis	MA	Executora	OFF LINE	
2242	135550	Unidade Conab PAA	MA	Executora	OFF LINE	
2213	135192	Conab Sede Sureg MS	MS	Executora	ON LINE	
2228	135193	Núcleo Estoque Regulador - PGPM	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135194	UA – Campo Grande	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135195	UA - Dourados	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135196	UA - Cassilândia	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135197	UA – Maracaju	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135199	UA – Rio Brilhante	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135200	UA – São Gabriel D'Oeste	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135201	UA - Sidrolândia	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135203	UC - Coxim	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135204	UC – Glória de Dourados	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135205	UC – Mundo Novo	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135206	UC – Nioaque	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135207	UC – Pedro Gomes	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135208	UC - Naviraí	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135386	UA – Campo Grande - I	MS	Executora	OFF LINE	N
2215	135387	UA – Rio Brilhante	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135397	UA – Chapadão do Sul	MS	Executora	OFF LINE	
2227	135402	Unidade de Estoque Estratégico	MS	Executora	OFF LINE	
2215	135408	UC - Itabaiana	MS	Executora	OFF LINE	N
2234	135432	Mercado de Opções	MS	Executora	OFF LINE	
2242	135551	Unidade Conab PAA	MS	Executora	OFF LINE	
2217	13524	UC - Macapá	AP	Cont.	OFF LINE	
2228	135256	Núcleo Estoque Regulador - PGPM	AP	Executora	OFF LINE	
2217	135242	Conab Sede Sureg	PA	Executora	ON LINE	
2227	135243	Unidade de Estoque Estratégico	PA	Executora	OFF LINE	
2228	135244	Núcleo Estoque Regulador	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135245	UA - Ananindeua	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135249	UC - Belém	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135250	UC - Marabá	PA	Executora	OFF LINE	N
2217	135251	UC - Santarém	PA	Executora	OFF LINE	N
2217	135252	UC – Itaituba	PA	Executora	OFF LINE	N
2227	135255	Unidade de Estoque Estratégico	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135382	UA – Marabá	PA	Executora	OFF LINE	N
2217	135391	UA - Altamira	PA	Executora	OFF LINE	N
2217	135392	UA – Alenquer	PA	Executora	OFF LINE	N
2217	135393	UA - Santarém	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135395	UA - Itaituba	PA	Executora	OFF LINE	N
2234	135434	Mercado de Opções	PA	Executora	OFF LINE	
2217	135532	UA – Marabá	PA	Executora	OFF LINE	
2242	135546	Unidade Conab PAA	PA	Executora	OFF LINE	
2241	135288	UA – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE	
2241	135289	UA – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE	
2241	135291	UC – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2241	135292	UC - Souza	PB	Executora	OFF LINE	N
2241	135293	UC – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE	N
2227	135300	Unidade Estoque Estratégico	PB	Executora	OFF LINE	
2228	135301	Núcleo Estoque Regulador – PGPM	PB	Executora	OFF LINE	
2234	135464	Mercado de Opções	PB	Executora	OFF LINE	
2241	135476	Sede Sureg Paraíba	PB	Executora	ON LINE	
2240	135176	UC - Teresina	PI	Executora	OFF LINE	N
2240	135177	UC - Paranaíba	PI	Executora	OFF LINE	N
2240	135178	UA – Teresina	PI	Executora	OFF LINE	
2240	135179	UA – Picos	PI	Executora	OFF LINE	
2227	135180	Unidade de Estoque Estratégico	PI	Executora	OFF LINE	
2228	135181	Núcleo Estoque Regulador – PGPM	PI	Executora	OFF LINE	
2240	135217	UA – Floriano	PI	Executora	OFF LINE	
2240	135345	Sede Sureg	PI	Executora	ON LINE	
2240	135462	UA – Parnaíba	PI	Executora	OFF LINE	
2234	135463	Unidade Mercado de Opções	PI	Executora	OFF LINE	
2242	135541	Unidade Conab PAA	PI	Executora	OFF LINE	
2240	138012	UC – Picos	PI	Executora	OFF LINE	N
2220	135305	Sede Sureg	RJ	Executora	ON LINE	
2227	135306	Unidade de Estoque Estratégico	RJ	Executora	OFF LINE	
2228	135307	Núcleo Estoque Regulador - PGPM	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135308	UA – Lira Tavares	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135309	UC – Amável Damasceno	RJ	Executora	OFF LINE	N
2220	135313	UC - Benfica	RJ	Executora	OFF LINE	N
2220	135420	UGR/Hortomercado Humaitá	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135421	UGR/Hortomercado Leblon	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135422	UGR/Hortomercado Meier	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135423	UGR/Hortomercado Campinho	RJ	Executora	OFF LINE	
2220	135424	UGR/Hortomercado Iraja	RJ	Executora	OFF LINE	
2234	135440	Mercado de Opções	RJ	Executora	OFF LINE	
2242	135561	Unidade Conab PAA	RJ	Executora	OFF LINE	
2236	135119	UA - Natal	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135123	UC – Natal	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135127	UC – Santa Catarina	RN	Executora	OFF LINE	N
2236	135138	UA - Mossoró	RN	Executora	OFF LINE	
227	135139	Unidade de Estoque Estratégico	RN	Executora	OFF LINE	
2228	135140	Núcleo de Estoque Regulador - PGPM	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135349	UC - Umarizal	RN	Executora	OFF LINE	N
2236	135418	UA – Currais Novos	RN	Executora	OFF LINE	N
2234	135448	Mercado de Opções	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135457	Sede Sureg	RN	Executora	ON LINE	
2242	135533	Unidade Conab PPA	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135534	UA - Assu	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135567	UA – Currais Novos	RN	Executora	OFF LINE	
2236	135568	UA – Natal - Caiapós	RN	Executora	OFF LINE	
2233	135276	UA – Herval D'Oeste	SC	Executora	OFF LINE	
2233	135277	UA - Chapecó	SC	Executora	OFF LINE	N
2227	135278	Unidade Estoque Estratégico	SC	Executora	OFF LINE	
2228	135279	Núcleo Estoque Regulador-PGPM	SC	Executora	OFF LINE	
2233	135281	UC - Florianópolis	SC	Executora	OFF LINE	
2233	135284	Sede Sureg	SC	Executora	ON LINE	
2234	135445	Mercado de Opção	SC	Executora	OFF LINE	
2242	135549	Unidade Conab PAA	SC	Executora	OFF LINE	
2233	138011	UA – São José	SC	Executora	OFF LINE	
2222	135325	Sede Sureg	SP	Executora	ON LINE	
2227	135326	Unidade Estoque Estratégico	SP	Executora	OFF LINE	
2228	135327	Núcleo Estoque Regulador-PGPM	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135328	Mercado Prod. Mogi das Cruzes	SP	Executora	OFF LINE	N
2222	135330	UA - Mooca	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135331	UA - Bauru	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135332	UC – São Paulo	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135333	UC - Araraquara	SP	Executora	OFF LINE	N

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2222	135334	UC – Rio Claro	SP	Executora	OFF LINE	N
2222	135335	UC – Mogi das Cruzes	SP	Executora	OFF LINE	N
2234	135443	Mercado de Opções	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135486	UA - Capapicuíba	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135487	UA - Garça	SP	Executora	OFF LINE	
2222	135531	UA – Bernardino de Campos	SP	Executora	OFF LINE	
2242	135555	Unidade Conab PAA	SP	Executora	OFF LINE	
2223	135337	Sede Sureg	TO	Executora	ON LINE	
2227	135338	Unidade Estoque Estratégico	TO	Executora	OFF LINE	
2228	135339	Núcleo Estoque Regulador	TO	Executora	OFF LINE	
2223	135340	UA - Araguaína	TO	Executora	OFF LINE	
2223	135417	UA – Rio Formoso	TO	Executora	OFF LINE	
2234	135444	Mercado de Opções	TO	Executora	OFF LINE	
2242	135560	Unidade Conab PAA	TO	Executora	OFF LINE	
2224	135100	Companhia Nacional de Abastecimento	DF	Executora	ON LINE	
2227	135347	Núcleo Estoque Estratégico – Sede	DF	Executora	ON LINE	
2228	135348	Núcleo Estoque Regulador – Sede	DF	Executora	ON LINE	
2224	135350	Presidência	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135351	Gabinete	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135352	Assessoria da Presidência	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135353	Núcleo de Comunicação e Promoção Institucional	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135354	Auditoria Interna	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135355	Procuradoria Geral	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135356	Diretoria de Logística e Gestão Empresarial	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135357	Gerência de Avaliação de Resultados	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135359	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135360	Diretoria de Gestão de Estoques	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135361	Gerência da Rede de Armazéns Próprios	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135362	Gerência de Movimentação de Estoques	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135363	Gerência de Controle de Estoques	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135365	Gerência de Execução Operacional	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135368	Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135369	Superintendência de Contabilidade	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135370	Superintendência de Finanças	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135371	Gerência de Execução Orçamentária	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135373	Superintendência de Administração	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135374	Superintendência de Recursos Humanos	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135375	Gerência de Sistemas e Informação	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135377	Gerência de Material	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135378	Pessoal a Disposição de Outros Órgãos	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135388	Gerência de Infra-Estrutura Tecnológica	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135389	Secretaria de Prog. Empresariais e do Agronegócio	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135390	Gerência de Cadastro e Cobrança	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135450	Superintendência de Prog. Inst. Sociais e Abastecimento	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135452	Gerência de Desenvol. de Pessoas e de Qualidade	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135454	Superintendência de Operações	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135456	Gerência de Comercialização	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135467	Superintendência de Planejamento e Avaliação	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135468	Corregedoria Geral	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135469	Gerência de Comunicação	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135470	Gerência de Promoção Institucional	DF	Controle	OFF LINE	
2224	135477	Controladoria	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135495	Superintendência de Modernização Empresarial	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135496	Superintendência de Informação do Agronegócio	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135497	Gerência de Levantamento, Avaliação de Safras	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safra	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135499	Gerência de Informações Técnicas	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135500	Gerência de Custos de Produção	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135501	Gerência de Informações de Estoques Privados	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135502	Gerência de Alimentos Básicos	DF	Credora	OFF LINE	

Subórgão	UG	Unidade	UF	Função	Situação	Ativa(*)
2224	135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135506	Superintendência de Armaz. e Movimentação de Estoques	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135507	Gerência de Fiscalização dos Estoques Especiais do Agronegócio	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135508	Gerência de Vistoria dos Estoques Privados	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135511	Gerência de Programas Institucionais	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135512	Gerência de Serviços Gerais	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135513	Gerência de Apoio Administrativo	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135514	Gerência de Patrimônio e Seguros	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135515	Gerência de Programação Financeira	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135516	Gerência de Execução Financeira	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135517	Gerência de Cont. Financ. Oper. Governamentais	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135518	Gerência de Execução Contábil	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135519	Gerência Document. e Garantias Contratuais	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135520	Gerência Fiscal e Tributária	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135521	Gerência de Análise de Custos	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135522	Gerência de Cadastro de Pessoal-Gepes	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135523	Gerência de Folha de Pagamento	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135524	Gerência de Benefício, Segur. e Medic. Trabalho	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135526	Subprocuradoria de Matéria Contenciosa	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-GECAV	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento-Gecap	DF	Credora	OFF LINE	
2224	135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar	DF	Executora	OFF LINE	
2224	135536	Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar	DF	Executora	OFF LINE	
2224	135537	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar	DF	Executora	OFF LINE	
2224	135538	Gerência de Geotecnologias	DF	Executora	OFF LINE	

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Nota (*) Solicitado à STN a exclusão das Ugs desativadas, porém permanecem no Sistema como unidades não-ativas.

2 - Objetivos e Metas

Para efeito de programação e execução orçamentárias, as atividades desenvolvidas pela Conab inseridas no Plano Plurianual – 2004/2007 (PPA) estão agrupadas em três Programas de Trabalho que, por sua vez, se distribuem em 23 Ações; realiza também atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no Capítulo 6 – Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios).

Além do Plano Plurianual – PPA, a Conab aprovou em 2004, por meio do Voto Presi n.º 02/04, de 07 de dezembro de 2004, seu Planejamento Estratégico, consubstanciado na ferramenta Balanced Scorecard (BSC), definindo objetivos e metas corporativas para o período de 2004 a 2009.

Caber destacar que tanto as metas vinculadas ao PPA como ao Planejamento Estratégico foram definidas e aprovadas de forma global.

2.1- Identificação dos Programas

Abastecimento Agroalimentar
Gestão da Política Agropecuária
Operações Especiais

2.2- Descrição dos Programas e das Ações

2.2.1 – Programa Abastecimento Agroalimentar

O Programa finalístico Abastecimento Agroalimentar visa contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Trata-se de um programa multissetorial englobando, além das ações da Conab, ações do Ministério da Fazenda (7), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2), e ações não-orçamentárias do Banco do Brasil (5) e Banco do Nordeste (1).

O público-alvo é constituído pelos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e o setor varejista.

Ele se justifica pela necessidade de formar e manter estoques de produtos básicos com o objetivo de assegurar o abastecimento e regular o preço no mercado interno, garantindo a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores agrícolas preços mínimos de comercialização. É importante registrar que o aumento da produção de alimentos básicos e de produtos regionais é fundamental para suprir a carência alimentar, para promover o aumento da renda e a fixação das comunidades rurais, tendo reflexo na redução do êxodo rural e das tensões sociais.

A estratégia de implementação do Programa prevê que ele seja desenvolvido pela execução de atividades diretas e/ou em parcerias com o Governo Federal, Estados e Municípios, por meio de discussões com o segmento produtivo, órgãos públicos, centros de conhecimento e pesquisas e representantes da sociedade, buscando a definição de um plano de longo prazo que permita a expansão e diversificação da produção agropecuária brasileira, pelo desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas, da regulação do abastecimento, do apoio direto e ativo na

comercialização dos produtos da agricultura familiar, dos empreendimentos de pequeno porte, do setor varejista, dos assentamentos da reforma agrária e das comunidades tradicionais.

O Programa Abastecimento Agroalimentar, no âmbito da Conab, é composto por dois tipos de Ações orçamentárias, as finalísticas e as de apoio administrativo. São onze as ações finalísticas:

- **Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns**

Visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, a conservação, a comercialização e a distribuição dos produtos agropecuários. Para tanto, poderão ser executadas atividades de manutenção e modernização, aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas/equipamentos e a informatização das unidades.

- **Aquisição de Produtos para Comercialização**

Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, e por entidades privadas. No âmbito da Ação, a Conab pode adquirir, no mercado, produtos básicos suplementares para cumprir os contratos e convênios firmados com entidades públicas e privadas responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.

- **Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras**

Objetiva realizar a manutenção e o controle do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras. Esse foi instituído pela Resolução n.º 02, de 17 de julho de 1974, do Conselho Nacional de Abastecimento, que encarregou a fusionada Cibrazem de implantar o cadastramento das unidades existentes em todo o Território Nacional. Sua obrigatoriedade foi instituída pela Resolução n.º 03, de 8 de outubro de 1974, do mesmo Conselho, que, junto com os Decretos n.º 75.688, de 2 de maio de 1975, e n.º 82.738, de 27 de novembro de 1978, aprovou as Normas de Cadastramento elaboradas.

Essa atividade continuou a ser realizada pela Conab e, em 2000, com a promulgação da nova Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000) e seu Decreto Regulamentador n.º 3.855, de 3 de julho de 2001, ficou definido, nos artigos de n.ºs 10 e 34, respectivamente, que a responsabilidade por essa atividade é da Conab.

- **Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador**

Visa treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, objetivando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão-de-obra e a geração de empregos no setor. O desenvolvimento dessa Ação é realizado por meio de parcerias com organizações públicas e privadas para cessão de capacitadores que tenham amplo conhecimento das técnicas de armazenamento. A capacitação tem como público-alvo o pessoal diretamente envolvido com recepção, tratamento fitossanitário, guarda, conservação e expedição de produtos agrícolas e ainda com operação e manutenção de máquinas e equipamentos, que, posteriormente, poderá atuar como multiplicadores voluntários para a disseminação dos conhecimentos em treinamentos a serem realizados, inicialmente em regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem, atendendo trabalhadores interessados em prestar serviços ao setor.

- **Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares**

Visa promover o sistemático acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das operações especiais do agronegócio, evitando perdas e desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Tal

Ação se concretiza na realização periódica da fiscalização qualitativa e quantitativa da totalidade dos estoques públicos, na avaliação das condições técnicas e operacionais das unidades armazenadoras e na inspeção das operações referentes aos programas de subvenção e dos estoques especiais do agronegócio. Objetiva orientar quanto à preservação da integridade dos produtos, apurar as irregularidades operacionais, as faltas e as depreciações qualitativas dos estoques e avaliar a normalidade das operações com os estoques do agronegócio.

- **Formação de Estoques Públicos**

Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, garantindo a compra do produto e a renda ao produtor rural ou sua cooperativa, formando estoques públicos e regulando o abastecimento interno. Os instrumentos de intervenção, nesse caso, são a Aquisição do Governo Federal-AGF e o Contrato Público de Opção de Venda. Por meio dessa Ação são realizadas as aquisições para formação dos estoques e também para a manutenção dos mesmos. A Conab operacionaliza os instrumentos de intervenção retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias, moinhos coloniais etc).

- **Operacionalização da Comercialização de Produtos**

Visa operacionalizar a comercialização de produtos básicos suplementares, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes. São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem, acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação.

- **Organização dos Micro e Pequenos Varejistas**

Objetiva proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. Os varejistas filiados a essa Ação formam a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP.

- **Publicidade de Utilidade Pública**

Visa informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou o segmento da população para adotar comportamentos que lhes tragam reais benefícios sociais, objetivando melhorar sua qualidade de vida. Por meio dessa Ação a Conab coordena, supervisiona e classifica as informações de interesse do Governo, que serão veiculadas, assim como efetua a contratação e realização de pesquisas de opinião e de campanhas publicitárias das ações governamentais voltadas para a publicidade de utilidade pública.

- **Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento**

Objetiva possibilitar melhor controle dos estoques privados armazenados; prevenir a ocorrência de problemas; orientar sobre procedimentos técnicos; padronizar rotinas para identificação, apuração e comunicação das ocorrências verificadas; aplicar as penalidades aos infratores; propiciar maior segurança aos estoques depositados; aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores, visando a melhoria da credibilidade do segmento armazenador.

- **Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG**

Conclusão da obra inacabada do graneleiro de fundo Tipo “V”, com capacidade para 100.000 toneladas, do Complexo Armazenador de Uberlândia, objetivando sobretudo atuar como alternativa à iniciativa privada e contribuir para minimizar a escassez de espaço para armazenamento, especialmente das safras de soja e milho, na região do Triângulo Mineiro.

As ações de apoio administrativo são seis; cuja descrição da finalidade está de acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO) emitido pelo MP/SOF.

- **Gestão e Administração do Programa**

Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, tais como: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros; manutenção e conservação de imóveis próprios, cedidos ou alugados; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do Programa.

- **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Visa proporcionar aos empregados ativos e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental. A Ação se realiza pela concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993. Materializa-se pela concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, a partir do requerimento, aos empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.

- **Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

Visa conceder em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, o auxílio-alimentação a empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9.527/97.

- **Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Objetiva assegurar aos empregados o benefício do auxílio-transporte, para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações.

- **Contribuição à Previdência Privada**

Visa assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as empresas controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir, como patrocinadoras, às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01. Pela Ação é realizado o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º 109/01.

2.2.2- Programa Finalístico do MAPA – Gestão da Política Agropecuária

Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos.

Integram o referido programa as seguintes ações da Conab:

- **Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**

Tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas, do plantio até a colheita, e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma mais ágil, transparente e segura. Durante o ano safra, a Conab realiza seis pesquisas de campo, de caráter supletivo e amostral, com a aplicação de questionários específicos, de acordo com os estágios da cultura. Nessas, é feito o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos dos produtos, junto a entidades como cooperativas, escritórios de planejamento agrícola, órgãos de assistência técnica e extensão rural e outros ligados à atividade. O modelo de coleta de dados está sendo aprimorado, por meio da implantação de um sistema auxiliar de avaliação, com a utilização de geotecnologias (sensoriamento remoto, geoprocessamento, GPS etc). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado por meio eletrônico (Internet) e publicações técnicas.

- **Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação**

Visa a promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Inclui custeio dos eventos; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

2.2.3 - Programa Operações Especiais

Composto pelas Ações que envolvem o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais, dívidas interna e externa etc.

Dentro do Programa Operações Especiais, são quatro as ações orçamentárias da Conab.

- **Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado**

Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

- **Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista**

Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.

- **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna**

Visa atender ao pagamento de amortização e encargos da dívida contraída com a União, conforme Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado entre a União e a Conab.

- **Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa**

Visa atender ao pagamento de amortização e encargos da dívida externa contraída com a USAID, conforme Contrato assinado entre as partes, em 8 de novembro de 1971.

2.3 - Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do Programa

Os indicadores definidos para verificar o alcance do Programa Abastecimento Agroalimentar são os seguintes:

- **Produção Nacional de Grãos**
- **Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal**
- **Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários**
- **Margem de Disponibilidade de algodão em pluma**
- **Margem de Disponibilidade de arroz em casca**
- **Margem de Disponibilidade de trigo**
- **Margem de Disponibilidade de milho**

No caso do Planejamento Estratégico os indicadores definidos estão relacionados no Capítulo 3.

2.4 - Metas Físicas e Financeiras

As metas físicas e financeiras aprovadas na Lei Orçamentária Anual-LOA/2006 e Créditos Adicionais estão detalhadas no Quadro 2.01.

As metas estabelecidas para os indicadores definidos para mensurar o alcance dos 21 objetivos estratégicos vinculados ao Mapa Estratégico Corporativo da Conab são apresentadas no Quadro 2.02, reafirmando a não adoção de metas específicas para as Unidades da Matriz e Superintendências Regionais.

Quadro 2.01
Plano Plurianual – Programação Física/Financeira - 2006

Programa/Ação	Meta Física Aprovada	Unidade	Meta Financeira Aprovada
1 – Abastecimento Agroalimentar	-	-	2.602.184.868
Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	40	Unidade recup/mod.	10.000.000
Despesas Correntes	-	-	7.000.000
Despesas de Capital (Investimento)	-	-	3.000.000
Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG	80	% de execução física	14.925.000
Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	8.200.000	Estoque fiscalizado (t)	1.257.293
Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	250.000	Estoques vistoriado (t)	200.000
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	1.500	Unid. de varejo organizada	200.000
Publicidade de Utilidade Pública	-	-	300.000
Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	11.600	Unidade arm. cadastrada	400.000
Aquisição de Produtos para Comercialização	52.000	Produto adquirido (t)	100.000.000
Operacionalização da Comercialização de Produtos	35	Serviço prestado	3.800.000
Formação de Estoques Públicos	3.467.400	Produto adquirido (t)	2.159.000.000
Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	150	Pessoa capacitada	250.000
Gestão e Administração do Programa	-	-	262.168.471
Remuneração de Pessoal e Encargos	-	-	198.214.545
Administração da Unidade	-	-	63.953.926
Despesas Correntes	-	-	61.560.960
Despesas de Capital	-	-	2.392.966
Contribuição à Previdência Privada	-	-	20.061.884
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	3.366	Servidor beneficiado	12.821.055
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	3.366	Servidor beneficiado	4.532.173
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	590	Criança atendida	1.913.168
Assistência Médica e Odont. aos Servidores e Emp. e seus Dependentes	20.196	Pessoa beneficiada	10.355.824
2 – Gestão da Política Agropecuária	-	-	2.600.000
Capacitação de Serv. Púb. Federais em Proc. de Qualificação e Requalificação	3.654	Servidor capacitado	1.600.000
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	6	Pesquisa realizada	1.000.000
3 – Operações Especiais	-	-	28.203.552
Cumprimento de Sent. Jud. Trans.em Julg. Dev. por Emp. Púb.e Soc.de Econ. Mista	-	-	28.000.000
Cumprimento de Déb. Jud. Per. Vincendos Dev. por Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista	-	-	60.000
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	-	-	19.950
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	-	-	123.602
Total	-	-	2.632.988.420

Fonte: Conab/Presi/Supav/Gepor
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 2.02

Objetivos e Indicadores do Mapa Estratégico Corporativo

	OBJETIVO ESTRATÉGICO	IND	INDICADOR	META 2006
S O C I E D A D E	1	1	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Regular
		2	% participação da Conab nos programas federais de Segurança Alimentar	19% do total de recursos destinados às ações que integram os programas do PLOA/06 e se coadunam com as atividades da Companhia (R\$ 334 milhões)
	2	3	Número de citações das fontes da Conab em publicações especializadas	Quantidade proporcional às citações das consultorias
	3	4	Número de citações positivas da Conab na mídia	80% de todas as citações registradas no período
		5	Grau de satisfação com o cumprimento da missão e papel institucional	Regular
		6	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Regular
P R O C E S S O S I N T E R N O S	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO			
	4	7	Número de séries estatísticas disponíveis	8.328
		8	% de séries estatísticas verificadas e atualizadas	100%
	5	9	No. Visitas às páginas de informações técnicas	+ 20% s/marco zero (1º Levantº - 2006)
		10	Total de apresentações em eventos	+ 10% s/marco zero (356 palestras)
	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
	6	11	Número de estudos e análises de logística encaminhados ao MAPA	6 ESTUDOS: 1) 01 proposta para otimizar custo da guarda e escoamento da produção dos principais grãos (soja, milho, trigo e arroz); 2) Relatório preliminar corredor do Rio Madeira; 3) Relatório de atualização de informações do corredor Centro Norte; 4) Proposta da utilização dos instrumentos de política agrícola nos corredores; 5) Atualização do diagnóstico das Rodovias Federais para escoamento da safra; 6) Atualização do Diagnóstico do Setor Armazenador
	7	12	Número de estudos e análises encaminhados ao MAPA	01 proposta de política agrícola para os próximos 05 anos; 18 análises para previsão de safra; 01 proposta para os produtos da PGPM; 05 análises conjunturais novas
		13	Número de Estudos Publicados em Livros ou Revistas Especializadas	20 Estudos
	EXECUÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO			
	8	14	% de Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	0,25% aa
		15	Valor investido na formação de estoques públicos	R\$ 1 bilhão
	9	16	Volume de recursos financeiros aplicados via Conab	Valor correspondente a 3,5% do total destinado ao PRONAF (R\$ 350 milhões)
		17	Número de famílias atendidas pelo programa	140 mil

Elab.: Conab/Presi/Supav

3 - Indicadores ou Parâmetros de Gestão

3.1 – Indicadores Relevantes

Os indicadores ou parâmetros de Gestão utilizados pela Companhia são corporativos, uma vez que seus objetivos e metas são fixados de modo global. A seguir apresentamos os indicadores de maior relevância relacionados ao aspecto econômico-financeiro e aqueles vinculados ao Balanço Social, PPA e Planejamento Estratégico, cujos resultados estão registrados no Capítulo 4.

3.1.1 – Balanço Social

Contém as informações básicas requeridas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase para a elaboração do Balanço Social da Companhia e tem como responsável a Gerência de Avaliação de Resultados.

3.1.2 – Indicadores Econômico-Financeiros

Para a avaliação econômico-financeira das atividades da Companhia utilizamos os indicadores a seguir descritos, cuja apuração é realizada pela Gerência de Avaliação de Resultados, com base nas informações fornecidas pela Superintendência de Contabilidade.

a) Quocientes de Liquidez

- **Liquidez Geral - LG** evidencia a capacidade de pagamento sob o ponto de vista do curto e longo prazos, e não há um referencial a ser tomado como padrão; entretanto, analistas advogam que deve ser superior a 1,00.

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

- **Liquidez Corrente – LC** expressa a capacidade da empresa em honrar suas dívidas de curto prazo. O referencial aceitável desse indicador é que deve ser superior a 1,00, e classificado como ótimo a partir de 1,50.

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

- **Liquidez Seca – LS** representa uma posição bastante conservadora, porquanto não leva em consideração os estoques para revenda e as despesas antecipadas. Não há um indicador padrão mas, no caso de empreendimentos comerciais, toma-se como referência um quociente acima de 0,50, desde que a liquidez corrente seja superior a 1,00.

$$LS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques(excluso almoxarifado)}) / \text{Passivo Circulante}$$

- **Liquidez Imediata – LI** expressa um conservadorismo exacerbado em termos de análise econômico-financeira para as empresas mercantis. Portanto, o seu cálculo representa tão somente um referencial de análise, em conjunto com os demais indicadores.

$$LI = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

b) Indicadores de Endividamento e Estrutura

São utilizados, geralmente, para medir a composição das fontes passivas de recursos da empresa. Em outras palavras, indicam a forma pela qual os recursos de terceiros são usados e sua participação relativa em relação ao capital próprio. Indica o nível de dependência da empresa em relação ao seu financiamento por meio de recursos próprios. Não há um parâmetro definido, mas é considerado como aceitável um índice inferior a 1,00.

➤ **Endividamento (Participação do Capital de Terceiros-Part. K3º)**

Part. K. 3.º = Passivo Circulante/Patrimônio Líquido

- **Composição do Endividamento (Comp. Endiv.)** - Mede a temporalidade do vencimento das obrigações, e não há um parâmetro definido como padrão; entretanto, quanto menor maior é a eficiência da empresa.

Comp. Endiv. = Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo)

- **Endividamento Geral (Endiv.Geral)** - Indica a participação dos recursos de terceiros sobre o total das aplicações. Embora não exista parâmetro definido como padrão, quanto menor o coeficiente maior é a eficiência da empresa.

Endiv. Geral = (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)/Ativo Total

- **Imobilização do Patrimônio Líquido (Imob. do PL)** - Mede o volume de recursos do patrimônio líquido (capital próprio) que estão aplicados no ativo permanente. Não há um parâmetro definido, porquanto depende da peculiaridade de cada empresa; entretanto, quanto menor o coeficiente melhor é a performance relativamente ao indicador.

Imob do PL = Ativo Permanente/Patrimônio Líquido

c) Indicadores de Atividades e de Rentabilidade

1. Indicadores de Atividades - Evidenciam a velocidade com que o investimento se transforma em volume de receitas, se constituindo em indicador fundamental da produtividade financeira do capital investido. Embora não exista um parâmetro a ser tomado como padrão, quando maior o indicador, maior é a eficiência dos ativos da empresa.

- **Giro do Ativo** - Mostra a velocidade com que o investimento total se transforma em volume de receita, e não existe um parâmetro definido como padrão. Nesse sentido, quanto maior é o indicador, maior é a eficiência dos ativos.
- **Giro do Ativo Circulante** - Evidencia a velocidade com que os investimentos em circulação de curto prazo se transformam em volume de receitas. Também não há um parâmetro definido mas, quanto maior o coeficiente, maior é a eficiência dos ativos circulantes.
- **Giro do Ativo Permanente** - Embora não haja um parâmetro definido, quanto maior o coeficiente, maior é a eficiência do ativo permanente.

2. Indicadores de Rentabilidade - Da mesma forma dos indicadores de atividades, para a sua apuração, também foram considerados como receitas operacionais, os repasses realizados pela União.

- **Margem Bruta Sobre Vendas e Serviços** - Indica quanto se obteve de lucro bruto para cada R\$1,00 de receita líquida de vendas e serviços. Quanto maior o coeficiente, maior é a eficiência demonstrada pela empresa; entretanto, também deve ser levado em consideração os ganhos em escala, ou seja, maiores volumes de vendas por conta de menores margens unitárias de lucro bruto.

Margem Bruta = Lucro Bruto/Receita Operacional Líquida

- **Margem Operacional** - Da mesma forma, indica qual o rendimento operacional obtido por cada R\$1,00 de Receita Operacional Líquida.

Margem Operacional = Lucro Operacional/Receita Operacional Líquida

- **Margem Líquida** - Não há um parâmetro definido como padrão. Entretanto, quanto maior o coeficiente, maior é a eficiência da empresa.

Margem Líquida = Lucro Líquido/Receita Operacional Líquida

- **Rentabilidade do Ativo** - Embora seja um dos indicadores mais importantes, principalmente para a análise de investimentos, não há parâmetro definido como padrão, e quanto maior o coeficiente, maior é a eficiência da empresa.

Rentab. do Ativo = Lucro Líquido/Ativo Médio

- **Rentabilidade do Patrimônio Líquido** - Indica quanto foi a rentabilidade do capital investido pelos acionistas (no caso da Conab, o Governo). Como referencial, o parâmetro mínimo seria, em princípio, o rendimento obtido em uma aplicação de menor risco.

Rentab. do Patrimônio Líquido = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio.

3.1.3 - Indicadores Vinculados ao PPA

Os indicadores definidos para verificar o alcance do Programa Abastecimento Agroalimentar são os a seguir relacionados, cuja responsabilidade pela apuração é do Gerente Executivo do Programa:

- **Produção Nacional de Grãos**

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade adquirida de produtos agropecuários, provenientes da agricultura familiar, e o total de aquisições do Governo Federal.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o Produto Interno Bruto-PIB Agropecuário atual e o do ano anterior.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Margem de Disponibilidade de algodão em pluma**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Margem de Disponibilidade de arroz em casca**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Margem de Disponibilidade de trigo**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

Responsável: Jussara Flores Soares

- **Margem de Disponibilidade de milho**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

Responsável: Jussara Flores Soares

3.1.4 - Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico

Em dezembro de 2003, foi firmado acordo com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (Projeto BRA/03/034), com o objetivo geral de capacitar a Conab para os novos desafios encontrados, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País, fortalecendo cada vez mais a posição da Companhia dentro do contexto nacional.

Nesse cenário, foi desencadeado o programa de revitalização da Conab, que vem sendo desenvolvido mediante a implementação de cinco Projetos, sendo um deles a ***Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia***, que visa o aprimoramento das ferramentas de planejamento e, sobretudo, de avaliação de suas ações, para garantir o efetivo monitoramento de suas atividades básicas e estratégicas, e dando transparência ao seu desempenho institucional, inclusive no que pertine às cinco dimensões de interesse do Tribunal de Contas da União-TCU, (economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade).

Para o desenvolvimento desse Projeto foi contratada, em abril de 2004, a Consultoria – Symnetics Consultoria Empresarial Ltda. Como resultado, em 7/12/2004, foi aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 675ª Redir, por meio do Voto Presi n.º 02/04, o Planejamento Estratégico da Conab.

Citado planejamento construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard-BSC contemplou, entre outras orientações, uma nova declaração da missão institucional da Companhia, o mapa estratégico corporativo, os indicadores de desempenho, as metas para os anos de 2005, 2007 e 2009 e, ainda, as iniciativas estratégicas (projetos) para alavancar o alcance dos objetivos estratégicos.

A introdução desse novo modelo de gestão buscou, sobretudo, aprimorar o processo de planejamento e a cultura de avaliação institucional. Cabe citar que a metodologia do BSC, desenvolvida por Robert S. Kaplan e David P. Norton – pesquisadores da Universidade de Harvard (E.U.A), tem sido considerada por especialistas como uma das mais importantes práticas de gestão dos últimos 75 anos.

Em 2006, a Companhia continuou envidando esforços no sentido de implementar as estratégias definidas, aprovando metas corporativas para o exercício em análise e ajustando alguns indicadores, intensificando a comunicação ao corpo funcional acerca do Planejamento Estratégico aprovado abordando os aspectos fundamentais da metodologia adotada.

O BSC se destaca por utilizar um sistema balanceado de indicadores sob várias perspectivas e não apenas pela visão tradicional de aferir aspectos econômico-financeiros, adotando medidas para a situação atual e também focando a visão de futuro.

Objetivando a medição dos indicadores e o monitoramento do alcance das metas, a Conab adquiriu, em 2005, um instrumental de Tecnologia da Informação-TI - a ferramenta Hyperion Performance Scorecard-HPS.

Para sua utilização, foi necessária a parametrização dos componentes (scorecards) do Mapa Estratégico Corporativo (indicadores, objetivos, temas e perspectivas) atribuindo a cada um deles um peso (score) com vistas à apuração da performance da Companhia, conforme apresentado no quadro que se segue:

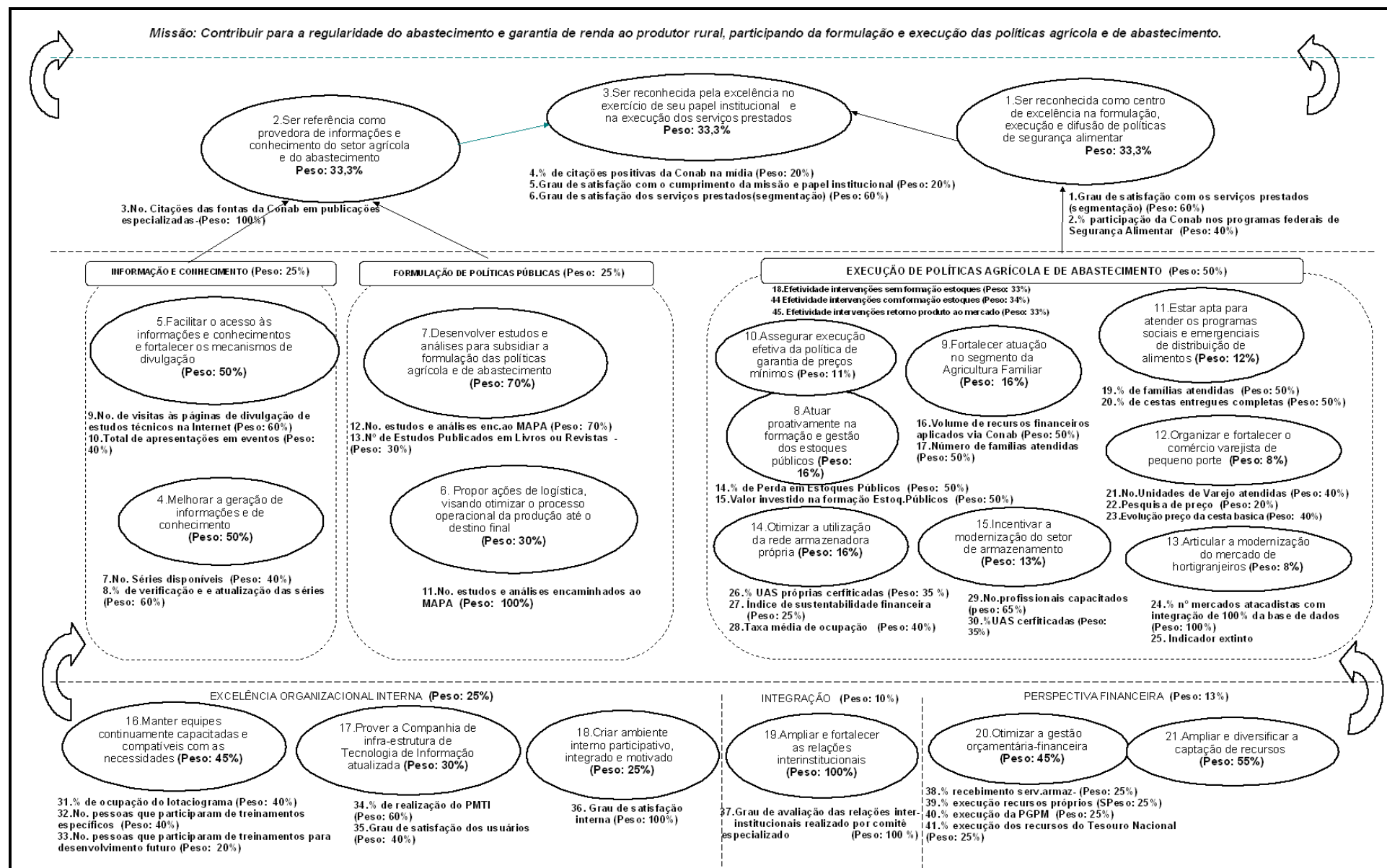
Quadro 3.01
Performance dos Componentes do Mapa Estratégico da Conab

Performance	Simbologia	Cor	Faixa
Excelente		Verde	> ou = a 90%
Boa		Azul	70% a 89%
Regular		Amarelo	40% a 69%
Ruim		Vermelho	abaixo de 40%

A figura 01 apresenta o Mapa Estratégico Corporativo com a parametrização mencionada.

Figura 01
Mapa Estratégico Corporativo

Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural,



Os objetivos estratégicos definidos, assim como os indicadores vinculados, as fórmulas estabelecidas, a periodicidade de apuração e os respectivos responsáveis pela mensuração são apresentados no quadro 3.02.

Tendo como referência as dimensões de análise de desempenho adotadas pelo TCU apresentamos, no Quadro 3.03, a Matriz de Indicadores, associando a cada dimensão as variáveis: tempo, custo, quantidade, qualidade e acesso.

O Resultado da apuração desses indicadores, assim como as notas explicativas, constam do Capítulo 4 – Análise do Resultado Alcançado.

Quadro 3.02
Objetivos e Indicadores do Mapa Estratégico Corporativo

Perspec- tiva	Objetivo Estratégico		N.º Ind.	Indicador	Fórmula (macro)	Tipo de Indicador	Freq. Apuração	Resp. Cálculo/Medição
S O C I E D A D E	1	Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar	1	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	N.º de avaliações satisfatórias/total de respostas	Efetividade	Bienal	Raquel Villela Alves
			2	% de participação da Conab nos programas federais de Segurança Alimentar	Número de programas federais ligados à Segurança Alimentar com participação da Conab/Total de programas federais ligados à Segurança Alimentar	Equidade	Anual	João Cláudio D'alla Costa
	2	Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e do abastecimento	3	Número de citações das fontes da Conab em publicações especializadas	Número de vezes que as informações e conhecimentos da Conab foram citados como fonte	Efetividade	Trimestral	Raquel Villela Alves
	3	Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados	4	Número de citações positivas da Conab na mídia	Número de citações em jornais e revistas nacionais e regionais	Efetividade	Mensal	Raquel Villela Alves
			5	Grau de satisfação com o cumprimento da missão e papel institucional	Número de avaliações satisfatórias/total de respostas	Efetividade	Bienal	Raquel Villela Alves
			6	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Número de avaliações satisfatórias/total de respostas	Efetividade	Bienal	Raquel Villela Alves
P R O C E S S O S I N T E R N O S	INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO							
	4	Melhorar a geração de informações e de conhecimento	7	Número de séries estatísticas disponíveis	Número de séries que compõem o banco de dados	Eficiência	Trimestral	Airton Camargo P. da Silva
			8	% de séries estatísticas verificadas e atualizadas	Número de séries estatísticas checadas e atualizadas/total de séries	Eficácia	Trimestral	Airton Camargo P. da Silva
	5	Facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação	9	N.º de visitas às páginas de informações técnicas	Total de visitas à página da Internet nas páginas de divulgação de estudos técnicos	Efetividade	Trimestral	Raquel Villela Alves
			10	Total de apresentações em eventos	Total de palestras em eventos próprios ou de terceiros	Efetividade	Semestral	Raquel Villela Alves
	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS							
	6	Propor ações de logística, visando otimizar o processo operacional da produção até o destino final	11	Número de estudos e análises de logística encaminhados ao MAPA	Total de propostas elaboradas e encaminhadas ao MAPA	Eficiência	Anual	Francisco Olavo Batista de Sousa
	7	Desenvolver estudos e análises para subsidiar a formulação das políticas agrícolas e de abastecimento	12	Número de estudos e análises encaminhados ao MAPA	Total de propostas elaboradas e encaminhadas ao MAPA	Eficiência	Trimestral	Carlos Eduardo C. Tavares
			13	Número de Estudos Publicados em Livros ou Revistas Especializadas	Somatório da quantidade de estudos e análises publicados em livros e revistas especializadas	Eficiência	Trimestral	Carlos Eduardo C. Tavares

Perspectiva	Objetivo Estratégico	N.º Ind.	Indicador	Fórmula (macro)	Tipo de Indicador	Freq. Apuração	Resp. Cálculo/Medição
EXECUÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO							
P R O D U T O R I O S	8	14	% de Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	Total de Perdas de Estoques Públicos, em toneladas/Total de Estoques Públicos, em toneladas	Economicidade	Trimestral	Mônica Avelar A. Netto
			Valor investido na formação de estoques públicos	Valor monetário aplicado na formação dos estoques públicos	Economicidade	Trimestral	Jussara Flores Soares
	9	16	Volume de recursos financeiros aplicados via Conab	Valor total executado no PAA	Economicidade	Trimestral	Marco Antonio R. Pinto
			Número de famílias atendidas pelo Programa	Quantidade de famílias atendidas no PAA	Equidade	Trimestral	Marco Antônio R. Pinto
	10	18	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, sem formação de estoques (PEP; PROP; PEPRO, etc)	Realizar acompanhamento antes e após intervenção, por amostragem, algumas vezes no ano	Efetividade	Sempre que ocorrer intervenção (pontual)	Carlos Eduardo C. Tavares
		44	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, com formação de estoques (AGF e Contrato Opção Pública Venda)	Realizar acompanhamento antes e após intervenção, por amostragem, algumas vezes no ano	Efetividade	Sempre que ocorrer intervenção (pontual)	Carlos Eduardo C. Tavares
		45	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - Retorno de produto ao Mercado (Vendas e VEP)	Realizar acompanhamento antes e após intervenção, por amostragem, algumas vezes no ano	Efetividade	Sempre que ocorrer intervenção (pontual)	Carlos Eduardo C. Tavares
	11	19	% de famílias atendidas	Número de famílias atendidas/Total de atendimentos contratados	Equidade	Trimestral	João Cláudio D'alla Costa
		20	% de cestas entregues completas	Total de cestas entregues completas/Total de cestas entregues	Equidade	Trimestral	João Cláudio D'alla Costa
	12	21	Número de unidades de varejo atendidas	Quantidade de unidades de varejo atendidas pelo programa da Conab	Efetividade	Trimestral	João Cláudio D'alla Costa
		22	Pesquisa de preço	Preços praticados nas unidades atendidas pela REFAP/Preços praticados nos atacadistas locais	Eficácia	Trimestral	João Cláudio D'alla Costa
		23	Evolução do preço da cesta básica nas cidades atendidas pela REFAP	Valor identificado pelo DIEESE no período/Valor identificado pelo DIEESE no período anterior	Equidade	Semestral	João Cláudio D'alla Costa
	13	24	Número de mercados atacadistas com integração de 100% da base de dados	Quantidade de mercados que aderirem ao PROHORT e que integram a base dados	Efetividade	Semestral	João Cláudio D'alla Costa
		25	% de empresas aderidas ao sistema com acesso às informações	Total de empresas com acesso às informações/Total de empresas aderidas ao sistema	Indicador Extinto – Reunião Metas 2006		
	14	26	% de UAs próprias certificadas	Número de UAs próprias certificadas/Total de UAs próprias	Eficácia	Semestral	Denise Deckers do Amaral
		27	Índice de sustentabilidade financeira das UAs próprias	Receitas líquidas/Despesas totais	Eficiência	Mensal	Eugênia Maria Rocha de Oliveira
		28	Taxa média de ocupação das UAs próprias	Total de estoques depositados nas Uas/Total da capacidade estática	Eficiência	Mensal	Denise Deckers do Amaral
	15	29	Número de profissionais capacitados	Número de pessoas capacitadas nos cursos de formação profissional oferecidos sob coordenação da Conab	Eficácia	Trimestral	Denise Deckers do Amaral
		30	% de UAs certificadas	Número de UAs certificadas/Total de UAs cadastradas	Eficácia	Semestral	Denise Deckers do Amaral

Perspectiva	Objetivo Estratégico		N.º Ind.	Indicador	Fórmula (macro)	Tipo de Indicador	Freq. Apuração	Resp. Cálculo/Medição
EXECUTIVA ORG. INT.	16	Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades	31	% de ocupação do lotaciograma	Postos preenchidos conforme posição requerida/Postos existentes	Eficácia	Semestral	Silvana da Silva Rodrigues
			32	Número de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades	Número de empregados capacitados	Eficácia	Semestral	Silvana da Silva Rodrigues
			33	Número de pessoas que passaram por treinamentos para desenvolvimento futuro	Número de empregados capacitados	Eficácia	Semestral	Silvana da Silva Rodrigues
	17	Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia de Informação atualizada	34	% de realização do PMTI-Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação	Média ponderada geral do status dos projetos considerando cumprimento/Planejado até o período	Eficácia	Trimestral	Marcelo Lins Faustino
			35	Grau de satisfação dos usuários	Avaliar grau de satisfação dos usuários com sistemas e suportes oferecidos	Efetividade	Anual	Marcelo Lins Faustino
INTEGRAÇÃO	18	Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado	36	Grau de satisfação interna	N.º de pesquisados satisfeitos/N.º total de pesquisados	Efetividade	Anual	Silvana da Silva Rodrigues
	19	Ampliar e fortalecer as relações interinstitucionais	37	Grau de avaliação das relações interinstitucionais realizado por comitê especializado	Avaliação – Aplicação de questionários	Efetividade	Semestral	José Augusto Vicarone
FINANCEIRA	20	Otimizar a gestão orçamentária-financeira	38	% de recebimento da prestação de serviços de armazenagem	Receitas arrecadadas/ Faturamento Operacional das UAs	Eficácia	Mensal	José Carlos Alves Grangeiro
			39	% de execução orçamentária-financeira da PGPM	Total de valores liquidados/Total de valores aprovados no orçamento-cortes	Eficácia	Mensal	Jussara Flores Soares
			40	% de execução orçamentária-financeira dos recursos próprios	Total de valores liquidados/Total de valores aprovados no orçamento-cortes	Eficácia	Mensal	José Carlos Alves Grangeiro
			41	% de execução orçamentária-financeira dos recursos do Tesouro Nacional	Total de valores liquidados/Total de valores aprovados no orçamento-cortes	Eficácia	Mensal	José Carlos Alves Grangeiro
	21	Ampliar e diversificar a captação de recursos	42	Recursos provenientes de parcerias	Total de recursos provenientes de parcerias	Economicidade	Trimestral	José Carlos Alves Grangeiro
			43	Recursos provenientes de armazenagem	Total de recursos próprios provenientes de armazenagem (Exclui o repasse do Tesouro)	Eficiência	Trimestral	José Carlos Alves Grangeiro

Elab.: Conab/Presi/Coaud - Supav
Fonte: Conab/Presi/Supav

Quadro 3.03
Matriz de Indicadores de Desempenho

DIMENSÃO \ VARIÁVEL	TEMPO	CUSTO	QUANTIDADE	QUALIDADE	ACESSO	FREQUÊNCIA
ECONOMICIDADE		14. % de perda em Estoques Públicos. 42. Recursos de Parcerias	15. Valor investido na formação Estoques Públicos. 16. Volume de recursos financeiros aplicados via Conab (PAA).			04 (9,1%)
EFICIÊNCIA		27. Índice de sustentabilidade financeira das UAs 43. Recursos de Armazenagem	07. N.º de séries disponíveis. 11. N.º de estudos e análises de logística encaminhados ao MAPA. 12. N.º de estudos e análises encaminhados ao MAPA. 13. N.º de Estudos Publicados em Livros e Revistas. 28. Taxa média de ocupação das Uas			07 (15,9%)
EFICÁCIA		38. % recebimento serviço de armazenagem. 39. % execução orçamentária recursos próprios. 40. % execução orçamentária da PGPM. 41. % execução orçamentária dos recursos do Tesouro Nacional.	08. N.º de verificação e atualização das séries. 22. Pesquisa de Preço. 29. N.º de profissionais capa-citados (Setor Armazenador) 31. % de ocupação do lotaciograma.	26. % UAs próprias certificadas. 30. % UAs Certificadas. 34. % de realização do PMTI.	32. N.º pessoas que participaram de treinamentos. 33. N.º de pessoas que participaram de treinamentos para desenvolvimento futuro.	13 (29,5%)
EFETIVIDADE			10. Total de apresentação em eventos. 18. Efetividade das intervenções- sem formação de estoques. 44. Efetividade das intervenções - com formação de estoques 45. Efetividade das Intervenções - retorno do produto ao mercado	01. Grau de satisfação com os serviços prestados. 04. % de citações positivas da Conab na mídia. 05. Grau de satisfação com o cumprimento da missão e papel institucional. 06. Grau de satisfação dos serviços prestados (segmentação). 35. Grau de satisfação dos usuários. 36. Grau de satisfação interna.	03. N.º de citações das fontes da Conab em publicações especializadas. 09. N.º de visitas às páginas de divulgação de estudos na Internet. 21. N.º de unidades de varejo atendidas. 24. % de mercados atacadistas com integração de 100% da base de dados 25. Indicador Extinto 37. Grau de avaliação das relações inter-institucionais realizado por comitê especializado.	15 (34,1%)
EQUIDADE		23. Evolução preço da cesta básica.	02. % participação da Conab nos programas federais de Segurança Alimentar. 17. N.º de famílias atendidas(PAA). 20. % de cestas entregues completas.		19. % de famílias atendidas (Prog.Distribuição Cestas)	05 (11,4%)
FREQUÊNCIA		09 (20,5%)	18 (40,9%)	09 (20,5%)	08 (18,2%)	44 (100%)

Fonte e Elab.: Conab/Presi/Coaud – Supav

4 . Análise do Resultado Alcançado

4.1 - Execução dos Programas/Ações Orçamentárias

4.1.1 - Ações do Programa Abastecimento Agroalimentar

4.1.1.1 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

A ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários, por meio de:

- manutenção e modernização da rede de armazéns;
- aquisição, recuperação e adequação de imóveis;
- manutenção, aquisição, recuperação de máquinas/equipamentos;
- informatização da unidades.

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.188.500 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou de que participa.

Quadro 4.01

Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem

Sureg	UF	Quantidade		Capacidade (t)			Total
		Armazém	Unidade	Convencional	Granel	Frigorifica	
Suregs com Processos Individualizados							
AM	AM	2	1	4.800	-	-	4.800
	RR	4	1	8.700	-	-	8.700
CE	CE	10	7	53.400	-	-	53.400
GO	DF	5	1	37.800	25.800	-	63.600
	GO	14	9	45.200	145.000	-	190.200
MG	MG	17	11	140.600	141.600	2.400	284.600
MT	MT	23	6	24.100	180.100	-	204.200
PR	PR	13	6	130.100	445.800	5.000	580.900
PE	AL	1	1	2.800	-	-	2.800
	PE	4	2	28.400	-	-	28.400
RO	AC	1	1	600	-	-	600
	RO	5	3	20.000	-	-	20.000
RS	RS	4	3	13.300	-	14.400	27.700
Subtotal		103	52	509.800	938.300	21.800	1.469.900
Demais Suregs							
BA	BA	10	5	36200	-	-	36.200
	SE	1	1	3.200	-	-	3.200
ES	ES	3	2	86.000	-	-	86.000
MA	MA	13	4	15.000	66.400	-	81.400
MS	MS	16	8	14.700	169.700	-	184.400
PA	PA	5	3	25.000	-	-	25.000
PB	PB	2	2	15.900	-	-	15.900
PI	PI	6	4	23.900	-	-	23.900
RJ	RJ	2	1	26.800	-	-	26.800
RN	RN	5	5	23.700	-	-	23.700
SC	SC	4	2	6.600	5.000	-	11.600
SP	SP	6	5	167.300	-	-	167.300
TO	TO	3	2	5.200	28.000	-	33.200
Subtotal		76	44	449.500	269.100	-	718.600
Total Geral		179	96	959.300	1.207.400	21.800	2.188.500

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A modalidade de armazenagem predominante é a granel, que representa 55,17% da capacidade total, a convencional participa com 43,83% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, com 1,0%.

Durante o exercício foram abertas/reabertas 9 unidades armazenadoras, a saber:

Quadro 4.02
Demonstrativo de Unidades Armazenadoras Abertas ou Reabertas

Período	Ação	UA	UF	Aprovação		N.º Armazéns	Capacidade (t)
				Voto	Data		
1.º trim	Reabertura	Crateús	CE	DIGES 013/05	18/10/2005	1	3.300
2.º trim	Reabertura	Balsas	MA	DIGES 005/06	06/02/2006	5	17.900
	Reabertura	Teixeira de Freitas	BA	DIGES 010/06	17/03/2006	1	4.400
	Reabertura	Itaberaba	BA	DITES 031/04	08/11/2004	1	2.000
	Reabertura	Ribeirão do Pombal	BA	DIGES 009/06	17/03/2006	1	4.400
	Reabertura	Natal - Caiapós	RN	DIGES 012/06	21/03/2006	1	8.800
	Abertura	Entre Rios	BA	DIGES 015/06	19/05/2006	1	2.000
3.º trim	Reabertura	Currais Novos	RN	DIGES 023/06	23/06/2006	1	3.470
	Reabertura	Cuiabá	MT	DIGES 026/06	08/08/2006	2	7.600

Fonte: Conab/Digs/Suarm

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gearé

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas atendidas na plenitude nos exercícios anteriores, devido principalmente à escassez de recursos financeiros/orçamentários.

A dotação orçamentária aprovada para 2006 foi de R\$10,0 milhões, sendo R\$7,0 milhões para despesas correntes e R\$3,0 milhões para investimentos (despesas de capital) em 40 unidades armazenadoras-UIs. Foram aplicados, em 2006, recursos da ordem de R\$9,9 milhões (99%), na manutenção, recuperação, adequação e modernização de equipamentos operacionais, e na recuperação de estruturas. O Quadro a seguir detalha as Unidades beneficiadas e os valores aplicados.

Quadro 4.03
Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa (R\$)		Total
			Corrente	Capital	
Suregs com Processos Individualizados					
Sureg-AM	AM	Sede Sureg	20.046,35	46.219,25	66.265,60
		UA-Manaus	5.374,51	5.680,00	11.054,51
	RR	UA-Boa Vista	3.093,60	-	3.093,60
Sureg-CE	CE	Sede Sureg	54.130,39	4.790,00	58.920,39
		UA-Russas	35.217,66	-	35.217,66
		UA-Maracanaú	3.322,93	-	3.322,93
		UA-Juazeiro do Norte	27.810,33	-	27.810,33
		UA-Sobral	8.522,46	-	8.522,46
		UA-Iguatu	40.971,01	-	40.971,01
		UA-Senador Pompeu	20.656,20	-	20.656,20
		UA-Crateus	10.688,07	-	10.688,07

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa (R\$)		Total
			Corrente	Capital	
Sureg-GO	GO	Sede Sureg	65.781,13	2.870,00	68.651,13
		UA-Palmeiras de Goiás	46.154,68	-	46.154,68
		UA-Paraúna	51.816,01	1.560,00	53.376,01
		UA-Pontalina	35.944,99	-	35.944,99
		UA-Rio Verde	74.056,84	30.000,00	104.056,84
		UA-São Luís dos Montes Belos	37.209,93	-	37.209,93
		UA-Santa Helena	17.498,69	-	17.498,69
		UC-Itapuranga	26.976,31	-	26.976,31
		UA-Porteirão	13.275,54	-	13.275,54
	UA-Goiânia	2.846,75	-	2.846,75	
	DF	UA-Brasília	137.109,84	4.378,00	141.487,84
Sureg-MG	MG	Sede Sureg	66.761,28	-	66.761,28
		UA-Uberaba	65.990,79	101.996,09	167.986,88
		UA-Uberlândia	8.496,83	84.636,64	93.133,47
		UA-Passa Quatro	1.959,04	1.900,00	3.859,04
		UA-São Sebastião do Paraíso	-	2.680,00	2.680,00
		UA-Conceição do Rio Verde	546,37	-	546,37
		UA-Perdões	368,75	-	368,75
		UA-Campos Altos	283,83	-	283,83
		UA-Montes Claros	6.178,98	-	6.178,98
Sureg-MT	MT	Sede Sureg	92.957,44	-	92.957,44
		UA-Diamantino	4.163,64	-	4.163,64
		UA-Rondonópolis	92.340,26	29.700,00	122.040,26
		UA-Sorriso	44.665,97	-	44.665,97
		UA-Sinop	63.258,96	-	63.258,96
		UA-Alta Floresta	2.236,52	55.913,91	58.150,43
Sureg-PE	PE	Sede Sureg	56.640,27	130.360,00	187.000,27
		UA-Arco Verde	1.037,73	-	1.037,73
	AL	UA-Maceió	2.812,81	-	2.812,81
Sureg-PR	PR	Sede Sureg	56.449,53	-	56.449,53
		UA-Cambé	141.781,98	35.996,19	177.778,17
		UA-Ponta Grossa	390.121,99	7.444,00	397.565,99
		UA-Apucarana	2.818,56	680,00	3.498,56
		UA-Paranaguá	981,80	-	981,80
		UA-Rolândia	6.954,37	51.401,91	58.356,28
		AF-Curitiba	921.898,55	421.596,36	1.343.494,91
Sureg-RO	RO	UA-Cacoal	52.918,76	-	52.918,76
		UA-Porto Velho	23.863,54	10.250,00	34.113,54
		UA-Vilhena	30.912,82	-	30.912,82
		Sede Sureg	34.752,72	-	34.752,72
	AC	UA-Rio Branco	143,00	1.713,00	1.856,00
Sureg-RS	RS	Sede Sureg	65.736,92	19.275,00	85.011,92
		AF-Coronel Augusto Álvaro Leitão	436.848,52	322.216,50	759.065,02
		AF-Porto Alegre	91.008,61	49.362,15	140.370,76
		UA-Porto Alegre	2.740,88	-	2.740,88
Subtotal			3.509.136,24	1.327.121,75	4.931.755,24
Demais Suregs					
Sureg-BA	BA	Sede Sureg	38.933,69	-	38.933,69
		UA-Itaberaba	25.038,63	-	25.038,63
		UC-Irecê	3.625,94	-	3.625,94
		UA-Entre Rios	25.050,75	-	25.050,75
		UA-Ribeira do Pombal	1.096,98	25.320,00	26.416,98
		UA-Teixeira de Freitas	544,82	-	544,82
	SE	UA-Itabaiana	2.170,75	-	2.170,75
Sureg-ES	ES	Sede Sureg	2.047,43	-	2.047,43
		UA-Colatina	32.921,78	-	32.921,78
		UA-Camburi	35.319,72	-	35.319,72

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa (R\$)		Total
			Corrente	Capital	
Sureg-MA	MA	Sede Sureg	101.630,05	-	101.630,05
		UA-Itaqui	160.710,60	161.762,16	322.472,76
		Ua-Imperatriz	20.541,33	3.980,00	24.521,33
		UA-São Luís	620,38	-	620,38
Sureg-MS	MS	Sede Sureg	102.837,44	-	102.837,44
		UA-Campo Grande	26.818,01	-	26.818,01
		UA-Dourados	140.145,39	-	140.145,39
		UA-Cassilândia	17.414,36	-	17.414,36
		UA-Maracaju	25.326,67	-	25.326,67
		UA-Rio Brilhante	34.000,52	-	34.000,52
		UA-São Gabriel D'Oeste	32.211,90	-	32.211,90
		UA-Sidrolândia	37.284,56	308.111,12	345.395,68
		UA-Chapadão do Sul	100.395,38	-	100.395,38
Sureg-PA	PA	Sede Sureg	25.141,95	-	25.141,95
		UA-Ananindeua	2.468,44	-	2.468,44
		UA-Santarém	563,87	-	563,87
		UA-Marabá	4.261,43	-	4.261,43
Sureg-PB	PB	UA-João Pessoa	86.199,28	-	86.199,28
		UA-Campina Grande	1.052,41	-	1.052,41
		Sede Sureg	12.674,49	-	12.674,49
Sureg-PI	PI	UA-Teresina	88.566,66	-	88.566,66
		UA-Picos	4.601,76	-	4.601,76
		UA-Floriano	5.646,28	-	5.646,28
		Sede Sureg	33.107,25	-	33.107,25
		UA-Parnaíba	3.451,44	-	3.451,44
Sureg-RJ	RJ	Sede Sureg	219.340,88	-	219.340,88
		UA-Lira Tavares	17.883,12	12.500,00	30.383,12
Sureg-RN	RN	UA-Natal	62.658,46	-	62.658,46
		UA-Mossoró	881,01	-	881,01
		Sede Sureg	15.466,97	-	15.466,97
		UA-Assu	30.031,16	-	30.031,16
Sureg-RO	RO	UA-Cacoal	52.918,76	-	52.918,76
		UA-Porto Velho	23.863,54	10.250,00	34.113,54
		UA-Vilhena	30.912,82	-	30.912,82
		Sede Sureg	34.752,72	-	34.752,72
	AC	UA-Rio Branco	143,00	1.713,00	1.856,00
Sureg-SC	SC	UA-Herval D'Oeste	74.715,86	-	74.715,86
		Sede Sureg	22.947,67	318,50	23.266,17
		UA-São José	41.109,37	3.500,00	44.609,37
Sureg-SP	SP	Sede Sureg	22.861,42	-	22.861,42
		UA-Bauru	83.607,90	69.449,50	153.057,40
		UA-Garça	1.212,55	-	1.212,55
		UA-Bernardino de Campos	442,58	-	442,58
Sureg-TO	TO	Sede Sureg	40.105,75	7.949,62	48.055,37
		UA-Araguaína	1.474,95	20.600,00	22.074,95
		UA-Rio Formoso	62.928,56	20.979,50	83.908,06
Matriz			1.513.280,78	917.545,80	2.430.826,58
Total			6.954.507,57	2.974.635,20	9.929.142,77

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

O estoque médio armazenado total manteve-se estabilizado e a receita com produtos de terceiros teve redução de 30%, conforme demonstrado no Quadro 4.04.

Quadro 4.04

Demonstrativo da Variação de Estoque Médio Total e da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros

Unidades	Estoque (em t)					Receita com Produtos de Terceiros		
	2005	2006			Variação % (a)x(b)	(em R\$1,00)		
	Total (b)	GOV	TERC	TOTAL (a)		2005	2006	Var. (%)
Suregs com Processos Individualizados								
AM	424	796	98	894	110,8	37.141	16.216	-56,3
CE	12.033	15.171	2.202	17.373	44,4	192.135	273.441	42,3
GO	83.001	64.092	42.183	106.275	28,0	4.901.060	3.664.897	-25,2
MG	90.605	20.440	30.212	50.652	-44,1	4.106.866	2.522.842	-38,6
MT	106.178	129.645	4.742	134.388	26,6	1.786.373	455.341	-74,5
PE	15.154	11.760	476	12.236	-19,3	76.287	17.650	-76,9
PR	230.736	128.401	75.541	203.942	-11,6	6.566.552	4.262.187	-35,1
RO	6.989	4.725	2.024	6.749	-3,4	294.094	96.231	-67,3
RS	5.880	1.367	9.504	10.871	84,9	3.119.268	5.008.404	60,6
Subtotal	551.000	376.397	166.984	543.380	-1,4	21.079.776,42	16.317.208,66	-22,6
Suregs com Processo Consolidado								
BA	15.185	9.283	1.339	10.622	-30,1	200.434,45	70.924,95	-64,6
ES	4.260	3.664	1.392	5.056	18,7	290.502,49	434.878,50	49,7
MA	21.030	4.082	10.247	14.329	-31,9	1.175.157,85	769.133,35	-34,6
MS	112.618	113.014	14.908	127.922	13,6	929.891,02	660.984,14	-28,9
PA	2.905	6.486	723	7.209	148,2	304.239,20	282.742,40	-7,1
PB	2.378	2.085	30	2.115	-11,1	6.350,94	10.816,72	70,3
PI	7.136	8.482	624	9.106	27,6	2.200,47	29.423,74	1.237,2
RJ	10.755	465	8.640	9.105	-15,3	252.662,12	464.873,32	84,0
RN	5.810	4.415	11	4.426	-23,8	6.275,05	5.483,75	-12,6
SC	8.745	3.345	4.348	7.693	-12,0	144.031,14	108.684,92	-24,5
SP	20.384	6.595	10.313	16.907	-17,1	1.271.184,05	853.902,52	-32,8
TO	9.801	5.864	2.372	8.236	-16,0	354.593,29	41.556,41	-88,3
Matriz		-	-	-	-	-	19.346,72	
Subtotal	221.007	167.779	54.947	222.726	0,8	4.937.522,07	3.752.751,44	-24,0
Total	772.007	544.176	221.930	766.106	-0,8	26.017.298,49	20.069.960,10	-22,9

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.2 - Conclusão da Obra da UA de Uberlândia-MG

A ação visa concluir a obra inacabada do graneleiro tipo “V”, com capacidade estática de 100.000 toneladas. Esta obra ampliará o Complexo Armazenador de Uberlândia, que possui relevante importância para a agricultura regional, sendo também estratégico para o desempenho das políticas agrícola e de abastecimento, principalmente com a atual diretriz do governo de recompor os seus estoques estratégicos e de segurança alimentar. O custo total inicialmente previsto para término da obra em 2007 foi de R\$18,7 milhões, sendo aprovado na LOA-2006 o valor de R\$14.925.000,00, no item despesa de capital a ser custeada pela receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública, isto é, pela venda antecipada de espaço em unidades armazenadoras da rede própria de armazéns.

O início das obras encontra-se em atraso, notadamente em função de que a receita de venda de espaço em armazéns da rede, não está ocorrendo como prevista, portanto não foi executada nenhuma atividade com custos contabilizados nessa Ação.

4.1.1.3 - Aquisição de Produtos para Comercialização

A meta física estabelecida para 2006 previa a aquisição de 52.000 t de diversos produtos para atendimento às parcerias firmadas, tendo sido aprovado no LOA R\$100.000.000,00 para esse fim.

Durante 2006 foi dada continuidade à execução dos convênios assinados com 28 Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba, para fornecimento de leite de cabra (achocolatado e iogurte de morango) a 288 escolas. Foram doados 765,3 mil litros de leite, sendo 629,5 mil litros pela Conab e o restante pelas prefeituras municipais, conforme detalhado no Quadro 4.05.

Quadro 4.05
Demonstrativo da Doação de Leite de Cabra (achocolatado/iogurte de morango)

Município	N.º de Escolas	N.º de Alunos	Quantidade doada (em 1000 l)		
			Conab	Prefeitura	Total
Alcantil	17	1.262	12,1	3,5	15,6
Alhandra	19	4.100	30,1	1,8	31,9
Aroeiras	5	2.342	18,4	6,8	25,2
Assunção	7	1.056	12,5	4,8	17,2
Bayeux	31	14.871	121,1	60,7	181,8
Barra de Santana	45	1.794	11,1	6,8	18,0
Boa Vista	1	600	7,7	2,9	10,6
Boqueirão	31	3.622	49,3	17,4	66,7
Cabeceiras	5	956	12,6	4,2	16,9
Desterro	15	2.147	16,5	1,2	17,7
Fagundes	1	1.100	15,4	4,4	19,8
Gurjão	2	381	5,4	1,5	6,9
Queimadas	4	526	7,1	2,5	9,7
São João do Cariri	1	250	5,2	1,0	6,2
Taperoá	39	3.452	50,1	12,0	62,1
Camalaú	7	691	8,8	0,8	9,6
Caraúbas	1	240	1,7	0,1	1,8
Congo	3	1.027	7,8	0,2	8,0
Livramento	5	1.500	10,5	0,3	10,8
Monteiro	31	3.736	32,9	1,2	34,1
Parari	1	75	0,4	0,0	0,4
Prata	1	214	2,0	0,0	2,0
São Seb. do Umbuzeiro	6	489	5,5	0,3	5,8
Serra Branca	4	950	9,7	0,5	10,2
Sumé	5	951	9,3	0,3	9,6
Zabelê	1	314	4,6	0,4	5,0
SESC J. Pessoa	63	7.982	122,0		
SESC C. Grande	42	4.200	39,6		
Total	393	60.828	629,5	135,8	765,3

Fonte: Sureg-PE

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Em fevereiro foi iniciado convênio com 7 Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul, com vistas a aquisição de produtos alimentícios provenientes da Agricultura Familiar para o fornecimento ao Programa de Alimentação Escolar. Nos municípios de Tapes, Viamão, Bagé, São Lourenço do Sul, Tapejara e Santa Cruz do Sul, foram distribuídos 190,3 toneladas de alimentos no último quadrimestre do exercício, beneficiando 33.123 alunos.

Ficou estabelecido que a Conab adquire os alimentos de cooperativas ou associações de produtores familiares e providencia a entrega nas unidades indicadas, enquanto que as prefeituras, entre outras obrigações, indicam os locais de entrega, assumem a responsabilidade pelo controle de qualidade e efetuam o pagamento à Companhia em até cinco dias após o recebimento das notas fiscais.

A dotação orçamentária aprovada para a Ação foi de R\$100.000.000,00 tendo sido executados R\$574.611,59, representando cerca de 0,6%. Quanto à meta física, foi realizada em 1,5%, com a aquisição de apenas 955,6 toneladas de alimentos.

4.1.1.4 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

A meta física aprovada na LOA/2006 previa o cadastramento/recadastramento de 11.600 Unidades Armazenadoras sendo consignado para tanto dotação orçamentária no valor de R\$400,0 mil.

Em face da impossibilidade de realização desse trabalho em apenas um ano, em virtude do grande número de unidades armazenadoras e devido ao fato de que os empregados envolvidos nessa atividade executam também outras tarefas, tais como: fiscalização dos estoques; levantamento de safras; remoção de estoques públicos e aquisição de produtos agrícolas, tanto no âmbito da PGPM quanto de agricultores familiares, a área responsável programou a realização das operações de cadastramento/recadastramento nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Piauí, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso.

No entanto, face à necessidade de aumento da capacidade estática credenciada para realização das operações de comercialização, tais como: o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP, o Valor de Escoamento do Produto-VEP, o Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, o planejamento inicial não foi totalmente realizado. Foram eleitas as áreas beneficiadas naqueles instrumentos. Em 2006 foram cadastrados/recadastrados 2.609 armazéns, representando 22,5% da meta física.

No fim do exercício estavam cadastrados 16.382 armazéns, com capacidade estática disponível para 122,0 de toneladas, sendo 26,9 milhões de toneladas para produtos embalados ou enfardados e 95,1 milhões de toneladas para granel.

Dos armazéns cadastrados apenas 1.025 (14,8 milhões de toneladas) se enquadraram em todos os requisitos técnicos definidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Em relação ao exercício anterior, houve crescimento de 14,63% na capacidade estática cadastrada e de 1,63% nas credenciadas, conforme demonstrado no Quadro 4.06.

Quadro 4.06
Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Cadastramento e Credenciamento

Sureg	Capacidade Estática (Em t)					
	Cadastrada		Variação (%)	Credenciada		Variação (%)
	2005	2006		2005	2006	
Unidades com Processos individualizados						
AM	59.992	54.980	-8,35	4.800	4.800	0,00
CE	376.531	378.480	0,52	15.000	53.400	256,00
GO	11.500.025	12.829.990	11,56	2.267.903	2.392.490	5,49
MG	6.341.551	6.960.820	9,77	388.550	463.570	19,31
MT	16.248.733	22.723.930	39,85	1.366.204	2.099.670	53,69
PE	940.117	981.490	4,40	31.840	30.400	-4,52
PR	23.013.298	24.944.400	8,39	5.653.463	5.743.210	1,59
RO	471.418	492.280	4,43	44.920	49.420	10,02
RS	20.972.784	22.252.820	6,10	3.059.167	1.668.470	-45,46
Subtotal	79.924.449	91.619.190	14,63	12.831.847	12.505.430	-2,54
Suregs com Processo Consolidado						
BA	2.926.935	3.344.960	14,28	3.200	139.980	4274,38
ES	917.025	984.700	7,38	86.000	86.000	-
MA	1.163.042	1.355.750	16,57	63.500	81.400	28,19
MS	5.939.344	6.553.930	10,35	652.533	882.810	35,29
PA	350.256	352.670	0,69	24.990	25.000	0,04
PB	67.031	102.840	53,42	15.900	15.220	-4,28
PI	155.141	605.240	290,12	23.900	23.900	-
RJ	222.522	237.480	6,72	26.800	26.800	-
RN	74.806	67.010	-10,42	6.400	20.200	215,63
SC	3.523.871	3.478.540	-1,29	366.838	251.960	-31,32
SP	9.826.548	11.913.660	21,24	393.993	676.000	71,58
TO	1.329.595	1.371.710	3,17	35.306	33.200	-5,96
Subtotal	26.496.116	30.368.490	412	1.699.360	2.262.470	4.584
Total	106.420.565	121.987.680	14,63	14.531.207	14.767.900	1,63

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

No mesmo período, estavam descredenciados 493 armazéns, com capacidade para 4.2 milhões de toneladas, por terem sido registrados desvios de produtos, troca de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 12.831, com capacidade para 89,2 milhões de toneladas, estavam impedidos de operar com a PGPM, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 1.614 armazéns, com capacidade para 10,3 milhões de toneladas, não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab e 419 armazéns (3,6 milhões de toneladas) estavam impedidos por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme demonstrado no Quadro 4.07.

Quadro 4.07

Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento

	Capacidade Estática (Em t)											
	Descredenciada		Var. (%)	Impedida		Var. (%)	Sem Contrato		Var. (%)	Imp. no SICAF		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006		2005	2006		2005	2006	
Suregs com Processos individualizados												
AM	-	-	-	22.722	16.920	-25,53	15.466	16.250	5,07	17.004	17.010	0,04
CE	-	-	-	259.184	309.980	19,6	15.097	15.100	0,02	87.250	-	-100
GO	668.751	824.900	23,35	4.799.418	8.520.550	77,53	625.986	724.350	1,71	3.137.967	367.700	-88,28
MG	178.310	7.400	-95,85	3.814.955	5.906.710	54,83	237.145	427.400	80,23	1.722.591	155.740	-90,96
MT	178.427	521.390	192,21	7.485.284	18.398.610	145,8	289.701	1.101.690	280,29	6.930.872	602.570	-91,31
PE	137.000	137.000	-	710.941	752.030	5,78	53.309	62.060	16,42	7.027	-	-100
PR	166.554	6.040	-96,37	9.713.953	15.989.670	64,61	2.404.612	2.587.740	7,62	5.074.716	617.740	-87,83
RO	9.580	-	-100	319.202	402.040	25,95	-	22.170	-	97.716	18.650	-80,91
RS	1.542.497	1.723.280	11,72	8.271.408	14.194.170	71,61	2.699.406	3.392.410	25,67	5.400.306	1.274.490	-76,4
Subtotal	2.881.119	3.220.010	11,76	35.397.067	64.490.680	82,19	6.340.722	8.349.170	31,68	22.475.449	3.053.900	-86,41
Suregs com Processo Consolidado												
BA	22.693	10.750	-52,63	2.549.734	3.163.820	24,08	98.518	30.410	-69,13	252.790	-	-100
ES	-	-	-	584.567	673.040	15,13	196.222	225.660	15	50.236	-	-100
MA	1.310	1.310	-	1.016.712	1.191.520	17,19	81.520	81.520	-	-	-	-
MS	630.007	717.710	13,92	3.411.811	4.617.640	35,34	193.183	213.840	10,69	1.051.810	121.930	-88,41
PA	-	8.540	-	198.305	202.750	2,24	105.565	112.130	6,22	21.396	4.250	-80,14
PB	-	-	-	47.433	81.790	72,43	3.698	5.830	57,65	-	-	-
PI	26.750	-	-100	91.479	580.930	535,04	13.012	410	-96,85	-	-	-
RJ	-	-	-	137.694	147.720	7,28	58.028	62.960	8,5	-	-	-
RN	-	-	-	46.850	25.250	-46,1	21.556	21.560	0,02	-	-	-
SC	1.200	1.440	20	1.580.813	2.162.610	36,8	785.021	889.020	13,25	789.999	173.510	-78,04
SP	188.414	44.910	-76,16	4.619.537	10.719.910	132,06	2.569.764	327.550	-87,25	2.054.840	145.290	-92,93
TO	145.247	150.630	3,71	889.892	1.126.870	26,63	1.120	1.120	-	258.030	59.890	-76,79
Subtotal	1.015.621	935.290	-7,9	15.174.827	24.693.850	62,73	4.127.207	1.972.010	-52,22	4.479.101	504.870	-88,73
Total	3.896.740	4.155.300	6,64	50.571.894	89.184.530	76,35	10.467.929	10.321.180	-1,4	26.954.550	3.558.770	-86,8

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A dotação orçamentária aprovada na LOA foi de R\$400.000,00, sendo gastos no período R\$381.503,93, correspondendo a 95,38%.

Pelas características operacionais da Ação, cerca de 83,26% das despesas realizadas referem-se a diárias e despesas com locomoção, conforme detalhado no Quadro 4.08.

Quadro 4.08

Demonstrativo de Execução da Despesa

Em R\$

Sureg	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp. com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Total
Suregs com Processos Individualizados						
CE	4.090,00	1.423,94	10,00	-	-	5.523,94
GO	8.010,00	10.624,74	-	2.676,55	-	21.311,29
MG	4.040,00	1.866,83	1.413,55	-	-	7.320,38
MT	17.920,00	7.094,84	87.652,47	262,30	-	112.929,60
PE	395,00	136,07	200,00	-	-	731,07
PR	0,00	0,00	1.833,66	-	-	1.833,66
RO	1.020,00	609,89	-	-	-	1.629,89
RS	15.785,00	6.762,82	4.869,05	543,51	-	27.960,38
Subtotal	51.260,00	28.519,13	95.978,73	3.482,36	-	179.240,20
Suregs com Processo Consolidado						
BA	6.650,00	4.628,86	768,00	-	-	12.046,86
ES	3.760,00	644,06	1.165,00	-	-	5.569,06
MA	3.860,00	2.127,58	1.279,00	-	11,90	7.278,48
MS	5.220,00	2.243,47	0,00	-	-	7.463,47
PA	1.400,00	41,08	1.100,79	-	-	2.541,87
PB	4.612,50	179,40	3.862,38	-	-	8.654,28

Sureg	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp. com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Total
PI	7.920,00	2.399,03	5.021,00	97,00	-	15.437,03
RN	3.310,00	770,93	300,00	-	-	4.380,93
SC	6.180,00	950,00	100,00	-	-	7.230,00
SP	1.345,00	197,00	237,00	-	13,05	1.792,05
TO	5.300,00	3.674,79	-	82,00	-	9.056,79
Matriz	59.731,50	11.860,48	47.149,21	2.071,70	-	120.812,90
Subtotal	109.289,00	29.716,68	60.982,38	2.250,70	24,95	202.263,70
Total	160.549,00	58.235,81	156.961,10	5.733,06	24,95	381.503,90

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gear

4.1.1.5 - Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

Em decorrência do período da safra agrícola 2005/06, em que a mão-de-obra do setor está ocupada na execução dos serviços correlatos à guarda e conservação de produtos agrícolas, o início das atividades dessa Ação se deu apenas no segundo semestre de 2006.

Em novembro foi assinado convênio com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe, de número (SIAFI) 572144, com vigência até 31 de dezembro de 2010. O valor original foi de R\$1.245.000,00 e posteriormente reduzido em R\$135.807,00.

O objeto consiste no treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola; realização de seminários; aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenagem; desenvolvimento de projeto de pesquisa para quantificação de perdas no pós-colheita; implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenamento; integração como as Escolas Técnicas; desenvolvimento de software para apurar os custos das atividade de armazenamento e processamento.

Durante o terceiro trimestre foram organizados e executados 14 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar, quando foram treinados 351 participantes, superando a meta física aprovada na LOA, de 150 treinandos, em 134% conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.09
Demonstrativo dos Cursos Realizados

Sureg	Título do Curso	Carga Horária	Local de Realização	Período	N.º Treinandos
Suregs com Processos Individualizados					
MG	Gerenciamento de Unidades Armazenadoras	24	Viçosa-MG	09 a 13/10/2006	18
	Uso do Sistema de Posicionamento global-GPS	20	Viçosa-MG	20 a 22/10/2006	13
	Uso do Sistema de Posicionamento global-GPS	20	Viçosa-MG	27 a 29/10/2006	15
	Tecnologia de Aplicação de Defensivos Agrícolas	8	Viçosa-MG	07/11/2006	38
	Armazenamento de Grãos	40	Viçosa-MG	06 a 10/11/2006	6
	Noções sobre Armazenamento e Classificação de Grãos	8	Viçosa-MG	13/11/2006	8
	Classificação e Análise de Grãos	16	Rio Pomba-MG	09 a 10/11/2006	13
	Classificação e Análise de Grãos	16	Rio Pomba-MG	13 a 14/11/2006	15
	Classificação e Análise de Grãos	16	Viçosa-MG	21 a 23/11/2006	9
GO	Secagem, Aeração e Termometria de Grãos	24	Rio Verde-GO	25 a 27/10/2006	56
PR	Armazenamento de Grãos	40	Londrina-PR	20 a 24/11/2006	41
Subtotal					232
Suregs com Processo Consolidado					
BA	Produção de Farinha e Subprodutos da Mandioca	24	Casa Nova-BA	15 a 17/11/2006	37
	Produção de Farinha e Subprodutos da Mandioca	24	N. Senhora do Socorro-SE	20 a 22/11/2006	40
	Produção de Farinha e Subprodutos da Mandioca	24	N. Senhora do Socorro-SE	23 a 25/11/2006	42
Subtotal					119
Total					351

Fonte: Conab/Diges/Suarm

elab.: Conab/Presi/Supav/Gear

Para a realização dos treinamentos foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$250.000,00, tendo sido gastos 100,00% dos recursos.

4.1.1.6 - Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

A fiscalização dos estoques públicos é um importante instrumento de gestão, pois permite identificar e inibir os desvios de produtos, perdas quantitativas e irregularidades nos armazéns e, por consequência, a adoção de medidas saneadoras.

Durante o ano de 2006 foram fiscalizados 99,85% dos estoques públicos vinculados aos programas: AGF, Contrato Público de Opção de Venda, Agricultura Familiar, Fome Zero e os demais executados pela Conab. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A quantidade total fiscalizada cumulativamente, nas nove etapas realizadas, correspondeu a 21,6 milhões de toneladas, já que os estoques foram vistoriados mais de uma vez, e a predominância foi de produtos vinculados às AGFs, que representaram 62,12%. O quadro a seguir detalha os quantitativos vistoriados durante o exercício.

Quadro 4.10
Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas por Programa⁽¹⁾

Programa	Suregs c/ Proc. Individualizados			Demais Suregs			Total		
	Estoque (t)		%	Estoque (t)		%	Estoque (t)		%
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado	
AGF	12.266.627	12.248.248	99,85	1.148.842	1.147.714	99,90	13.415.469	13.395.962	99,85
Cont. de Opção	5.825.217	5.814.888	99,82	1.837.258	1.835.825	99,92	7.662.475	7.650.713	99,85
Agricultura Familiar	147.648	146.208	99,02	127.648	127.282	99,71	275.296	273.490	99,34
Fome Zero	19.228	19.046	99,06	9.987	9.987	100,00	29.215	29.033	99,38
Estoque Próprio	323	323	99,99	-	-	-	323	323	99,99
Varreduras	636	636	100,00	-	-	-	636	636	100,00
Retenção	-	-	-	37	37	100,00	37	37	100,00
Terceiros	213.513	213.393	99,94	476	472	99,16	213.990	213.866	99,94
Total	18.473.192	18.442.742	99,84	3.124.248	3.121.317	99,91	21.597.440	21.564.060	99,85

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Nota: (1) Valores acumulados das nove etapas realizadas

Em relação ao exercício de 2005, quando foram fiscalizadas 14,4 milhões de toneladas houve acréscimo de 49,72% na quantidade fiscalizada e, em relação à meta física estabelecida (8,2 milhões de toneladas), a execução atingiu 262,98%. A realização, a maior, foi consequência do aumento dos estoques públicos, decorrentes do volume de produtos adquiridos, via AGF, durante todo o exercício.

Foram registradas perdas quantitativas de 23.097,2 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.11
Demonstrativo de Perdas Quantitativas

Sureg	Produto	Vínculo	Ocorrência (t)		Total (t)
			Desvio	Perdas em Armazenagem	
Suregs com Processos Individualizados					
CE	Milho	C.O.	-	0,2	0,2
GO	Milho	AGF	9.886,6	-	9.886,6
MG	Feijão	A.F.	-	3,8	3,8
MT	Arroz	AGF	609,8	114,1	723,9
MT	Milho	AGF	6.316,1	51,8	6.367,9
	Milho	C.O.	-	2.116,3	2.116,3
RS	Arroz	AGF	818,7	-	818,7
	Arroz	C.O.	1.057,9	-	1.057,9
	Milho	AGF	-	27,2	27,2
	Milho	C.O.	-	225,5	225,5
	Trigo	AGF	-	116,8	116,8
	Trigo	C.O.	235,2	240,3	475,5
PR	Trigo	AGF	-	182,8	182,8
Subtotal			18924,3	3.078,8	22.003,1
Suregs com Processo Consolidado					
MA	Milho	A.F.	-	22,5	22,5
PI	Milho	C.O.	-	41,5	41,5
SC	Arroz	AGF	-	4,8	4,8
	Arroz	C.O.	-	280,5	280,5
	Milho	C.O.	-	48,1	48,1
SP	Milho	C.O.	-	693,8	693,8
TO	Milho	Est. Próprio	-	2,9	2,9
Subtotal			0,0	1.094,1	1.094,1
Total			18.924,3	4.172,9	23.097,2

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

No fim do período encontravam-se armazenadas 10.422 toneladas de milho em grãos e arroz em casca, desclassificadas ou abaixo do padrão, apuradas nas etapas realizadas em 2006 e em exercícios anteriores, conforme detalhado no Quadro 4.12.

Quadro 4.12
Demonstrativo de Estoques Desclassificados e “AP”

Sureg	Produto	Safra	Ocorrência (Em t)		Total
			AP	Desclassificado	
Suregs com Processos Individualizados					
MT	Arroz	99/00	300	-	300
		00/01	14	-	14
		02/03	27	-	27
		03/03	267	-	267
		04/05	502	-	502
GO	Milho	05/06	2.400	30	2.430
MT	Milho	91/92	108	3.998	4.106
RS	Milho	02/03	557	-	557
		94/95	-	70	70
Subtotal			4175	4098	8273
Suregs com Processo Consolidado					
CE	Milho	03/03	7	-	7
PR		92/93	-	2.142	2.142
Subtotal			7	2142	2149
Total Conab			4182	6240	10422

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis e Conab/Diges/Suoape/Gecoe

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Após a apuração de perdas quantitativas ou qualitativas foram adotadas as seguintes medidas:

- desvio de produtos - imediatamente após as operações foram emitidos, em três vias, os Termos de Notificação, sendo entregue a primeira via aos armazenadores, a segunda encaminhada à Sureg para elaboração da *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução/Conab n.º 09/92, e a última enviada à Matriz. Na sequência, foram calculados os quantitativos de perdas de peso, de acordo com o tempo em que o produto ficou armazenado e procedida comunicação com a Superintendência de Operações-Suope, para a baixa contábil do produto; à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm, para descredenciamento do agente armazenador; e à Superintendência de Finanças-Sufin, para cobrança.
- perdas em armazenagem – após o cálculo das perdas de peso foram feitas comunicações à Suope, para a baixa contábil do produto; à Suarm, para impedimento do agente armazenador; e à Sufin, para cobrança.
- produto abaixo do padrão “AP” e desclassificado- após a operação foram feitas comunicações com a Suope, para a venda do produto; à Suarm, para impedimento do agente armazenador; e à Sufin, para cobrança.

Nos dois últimos casos, o agente armazenador tem prazo de 10 dias para pagamento do produto em espécie ou 20 dias para substituição do produto, decorrido estes prazos a cobrança é feita via judicial com inclusão do agente armazenador no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público-CADIN.

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2006 foi de R\$1.257.293,00 e durante o exercício foram gastos R\$1.243.380,83, representando cerca de 98,89% da dotação final.

Em face das características operacionais da Ação, cerca de 84,68% das despesas correntes realizadas referem-se a diárias e despesas com locomoção, conforme detalhado a seguir.

Quadro 4.13

Demonstrativo de Despesas

Surg	Elemento de Despesa (Em R\$)							
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp. C/ Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Física	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	Total
Suregs com Processos Individualizados								
AM	1.390,00	225,00	1.735,26	-	-	-	750,00	4.100,26
CE	5.820,00	1.677,21	30,00	-	-	-	-	7.527,21
GO	129.333,30	45.314,23	38.279,99	-	5.382,61	-	-	218.310,13
MG	30.592,66	5.338,41	1.896,55	-	90,31	-	-	37.917,93
MT	88.245,00	13.062,39	55.477,49	-	257,10	-	-	157.041,98
PE	4.274,56	2.588,86	6.096,78	-	191,98	-	-	13.152,18
PR	31.837,50	11.634,07	29.613,93	-	419,04	-	-	73.504,54
RO	295,00	-	925,00	-	0,00	-	-	1.220,00
RS	49.143,17	22.581,38	61.842,28	-	854,59	-	-	134.421,42
Subtotal	340931,19	102421,55	195897,28	-	7195,63	-	750,00	647195,65
Suregs com Processo Consolidado								
BA	9.857,50	4.747,59	1.794,36	-	60,60	-	-	16.460,05
ES	5.040,00	928,18	1.322,35	-	-	-	-	7.290,53
MA	5.913,00	1.043,91	2.158,85	20,00	128,00	-	-	9.263,76
MS	17.480,80	4.404,32	0,00	-	9,20	-	-	21.894,32
AP	1.300,00	-	3.984,98	-	-	-	-	5.284,98
PB	8.122,50	1.694,17	968,97	-	588,04	-	-	11.373,68
PI	22.755,00	4.678,94	10.905,12	-	94,10	-	-	38.433,16
RN	7.675,00	2.238,72	2.620,01	-	373,62	-	-	12.907,35
SC	24.405,00	8.522,14	9.478,38	-	0,00	-	-	42.405,52
SP	23.880,00	4.209,20	8.317,58	-	1.640,34	73,63	-	38.120,75
TO	11.810,00	4.621,61	2.340,56	-	15,00	-	-	18.787,17
Matriz	242.182,50	31.269,57	91.759,31	-	8.752,53	-	-	373.963,91
Subtotal	380.421,30	68.358,35	135.650,47	20,00	11.661,43	73,63	-	596.185,18
Total	721.352,49	170.779,90	331.547,75	20,00	18.857,06	73,63	750,00	1.243.380,83

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.7 - Formação de Estoques Públicos

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2006 consignou dotação de R\$2.159.000.000,00 e meta física de 3.467.400 t, tendo sido adquiridas, via AGF, 2.599.448 toneladas de diversos produtos agrícolas (74,97%). A despesa com aquisições e gastos correlatos (remoção, armazenagem, comissões etc) totalizaram R\$938.487.414,00, representando cerca de 43,47%.

A seguir estão detalhadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação, durante o exercício de 2006.

4.1.1.7.1 - Preços Mínimos

O preço mínimo é resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Os preços mínimos para a safra 2005/06 foram propostos pela Conab, aprovados pelo CMN e fixados pelo Decreto n.º 5.559, de 5 de outubro de 2005. Esses foram praticados nas operações realizadas durante o exercício, nos vários instrumentos executados na Conab, até a aprovação e fixação dos novos preços para a safra 2006/07.

Quadro 4.14

Preços Mínimos-Safras de Verão e de Produtos Regionais 2005/2006 e das Regiões Norte e Nordeste

1) Produtos amparados por AGF e EGF

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Tipo/Classe Básico	Unidade	Início de Vigência	Preço Mínimo Básico (R\$/unidade)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	Tipo 41.4 SLM cód.35	15 kg	Fev/2006	44,60
	Centro-Oeste e MG			Abr/2006	44,60
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)			Jun/2006	44,60
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 1-58/10	50 kg	Fev/2006(1)	22,00
	Norte e MT	Tipo 2-55/13	60 kg	Fev/2006(1)	20,70
Arroz longo em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 3-39/41	60 kg	Fev/2006	11,13
	MT e TO			Set/2005	10,75
	Norte (exceto RR e TO)				10,12
	RR				10,12
Cera de carnaúba	Nordeste	Tipo 3 e 4	kg	Ago/2005	3,10
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	Fina T3	50 kg	Jan/2006	15,00
	Norte e Nordeste	Único		Fev/2006	17,00
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	2-B	Kg	Jan/2006	0,44
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	Classificada	Kg	Fev/2006	0,44
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	Tipo 3	60 kg	Nov/2005	47,00
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)			Jan/2006	47,00
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	Tipo 3	60 kg	Jan/2006	33,10
Juta/Malva embonecada	Todo o território nacional	Tipo 2	kg	Fev/2006	0,92
Juta/Malva prensada	Todo o território nacional	Tipo 2	kg	Fev/2006	1,08
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	Único	60 kg	Jul/2005	33,56
Milho	Sudeste, PR, BA-sul, sul do MA e sul do PI	Único	60 kg	Fev/2006	14,00
	SC e RS			Jan/2006	11,00
	Centro-Oeste (exceto MT)			Fev/2006	11,00
	MT, AC e RO			Jun/2006	16,00
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)			Fe/2006	16,00
	TO				16,00
Sisal	BA, PB e RN	SLG	kg	Ago/2005	0,96
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	Único	60 kg	Fev/2006	9,80
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	Tipo 1, 2 e 3	60 kg	Jun/2006	11,20

2) Produtos amparados por EGF

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	Início de Vigência	Preço Mínimo Básico (R\$/unidade)
Algodão em caroço	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	15 kg	Fev/2006	13,40
	Centro-Oeste e MG		Abr/2006	13,40
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)		Jun/2006	13,40
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	Kg	Ago/2005	1,89
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	25 kg	Dez/2005	16,10
Borracha natural	Todo o território Nacional	Kg	Fev/2006	1,00
Caroço de algodão	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-sul	15 kg	Fev/2006	2,37
	Centro-Oeste e MG	15 kg	Abr/2006	2,37
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	15 kg	Jun/2006	2,37
Castanha de caju	Norte e Nordeste	kg	Jul/2005	1,00
Castanha-do-pará com casca	Norte	hl	Jan/2006	40,00
Castanha-do-pará beneficiada (amêndoa)	Norte	kg	Jan/2007	1,90
Casulo de seda	PR e SP	Kg	Set/2005	3,80
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	60 kg	Nov/2005	17,61
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Kg	Ago/2005	5,65
Leite	Sul e Sudeste	l	Out/2005	0,38
	Centro-Oeste (exceto MT)		Out/2005	0,36
	Norte e MT		Dez/2005	0,33
	Nordeste		Mar/2006	0,38
Milho de pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	Kg	Fev/2006	0,44
Pó cerífero	Nordeste	Kg	Ago/2005	3,10
Raiz de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	60 kg	Fev/2006	14,00
	Norte (exceto RO) e Nordeste			13,00

3) Preços Mínimos para Sementes – Safras de Verão e de Produtos Regionais 2005/2006 e das Regiões Norte e Nordeste 2006

R\$ / KG

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Grão/Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,1562	0,6517	0,6892	Fev/2006
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1562	0,7914	0,8504	Jun/2006
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,6439	2,0468	2,4064	Dez/2005
Arroz longo fino	Todo o território nacional	0,4000	0,7720	0,8324	Fev/2006
Arroz longo	Todo o território nacional	0,1855	0,5120	0,5460	Fev/2006
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,7835	1,3249	1,4952	Nov/2005
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,7835	1,4235	1,6621	Jan/2006
Feijão macaçar	Norte e nordeste	0,5517	0,9248	1,0081	Jan/2006
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	0,2935	8,4885	9,9767	Nov/2005
Juta/Malva	Todo o território nacional	0	4,3058	0,0000	Fev/2006
Milho híbrido	Sul, Sudeste, BA-sul, sul do MA e sul do PI	0,2249	1,3430	1,39	Fev/2006
	Centro-Oeste (exceto MT)	0,2166	1,4451	1,4914	Fev/2006
	MT, AC e RO	0,1834	1,3865	1,4309	Fev/2006
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	0,2667	1,3212	1,3635	Jun/2006
	TO	0,2667	1,3212	1,3635	Fev/2006
Soja	Todo território nacional	0,2333	0,4971	0,5367	Fev/2006
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-sul	0,1574	1,1618	1,1901	Fev/2006
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1867	1,0538	1,0869	Jun/2006
Sorgo variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	0,1574	0,5646	0,5881	Fev/2006
	Norte e Nordeste (exceto BA-sul)	0,1867	0,6277	0,6645	Jun/2006

Fonte: Decreto n.º 5.559, de 5 de outubro de 2005

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Nota: (1) Áreas irrigadas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: Set/2005; MS, PR, SC e SP: Jan/2006Fonte: Decreto n.º 5559, de 5 de outubro de 2005

Além desses, foi fixado por meio do Decreto n.º 5.384, de 3 de março de 2005, o preço mínimo de referência para a uva industrial, safra 2004/05, de R\$0,42/kg, para fins de concessão do benefício das operações de Empréstimo do Governo Federal-EGF, nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com vigência a partir do mês de fevereiro de 2005.

Em 2006 foram aprovados e fixados os preços-mínimos básicos para sementes e produtos agrícolas das safras de inverno de 2006, safras de verão e de produtos Regionais 2006/2007 e das Regiões Norte e Nordeste 2007, foram relacionados nos anexos dos Decretos n.ºs 5.868 e 5.869, de 03 agosto de 2006, e nos Decretos de n.º 5.763 e n.º 5.838, respectivamente de 27/05/2006 e 10/07/2006 e transcritos nos quadros 4.15 ao 4.17.

Quadro 4.15
Demonstrativo de Preços Mínimos Básicos para Produtos Agrícolas
Safra de Inverno 2006

Produto	Instrumento	Regiões Amparadas	Tipo/Classe	Início de Vigência	Unidade	Preço Mínimo Básico (R\$/unid)
Trigo	AGF e EGF/SOV	Sul	1, PH mínimo 78, Brando	Jul/2006	t	348,17
			2, PH mínimo 75, Brando	Jul/2006		330,88
			3, PH mínimo 70, Brando	Jul/2006		296,27
			1, PH mínimo 78, Pão/Melhorador/Durum	Jul/2006		400,00
			2, PH mínimo 75, Pão/Melhorador/Durum	Jul/2006		379,54
			3, PH mínimo 70, Pão/Melhorador/Durum	Jul/2006		348,17
Trigo	AGF e EGF/SOV	Centro-Oeste, Sudeste e BA	1, PH mínimo 78, Brando	Jun/2006	t	391,50
			2, PH mínimo 75, Brando	Jun/2006		372,05
			3, PH mínimo 70, Brando	Jun/2006		333,14
			1, PH mínimo 78, Pão/Melhorador/Durum	Jun/2006		450,00
			2, PH mínimo 75, Pão/Melhorador/Durum	Jun/2006		426,75
			3, PH mínimo 70, Pão/Melhorador/Durum	Jun/2006		391,50
Canola	EGF/SOV	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Único	Jul/2006	t	346,72
Cevada	EGF/SOV	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Único	Jul/2006	t	281,25
Triticale	EGF/SOV	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Único	Jul/2006	t	215,07
Semente de trigo	EGF/SOV	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA	Fiscalizada	Jun/2006	kg	0,8500
			Certificada	Jun/2006	kg	0,9190
Semente de cevada	EGF/SOV		Fiscalizada	Jun/2006	kg	0,3996
			Certificada	Jun/2006	kg	0,4307
Semente de triticale	EGF/SOV		Fiscalizada	Jun/2006	kg	0,3701
			Certificada	Jun/2006	kg	0,3982
Aveia	EGF/SOV	Sul	1	Jul/2006	t	202,09
			2	Jul/2006	t	181,84
			3	Jul/2006	t	163,53

Fonte: Dec. n.º 5.868

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.16
Demonstrativo de Preços Mínimos Básicos para Uva e Café
Safra 2005/2006

Produto	Instrumento	Regiões Amparadas	Tipo/Classe	Início de Vigência	Unidade	Preço Mínimo Básico (R\$/unid)
Uva Industrial	EGF	Sul, Sudeste e Nordeste		Fev / 2006	Kg	0,42
Cafê arábica	EGF/SOV	Todo território nacional	Tipo 6, bebida dura para melhor, com até 86 defeitos, peneira 14 acima e teor de umid. De até 12,5%	Abr / 2006	60 kg	157,00
Cafê robusta	EGF/SOV	Todo território nacional	Tipo 7, com até 150 defeitos, peneira 13 acima e teor de umidade de até 12,5%	Abr / 2006	60 kg	89,00

Fonte : Decreto n.º 5.763 e n.º 5.838

Elab.:Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.17
Demonstrativo de Preços Mínimos Básicos para Produtos Agrícolas
Safr de Verão e de Produtos Regionais 2006/2007 e das Regiões Norte e Nordeste 2007

Produto	Instrumento	Regiões Amparadas	Tipo/Classe	Início de Vigência	Unidade	Preço Mínimo Básico (R\$/unidade)
Algodão em pluma	AGF e EGF	Sul, Sudeste (exc. MG) e BA-sul	Tipo 41.4 SLM cód. 35	Fev/2007	15 kg	44,60
		Centro-Oeste e MG	Tipo 41.4 SLM cód. 36	Abr/2007	15 kg	44,60
		Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	Tipo 41.4 SLM cód. 37	Jun/2007	15 kg	44,60
Arroz longo fino em casca	AGF e EGF	Sul, sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 1-58/10	Fev/2007	50 kg	22,00
		Norte e MT	Tipo 2-55/13	Fev/2007	50 kg	20,70
		Áreas irrigadas No, NE e CO	Tipo 1-58/10	Set/2006	50 kg	22,00
		Áreas irrigadas No, NE e CO	Tipo 2-55/13	Set/2006	50 kg	20,70
		MS, PR, SC e SP	Tipo 1-58/10	Jan/2007	50 kg	22,00
		MS, PR, SC e SP	Tipo 2-55/13	Jan/2007	50 kg	20,70
Arroz longo em casca	AGF e EGF	Sul, sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 3-39/41	Fev/2007	60 kg	11,13
		MT e TO	Tipo 3-39/41			10,75
		Norte (exceto RR e TO)	Tipo 3-39/41			10,12
		RR	Tipo 3-39/41	Set/2006	60 kg	10,12
Cera de carnaúba	AGF e EGF	Nordeste	Tipo 3 e 4	Ago/2006	kg	3,10
Farinha de mandioca	AGF e EGF	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Fina T-3	Jan/2007	50 kg	15,00
Farinha de mandioca	AGF e EGF	Norte e Nordeste	Único	Fev/2007	50 kg	17,00
Fécula de mandioca	AGF e EGF	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	2-B	Jan/2007	kg	0,44
Goma/polvilho	AGF e EGF	Norte e Nordeste	Classificada	Fev/2007	kg	0,44
Feijão	AGF e EGF	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	Tipo 3	Nov/2006	60 kg	47,00
Feijão	AGF e EGF	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	Tipo 3	Jan/2007	60 kg	47,00
Feijão macaçar	AGF e EGF	Norte e Nordeste	Tipo 3	Jan/2007	60 kg	33,10
Juta/Malva emboncada	AGF e EGF	Todo território nacional	Tipo 2	Fev/2007	kg	0,97
Juta/Malva prensada	AGF e EGF	Todo território nacional	Tipo 2	Fev/2007	kg	1,13
Mamona em baga	AGF e EGF	Norte, Nordeste, GO, MT, MG, e SP	Único	Jul/2006	60 kg	33,56
Milho	AGF e EGF	Sudeste, PR, BA-sul, sul do MA e PI-sul	Único	Fev/2007	60 kg	14,00
		SC e RS		Jan/2007	60 kg	14,00
		Centro-Oeste (exceto MT)		Fev/2007	60 kg	14,00
		MT, AC e RO		Fev/2007	60 kg	11,00
		Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exc. BA-sul, MA-sul e PI-sul)				
		TO		Jun/2007	60 kg	16,00
Sisal	AGF e EGF	BA, PB e RN	SLG	Ago/2006	kg	0,99
Sorgo	AGF e EGF	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	Único	Fev/2007	60 kg	9,80
	AGF e EGF	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	Tipo 1, 2 e 3	Jun/2007	60 kg	11,20
Alho	EGF	Centro-Oeste e MG		Abr/2007	kg	2,00
		Norte e Nordeste (exc. BA-sul)		Jun/2007	kg	2,00
		Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste		Ago/2006	kg	2,00
Amendoim	EGF	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste		Dez/2006	25 kg	16,10
Borracha natural	EGF	Todo território nacional		Fev/2007	kg	1,14
Caroço de algodão	EGF	Sul, Sudeste (exc. MG) e BA-sul		Fev/2007	15 kg	2,37
		Centro-Oeste e MG		Abr/2007	15 kg	2,37
		Norte e Nordeste (exc. BA-sul)		Jun/2007	15 kg	2,37
Castanha de caju	EGF	Norte e Nordeste		Jul/2006	kg	1,00
Castanha-do-Pará com casca	EGF	Norte		Jan/2007	hl	40,00
Castanha-do-Pará beneficiada	EGF	Norte		Jan/2008	kg	1,90
Casulo de seda	EGF	PR e SP		Set/2006	kg	3,80
Girassol	EGF	Centro-Oeste, Sudeste e Sul		Nov/2006	60 kg	17,61
Guaraná	EGF	Norte, Nordeste e Centro-Oeste		Ago/2006	kg	5,65
Leite	EGF	Sul e Sudeste		Out/2006	l	0,38
	EGF	Centro-Oeste (exceto MT)		Out/2006	l	0,36
	EGF	Norte e MT		Dez/2006	l	0,33
	EGF	Nordeste		Mar/2007	l	0,38
Milho de pipoca	EGF	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul		Fev/2007	kg	0,44
Pó cerífero	EGF	Nordeste		Ago/2006	kg	3,10
Raiz de mandioca	EGF	Centro-Oeste, Sudeste e Sul		Jan/2007	t	54,00
		Norte e Nordeste		Fev/2007	t	60,00
Soja	EGF	Centro-Oeste, Sudeste e Sul e RO		Fev/2007	60 kg	14,00
		Norte (exc. RO) e Nordeste		Fev/2007	60 kg	13,00

Fonte: Dec. n.º 5.869

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.18
Preços Mínimos para Sementes
Safras de verão e de produtos Regionais 2006/2007 e das Regiões Norte e Nordeste 2007

R\$/kg

Produto	UF/ Regiões Amparadas	Grão / Caroço	Semente fiscalizada	Semente Básica, registrada e certificada	Início de vigência
Algodão	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	0,1580	0,6517	0,6892	Fev/2007
	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	0,1580	0,7914	0,8504	Jun/2007
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,6440	2,0468	2,4064	Dez/2006
Arroz longo fino	Todo território nacional	0,4400	0,7720	0,8324	Fev/2007
Arroz longo	Todo território nacional	0,1855	0,5120	0,5460	Fev/2007
Feijão	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	0,7833	1,3249	1,4952	Nov/2006
	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	0,7833	1,4235	1,6621	Jan/2007
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	0,5517	0,9248	1,0081	Jan/2007
Girassol	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	0,2935	8,4885	9,9767	nov/2006
Juta/Malva	Todo território nacional	-	4,5052	-	Fev/2007
Milho híbrido	Sudeste, PR, BA-sul, Sul do MA e Sul do PI	0,2333	1,3430	1,3860	Fev/2007
	SC RS	0,2333	1,3430	1,3860	Jan/2007
	Centro-Oeste (exceto MT)	0,2333	1,4451	1,4914	Fev/2007
	MT, AC e RO	0,1833	1,3865	1,4309	Fev/2007
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exc. BA-sul, MA-sul e PI-sul)	0,2667	1,3212	1,3635	Jun/2007
	TO	0,2667	1,3212	1,3635	Fev/2007
Milho variedade	Sudeste, PR, BA-sul, Sul do MA e Sul do PI	0,2333	0,7287	0,7693	Fev/2007
	SC RS	0,2333	0,7287	0,7693	Jan/2007
	Centro-Oeste (exceto MT)	0,2333	0,7841	0,8278	Fev/2007
	MT, AC e RO	0,1833	0,7523	0,7942	Fev/2007
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exc. BA-sul, MA-sul e PI-sul)	0,2667	0,7964	0,8516	Jun/2007
	TO	0,2667	0,7964	0,8516	Fev/2007
Soja	Todo território nacional	0,2333	0,4971	0,5367	Fev/2007
Sorgo híbrido	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	0,1633	1,1618	1,1901	Fev/2007
	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	0,1867	1,0538	1,0869	Jun/2007
Sorgo variedade	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA-sul	0,1633	0,5646	0,5881	Fev/2007
	Norte e Nordeste (exc. BA-sul)	0,1867	0,6277	0,6645	Jun/2007

Fonte: Decreto n.º 5.869

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.7.2 - Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2006 previa a aquisição de 3.467.400 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas 2.599.443 t, representando cerca de 74,97% da meta do período.

A aprovação tardia da Lei Orçamentária para o exercício de 2006, contribuiu para a ausência de tempestividade nas intervenções governamentais, com vistas a realização de AGFs.

Os limites financeiros impostos pelo espaço fiscal, definidos pelo Ministério da Fazenda, também se constituíram em fatores restritivos à atuação da Conab.

O Quadro 4.19 detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Quadro 4.19
Demonstrativo das Aquisições

Sureg	Produto	Quantidade (t)
Suregs com Processos Individualizados		
GO	Milho em grãos	596.863
MG	Milho em grãos	40.534
MT	Milho em grãos	1.328.575
	Sorgo	17.148
	Arroz em casca	5.287
PR	Algodão em pluma	47
	Milho em grãos	41.156
	Feijão	986
	Fécula	968
RO	Milho em grãos	14.522
RS	Trigo em grãos	29.357
	Arroz em casca	290.166
	Semente de soja	14.565
Subtotal		2.380.174
Suregs Consolidadas		
BA	Sisal	382
MS	Algodão em pluma	340
	Milho em grãos	192.547
	Feijão	493
SC	Trigo em grãos	2.000
	Arroz em casca	11.959
	Feijão	1.513
SP	Milho em grãos	9.497
	Trigo em grãos	537
Subtotal		219.268
Total Produto		2.599.443
AM	Sacaria	100.000
MG	Sacaria	130.000
CE	Sacaria	333.988
ES	Sacaria	81.613
PB	Sacaria	125.000
PI	Sacaria	60.000
RN	Sacaria	80.000
Total Sacaria		910.601
Total Geral		
Algodão em pluma		387
Arroz em casca		307.412
Fécula de mandioca		968
Feijão		2.992
Milho em grãos		2.223.694
Semente de soja		14.565
Sisal		382
Sorgo		17.148
Trigo		31.894
Sacaria(unidade)		910.601

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Destacou-se o milho em grãos com aquisição de 2.223.694 toneladas, representando cerca de 85,55% do total adquirido. As compras se concentraram nos estados da Região Centro-Oeste (Mato Grosso, 1.328.575 t; Goiás, 596.863 t; e Mato Grosso do Sul, 192.547 t), que representaram 95,25% do total. O restante foi adquirido nos estados do Paraná (41.156 t), Minas Gerais (40.534 t), Rondônia (14.52 t) e São Paulo (9.497 t).

O arroz em casca representou 11,83% do total e foi adquirido nos estados do Mato Grosso (5.287 t), no Rio Grande do Sul (290.166 t) e em Santa Catarina (11.959 t).

Os demais produtos tiveram participação mais modesta, sendo: o trigo totalizou 31.894 t (1,23%); o sorgo, 17.148 t (0,66%), o feijão, 2.952 t (0,12%); a fécula de mandioca, 968 t (0,04%); o algodão em pluma, 387 t (0,01% e o sisal, 382 t (0,01%).

Cabe destacar que as aquisições de semente de soja foram efetivadas em atendimento às disposições contidas no Decreto n.º 5.891, de 11 de setembro de 2006, na realização da operação batizada de “troca-troca” substituindo sementes geneticamente modificadas por sementes certificadas (Lei n.º 10.711/03), que resultou na aquisição, pela Conab de 14.565 toneladas de sementes de soja certificada para atendimento aos produtores interessados em realizar a permuta.

Além dos custos de aquisição dos produtos anteriormente detalhados, foram gastos R\$321.698.918,15 em atividades correlatas à manutenção/carregamento de estoques, conforme detalhamento a seguir.

Quadro 4.20 Execução da Despesa

Em R\$

Especificação da Despesa	Suregs com Processos Individualizados	Demais Suregs	Total
Aquisição	560.464.682,24	56.363.378,10	616.828.060,34
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	381.693,03	201.871,55	583.564,58
Embalagens	294.997,50	327.670,96	622.668,46
Armazenagem	167.969.139,79	19.950.500,14	187.919.639,93
Seguros em geral	3.414.755,62	0,00	3.414.755,62
Comissões e corretagens	5.726.963,69	256.314,15	5.983.277,84
ICMS	54.577.532,20	6.927.738,59	61.505.270,79
Serviços gráficos	53.337,00	17.036,40	70.373,40
INSS-Produtor rural	12.776.424,55	1.170.131,01	13.946.555,56
Encargos financeiros	775,00	0,00	775,00
Serviços de terceiros	1.113.996,30	262.608	1.376.604,06
Ensaque e reensaque	0,00	4.326,00	4.326,00
Análises laboratoriais	1.215.867,12	22.056,56	1.237.923,68
Taxas e pedágios	30,45	19.375,00	19.405,45
Transportes, encomendas, carretos e fretes	23.781.380,73	4.709.276,44	28.490.657,17
Inscrições de restos a pagar	9.980.912,16	6.466.854,26	16.447.766,42
Editais e publicações	34.714,85	0,00	34.714,85
INSS-armazenagem	0,00	1.074,95	1.074,95
Subtotal	841.787.202,23	96.700.211,87	938.487.414,10

Fonte: Conab/Presi/Supav/Gepor

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.7.3 - Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o

recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2006 foi contratada a remoção de 397.280 toneladas de arroz em casca e milho, vinculados aos Contratos Públicos de Opção de Venda e às AGFs. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, o que possibilitou economia ao Tesouro de 9,31% sobre os valores da planilha de custo utilizada pela Conab como referência para os preços de abertura. Do total contratado foram removidas 233.411 toneladas; canceladas 44.722 toneladas em função do não-cumprimento dos fluxos semanais estabelecidos no Aviso, falta de espaço nos armazéns de destino e perda de qualidade no produto nas unidades de origem; foram aditadas 369 toneladas (recebimento de produto em pagamento a dívidas de armazenadores) e outras 119.516 toneladas deverão ser removidas durante o primeiro trimestre de 2007, conforme detalhado no Quadro 4.21.

Quadro 4.21
Demonstrativo das Remoções Contratadas

Produto	Origem	Destino	Valor (R\$)		Quantidade (t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A remover
Arroz em Casca	MT(*)	MT	440.026,28	382.801,70	5.686	5.561	125	-	-
	PA	MA	49.939,20	40.774,50	1.020	-	1.020	-	-
Milho em Grãos	MG(*)	MG	497.171,49	484.403,90	7.347	4.054	3.293	-	-
	MT(*)	AM	1.070.828,42	1.013.432,82	5.000	2.792	-	-	2.208
	MT(*)	CE	7.673.211,58	7.223.132,71	21.244	19.317	1.244	-	683
	MT(*)	ES	1.285.829,00	1.284.941,60	5.000	-	-	-	5.000
	MT(*)	GO	1.969.096,70	1.852.458,00	17.810	17.810	-	-	-
	MT(*)	MG	11.422.463,79	10.080.261,85	83.330	44.344	-	-	38.986
	MT(*)	MT	10.641.441,42	9.695.841,78	167.401	102.993	20.600	-	43.808
	MT(*)	PB	2.439.940,01	2.062.538,20	7.000	4.827	-	-	2.173
	MT(*)	RN	6.341.876,38	5.646.551,20	17.001	7.906	-	-	9.095
	PR(*)	PR	1.099.546,75	1.026.500,00	38.688	20.250	18.438	-	-
	PR(*)	RS	1.472.600,00	1.294.000,00	20.000	2.437	-	-	17.563
	SP	SP	7.209,24	6.757,10	369	738	-	369	-
	TO	TO	23.246,19	18.921,50	384	382	2	-	-
Total			46.434.426,45	42.113.316,86	397.280	233.411	44.722	369	119.516

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*)Surgem com Processos Individualizados

Para abertura de espaço em unidades armazenadoras objetivando o recebimento de produtos da safra nas unidades armazenadoras de origem, foi contratada a remoção de 351.933 t (88,59%) e o restante em atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

Além dessas, foram removidas outras 17.345 toneladas de arroz, milho e trigo contratadas em 2005.

4.1.1.7.4 – Comercialização

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Público e Privado de Opção de Venda, o PEP e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas

Durante o ano de 2006 foram ofertadas 2.290.346 toneladas de diversos produtos agrícolas, sendo vendidas 2.028.007 t de produtos no valor total de R\$680.538.261,69, conforme detalhado no Quadro 4.22.

Quadro 4.22 Demonstrativo de Vendas, por Produto

UF	Produto	Vínculo	Quantidade (t)		Valor c/ ICMS (R\$1,00)
			Ofertado	Vendido	
Ceará(*)	Milho		7	-	-
Goiás(*)	Milho		13.769	11.199	3.310.930,80
	Milho	AGF	225.530	208.459	63.251.476,14
Mato Grosso(*)	Arroz em casca	AGF	146.810	121.741	33.590.569,98
	Quirera de milho		43.470	-	-
Mato Grosso do Sul	Quirera de milho		46	46	6.939,65
	Milho	C. Opção	83.289	25.592	8.048.597,70
	Milho	AGF	4.480	4.480	1.471.341,68
	Trigo	AGF	10.192	9.934	3.669.237,53
	Trigo	C. Opção	15.209	15.209	5.773.000,88
Minas Gerais(*)	Milho	C. Opção	25.376	25.286	9.723.424,72
	Milho	AGF	41.761	41.078	13.815.385,46
	Trigo	AGF	3.492	3.492	1.389.139,92
Pará	Arroz em casca	AGF	1.020	195	91.050,86
Paraná(*)	Feijão	AGF	116	59	30.514,97
	Milho		4.276	4.276	1.027.058,72
	Quirera de milho		180	180	25.200,00
	Milho	C. Opção	239.460	200.382	59.778.248,55
	Milho	AGF	50.581	41.869	13.330.507,27
	Trigo	AGF	361.726	359.850	128.447.686,68
	Trigo	C. Opção	200.573	200.573	72.114.831,99
Rio Grande do Sul(*)	Arroz em casca	AGF	72.342	31.585	16.019.985,37
	Milho em grãos	C. Opção	21.403	21.403	4.687.562,40
	Milho	AGF	3.149	3.149	762.747,56
	Soja	AGF	14.509	8.895	4.459.469,44
	Trigo	AGF	243.596	243.596	84.492.744,33
	Trigo	C. Opção	238.134	231.529	77.734.532,60
Rondônia(*)	Arroz em casca	AGF	17.000	17.000	5.508.209,07
	Milho	AGF	4.200	2.813	752.206,32
Santa Catarina	Arroz em casca	AGF	19.419	12.187	5.313.475,81
	Feijão	AGF	1.161	292	83.704,05
	Trigo	AGF	29.204	29.204	10.635.702,68
	Trigo	C. Opção	20.490	19.305	6.717.562,00
São Paulo	Milho	C. Opção	104.007	102.879	33.188.940,95
	Milho	AGF	9.742	9.643	3.171.800,17
	Trigo	AGF	13.228	13.228	4.957.812,40
Tocantins	Arroz em casca	AGF	7.399	7.399	3.156.663,04
Total			2.290.346	2.028.007	680.538.261,69

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*)Surgem com Processos Individualizados

Os recursos arrecadados com a venda dos estoques vinculados à PGPM são transferidos para o Tesouro Nacional.

b) Programa Vendas em Balcão

O Programa Vendas em Balcão, que faz parte da Política de Abastecimento do Governo Federal, foi desenvolvido para possibilitar aos pequenos e microprodutores/criadores e às pequenas agroindústrias, maior acesso aos estoques públicos e consiste em: 1) cadastramento dos beneficiários (suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais etc); 2) definição da demanda, em parceria com os potenciais adquirentes, e 3) remoção dos estoques, se for o caso, para as áreas de consumo.

Durante o exercício de 2006 o Programa atendeu a 27.241 clientes, com venda total de 29.607 toneladas de milho em grãos e arroz em casca dos estoques vinculados à PGPM e faturamento de R\$28,7 milhões, representando incremento sobre os resultados alcançados em 2005 de: 45,31%, 86,62% e 60,31%, respectivamente.

Quadro 4.23
Demonstrativo da Venda em Balcão, por UF e Produto

Surg	UF	2005			2006		
		Quantidade	Valor	Clientes	Quantidade	Valor	Clientes
Arroz em casca							
Piauí	PI	0	0	0	8	3.440,26	1
Rondônia(*)	RO	0	0	0	623	250.663,69	17
Subtotal		0	0	0	631	254103,95	18
Milho em grãos							
Amazonas(*)	AM	2.866	959.780,38	488	3.298	1.150.783,96	913
Bahia	SE	42	14.516,17	10	1.461	487.734,80	335
Ceará(*)	CE	11.262	4.230.088,92	2.975	12.631	4.563.879,54	3.697
Espírito Santo	ES	3.454	1.109.582,26	1.406	4.161	1.422.895	2.861
Maranhão	MA	934	336.769,36	252	944	367.950,33	283
Minas Gerais(*)	MG	983	275.818,51	655	8.594	2.388.252,01	3.866
Pará	PA	140	42.968,63	17	759	224.543,84	90
Paraíba	PB	3.009	1.141.428,85	740	2.699	910.954,60	627
Paraná(*)	PR	624	170.859,65	105	2.181	609.534,90	233
Pernambuco(*)	AL	744	259.518,01	228	1.169	424.237,33	328
	PE	2.519	840.109,14	778	3.916	1.420.178,67	719
Piauí	PI	3.297	1.184.307,04	1.263	582	225.961,46	177
Rio de Janeiro	RJ	16	4.049,44	3	-	-	-
Rio Grande do Norte	RN	4.967	1.900.951,23	2.228	2.852	1.075.169,31	1.754
Rio Grande do Sul(*)	RS	17.525	5.184.701,62	5.939	27.141	6.093.327,05	5.625
Rondônia(*)	AC	-	-	-	51	15.445,20	115
	RO	860	226.103,64	1.498	1.129	320.274,36	2.326
Santa Catarina	SC	-	-	-	25.028	6.648.480	2.876
Tocantins	TO	133	42.533,00	162	379	129.748,58	398
Subtotal		53.375	17.924.085,85	18.747	98.977	28.479.351,86	27.223
Total		53.375	17.924.085,85	18.747	99.607	28.733.455,81	27.241

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*)Suresg com Processos Individualizados

Os recursos arrecadados coma a venda dos estoques vinculados à PGPM são transferidos para o Tesouro Nacional.

c) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Em 2006 foram vendidas 386.097 toneladas de milho em grãos, com origem nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rondônia e destinada ao abastecimento das Regiões Norte, Nordeste, Sul, do Estado do Espírito Santo e norte de Minas Gerais. A operação total importou em pagamento de prêmio de subvenção na ordem de R\$8.033.999,00 milhões, conforme detalhado no Quadro 4.24.

Quadro 4.24
Demonstrativo das Vendas de VEP

UF Origem	UF Destino	Quantidade (t)			Valor da Operação c/ICMS	Prêmio (Em R\$)		Valor Realizado
		Ofertada	Negociada	Comprovada		Prevista	Paga	
GO(*)	AL		9.255	880		1.266.070,00	105.040,00	
	BA		29.223	518		3.943.330,75	60.629,40	
	CE		36.509	7.176		4.749.934,35	869.872,00	
	ES		43.702	2.464		2.096.094,33	162.267,00	
	MA		6.480	160		942.760,00	20.800,00	
	MG		118	-		4.977,00	-	
	PA		22.566	6.782		2.623.591,30	793.520,91	
	PB		31.051	1.534		4.171.389,26	227.561,40	
	PE		106.777	9.624		14.243.093,73	1.191.085,32	
	PI		4.796	556		619.312,00	65.030,94	
	RN		4.284	1.125		586.425,50	163.025,00	
	SE		6.238	1.840		833.376,00	232.440,00	
	TO		5.070	-		539.796,00	-	
Subtotal		511.490	306.069	32.659	60.014.668,75	36.620.150,22	3.891.271,97	92.743.547,00
MS	AL		2.640	2.560		211.840,00	205.520,00	
	CE		8.060	8.060		673.040,00	673.040,00	
	ES		5.320	5.320		429.000,00	429.000,00	
	MA		500	500		39.500,00	39.500,00	
	PA		1.300	1.300		105.100,00	105.100,00	
	PB		739	739		58.381,00	58.381,00	
	PE		2.366	1.700		194.840,50	137.550,00	
	PI		159	159		13.193,00	13.193,00	
	RN		760	760		62.600,00	62.600,00	
	RS		3.000	-		102.000,00	-	
	SE		400	400		37.600,00	37.600,00	
	TO		2.400	2.400		199.200,00	199.200,00	
Subtotal		220.800	27.644	27.644	4.111.294,53	2.126.294,50	1.960.684,00	4.276.905,03
MT(*)	AL		200	200		24.800,00	24.800,00	
	AM		373	373		46.252,00	46.252,00	
	CE		3.370	3.370		425.080,00	425.080,00	
	ES		880	880		86.000,00	86.000,00	
	PA		2.774	2.034		343.921,81	252.161,81	
	PB		2.320	2.320		303.160,00	303.160,00	
	PE		4.677	4.517		589.281,00	569.441,00	
	PI		200	200		24.800,00	24.800,00	
	RN		716	716		91.628,00	91.628,00	
	SE		440	440		58.520,00	58.520,00	
	TO		2.400	2.400		300.200,00	300.200,00	
Subtotal		65.403	18.350	17.450	1.324.699,48	2.293.642,81	2.182.042,81	1.436.299,48
PR(*)		96.099	33.342	-	5.488.759,37	2.584.012,40		8.072.771,77
RO(*)		6.000	692	-	156.378,16	29.756,00		186.134,16
Total		899.492	386.097	74.007	71.095.800,00	43.653.856,00	8.033.999,00	106.715.657,00

Fonte: Conab/Diges/Suoape/Gecon

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*)Sures com Processos Individualizados

d) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM atingiram 4.275.366 de toneladas de diversos produtos agrícolas, ou seja, 98,32% e 7,70% superior aos existentes no fim dos exercícios de 2004 e 2005, e estavam fortemente concentrados nos Estados do Mato Grosso (47,50%) e do Rio Grande do Sul (27,39%), conforme detalhado no Quadros 4.25 e 4.27.

Além dos produtos adquiridos com recursos oriundos da PGPM, também compõem os estoques públicos produtos agropecuários, adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. No fim do exercício havia 107.301 toneladas de produtos adquiridos de agricultores familiares, destinados à comercialização ou distribuição às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 4.25

Demonstrativo da Posição dos Estoques Governamentais, por Produto

Em t

Produto	PGPM (AGF + Contrato de Opção)					PAA					Total Geral 2006
	Posição em:			Variação		Posição em:			Variação (%)		
	31/12/2004 (a)	31/12/2005 (b)	31/12/2006 (c)	(c/a)	(c/b)	31/12/2004 (d)	31/12/2005 (e)	31/12/2006 (f)	(f/d)	(f/e)	
Açúcar	-	-	-	-	-	250	1.604	438	75,20	-72,69	438
Algodão em pluma	88	4.570	4.958	5.534	8	-	-	-	-	-	4.958
Arroz em casca	3.679	926.892	1.072.848	29.061	16	479	25.017	33.104	6.811,06	32,33	1.105.952
Cafê	27.236	10.917	10.917	-59		-	-	-	-	-	10.917
Castanha de caju	-	-	-	-	-	-	85	653	-	668,24	653
Farinha de trigo	-	-	-	-	-	8	-	86	975,00	-	86
Far. de mandioca	-	-	-	-	-	3.798	9.924	17.034	348,50	71,64	17.034
Fécula de mandioca	-	-	968	-	-	-	-	-	-	-	968
Feijão	11.738	1.278	3.766	-68	195	10.763	4.074	29.707	176,01	629,19	33.473
Juta	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leite	-	-	-	-	-	166	284	1.061	539,16	273,59	1.061
Malva	1.044	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mel	-	-	-	-	-	-	15,7	53	-	237,58	53
Milho	1.827.849	1.975.517	3.159.658	73	60	13.487	30.641	25.161	86,56	-17,88	3.184.819
Sisal	-	-	382	-	-	-	-	-	-	-	382
Sorgo	1.247	-	17.173	1.277	-	167	167	-	-	-	17.173
Suco	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Trigo	282.911	1.050.544	5.664	-98	-99	-	-	-	-	-	5.664
Total	2.155.796	3.969.718	4.276.334	98,32	7,70	29.118	71.812	107.301	268,50	49,42	4.383.635

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.26
Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos, em 31/12/2006 (AGF e Contratos de Opção)

Em t

Surg	UF	Produto											Total		Total Geral	
		Algodão		Arroz		Café	Fécula	Feijão	Milho		Sisal	Sorgo				Trigo
		AGF	C.O.	AGF	C.O.	C.O.	AGF	AGF	AGF	C.O.	AGF	AGF	CO	AGF		C.O.
Surgs com Processos Individualizados																
AM	AM	-	-	-	-	-	-	-	112,1	-	-	-	-	112,1	-	112,1
CE	CE	-	-	-	-	-	-	-	5.639,5	14.508,9	-	-	-	5.639,5	14.508,9	20.148,4
GO	GO	40,4	12,4	17,1	-	-	-	-	343.371,8	48.428,7	-	-	-	343.429,3	48.441,1	391.870,4
MG	MG	-	-	-	-	5.514,8	-	-	25.426,0	4.734,3	-	-	-	25.426,0	10.249,1	35.675,1
MT	MT	35,7	-	113.780,0	1.139,4	-	-	-	1.647.479,8	251.234,8	-	17.173,5	-	1.778.469,0	252.374,2	2.030.843,2
PE	AL	-	-	-	-	-	-	-	-	367,3	-	-	-	-	367,3	367,3
	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	3.615,8	-	-	-	-	3.615,8	3.615,8
PR	PR	831,5	-	-	-	4.701,9	967,8	1.043,7	100.088,5	223.424,2	-	-	-	102.931,5	228.126,1	331.057,6
RO	AC	-	-	-	-	-	-	-	-	148,9	-	-	-	-	148,9	148,9
	RO	-	-	7.506,1	-	-	-	-	13.590,1	458,6	-	-	-	21.096,2	458,6	21.554,8
RS	RS	-	-	492.277,1	371.408,9	-	-	-	324,5	2.303,5	-	-	5.640,0	492.601,6	379.352,4	871.954,0
Subtotal		907,6	12,4	613.580,3	372.548,3	10.216,7	967,8	1.043,7	2.136.032,3	549.225,0	0,0	17.173,5	5.640,0	2.769.705,2	937.642,4	3.707.347,6
Surgs com Processo Consolidado																
BA	BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	381,7	-	-	381,7	-	381,7
ES	ES	-	-	-	-	628,2	-	-	-	842,8	-	-	-	-	1.471,0	1.471,0
MA	MA	-	-	-	-	-	-	-	-	997,8	-	-	-	-	997,8	997,8
MS	MS	988,3	-	-	-	-	-	492,8	258.048,9	143.092,4	-	-	24,3	259.530,0	143.116,7	402.646,7
PA	PA	-	-	3.020,9	-	-	-	-	-	103,2	-	-	-	3.020,9	103,2	3.124,1
PB	PB	-	-	-	-	-	-	-	828,3	1.975,6	-	-	-	828,30	1.975,6	2.803,9
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-	-	40,5	-	-	-	-	40,5	-	40,5
RN	RN	-	-	-	-	-	-	-	5.889,3	441,0	-	-	-	5.889,3	441,0	6.330,3
SC	SC	-	-	32.329,0	51.316,0	-	-	2.229,6	8.900,8	32.214,1	-	-	-	43.459,4	83.530,1	126.989,5
SP	SP	3.049,3	-	-	-	72,4	-	-	7.303,8	13.720,7	-	-	-	10.353,1	13.793,1	24.146,2
TO	TO	-	-	54,0	-	-	-	-	1,0	-	-	-	-	55,0	-	55,0
Subtotal		4.037,6	0,0	35.403,9	51.316,0	700,6	0,0	2.722,4	281.012,6	193.387,6	381,7	0,0	24,3	323.558,2	245.428,5	568.986,7
Total Geral		4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2	4.945,2
		4.957,6		1.072.848,5		10.917,3	967,8	3.766,1	3.159.657,5		381,7	17.173,5	5.664,3	3.093.263,4	1.183.070,9	4.276.334,3

Fonte: Conab/Diges/Suopec/Gecoe

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.27
Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos, em 31/12/2006 (Agricultura Familiar)

Em t

Sureg	UF	Produto										Total
		Açúcar	Arroz	Castanha	Far. Trigo	Far. Mandioca	Feijão	Leite	Mel	Milho	Suco	
Suregs com Processos Individualizados												
AM	AM	-	160,5	-	-	-	0,6	-	-	356,1	-	517,2
CE	CE	12,0	1.792,5	-	-	1.327,0	86,9	-	-	1.135,6	-	4.354,0
GO	GO	-	799,9	-	-	-	-	-	-	1.219,0	-	2.018,9
MG	MG	-	223,6	-	-	-	-	-	-	-	-	223,6
MT	MT	-	7.634,0	-	-	-	33,0	-	-	4.208,5	-	11.875,5
PE	PE	399,4	-	-	-	2.800,1	1.130,4	-	-	43,1	-	4.373,0
	AL	-	-	-	-	-	52,2	-	-	-	-	52,2
PR	PR	-	1.844,0	-	-	1.256,9	9.607,9	-	20,0	-	-	12.728,8
RO	RO	-	250,4	-	-	-	582,2	-	-	5,4	-	838,0
	AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
RS	RS	-	10.348,2	-	86,0	21,0	2.376,9	1.055,2	6,5	1.311,2	4,4	15.209,4
Subtotal		411,4	23.053,1	-	86,0	5.405,0	13.870,1	1.055,2	26,5	8.278,9	4,4	52.190,6
Suregs com Processo Consolidado												
BA	BA	-	-	-	-	1.403,4	6.406,0	-	-	1.188,1	-	8.997,5
	SE	-	-	-	-	-	206,9	-	-	356,9	-	563,8
ES	ES	-	-	-	-	1.479,2	-	-	-	-	-	1.479,2
MA	MA	-	989,0	-	-	29,9	-	-	-	4.208,0	-	5.226,9
MS	MS	-	-	-	-	1.888,1	1.457,2	-	-	5.599,9	-	8.945,2
PA	PA	-	2.354,9	-	-	-	-	-	-	-	-	2.354,9
PB	PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
PI	PI	27,0	293,0	301,6	-	3.219,8	143,7	5,6	-	5.013,2	-	9.003,9
RJ	RJ	-	318,4	-	-	-	-	-	-	-	-	318,4
RN	RN	-	-	351,5	-	371,6	267,2	-	26,8	364,0	-	1.381,1
SC	SC	-	32,5	-	-	597,0	6.980,4	-	-	-	-	7.609,9
SP	SP	-	-	-	-	2.640,2	375,2	-	-	152,0	-	3.167,4
TO	TO	-	6.063,2	-	-	-	-	-	-	-	-	6.063,2
Subtotal		27,0	10.051,0	653,1	-	11.629,2	15.836,6	5,6	26,8	16.882,1	-	55.111,4
Total		438,4	33104,1	653,1	86,0	17.034,2	29.706,7	1.060,8	53,3	25.161,0	4,4	107.302,0

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.8- Operacionalização da Comercialização de Produtos

A meta física aprovada para 2006 previa que fossem firmadas 35 parcerias com Estados e Municípios, tendo sido consignada dotação orçamentária de R\$3.800.000,00.

Em 2006 foi dada continuidade à execução dos convênios firmados em 2005 com 28 Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba e firmados 7 novos convênios no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, tendo sido adquirido produtos de agricultores familiares e distribuídos às escolas públicas de ensino fundamental.

Além das despesas operacionais desses foram custeados com recursos desta Ação despesas administrativas, financeiras, de manutenção e de distribuição de alimentos não acobertadas pelos convênios firmados.

Do valor aprovado na LOA para 2006, de R\$3.800.000,00 foram gastos durante o exercício R\$3.718.372,59, representando cerca de 97,69%.

4.1.1.9 - Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP objetiva proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas, com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Rede está integrada às estratégias do Governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis.
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local.
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras.
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

As principais atividades desenvolvidas foram:

- Visita de técnicos da Conab à Centrais de Negócio Rede Supermais, em Leopoldina-MG, onde foi debatido com a direção daquela organização o modelo operacional proposto pela Companhia, para a instalação de primeira Central de Negócios formada por micro e pequenos varejistas, em Recife.
- Visita de técnico da Conab à UNISUPER-Rede União Gaúcha de Supermercados, Atacados e Distribuição de Alimentos, sediada em Porto Alegre-RS, no intuito de conhecer o seu formato administrativo e operacional de gerenciar negócios e interagir com varejistas.
- Contratação de consultor especializado em associativismo e comercialização, sendo realizada palestra em Recife para 350 varejistas cadastrados e interessados em integrar a REFAP-PE.

- Cadastramento de 350 varejistas em Recife-PE, originando uma seleção de 18 varejistas que se associaram e que passariam a integrar a Central de Negócios Grupo Mais de Supermercados.
- Instalação oficial, no segundo semestre, da primeira Central de Negócios em Recife-PE.
- Visita aos stands de indústrias fornecedoras na Feira Anual da AP-Associação Paulista de Supermercados, em São Paulo-SP.
- Implantação do Programa de Assistência Técnica a Varejistas integrados à REFAP-PE.
- Participação de técnicos da Conab no Congresso e Feira Varejo Total 2006, promovido pela Associação Paulista de Supermercados, em São Paulo-SP.
- Capacitação técnica dos Coordenadores indicados pelas Suregs de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba para a expansão da REFAP em suas respectivas áreas de abrangência. As Suregs foram instruídas a dotar as respectivas Bases Operacionais de estrutura administrativa, instalações e equipamentos para a expansão imediata do número de varejistas cadastrados e de centrais de negócios.
- Reunião, em Brasília-DF, com técnicos da direção do Agronegócio do Banco do Brasil, Superintendência da Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, objetivando obter a concessão de créditos com juros menores do que os praticados por essas instituições para a formação de capital de giro para os varejistas vinculados à REFAP.
- Instaurado processo administrativo junto a GSI Brasil para o registro e código de barras nas embalagens (marca própria) dos produtos oriundos do PAA que poderão ser utilizados pela REFAP.

A meta física para 2006 previa a organização de 1.500 unidades de varejo tendo sido organizados durante o período 350 unidades, representando cerca de 23,33%.

Da dotação orçamentária aprovada na LOA/2005, de R\$200.000,00, foram gastos durante o exercício R\$196.163,2998,08, destacando-se as despesas com deslocamentos para a realização de cadastramento/filiação dos varejistas e encontros técnicos.

4.1.1.10 - Publicidade de Utilidade Pública

Por meio desta Ação a Conab coordena, supervisiona e classifica as informações de interesse do Governo que serão veiculadas, assim como efetua a contratação e a realização de pesquisas de opinião e de campanhas publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública. As despesas efetuadas no âmbito dessa Ação referem-se, ainda, à participação da Conab em feiras do agronegócio, confecção de *folders*, vídeos institucionais e publicações.

A dotação orçamentária prevista no LOA/06 foi de R\$300.000,00 tendo sido gastos R\$297.856,00 no exercício de 2006, equivalente a 99,3%.

No período a Conab participou de várias feiras e eventos, destacando: Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8); Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança (MOP-3); Agronegócio; Festa Estadual do Milho (FEMI); Expogrande; Expozebu; AGROTINS; EXPOGOIAS; EXPOLONDRINA; AGRISHOW; 36.^a Exposição e Feira Agropecuária de Floriano-PI; EXPOCAFÉ; AGRIFAM; SUPERAGRO; II Encontro Nacional de Agroecologia; FRUTAL AMAZÔNIA; 4.^o Simpósio em Armazenagem Qualitativa de Grãos no Mercosul; III Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; 20.^a EXPOAMA; AGRISHOW SIMI-ÁRIDO; EXPOAGRO; LIV EXPOCRATO; 77.^a Semana do Fazendeiro;

FISPAL Alimentos; 20ª EXPOAMA; 77ª Semana do Fazendeiro; EXPOINTER; EXPOEMA; EXPOAGRO; XIII FRUTAL; 44ª EXPAPI; Fenacoop – Feira Internacional das Cooperativas, Fornecedores e serviços; Biofach; 65ª Exposição Nordestina de Animais e Derivados; XVII Fenagri; 56ª Exposição Agropecuária e 3ª Feira do Agronegócio; Fenagro; Expoagro.

A participação nesses eventos foi realizada por meio da montagem de “stand”, com a presença de empregados da Conab para distribuir material de divulgação e apresentar produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Companhia. No quadro seguinte, detalhamento das despesas realizadas no período.

Quadro 4.28
Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Locação de Mão-de-Obra	Total
Matriz	-	120,00	-	297.435,60	-	297.555,60
MG(*)	-	-	100,00	200,00	-	300,00
Total	0,00	120,00	100,00	297.635,60	0,00	297.855,60

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*) Sureg com Processo Individualizado

4.1.1.11 - Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

A meta física previa para 2006 a vistoria de 250.000 toneladas de produtos armazenados em unidades de terceiros, para tanto foi consignada dotação orçamentária de R\$200.000,00. Entretanto, as vistorias não foram realizadas devido a não celebração de convênio com o MAPA, onde parte das despesas seriam custeadas pela Conab e o restante pelo Ministério.

As despesas realizadas no âmbito desta Ação referem-se, principalmente, a gastos com deslocamentos de pessoal para visitas técnicas a detentores de estoques privados de produtos agropecuários localizados em várias Unidades da Federação e ao desenvolvimento de instrumentos com vista a implementação efetiva da Ação.

Da dotação aprovada foram gastos R\$191.424,22 (95,71%), sendo R\$55.583,03 com diárias, R\$16.099,85 com material de consumo, R\$18.840,34 com passagens e despesas de locomoção e R\$100.901,00 com serviços de terceiros.

4.1.1.12 - Gestão e Administração do Programa

Com dotação orçamentária inicial, aprovada na LOA/2006, de R\$221.755.424,00, sendo R\$172.801.498,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$46.560.960,00 para custeio e R\$2.392.966,00 para investimentos na Matriz e nas Suregs. A Ação recebeu durante o último trimestre créditos suplementares no valor total de R\$40.413.047,00 (R\$15.000.000,00 para custeio e R\$25.413.047,00 para pessoal e encargos). Durante o exercício foram gastos R\$259.835.047,00 representando cerca de 99,1% da dotação final de R\$262.168.471,00.

As despesas de pessoal representaram 75,5% (R\$196.186.352,56), as despesas com manutenção 23,59% (R\$61.297.655,00) e o investimento totalizou 0,92% (R\$2.381.039,47), conforme detalhado no Quadro 4.29.

Quadro 4.29
Demonstrativo da Execução da Despesas

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Valor (R\$1,00)	Part. (%)
Pessoal e Encargos Sociais	Outros Benefícios Sociais	360.695,75	0,14
	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	142.621.391,05	54,88
	Obrigações Patronais	49.449.862,45	19,03
	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.547.739,04	0,98
	Despesas de Exercícios Anteriores	22.672,44	0,01
	Indenizações Trabalhistas	232.522,96	0,09
	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	951.468,87	0,37
Subtotal		196.186.352,56	75,50
Custeio	Outros Benefícios Assistenciais	179.393,96	0,07
	Diárias – Pessoal Civil	2.006.119,91	0,77
	Material de Consumo	4.876.041,25	1,88
	Passagens e Despesas com Locomoção	1.313.866,42	0,51
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	883.742,09	0,34
	Locação de Mão-de-Obra	10.308.313,80	3,97
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	37.820.684,24	14,55
	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.660.949,12	1,02
	Depósitos Compulsórios	35.020,11	0,01
	Sentenças Judiciais	53.685,87	0,02
	Indenizações e Restituições	1.159.838,43	0,45
Subtotal		61.297.655,20	23,59
Investimento	Obras e Instalações	791.778,76	0,30
	Equipamentos e Material Permanente	1.589.260,71	0,61
Subtotal		2.381.039,47	0,92
Total da Conab Nacional		259.865.047,23	100,00

Fonte: Siafi
 Conab/Presi/Supav/Gearé

4.1.1.12.1– Gestão de Pessoas

Buscando alcançar uma equipe continuamente capacitada e compatível com suas necessidades em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e renovação do quadro de pessoal, realizando mais um concurso público em janeiro de 2006, destinado a selecionar candidatos para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz da Conab, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargo de Técnico de Nível Superior. A partir do 2º trimestre de 2006 foi efetivada a contratação dos aprovados.

4.1.1.12.2 - Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Companhia encerrou o exercício de 2006 com 3.320 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior e contabilizadas as admissões e demissões, o quadro foi acrescido em 112 empregados, representando um aumento de 3,5%, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 4.30
Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados		(b)-(a)
	31/12/2005 (a)	31/12/2006 (b)	
Em efetivo exercício na Conab	2.502	2523	21
Cedidos a outros órgãos	-		-
Com ônus p/Conab	607	688	81
Sem ônus p/Conab	13	22	9
Licenciados(*)	69	71	2
Contratos Suspensos(**)	17	16	-1
Total	3.208	3.320	112

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.

(**) licença por motivos particulares etc.

No cumprimento ao objetivo 16 do Mapa Estratégico Corporativo que preconiza: *“Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades”*, a Conab, com a devida autorização dos órgãos supervisores, realizou em 2006 mais um concurso público para o preenchimento de vagas para os cargos de TNS-I e TNS-III, para o exercício das funções de Procurador, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Médico do Trabalho, Médico Veterinário, Auditor, Nutricionista, Analista de Sistemas, Analista de Suporte Técnico, Analista de O&M, Analista de Recursos Humanos, Técnico Financeiro Contábil, Técnico Administrativo, Técnico de Comunicação Social, Técnico de Operações, Técnico de Planejamento e Biblioteconomista, no âmbito da Matriz e Suregs, conforme demonstrativo seguinte.

Quadro 4.31
Recomposição do Quadro de Pessoal - Concurso Público
Período: de 2005/2006

Movimentação	Ano	Mtz	AM	BA	CE	ES	G0	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Total
			*		*		*		*		*			*		*			*	*				
Admissão	2005	30	3	11	2	0	1	1	1	0	9	2	3	2	1	4	2	2	4	2	1	1	1	83
	2006	68	2	6	1	8	4	3	7	7	8	2	3	2	7	2	0	4	9	5	6	1	6	161
Total Admitidos		98	5	17	3	8	5	4	8	7	17	4	6	4	8	6	2	6	13	7	7	2	7	244

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecav/Gefop

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Obs.: (*) Processos Individualizados

Do quadro geral, 1.386 (41,75%) empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia e apenas 76% estão em efetivo exercício na Empresa, conforme pode ser observado nos quadros seguintes.

Quadro 4.32
Demonstrativo Total do Número de Empregados por Situação Funcional

Situação Funcional	Sureg																						Total	Part. %
	Mtz	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO		
		*		*		*		*		*			*		*			*	*					
Em efetivo exercício na Empresa	570	57	79	144	72	200	89	143	80	94	59	60	163	121	104	90	70	49	94	51	61	42	2492	75,06
Contrato especial	14																						14	0,42
Cargo de direção na própria Empresa	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,06
Diretor não empregado	2																						2	0,06
Conselheiro ou diretor não empregado	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0,27
Licenciado INSS/acidente de trabalho	13	-	2	9	1	4	2	1	2	2	1	1	4	4	3	5	2	2	2	2	2	1	65	1,96
A disposição com ônus para a Conab-Dec.4050	111	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114	3,43
A disposição com ônus para a Conab-Lei 10.470	111	13	28	68	31	67	30	1	-	10	3	33	61	22	1	61	12	4	12	1	4	1	574	17,29
A disposição sem ônus para a Conab-Dec 4050	8	-	-	3	2	4	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	22	0,66
Licença maternidade – 120 dias/adoção	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	4	0,12
Cedido a Conab	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,12
Licença para cargo eletivo com vencimentos	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,06
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Contrato suspenso/Licença particular	6	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	1	1	16	0,48
Total	852	71	109	226	107	278	122	146	82	107	63	94	232	147	110	159	84	55	108	54	69	45	3320	100

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare
 Obs.: (*) Processos Individualizados

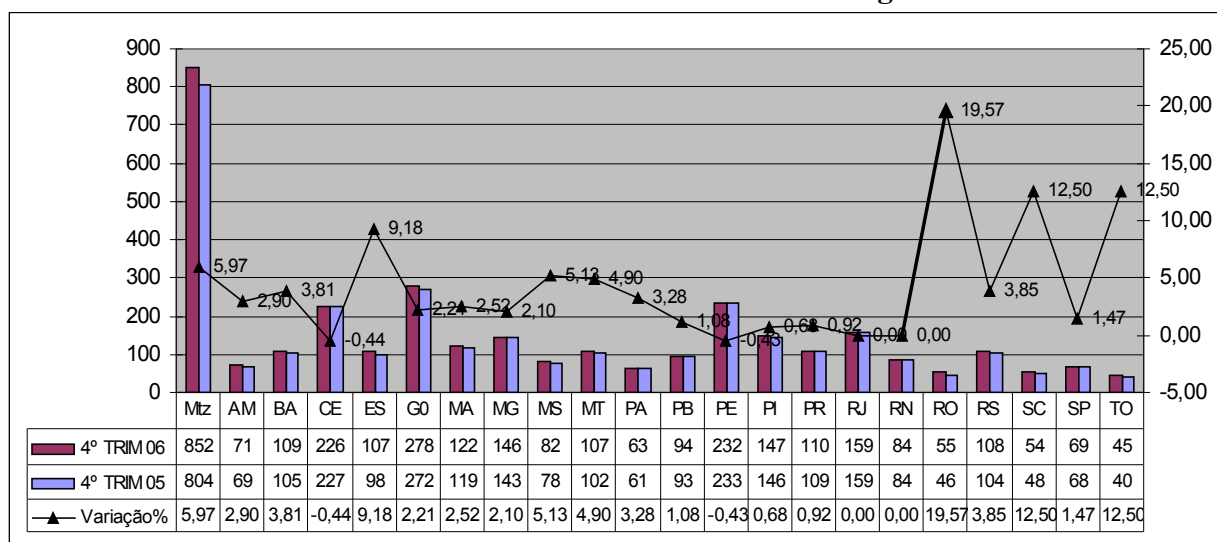
Quadro 4.33
Efetivo, por Situação Contratual

Unidade	MTZ	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Total	Part. %
		*		*		*		*		*			*		*			*	*					
Normal	590	22	36	69	29	148	31	61	72	108	31	32	91	32	82	76	39	27	60	24	47	33	1740	52,41
Concursado	79	4	12	3	1	5	3	14	6	6	4	3	3	5	5	2	4	12	5	7	2	7	192	5,78
Reintegrado (Transitado)	29	13	4	70	39	10	29	0	0	9	2	11	68	3	6	14	14	2	8	15	7	2	355	10,69
Reintegrado (Liminar)	0	0	0	10	15	3	0	0	0	0	1	3	2	38	0	3	1	0	1	0	0	0	77	2,32
Anistiado (Transitado)	2	4	0	27	7	26	58	0	0	2	12	0	1	4	4	0	14	4	1	0	0	1	167	5,03
Anistiado (Liminar)	3	2	5	39	10	8	1	0	0	0	9	0	12	42	1	41	8	0	12	2	1	0	196	5,90
Anistiado (LEI 8878/94)	149	26	52	8	6	78	0	30	4	21	4	45	55	23	12	23	4	10	21	6	12	2	591	17,80
Outros (Indeniz. Judicial)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,06
Total	852	71	109	226	107	278	122	107	82	146	63	94	232	147	110	159	84	55	108	54	69	45	3320	100

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare
 Obs.: (*) Processos Individualizados

A Figura 01 espelha a distribuição do efetivo de empregados existente em 31/12/2006, na Matriz e nas Suregs. Em comparação com a mesma data do exercício de 2005, as maiores variações positivas no âmbito regional foram registradas nas Sureg-RO, SC e TO, com aumento de 9 (19,6%), 6 (12,5%) e 5 empregados (12,5%), respectivamente. Na Matriz ocorreu um aumento de 48 empregados (5,97%).

Figura 01
Efetivo de Pessoal da Matriz e das Suregs



Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

O perfil da estrutura de pessoal da Conab, nessa data, apresenta as seguintes características: 717 (21,6%) técnicos de nível superior, dos quais 368 (51,32%) estão lotados na Matriz, 349 (48,68%) nas Superintendências Regionais, e 2.587 (77,9%) empregados de nível médio e auxiliar. Em relação ao exercício anterior, a proporção de técnicos de nível superior passou de 17,86% (573 empregados) para 21,6%. Também observou-se uma melhora na distribuição entre Matriz e Suregs.

O demonstrativo a seguir inclui também 14 empregados/colaboradores classificados como Contrato Especial (0,42%) e 2 Pensões Judiciais (0,06%).

Quadro 4.34
Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo

Situação Contratual	Mtz	%	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Sureg	%	Total
Auxiliar	188	22,1	34	59	149	63	160	84	73	47	61	33	53	148	101	55	106	60	24	60	20	27	16	1.433	58,1	1.621
Médio	282	33,1	28	36	58	26	82	22	45	20	25	15	30	67	36	36	26	16	16	33	22	27	18	684	27,7	966
Superior	368	43,2	9	14	19	18	36	16	28	15	19	15	11	17	10	19	27	8	15	15	12	15	11	349	14,1	717
Contrato Especial	14	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Indeniz. Judicial	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,1	2
Total	852	25,7	71	109	226	107	278	122	146	82	107	63	94	232	147	110	159	84	55	108	54	69	45	2.468	74,3	3.320

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare
 Obs.: (*) Processos Individualizados

Quadro 4.35
Demonstrativo do Número de Empregados, por vínculo e nível de cargo

Situação Contratual	Nível de Cargo				
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total
Normal	663	620	635	14	1932
Reintegrado (Transitado)	239	92	24	-	355
Reintegrado (Liminar)	58	17	2	-	77
Anistiado (Transitado)	116	47	10	-	173
Anistiado (Liminar)	121	62	7	-	190
Anistiado (Lei 8878/94)	424	128	39	-	591
Outros (Ind. Judicial)	2	-	-	-	2
Total	1.623	966	717	14	3.320

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

No quadro a seguir estão discriminados os Vínculos Especiais, cuja atuação se dá em Brasília.

Quadro 4.36
Vínculo Especial

Função	Quantidade
CONTRATO ESPECIAL	14
Assessor	6
Corregedor Geral	1
Coordenador	3
Gerente de Área	4
ADMINISTRADORES	10
Presidente (1)	1
Diretor (1)	3
Conselho de Administração (2)	4
Conselho Fiscal (2)	2
OUTROS (pensão judicial)	2
Total	26

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare
 (1) O Presidente e um Diretor do quadro de pessoal da Conab.
 (2) Não inclui suplentes

4.1.1.12.3 - Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício de 2006, a Matriz e as Superintendências Regionais contavam com 285 estagiários, 10,9% a mais em relação ao exercício anterior, sendo a grande maioria (226) de nível superior.

Quadro 4.37
Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição em 31/12					
	2005			2006		
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total
Suregs com Processo Individualizado.						
Sureg-AM	3	-	3	4	-	4
Sureg CE	5	1	6	7	1	8
Sureg GO	17	4	21	16	5	21
Sureg MG	15	9	24	15	11	26
Sureg MT	18	-	18	14	-	14
Sureg PE	3	-	3	3	2	5
Sureg PR	10	6	16	10	8	18
Sureg RO	10	-	10	11	-	11
Sureg RS	6	3	9	4	3	7
Subtotal	87	23	110	84	30	114
Suregs com Processos Individualizados						
Matriz	42	18	60	43	19	62
Sureg BA	15	1	16	13	4	17
Sureg ES	2	-	2	3	-	3
Sureg MA	7	2	9	8	2	10
Sureg MS	12	-	12	20	1	21
Sureg PA	5	1	6	7	-	7
Sureg PB	3	-	3	3	-	3
Sureg PI	5	-	5	7	-	7
Sureg RJ	3	-	3	7	-	7
Sureg RN	5	-	5	5	-	5
Sureg SC	8	1	9	8	1	9
Sureg SP	6	-	6	9	1	10
Sureg TO	10	1	11	9	1	10
Total	210	47	257	226	59	285

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gepes
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.12.4 – Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulado até 31/12/06, o valor global despendido diretamente com Pessoal (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$196.186,35 mil e mais R\$28.600,19 mil (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), alcançando R\$224.786,54 mil, representando 18,58 % superior ao despendido em igual período do exercício de 2005.

Tal incremento decorreu do aumento do quadro de pessoal, notadamente pelas contratações efetivadas por meio de concurso público e, também, pelo aumento salarial de 5,0%, concedido a partir de 01/09/06, em cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007 e a elevação de despesas com sentenças judiciais (239%).

Quadro 4.38

Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Em R\$ mil

Detalhamento	2005	2006	Variação %
Vencimentos e Vantagens Fixas	125.490,57	142.621,39	13,65
Obrigações Patronais – (provisões)	44.335,66	49.449,86	11,54
Outras Despesas Variáveis (Subst. e H.Extras)	2.207,38	2.547,74	15,42
Indenizações Trabalhistas	339,34	232,52	-
Ressarcimento Pessoal Requisitado de O. Órgãos	536,05	951,47	77,50
Despesas de Exercícios anteriores	2,94	22,67	-
Outros Benefícios Sociais (Auxílio Funeral)	414,73	360,70	(13,03)
Subtotal	173.326,67	196.186,35	13,19
Sentenças Judiciais	7.645,93	25.950,59	239,40
Adiantamentos Concedidos não financeiros	-119,46	(73,74)	(38,28)
Encargos patronais – RPPS	-	2,90	
Provisões e o. créditos de Venc.e Vants.Fixas	3.632,86	(2.628,36)	(172,35)
Provisões s/Obrigações patronais	1.283,85	440,68	(65,67)
Outras Despesas Variáveis	4.106,95	4.908,11	19,51
Subtotal	16.550,13	28.600,19	72,81
	-314,27		
Total	189.562,53	224.786,54	18,58

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Obs.: No total foi observada diferença de R\$9.780,00, referente ao valor de uma ADDS lançada em conta diferentes na Sureg e no consolidado.

No acumulado até 31 de dezembro de 2006 a despesa média mensal, por empregado, foi de R\$5.642,48, contra R\$4.924.21 em igual período do exercício anterior. A variação de 14,59% entre os dois períodos deve-se ao grande aumento com despesas de sentenças judiciais (Sureg-ES, Matriz, Sureg-GO e Sureg-RS, em ordem decrescente de valores) e ao aumento de salários (5%), negociados no Acordo Coletivo 2006/2007.

Quadro 4.39

Despesa de Pessoal – Média Mensal

Unidade Orgânica	2005			2006			Var % Qtde de Empregados
	Despesa	Qtde de Empregados	Média Mensal (R\$)	Despesa R\$ Mil	Qtde de Empregados	Média Mensal (R\$)	
Matriz	64.581,06	804	6693,73	75.471,74	852	7.381,82	6,0
Amazonas (*)	3.424,11	69	4135,4	3.620,18	71	4.249,03	2,9
Bahia	4.332,21	105	3438,26	4.921,79	109	3.762,83	3,8
Ceará (*)	9.514,72	227	3492,92	10.713,71	226	3.950,48	-0,4
Espírito Santo	6.311,94	98	5367,3	16.229,45	107	12.639,76	9,2
Goiás (*)	14.877,33	272	4558,01	17.502,57	278	5.246,57	2,2
Maranhão	4.671,04	119	3271,04	5.051,39	122	3.450,41	2,5
Mato Grosso (*)	5.206,35	102	4253,55	5.831,36	107	4.541,56	4,9
Mato Grosso do Sul	4.500,01	78	4807,7	5.294,68	82	5.380,78	5,1
Minas Gerais (*)	10.723,98	143	6249,41	10.349,27	146	5.907,12	2,1
Pará	3.295,67	61	4502,28	4.059,96	63	5.370,32	3,3
Paraíba	4.108,24	93	3681,22	4.452,04	94	3.946,85	1,1
Paraná (*)	7.222,31	109	5521,64	7.639,71	110	5.787,66	0,9
Pernambuco (*)	10.765,24	233	3850,23	11.778,21	232	4.230,68	-0,4
Piauí	5.555,14	146	3170,74	5.988,78	147	3.395,00	0,7
Rio de Janeiro	7.749,74	159	4061,71	8.911,09	159	4.670,38	0,0
Rio Grande do Norte	3.502,83	84	3475,03	4.710,20	84	4.672,82	0,0
Rio Grande do Sul (*)	6.341,54	104	5081,36	8.184,48	108	6.315,19	3,8
Rondônia (*)	2.343,94	46	4246,27	2.792,84	55	4.231,58	19,6
Santa Catarina	3.014,68	48	5233,82	3.258,40	54	5.028,39	12,5
São Paulo	4.705,03	68	5765,97	4.911,02	69	5.931,18	1,5
Tocantins	2.815,42	40	5865,46	3.123,44	45	5.784,16	12,5
Total	189.562,53	3.208	4924,21	224.796,32	3.320	5.642,48	3,5

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop/Sucon/Gecon/Dre

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare - Média = (Despesa Acumulada/Nº De Empregados)/Nº Meses

Obs.: (*) Processos Individualizados

4.1.1.12.5 - Benefícios Complementares

- **Auxílio Funeral** - valor em pecúnia correspondente a R\$ 3.131,10 pago ao empregado por meio da folha de pagamento, destinado à realização de despesas com o funeral de dependentes típicos e de genitores. conforme Cláusula Nona do Acordo Coletivo 2006/2007.
- **Auxílio-Escola** - valor em pecúnia correspondente a R\$ 182,28, pago trimestralmente ao empregado por meio da folha de pagamento, nos termos da Cláusula Terceira do Acordo Coletivo 2006/2007.

Quadro 4.40
Demonstrativo de Benefícios Complementares pagos até 31/12/2006

Benefícios Complementares						
Unidades	Auxílio Funeral			Auxílio Escola		
	Qtde Beneficiários	Custo Anual	Gasto per capita/mês (R\$)	Qtde Beneficiários	Custo Anual	Gasto per capita/mês (R\$)
Unidades com Processos Individualizados						
Sureg-AM	6	18.023,10	3.003,85	57	10.502,80	184,26
Sureg CE	11	24.452,40	2.222,95	247	49.649,60	201,01
Sureg GO	8	24.154,20	3.019,28	213	43.060,42	202,16
Sureg MT	2	5.964,00	2.982,00	78	15.147,52	194,20
Sureg MG	3	8.946,00	2.982,00	96	18.835,50	196,20
Sureg PR	2	5.964,00	2.982,00	69	12.811,12	185,67
Sureg PE	5	15.059,10	3.011,82	222	41.848,68	188,51
Sureg RS	6	18.190,20	3.031,70	51	9.982,00	195,73
Sureg RO	3	9.244,20	3.081,40	32	6.232,24	194,76
Subtotal	46	129.997,20	2.826,03	1.065	208.069,88	195,37
Unidades com Processo Consolidado						
Matriz	27	95.220,75	3.526,69	442	80.628,52	182,42
Sureg BA	4	12.226,20	3.056,55	96	18.855,88	196,42
Sureg ES	2	6.077,10	3.038,55	79	14.599,76	184,81
Sureg MA	1	2.982,00	2.982,00	86	16.344,34	190,05
Sureg MS	3	6.262,20	2.087,40	65	11.926,32	183,48
Sureg PA	1	2.982,00	2.982,00	22	3.923,36	178,33
Sureg PB	3	18.339,20	6.113,07	126	25.383,24	201,45
Sureg PI	10	35.766,00	3.576,60	178	33.982,20	190,91
Sureg RJ	4	8.946,00	2.236,50	95	17.429,44	183,47
Sureg RN	4	11.928,00	2.982,00	84	16.396,52	195,20
Sureg SC	2	5.964,00	2.982,00	36	6.588,12	183,00
Sureg SP	3	9.095,10	3.031,70	34	6.405,84	188,41
Sureg TO	4	14.910,00	3.727,50	25	4.982,32	199,29
Total	114	360.695,75	3.164,00	2.433	465.515,74	191,33

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e/Sucon//Gecon/Dre
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.12.6 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Para proporcionar, aos empregados e seus dependentes, condições para manutenção da saúde física e mental, essa ação programática se realizou pela concessão de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológica.

Para atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2006 crédito orçamentário de R\$8.456.964,00 e meta física de 20.196 atendimentos mensais. Face ao aumento do número de beneficiários em decorrência da contratação de empregados, via concurso público, da ampliação dos procedimentos e, também, do reajustamento dos preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R\$1.898.860,00, totalizando R\$10.355.824,00

No acumulado até 31/12/2006, a média mensal foi de 14.641 beneficiários, que alcançou um dispêndio total de R\$10.330.639,36 e atingiu 99,8% do valor previsto. Comparativamente a igual período do exercício anterior, houve um incremento no executado da ordem de 21,3%.

Quadro 4.41
Despesas do SAS

Discriminação	Exercício (R\$)		Variação %
	2005	2006	
Orçamentário LOA	8.536.000,00	10.355.824,00	21,3
Executado	8.514.384,00	10.330.639,36	21,3
Percentual execução	99,7	99,8	

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.42
Despesas do SAS por Unidade

Unidade	Qtde Funcionários	Executado anual	Participação
Unidades com Processos Individualizados			
Sureg-AM	71	154.513,48	1,50%
Sureg-CE	226	758.077,96	7,34%
Sureg-GO	278	1.281.766,24	12,41%
Sureg-MG	146	555.313,18	5,38%
Sureg-MT	107	322.273,22	3,12%
Sureg-PE	232	1.108.347,87	10,73%
Sureg-PR	110	257.163,44	2,49%
Sureg-RO	55	183.706,22	1,78%
Sureg-RS	108	305.576,82	2,96%
Subtotal	1.333	4.926.738,43	47,69%
Unidades com Processo Consolidado			
Matriz	852	1.896.088,27	18,35%
Sureg-BA	109	279.862,58	2,71%
Sureg-ES	107	304.599,75	2,95%
Sureg-MA	122	545.580,44	5,28%
Sureg-MS	82	238.507,02	2,31%
Sureg-PA	63	124.583,17	1,21%
Sureg-PB	94	297.665,85	2,88%
Sureg-PI	147	584.382,38	5,66%
Sureg-RJ	159	492.572,66	4,77%
Sureg-RN	84	202.073,00	1,96%
Sureg-SC	54	109.136,69	1,06%
Sureg-SP	69	135.306,89	1,31%
Sureg-TO	45	193.542,23	1,87%
Subtotal	1.987	5.403.900,93	52,31%
Total Conab	3.320	10.330.639,36	100,00%

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.12.7 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993. Materializa-se pela concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, a partir do requerimento dos empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.

Para o exercício de 2006, foi aprovado crédito orçamentário no valor de R\$1.700.000,00, com suplementação posterior de R\$213.168,00, totalizando um crédito orçamentário de R\$1.913.168,00 e prevista a concessão do benefício a 590 empregados/mês.

No acumulado até 31/12/2006, foi executado o montante de R\$1.913.168,00, que correspondeu a 100,0% do valor alocado à Ação, com uma média de atendimento mensal de 447 dependentes, ficando 32% abaixo da meta física prevista.

Comparado ao exercício anterior, houve um incremento no executado financeiro da ordem de 12,6%, que decorreu da contratação de empregados via concurso público e do reajuste previsto no Acordo Coletivo vigente a partir de 01/09/2006, onde o valor mensal passou a ser de R\$257,20 (conforme previsto na cláusula 15.^a) e o auxílio em pecúnia para dependentes típicos portadores de necessidades especiais (cláusula 16.^a) passou a ter um valor mensal de R\$556,50.

Quadro 4.43 **Despesas com Assistência Pré-escolar**

Discriminação	Exercício (R\$)		Variação %
	2005	2006	
Orçamentário	1.700.000,00	1.913.168,00	12,5
Executado	1.699.754,00	1.913.168,00	12,6
Percentual de Execução	99,99	100,0	

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.44 **Número de Beneficiários do Pré-Escolar**

Assistência Pré-Escolar	Exercício		Variação
	2005	2006	
Meta mensal de beneficiários	550	590	7,3%
Programa de Assist. Pré-Escolar	-	361	-%
Prog. Assist. Pré Escolar ao Excepcional	-	86	-%
Executado (média mensal de beneficiários)	453	447	-1,3%
Percentual de execução do período	82,4%	75,8%	
Gasto per capita (R\$)	416,91	475,56	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.12.8 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados(PAT)

Visa a conceder o benefício do vale-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9.527/97.

No exercício de 2006, ao crédito orçamentário de R\$10.900.705,00 houve suplementações de R\$1.920.350,00 (Lei 11.409, de 15/12/2006), totalizando R\$12.821.055,00, dos quais foram gastos R\$12.451.813,28, perfazendo 97,1% do previsto no ano.

Quando comparado com o exercício de 2005, observa-se um incremento de 17,4% no executado, decorrente da contratação de novos empregados, via concurso público e do aumento do valor facial dos créditos do cartão magnético (alimentação ou refeição), de R\$15,00 para R\$15,75/dia, nos termos da Cláusula Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007.

Quadro 4.45 **Despesas com Auxílio-Alimentação**

Discriminação	Exercício (R\$)		Variação %
	2005	2006	
Orçamentário	10.715.689,00	12.821.055,00	19,6
Executado	10.605.383,00	12.451.813,28	17,4
Percentual de Execução	99%	97,1%	

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A meta física de beneficiar 3.366 servidores/mês, no ano de 2006 foi atingida em 95,5%, perfazendo uma média mensal de 3.215 empregados, conforme demonstrativos a seguir.

Quadro 4.46
Número de Beneficiários do Auxílio-Alimentação

Auxílio Alimentação					
Unidade	Quantidade de Empregados	Execução Física		Execução Financeira	
		Média Mensal de Beneficiários	Participação sobre total Conab	Executada	Participação sobre total Conab
Unidades com Processos Individualizados					
Sureg-AM	71	69	2,1%	283.707,89	2,3%
Sureg-CE	226	219	6,8%	930.711,01	7,5%
Sureg-GO	278	271	8,4%	1.141.978,99	9,2%
Sureg-MG	146	145	4,5%	600.657,96	4,8%
Sureg-MT	107	101	3,1%	421.213,27	3,4%
Sureg-PE	232	226	7,0%	946.027,70	7,6%
Sureg-PR	110	106	3,3%	451.761,23	3,6%
Sureg-RS	108	105	3,3%	439.313,47	3,5%
Sureg-RO	55	49	1,5%	215.679,73	1,7%
Unidades com Processo Consolidado					
Matriz	852	792	24,6%	2.415.085,60	19,4%
Sureg-BA	109	106	3,3%	445.017,21	3,6%
Sureg-ES	107	100	3,1%	411.267,67	3,3%
Sureg-MA	122	118	3,7%	496.489,46	4,0%
Sureg-MS	82	80	2,5%	338.309,61	2,7%
Sureg-PA	63	62	1,9%	257.664,57	2,1%
Sureg-PB	94	92	2,9%	384.924,72	3,1%
Sureg-PI	147	145	4,5%	610.319,73	4,9%
Sureg-RJ	159	150	4,7%	643.537,72	5,2%
Sureg-RN	84	81	2,5%	345.342,68	2,8%
Sureg-SC	54	51	1,6%	217.043,77	1,7%
Sureg-SP	69	66	2,0%	278.891,83	2,2%
Sureg-TO	45	42	1,3%	176.867,46	1,4%
Conab	3320	Meta Conab		3.366	12.821.055,00
		Total Executado		3.215	12.451.813,28
		Percentual de execução do período/meta		95,5%	97,1%

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.12.9 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetiva assegurar aos empregados o benefício do auxílio-transporte para deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e suas alterações.

Da dotação aprovada na LOA no valor de R\$4.800.000,00, foi autorizado cancelamento de R\$267.827,00 (Lei 11.409, de 15/12/2006), ficando alterada para R\$4.532.173,00, tendo sido gastos R\$4.032.366,18, ou seja, 89,0% do programado.

Com relação a 2005, as despesas nessa ação mantiveram-se estáveis (-0,2%), apesar da admissão de empregados concursados, e do ajuste o valor mensal para R\$126,37, nos termos da Cláusula Décima Primeira do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007.

Quadro 4.47
Despesas com Auxílio-Transporte - Comparativo 2004 e 2005

Discriminação	Exercício		Variação
	2005	2006	
Orçamentário	4.385.016,00	4.532.173,00	3,4%
Executado	4.041.356,00	4.032.366,18	-0,2%
Percentual de execução	92,2%	89,0%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A meta física estabelecida para 2005 de beneficiar 3.366 servidores/mês foi atingida em 96,2 %, perfazendo uma média mensal de 3.237 empregados.

Quadro 4.48
Número de Beneficiários do Auxílio-Transporte por Sureg

Auxílio Transporte					
Unidade	Quantidade de Empregados	Execução Física		Execução Financeira	
		Média Mensal de Beneficiários	Participação sobre total da Conab	Executada	Participação sobre total da Conab
Unidades com Processos Individualizados					
Sureg-AM	71	37	1,1%	29.628,00	0,7%
Sureg-CE	226	169	5,2%	46.048,80	1,1%
Sureg-GO	278	124	3,8%	195.075,72	4,8%
Sureg-MG	146	117	3,6%	24.120,23	0,6%
Sureg-MT	107	92	2,8%	9.923,25	0,2%
Sureg-PE	232	186	5,7%	48.278,37	1,2%
Sureg-PR	110	83	2,6%	-	0,0%
Sureg-RS	108	46	1,4%	92.087,50	2,3%
Sureg-RO	55	46	1,4%	277,20	0,0%
Unidades com Processo Consolidado					
Matriz	852	549	17,0%	3.000.873,62	74,4%
Sureg-BA	109	46	1,4%	54.406,38	1,3%
Sureg-ES	107	16	0,5%	99.370,22	2,5%
Sureg-MA	122	15	0,5%	92.318,00	2,3%
Sureg-MS	82	57	1,8%	8.405,20	0,2%
Sureg-PA	63	10	0,3%	35.021,65	0,9%
Sureg-PB	94	57	1,8%	23.251,25	0,6%
Sureg-PI	147	53	1,6%	71.994,00	1,8%
Sureg-RJ	159	109	3,4%	71.891,10	1,8%
Sureg-RN	84	44	1,4%	44.878,00	1,1%
Sureg-SC	54	42	1,3%	12.372,30	0,3%
Sureg-SP	69	39	1,2%	40.709,09	1,0%
Sureg-TO	45	19	0,6%	31.436,30	0,8%
Conab	3320	Meta Conab		3.366	4.532.173,00
		Total Executado		3.237	4.032.366,18
		Percentual de execução do período/meta		96,2%	89,0%

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.1.13 - Contribuição à Previdência Privada

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius-Instituto Conab de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01 e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º

109/01, do crédito orçamentário de R\$20.061.884,00, foi executado o montante correspondente a 100% do programado.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, houve uma redução no executado da ordem de 8,1%. Tal redução decorreu da amortização de parcela excepcional do serviço passado ser de menor valor que a realizada no exercício anterior, conforme demonstrativos a seguir.

Quadro 4.49

Contribuição à Previdência Privada

Discriminação	Exercício (R\$)		Variação %
	2005	2006	
Orçamentário	21.832.360,00	20.061.884,00	-8,1
Executado	21.832.360,00	20.061.884,00	-8,1
% de Execução	100,0	100,0	
Complemento de Previdência (Serviço Passado)	14.071.471,00	11.658.305,85	-17,1

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Do crédito orçamentário de R\$20.061.884,00, o montante de R\$11.658.306,05 refere-se à amortização de parcelas, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observados os termos aditivos nº 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas. No acumulado do exercício, as contribuições mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$8.403.577,95.

Quadro 4.50

Demonstrativo dos Pagamentos com Previdência Privada por Sureg

Unidade/UF	Total da Folha Participantes	Quantidade de participantes			Valor contribuições (R\$)	
		Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora	Empregado
Unidades com Processo Individualizado						
AM	2.333.710,11	35	16	51	151.936,53	151.936,53
CE	6.756.899,86	129	138	267	414.431,61	414.431,61
GO	8.718.189,02	120	90	210	569.424,95	569.424,95
MG	6.172.914,45	82	73	155	419.189,18	419.189,18
MT	3.750.399,52	54	29	83	239.488,93	239.488,93
PE	7.933.277,65	149	81	230	498.992,56	498.992,56
PR	5.996.369,38	84	61	145	383.787,14	383.787,14
RS	3.912.256,97	59	89	148	245.918,61	245.918,61
RO	1.692.577,83	23	10	33	111.073,32	111.073,32
Subtotal	47.266.594,79	735	587	1.322	3.034.242,83	3.034.242,83
Unidades com Processo Consolidado						
Matriz	45.100.822,99	427	283	710	3.346.119,49	3.346.119,49
AC	-	-	3	3	-	-
AL	-	-	8	8	-	-
AP	-	-	1	-	-	-
SP	3.240.810,65	37	61	98	232.572,95	232.572,95
PA	2.051.478,87	29	26	55	135.980,89	135.980,89
RJ	2.976.230,95	40	131	171	205.396,75	205.396,75
PB	2.534.263,44	42	43	85	165.551,51	165.551,51
ES	3.261.824,40	47	19	66	224.147,48	224.147,48
SC	2.137.056,01	29	20	49	143.503,72	143.503,72
PI	1.948.781,73	28	20	48	123.749,46	123.749,46
BA	2.129.910,34	34	20	54	134.987,66	134.987,66
RN	2.304.309,49	38	33	71	145.379,16	145.379,16
RR	-	-	1	-	-	-
SE	-	-	5	-	-	-
MA	2.379.828,09	43	23	66	149.365,10	149.365,10
MS	4.254.943,22	64	36	100	260.948,85	260.948,85
TO	1.430.712,15	14	4	18	101.632,10	101.632,10
Subtotal	75.750.972,33	872	737	1.602	5.369.335,12	5.369.335,12
Total Conab	123.017.567,12	1.607	1.324	2.924	8.403.577,95	8.403.577,95

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare - Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Dre/Siafi

4.1.2 Ações do Programa Gestão da Política Agropecuária

4.1.2.1 - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado crédito orçamentário em 2006 no valor de R\$1.600.000,00 e executado o montante de R\$1.396.911,00, correspondendo a 87% do programado.

A meta física prevista para 2006 de capacitar 3.654 pessoas foi superada em 37,3%, com o treinamento de 5.018 empregados, resultado alcançado pelo desenvolvimento de vários eventos. Dentre eles se destacam o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL) – Módulos I e II, Oficinas de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Curso sobre Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução significativa tanto na dotação orçamentária (11,1%), quanto no executado (9,6%), conforme demonstrado nos quadros 4.52 e 4.53.

Quadro 4.51
Despesas com Capacitação de Empregados
Comparativo 2005 e 2006

Discriminação	Exercício		Variação %
	2005	2006	
Orçamentário	1.800.000,00	1.600.000,00	-11,1
Executado	1.545.026,00	1.396.911,00	-9,59
Percentual de Execução	85,8	87,3	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap e Siafi
Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.52
Número de Treinandos - Comparativo 2005 e 2006

Discriminação	Exercício		Variação %
	2005	2006	
Meta	3.654	3654	0%
Executado	5.176	5018	-3,05%
Percentual de Execução	141,7%	137,3%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap e Siafi
Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

Em termos gerais, englobando todos os cursos realizados na Matriz e Suregs, os dados comparativos relativos aos anos de 2006 e 2005, mostram a capacitação de 5.018 participantes contra 5.176, respectivamente, demonstrando em uma redução de 3,05%.

Uma redução significativa (28,3%) foi constatada quando comparamos a relação "homens x horas aula" nos anos de 2005 e 2006, atingindo uma média de 23,5 horas por participante em 2006.

A Companhia concede ao seus empregados um incentivo financeiro de 50% da mensalidade para Cursos de Língua Estrangeira, conforme estabelece o Parágrafo 7.º do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007, limitado em até R\$ 105,00 (cento e cinco reais), desde que não oferecidos pela Companhia em cursos fechados. No exercício de 2006 foram liberados incentivos para 46 empregados, com uma quantidade de 3116 homens/hora e incluídos no quadro demonstrativo seguinte no item "Outras". Ainda nesse item, foram incluídas 29.516 homens/hora referente a curso de Supletivo 2º Grau ministrado a 96 participantes, donde surge a diferença entre o executado informado no quadro 4.53 e àquele informado no quadro 4.54.

Quadro 4.53
Demonstrativo detalhado Número de Treinandos – Por Sureg

Número de Treinandos																										
Área de Conhecimento	Unidades com Processo individualizado										Matriz e Sureg Consolidada														Total Conab	
	AM	CE	GO	MG	MT	PE	PR	RS	RO	Total	Mtz	BA	ES	MA	MS	PA	PB	PI	RJ	RN	SC	SP	TO			
Planejamento	13	8	73	14	7	18	8	9	6	156	253	7	4	5	7	5	5	5	7	6	7	8	5	480		
Operacional	24	7	24	15	31	16	13	8	15	153	178	9	5	8	15	7	4	11	2	17	17	7	6	439		
Administrativa	11	5	94	15	2	37	2	19	0	185	367	0	9	38	5	0	0	0	10	11	1	2	1	629		
Financeira	12	5	5	12	39	3	0	6	8	90	87	2	2	9	5	5	3	15	2	2	5	2	6	235		
Gerencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3		
Informática	0	1	2	1	2	0	0	10	0	16	91	3	1	0	0	0	0	1	1	8	0	0	0	121		
Qualidade	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	19		
Jurídica	5	1	2	1	0	1	1	1	1	13	9	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1	2	1	37		
Auditoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15		
Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
Educ e.Desenv.R.H.	52	238	297	134	151	333	100	52	53	1.410	448	131	40	212	76	41	101	245	105	62	38	52	77	3.038		
Outras	1	9	1	-	-	4	1	-	-	16	50		1	5			1	21		2				96		
Totais por Unidade	127	274	498	192	232	412	125	105	83	2.048	1.510	153	63	279	109	59	115	301	128	110	69	73	97	5.114		
Total Conab	5.114																									
% sobre total Conab	2,5	5,4	9,7	3,8	4,5	8,1	2,4	2,1	1,6	40,0	29,5	3,0	1,2	5,5	2,1	1,2	2,2	5,9	2,5	2,2	1,3	1,4	1,9	100,0		

Quadro 4.54
Demonstrativo detalhado Homens/hora treinados – Por Sureg

Homens/hora treinados																									Análise	
Área de Conhecimento	Unidades com Processo individualizado										Matriz e Sureg Consolidada														Total Ho/h	vertical %
	AM	CE	GO	MG	MT	PE	PR	RS	RO	Mtz	BA	ES	MA	MS	PA	PB	PI	RJ	RN	SC	SP	TO				
Planejamento	152	152	619	332	156	304	171	646	492	4.530	156	112	112	156	112	112	112	152	108	636	112	9.586	8			
Operacional	414	634	598	775	933	392	236	196	460	2.482	268	110	312	450	208	112	440	38	706	432	190	214	10.600	9		
Administrativa	166	80	844	317	40	114	80	164	0	5.430	0	216	317	38	0	0	0	90	404	36	32	28	8.396	7		
Financeira	431	1.704	187	285	781	120	0	548	516	2.889	80	80	441	472	545	110	305	80	80	168	80	240	10.142	8		
Gerencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	48	0		
Informática	0	20	80	60	160	0	0	396	0	2.812	160	20	0	0	0	0	80	24	64	0	0	0	3.876	3		
Qualidade	48	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	380	0	0	0	448	0		
Jurídica	138	16	28	16	0	16	16	16	16	1.536	16	16	406	16	16	16	408	16	16	404	16	3.160	3			
Auditoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	358	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	420	778	1		
Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0		
Educ e.Desenv.R.H.	1.162	3.278	3.137	2.176	2.448	3.950	1.612	848	904	5.024	2.128	640	3.290	1.264	672	1.616	3.956	1.676	1.016	656	840	1.272	43.565	36		
Outras	88	414	100	-	-	452	96	-	-	18.560		78	344			88	9.136		160				29.516	25		
Totais por Unidade	2.599	6.298	5.593	3.961	4.518	5.348	2.211	2.814	2.388	43.677	2.808	1.272	5.222	2.396	1.553	2.054	14.477	2.076	2.978	1.416	2.182	2.302	120.143	100		
Total Conab	120.143																									
% sobre total Conab	2,2	5,2	4,7	3,3	3,8	4,5	1,8	2,3	2,0	36,4	2,3	1,1	4,3	2,0	1,3	1,7	12,0	1,7	2,5	1,2	1,8	1,9				

Fonte : Conab/Diafi/Sureh/Gecap
Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.55
Demonstrativo dos Treinamentos – Resumo
Comparativo 2005/2006

Área de Conhecimento	Número Treinandos		Homens / Hora		Média da Carga Horária	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Planejamento	826	480	23.059	9.586	27,9	20,0
Operacional	614	439	45.165	10.600	73,6	24,2
Administrativa	595	629	13.777	8.396	23,2	13,4
Financeira	230	235	6.447	10.142	28,0	43,2
Gerencial	716	3	11.531	48	16,1	16,0
Informática	1.335	121	33.517	3.876	25,1	32,0
Qualidade	7	19	127	448	18,1	23,6
Jurídica	55	37	1.714	3.160	31,2	85,4
Auditoria	6	15	340	778	56,7	51,9
Comunicação Social	34	2	574	28	16,9	14,0
Educ e.Desenv.R.H.	758	3.038	31.371	43.565	41,4	14,3
Outras (1)	0	96	0	29516	-	307,5
Total	5.176	5.114	167.622	120.143	32,4	23,5

Fonte : Conab/Diafi/Sureh/Gecap

Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

(1) Refere-se quantidade de empregados e homens/hora de cursos de idiomas e supletivo 1º grau.

4.1.2.2 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Durante o exercício de 2006 foram realizadas as seis etapas previstas no programa de pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras. Relativas ao ano-safra 2005/2006 foram efetuadas quatro pesquisas de campo nos períodos de 23 a 27 de janeiro, 20 a 24 de março, 22 a 26 de maio, 24 a 28 de julho, objetivando o levantamento de informações acerca do desempenho das lavouras de verão, da fase de desenvolvimento vegetativo até a colheita; do plantio até a colheita das safras de milho (2.^a safra) e do feijão (3.^a safra); e o andamento do plantio das culturas de inverno (trigo, aveia, centeio, cevada, girassol e triticales). Outras duas pesquisas, realizadas nos períodos de 18 a 22 de setembro e 19 a 25 de novembro, visaram consolidar as estimativas referentes à safra de inverno, em fase final de colheita, e obter informações sobre a intenção de plantio da safra de verão 2006/07. Além dessas, foram realizadas pelas Suregs, via contato com cooperativas e demais fontes de informações, mais seis levantamentos.

As pesquisas foram realizadas por empregados da Matriz e das Superintendências Regionais, com a aplicação de mais de 10.000 questionários e/ou entrevistas às Secretarias de Agricultura, agrônomos e técnicos de cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural (oficiais e privados), agentes financeiros e produtores rurais.

Os números finais da safra 2005/06 mostram que a área plantada, que passou de 49,1 milhões de hectares, cultivados na safra 2004/05, para 47,3 milhões de hectares, teve uma redução de 3,6% o que representou uma redução de 1,8 milhão de hectares cultivados. No entanto, a quantidade produzida na safra de grãos 2005/06 foi 5,3% superior à anterior, subindo de 113,9 milhões de toneladas para 119,9 milhões, conforme detalhado no Quadro 4.56.

Quadro 4.56

Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2004/05 e 2005/06

PRODUTO	Área (em 1000ha)				Produção (em 1000 ton.)			
	SAFRA		VARIÇÃO		SAFRA		VARIÇÃO	
	2004/05 (a)	2005/06 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2004/05 (a)	2005/06 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	1.179,4	856,2	-27,4	-323,2	2.128,9	1.685,7	-20,8	-443,2
Amendoim Total	129,5	113,1	-12,7	-16,4	301,6	267,8	-11,2	-33,8
Amendoim 1.ª safra	98,5	81,8	-17,0	-16,7	244,4	209,4	-14,3	-35,0
Amendoim 2.ª safra	31,0	31,3	1,0	0,3	57,3	58,4	1,9	1,1
Arroz	3.916,3	2.996,2	-23,5	-920,1	13.227,5	11.579,0	-12,5	-1.648,5
Aveia	326,2	356,8	9,4	30,6	433,3	516,5	19,2	83,2
Centeio	2,6	4,3	65,4	1,7	3,4	6,6	94,1	3,2
Cevada	140,0	142,9	2,1	2,9	386,7	399,4	3,3	12,7
Feijão Total	3.949,2	4.224,1	7,0	274,9	3.044,4	3.472,9	14,1	428,5
Feijão 1.ª safra	1.159,9	1.233,1	6,3	73,2	1.101,2	1.149,0	4,3	47,8
Feijão 2.ª safra	1.852,6	2.051,3	10,7	198,7	984,5	1.462,2	48,5	477,7
Feijão 3.ª safra	936,7	939,7	0,3	3,0	959,8	861,7	-10,2	-98,1
Girassol	50,1	66,9	33,5	16,8	68,5	93,6	36,6	25,1
Mamona	215,1	147,9	-31,2	-67,2	209,8	103,9	-50,5	-105,9
Milho Total	12.025,7	12.927,5	7,5	901,8	34.976,9	41.682,2	19,2	6.705,3
Milho 1ª safra	9.021,8	9.652,7	7,0	630,9	27.298,4	31.808,1	16,5	4.509,7
Milho 2ª safra	3.186,4	3.274,8	2,8	88,4	7.708,3	9.874,1	28,1	2.165,8
Soja	23.301,1	22.229,3	-4,6	-1.071,8	51.452,0	53.413,9	3,8	1.961,9
Sorgo	788,5	731,9	-7,2	-56,6	1.568,0	1.543,0	-1,6	-25,0
Trigo	2.756,3	2.361,8	-14,3	-394,5	5.845,9	4.873,1	-16,6	-972,8
Triticale	105,6	131,1	24,1	25,5	220,5	306,3	38,9	85,8
Total	49.068,1	47.290,0	-3,6	-1.778,1	113.898,4	119.943,9	5,3	6.045,5

Fonte: Conab/Digem/Suinfl/Geasa
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Com relação a área plantada, as maiores reduções ocorreram nas culturas de soja (-1.071,8 ha), arroz (-920,1 ha), trigo (394,5 ha) e algodão (-323,2 ha). A redução da área plantada (1.778,1 ha) foi um pouco menor do que a previsão inicial, que era de 2,0 milhões de hectares, e foi motivada pelos elevados custos de produção, aliados à desvalorização cambial, e à descapitalização do produtor.

A produção estimada era de 124.403,8 mil toneladas de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) e estimava-se incremento de 9,3%, ou seja, 10.543,2 mil toneladas, comparativamente à safra anterior, que foi de 113.898,4 mil toneladas. Como previsto nas estimativas preliminares, poderiam ocorrer alterações durante o ano agrícola, em função das condições climáticas durante o desenvolvimento da lavoura. Estiagem em algumas regiões do Rio Grande do Sul e no Oeste e Sudoeste do Paraná, estiagem seguido de excesso de chuvas na região Centro-Oeste foram fatores que afetaram a produção de várias culturas, mas com maior reflexo na cultura da soja. Mesmo assim, a produção final foi 5,3% superior à da safra anterior, alcançando 119,94 milhões de toneladas.

A primeira estimativa para a safra 2005/06, realizada em outubro/2005, previa produção de 41,3 milhões de toneladas de milho (limite superior) e confirmado no último levantamento realizado em setembro/06, uma produção de 41,7 milhões de toneladas. A diferença entre o estimado e o realizado foi de apenas 0,7%, o que demonstra que os levantamentos de campo e as projeções para variações de produção, motivadas por fatores climáticos, foram adequadas.

Para a cultura de soja, a variação entre a 1.ª e a última estimativa foi de -8,8% o que representou uma quebra de produção de mais de 5 milhões de toneladas.

O quadro seguinte detalha a variação de produção de milho e soja por região e UF.

Quadro 4.57

Demonstrativo da Variação na Produção de Milho e Soja

Em mil t

Região/UF	Produção Milho			Produção Soja		
	1.ª estimativa	Prod. Final	Var. %	1.ª estimativa	Prod. Final	Var. %
NORTE	1.079,4	1.129,2	4,6	1.361,7	1.283,2	(5,8)
RR	37,2	24,4	(34,4)	56,0	56,0	-
RO	265,3	286,2	7,9	220,4	283,0	28,4
AC	64,3	53,4	(17,0)	-	-	-
AM	19,9	23,2	16,6	8,4	5,7	(32,1)
AP	1,3	1,2	(7,7)	-	-	-
PA	513,9	572,9	11,5	196,7	238,1	21,0
TO	177,5	167,9	(5,4)	880,2	700,4	(20,4)
NORDESTE	2.710,9	3.242,4	19,6	3.607,1	3.560,9	(1,3)
MA	424,4	424,4	-	928,8	1.025,1	10,4
PI	160,7	233,2	45,1	595,5	544,5	(8,6)
CE	354,9	740,4	108,6	-	-	-
RN	55,7	52,5	(5,7)	-	-	-
PB	87,7	168,8	92,5	-	-	-
PE	86,2	221,1	156,5	-	-	-
AL	37,1	52,7	42,0	-	-	-
SE	145,2	189,8	30,7	-	-	-
BA	1.359,0	1.159,5	(14,7)	2.082,8	1.991,3	(4,4)
CENTRO-OESTE	8.953,4	9.102,6	1,7	28.974,8	26.795,5	(7,5)
MT	3730,2	3.682,6	(1,3)	16.996,9	15.877,6	(6,6)
MS	1811	2.098,0	15,8	5.318,7	4.375,5	(17,7)
GO	3203,9	3.088,8	(3,6)	6.515,3	6.396,7	(1,8)
DF	208,3	233,2	12,0	143,9	145,7	1,3
SUDESTE	10.434,5	9.594,2	(8,1)	4.567,8	4.051,8	(11,3)
MG	5898,6	5.280,8	(10,5)	2.787,8	2.482,5	(11,0)
ES	122,8	83,6	(31,9)	-	-	-
RJ	25,9	26,6	2,7	-	-	-
SP	4387,2	4.203,2	(4,2)	1.780,0	1.569,3	(11,8)
SUL	18.170,8	18.613,8	2,4	20.058,4	17.722,5	(11,6)
PR	9972,1	10.887,6	9,2	11.429,8	9.389,1	(17,9)
SC	3495,2	3.178,4	(9,1)	854,1	814,8	(4,6)
RS	4703,5	4.547,8	(3,3)	7.774,5	7.518,6	(3,3)
NORTE/NORDESTE	3.790,3	4.371,6	15,3	4.968,8	4.844,1	(2,5)
CENTRO-SUL	37.558,7	37.310,6	(0,7)	53.601,0	48.569,8	(9,4)
BRASIL	41.349,0	41.682,2	0,8	58.569,8	53.413,9	(8,8)

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Nota (1) Limite superior da 1.ª estimativa

Apesar da quebra na estimativa da safra de soja, a produção fina superou a de 2004/05 em 1,96 milhões de toneladas ou 3,8%.

O balanço final de oferta e demanda aponta forte redução nos estoques finais de trigo (-57,24%), soja em grãos (52,74%), arroz em casca (50,42%) e algodão em pluma (13,53%) e crescimento nos estoques de feijão (212,76%) e milho (39,44%), conforme detalhado no quadro 4.59.

Quadro 4.58

Balço de Oferta e Demanda

Em mil t.

Produto	Ano	Estoque Inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2005	405,1	1.298,7	37,6	927,5	391,0	422,9
	2006	422,9	1.037,8	85,0	850,0	330,0	365,7
Arroz em casca	2005	1.507,2	13.227,5	728,2	12.900,0	379,7	2.183,2
	2006	2.183,2	11.579,0	850,0	13.000,0	430,0	1.182,2
Feijão	2005	169,7	3.045,5	100,7	3.200,0	2,3	113,6
	2006	113,6	3.473,2	70,0	3.300,0	1,5	355,3
Milho	2005	7.801,7	35.006,7	597,0	39.100,0	1.070,0	3.235,4
	2006	3.235,4	41.682,2	450,0	37.000,0	3.856,0	4.511,6
Soja em grãos	2005	4.522,2	51.452,0	368,0	31.425,0	22.435,1	2.482,1
	2006	2.482,1	53.413,9	360,0	30.183,0	24.900,0	1.173,0
Trigo	2005	390,3	5.845,9	5.311,0	10.433,0	1,8	1.112,4
	2006	1.112,4	4.873,1	6.266,1	10.989,8	786,1	475,7

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A estimativa da produção nacional de grãos para a safra 2006/07, elaborada a partir das pesquisas de intenção de plantio, realizadas 21 a 29 de dezembro de 2006, indica redução na área cultivada de 4,0% em relação à anterior, devendo ficar em torno de 45,4 milhões de hectares. A área plantada com cultura de soja foi a que apresentou maior redução em termos absolutos, reduzindo em 1,56 milhões de ha (-7,0%). As culturas de cevada, trigo e tritcale foram as que apresentaram maior redução percentual.

A produção deve aumentar para 121,5 milhões de toneladas de grãos, dependendo das condições climáticas durante o ciclo das culturas.

No quadro seguinte, estão detalhadas as estimativas por produto e variação em relação a safra 2005/06.

Quadro 4.59

Demonstrativo das Estimativas de Produção de Grãos – Safra 2006/07

Produto	Área (em 1000 ha)				Produção (em 1000 t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2005/06 (b)	2006/07 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2005/06 (b)	2006/07 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	856,2	1.034,4	20,8	178,2	1.685,7	2.115,4	25,5	429,7
Amendoim Total	113,1	105,3	-6,9	-7,8	267,8	243,9	-8,9	-23,9
Amendoim 1.ª safra	81,8	74,0	-9,5	-7,8	209,4	186,3	-11,0	-23,1
Amendoim 2.ª safra	31,3	31,3	0,0	0,0	58,4	57,6	-1,4	-0,8
Arroz	2.996,2	2.966,5	-1,0	-29,7	11.579,0	11.110,1	-4,0	-468,9
Aveia	356,8	321,4	-9,9	-35,4	516,5	378,0	-26,8	-138,5
Centeio	4,3	4,3	0,0	0,0	6,6	5,9	-10,6	-0,7
Cevada	142,9	93,3	-34,7	-49,6	399,4	188,5	-52,8	-210,9
Feijão Total	4.224,1	4.336,3	2,7	112,2	3.472,9	3.623,0	4,3	150,1
Feijão 1.ª safra	1.233,1	1.343,2	8,9	110,1	1.149,0	1.465,4	27,5	316,4
Feijão 2.ª safra	2.051,3	2.053,4	0,1	2,1	1.462,2	1.331,4	-8,9	-130,8
Feijão 3.ª safra	939,7	939,7	0,0	0,0	861,7	826,2	-4,1	-35,5
Girassol	66,9	66,9	0,0	0,0	93,6	97,0	3,6	3,4
Mamona	147,9	209,1	41,4	61,2	103,9	152,3	46,6	48,4
Milho Total	12.927,5	12.977,9	0,4	50,4	41.682,2	44.681,0	7,2	2.998,8
Milho 1ª safra	9.652,7	9.513,1	-1,4	-139,6	31.808,1	34.011,8	6,9	2.203,7
Milho 2ª safra	3.274,8	3.464,8	5,8	190,0	9.874,1	10.669,2	8,1	795,1
Soja	22.229,3	20.666,0	-7,0	-1.563,3	53.413,9	54.874,0	2,7	1.460,1
Sorgo	731,9	733,8	0,3	1,9	1.543,0	1.624,2	5,3	81,2
Trigo	2.361,8	1.758,0	-25,6	-603,8	4.873,1	2.233,7	-54,2	-2.639,4
Tritcale	131,1	107,7	-17,8	-23,4	306,3	203,8	-33,5	-102,5
Total	47.290,0	45.380,9	-4,0	-1.909,1	119.943,9	121.530,8	1,3	1.586,9

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa - Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A dotação orçamentária aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão, tendo sido gastos durante o exercício R\$984.286,00, representando cerca de 98% da dotação. Destacam-se as despesas com Diárias e Passagens e Despesas com Locomoção que, juntas, representaram 61,74% do gasto total, conforme detalhado no Quadro 4.60.

Quadro 4.60
Demonstrativo de Execução da Despesa por Sureg e na Matriz

Em R\$

UF	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- P. Física	Outros Serviços de Terceiros- P. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Total
Suregs com Processos Individualizados							
AM	450,00	0,00	100,00	-	-	-	550,00
CE	6.400,00	3.468,81	73,10	-	-	-	9.941,91
GO	32.910,00	10.816,83	14.624,79	1.109,72	-	-	59.461,34
MG	40.189,37	15.178,65	3.169,17	30,00	992,28	6,00	59.565,47
MT	24.310,00	6.143,62	47.043,44	-	-	-	77.497,06
PE	9.366,13	4.016,88	5.592,29	-	113,34	-	19.088,64
PR	19.070,00	8.390,95	15.110,93	-	10,50	-	42.582,38
RO	7.290,00	3.322,43	2.325,00	-	-	-	12.937,43
RS	4.200,00	2.526,19	8.534,40	-	78,95	-	15.339,54
Subtotal	144.185,50	53.864,36	96.573,12	1.139,72	1.195,07	6,00	296.963,77
Suregs com Processo Consolidado							
BA	12.980,00	9.274,78	6.369,05	-	-	-	28.623,83
ES	5.505,00	1.072,17	3.441,54	-	-	-	6.577,17
MA	5.750,00	3.475,89	3.913,47	-	102,00	-	13.241,36
MS	13.015,00	4.711,51	3.733,97	-	10,00	-	21.470,48
PA	3.306,00	645,12	7.282,57	-	-	-	11.233,69
PB	3.780,00	1.968,66	2.850,00	-	-	-	8.598,66
PI	19.725,00	9.234,27	17.218,33	10,00	476,40	-	46.664,00
RJ	2.280,00	579,23	-	-	-	-	2.859,23
RN	8.180,00	2.421,94	3.916,14	-	-	-	14.518,08
SC	16.678,52	8.351,86	16.219,54	-	-	-	41.249,92
SP	12.916,08	5.652,56	6.219,79	-	227,71	68,26	25.084,40
TO	7.300,00	6.310,09	10.600,05	-	237,00	-	24.447,14
Matriz	87.887,50	14.408,87	86.030,31	250.985,69	-	-	439.312,37
Subtotal	199.303,10	68.106,95	164.353,22	250.995,69	1.053,11	68,26	683.880,33
Total	343.488,60	121.971,31	260.926,34	252.135,41	2.248,18	74,26	980.844,10

Fonte: Siafi Gerencial
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

4.1.3 - Ações do Programa Operações Especiais

4.1.3.1 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Da dotação orçamentária aprovada para 2006, de R\$40,0 milhões foi solicitado e efetivado o cancelamento de R\$12,0 milhões, remanejados para atender às necessidades das despesas de pessoal e encargos sociais, ficando a Ação com dotação de R\$28,0 milhões. Durante o exercício, foram pagos passivos judiciais no valor total de R\$23,9 milhões, representando 85% da dotação final. Do valor total pago destaca-se a Sureg-ES, com participação de 47,4% (R\$10.771.255,76), conforme detalhado no Quadro 4.61.

Quadro 4.61

Demonstrativo de Execução da Despesa

Em R\$

Sureg	Valor		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Total
Matriz	46.632.40	3.449.266.94	3.495.899.34
Amazonas(*)	10.360.04	0.00	10.360.04
Bahia	31.258.85	0.00	31.258.85
Ceará(*)	84.947.58	215.744.98	300.692.56
Espírito Santo	43.895.88	10.771.255.76	10.815.151.64
Goiás(*)	219.387.15	2.531.956.08	2.751.343.23
Maranhão	119.872.27	59.149.85	179.022.12
Minas Gerais(*)	17.808.65	94.855.11	112.663.76
Mato Grosso do Sul	9.356.25	90.011.30	99.367.55
Mato Grosso(*)	4.826.93	127.853.70	132.680.63
Pará	31.521.51	620.557.52	652.079.03
Paraíba	4.678.13	36.734.91	41.413.04
Pernambuco(*)	77.206.34	477.524.10	554.730.44
Piauí	91.059.13	202.335.18	293.394.31
Paraná(*)	254.315.54	337.107.61	591.423.15
Rio de Janeiro	45.888.71	689.739.39	735.628.10
Rio Grande do Norte	9.356.25	908.937.06	918.293.31
Rondônia(*)	2.000.00	27.342.27	29.342.27
Rio Grande do Sul(*)	60.529.08	1.989.111.30	2.049.640.38
Santa Catarina	6.824.59	3.680.10	10.504.69
São Paulo	23.390.63	96.545.87	119.936.50
Tocantins	0.00	0.00	0.00
Total	1.195.115,91	22.729.709,03	23.924.824,94

Fonte: Siafi Gerencial

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*) Suregs com Processos Individualizados

4.1.3.2 - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresa Pública

Durante o exercício de 2006 foram pagos R\$33.136,38, representando 55,2% da dotação orçamentária de R\$60.000,00, aprovada na LOA. Os pagamentos foram efetuados na Matriz (R\$12.878,88), Sureg/GO (R\$10.537,50) e Sureg/RS (R\$9.720,00), referentes a indenizações de acidentes a terceiros ocorridos dentro das instalações ou com veículos da Companhia.

4.1.3.3 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Contrato de confissão e consolidação de dívida celebrado em 25 de janeiro de 2001, entre a União e a Conab, onde a segunda assumiu dívida no valor de R\$82.826,62, referente às obrigações contratadas e não pagas no período entre 1.º de janeiro de 1992 a 31 de agosto de 1993, com a *United States Agency for International Development* - USAID, renegociada pela União no âmbito do acordo externo denominado Clube de Paris.

Conforme cláusula estabelecida no Contrato firmado, os pagamentos foram efetuados nos meses de junho e dezembro, no valor total de R\$16.176,99, sendo R\$15.896,18 de amortização do principal e R\$280,81 referentes a juros, de acordo com instruções do Banco do Brasil, perfazendo 81,09% do valor de R\$19.950,00 aprovado na LOA. A baixa execução a menor deve-se à valorização do Real frente ao dólar americano.

4.1.3.4 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Visa atender ao pagamento da amortização e encargos da dívida externa contraída com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional-USAID, conforme Contrato assinado entre as partes, em 8 de novembro de 1971.

O Contrato com a USAID (Contrato A.I.D. 512), estabelece vencimentos semestrais (abril e outubro), amortizáveis em dólar americano, no prazo de 40 anos, a juros de 2% a.a. durante os dez primeiros anos e o restante a 3% a.a. Os recursos do financiamento foram utilizados na comercialização agrícola do Nordeste e para aquisição de equipamentos para as diversas empresas integrantes do SINAC-CEASAS, à época.

Para o pagamento das parcelas de 2006 foi consignada dotação orçamentária de R\$123.602,00, sendo gastos R\$97.483,38 (R\$17.747,74 de juros e R\$79.73,64 de amortização do principal), representando 78,87%. A realização a menor deve-se à valorização da moeda nacional frente à americana.

4.2 - Indicadores ou Parâmetros Utilizados na Análise

Conforme registrado nos Capítulos 2 e 3 os objetivos, as metas e os indicadores utilizados pela Companhia são corporativos e de âmbito nacional, somente em algumas situações é possível identificar a contribuição de cada Superintendência Regional.

4.2.1 – Balanço Social

A seguir o Balanço Social com informações sobre os benefícios e ações dirigidas aos empregados, governo e à comunidade, no âmbito da responsabilidade social da Companhia.

No trato com os empregados a Conab tem como princípio garantir o bem-estar e a integridade de seus empregados, pois entende que o bom desempenho e a obtenção dos resultados esperados estão diretamente relacionados ao grau de participação e de comprometimento desses com os objetivos globais da Companhia.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Empresa: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Balanco Social Anual / 2006

1 - Base de Cálculo		2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		746.846			266.290		
Resultado operacional (RO)		980			-13.766		
Folha de pagamento bruta (FPB)		224.787			189.877		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		22.763	10,13%	3,05%	19.184	10,10%	7,20%
Encargos sociais compulsórios		49.893	22,20%	6,68%	45.620	24,03%	17,13%
Previdência privada		18.791	8,36%	2,52%	17.791	9,37%	6,68%
Saúde		11.904	5,30%	1,59%	8.561	4,51%	3,21%
Segurança e saúde no trabalho		151	0,07%	0,02%	322	0,17%	0,12%
Educação		573	0,25%	0,08%	599	0,32%	0,22%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.397	0,62%	0,19%	1.545	0,81%	0,58%
Creches ou auxílio-creche		1.913	0,85%	0,26%	1.700	0,90%	0,64%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		8.061	3,59%	1,08%	9.797	5,16%	3,68%
Total - Indicadores sociais internos		115.446	51,36%	15,46%	105.119	55,36%	39,48%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		15.785	1610,71%	2,11%	1.216	1	0,46%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	1	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	1	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	1	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar(2)		53.095	5417,86%	7,11%	114.106	1	42,85%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	1	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		68.880	7028,57%	9,22%	115.322	1	43,31%
Tributos (excluídos encargos sociais)		77.448	7902,86%	10,37%	86.691	1	32,56%
Total - Indicadores sociais externos		146.328	14931,43%	19,59%	202.013	1	75,86%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2006			2005		
Nº de empregados(as) ao final do período		3.320			3.208		
Nº de admissões durante o período		159			111		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)(3)		795			0		
Nº de estagiários(as)		285			257		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		2.657			2.310		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		933			877		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,57%			35,70%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa(4)		0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)(4)		0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades esp.(4)		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		23			22		
Número total de acidentes de trabalho		36			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 3	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100%	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2006: 299.200			Em 2005: 299.199		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		13,04% governo 86,24% colaboradores(as) 0,22% acionistas 0,49% terceiros 0,00% retido			23,46% governo 62,46% colaboradores(as) 13,59% acionistas 0,48% terceiros 13,59% retido		
7 - Outras Informações							

(1) Não calculado devido o Resultado Operacional ter sido negativo; (2) Inclui recursos repassados pelo MDS e MI para aquisição de produtos alimentícios para distribuição às famílias carentes; (3) Número variável (sindicatos, escritórios de advocacia e postos de vigilância); (4) - Não consta no Cadastro de Empregados da Conab

4.2.2 – Indicadores Econômico-Financeiros

Os resultados dos indicadores, que são evidenciados mediante a comparação temporal de 31/12/06 e 31/12/05, retratam a situação econômico-financeira da Companhia com base nos registros contábeis, contemplando inclusive, as contas relativas às operações governamentais (estoques reguladores e estratégicos, mercado de opções e agricultura familiar).

a) Quocientes de Liquidez

Quadro 4.62
Demonstrativo de Variação dos Índices de Liquidez

Discriminação	30/12/2005	30/12/2006
Liquidez Absoluta ou Imediata	0,02	0,02
Liquidez Geral	1,07	1,07
Liquidez Corrente ou Comum	1,05	1,05
Liquidez Seca	0,26	0,32

Fonte: Conab/Diafi/Gecon/Sucon
 Elab.: Conab/Digem/Supav/Geare

Em 31/12/06, a Conab mantinha em disponibilidade 0,02 do total de suas obrigações de curto prazo, tendo permanecido no mesmo patamar de 31/12/05 (liquidez absoluta ou imediata). Esse fato ocorreu devido a Conab ter decidido, no encerramento do exercício de 2006, manter em seu disponível um montante menor em 16,82% do que o conservado em 2005 (R\$44,92 milhões para R\$37,37 milhões), enquanto as suas obrigações a curto prazo aumentaram 8,93% (R\$2.260.744.737,71 para R\$ 2.462.632.460,47).

O índice em liquidez geral também não teve alteração e foi influenciado pelo acréscimo de 8,93% no total do passivo circulante e exigível a longo prazo (2005 para 2006), precisamente na rubrica Débitos de Operações Especiais (recursos repassados pelo Governo para os convênios), sobre o total e 8,97%, também de acréscimo, ocorrido no montante do ativo circulante mais o realizável a longo prazo.

A liquidez seca subiu de 0,26 para 0,33, fato explicado pelo acréscimo ocorrido no passivo circulante (débitos de operações especiais) ser inferior ao ocorrido no ativo circulante, excluído os estoques, (de R\$587.310.170,46 para R\$800.310.157,92), equivalendo à variação de 1,36% ocorrida entre os exercícios de 2005 e 2006.

Em 31/12/05, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, a Companhia dispunha de R\$1,05 de disponibilidade de bens e direitos de curto prazo, permanecendo essa relação com o mesmo índice em 31/12/06 (liquidez corrente).

Esses índices têm por meta medir a capacidade de pagamento da companhia ou seja, quanto em direitos (R\$ no ativo) existe para honrar cada R\$1,00 de compromisso assumido.

b) Quociente de endividamento e estrutura

Quadro 4.63
Demonstrativo da Variação dos Índices de Endividamento

Discriminação	30/12/2005	30/12/2006
Participação do Capital de Terceiros	5,63	6,18
Composição do endividamento	1,00	1,00
Endividamento Geral	0,85	0,86
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,58	0,57

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon
 Elab.: Conab/Digem/Supav/Geare

Na relação da participação de capital de terceiros sobre o capital próprio da Conab, ocorreu de 2005 para 2006, um acréscimo de 0,55 (5,631 para 6,18). Constata-se que o Passivo Circulante representa 80,48% do total constante no Passivo, cabendo ao Patrimônio Líquido

19,52%. É válido mencionar que 66,84% do Passivo Circulante (R\$1.912.587.653,06) está representado por débitos em operações especiais, que representam recursos a serem repassados pelo Governo para obrigações decorrentes de convênios.

A Imobilização de recursos permanentes, teve aumento de 0,01 %, em relação ao exercício anterior ao qual cabe o mesmo comentário do item anterior.

No que se refere à composição do endividamento, constata-se que o total das obrigações junto a terceiros concentra-se no curto prazo, fato constatado tanto em 31/12/2005 como também em 31/12/2006. Tal cenário não deixa de ser uma característica do setor no qual está inserido a Companhia.

Resguardada as participações e excepcionalidades com que se revestem as atividades da Conab, a evolução dos indicadores de liquidez e endividamento indica uma performance considerada como satisfatória.

c) Rentabilidade (Resultados)

Quadro 4.63
Demonstrativo da Variação dos Índices de Rentabilidade

Discriminação	30/12/2005	30/12/2006
GIRO DO ATIVO	0,13	0,13
Giro do Ativo Circulante	0,15	0,14
Giro do Ativo Permanente	1,26	1,55
Margem Bruta	0,08	0,01
Margem Operacional	0,38	0,11
Margem Líquida	0,34	0,07
Rentabilidade do Ativo	-0,01	0,00
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-0,03	0,00

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab.: Conab/Digem/Supav/Geare

A variação ocorrida nesses indicadores tem influência sobre o potencial de vendas, gerador de resultados favoráveis, pois investimentos do Ativo implicam em receitas.

Comparativamente a 2005, as receitas líquidas de vendas e serviços e as receitas operacionais diversas tiveram acréscimos de 180,46% e 17,16% subindo de R\$266.290.394,12 para R\$746.845.808,47, e de R\$303.097.834,52, para R\$355.106.713,49, respectivamente. Situação idêntica tiveram o Ativo Médio e o Ativo Circulante nos percentuais de 21,58% e 25,64%, permanecendo no mesmo patamar de R\$0,13 giro do ativo (2005/2006) e uma variação, a maior em R\$0,1 de 2005 para 2006 (R\$0,14 para R\$0,15) o indicador de giro do ativo circulante.

Já o índice relativo ao giro do permanente sofreu uma variação de R\$1,26 para R\$1,55 (2005 para 2006), em consequência das desmobilizações ocorridas no decorrer do exercício de 2004, caindo o permanente em 4,59% (correspondente a R\$11.040.186,11) em relação à média alcançada (valor) de R\$240.652.186,00 registrado em 2005, entretanto o valor de acréscimo na receita operacional foi de R\$52.008.878,97.

Em termos representativos o aumento da receita em questão ficou bem aquém dos investimentos efetuados, conforme os acréscimos médios de R\$504.950.378,24 (Ativo Médio) e R\$532.564.291,32 (do Ativo Circulante Médio) apresentados. Isto quer dizer, que para cada R\$1,00 do Ativo foi investido R\$0,13.

As alterações dos indicadores (lucro bruto / receita líquida) que medem a margem bruta, ocasionaram a queda do seu índice em R\$0,8 (de R\$0,08 para R\$0,01). O lucro bruto teve uma redução de 55,82% e, em termos numéricos corresponde a R\$12.786.910,74. Esse valor representa

parte do aumento dos custos incorridos nas vendas de produtos e serviços de 2005 para 2006 (de R\$243.382.994,02 para R\$736.726.142,39). Esse valor é mais expressivo do que o crescimento de 180,46% apresentado na receita líquida de vendas e serviços (R\$480.555.412,35).

A margem operacional e a margem líquida têm como indicadores o lucro operacional/receita operacional líquida e o lucro líquido/receita operacional líquida, respectivamente. E esses indicadores sofrem influência das alterações ocorridas aos custos, às despesas operacionais e ao resultado não operacional da Companhia.

O lucro operacional teve uma redução de 107,12% (do resultado negativo de R\$13.766.135,67 para R\$980.267,56 positivo), enquanto a receita operacional líquida teve um redução 75,08% (de (-) R\$36.673.535,77 para (-) R\$9.139.396,49). Já o lucro líquido teve um aumento de 105,31% (de R\$12.573.092,75, negativo, para R\$668.073,01 positivo). Essas alterações implicaram nas variações de R\$0,38 para (-) R\$0,11 na margem operacional e de R\$0,34 para (-) R\$0,07 na margem líquida.

Os dois últimos indicadores informam o poder de ganho correspondente a cada R\$1,00 investido pela Companhia. E resultam do lucro líquido obtido no exercício de 2006 em relação ao ativo médio e ao patrimônio líquido médio, respectivamente, apresentados nos balanços patrimoniais (2005 e 2006). Não ocorreu prejuízo, pois seus indicadores não apresentaram resultados negativos. Os índices de (-) R\$0,01 e (-)R\$0,03 relativos à rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido resultantes em 2005 passaram em 2006 para R\$0,00. Em 2006 não ocorreu ganho no investimento efetuado na companhia.

4.2.3 – Indicadores vinculados ao PPA

As Ações orçamentárias executadas pela Conab não possuem indicadores no âmbito do PPA, existindo apenas os indicadores, de cunho nacional, do Programa de Abastecimento Agroalimentar, a seguir discriminados:

➤ Indicador 1 – Produção Nacional de Grãos

Quando da elaboração do PPA 2004-2007 o volume inicialmente estimado para a safra 2003/04 foi de 123,1 milhões de toneladas, com taxa de crescimento prevista de 4% ao ano, chegando a 152,9 milhões na safra 2006/2007. Durante a revisão do indicador, para o exercício 2006, a previsão para a produção nacional de grãos safra 2005/2006 foi de 121,4 milhões. Os números finais, apurados pela Conab, mostram um volume produzido de 119,9 milhões de toneladas. A variação, a menor, de 1,25% em relação à meta, foi consequência principalmente de problemas climáticos.

➤ Indicador 2 – Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários

O Índice de referência inicial utilizado em junho de 2003 tomou por base o PIB agropecuário, apurado em dezembro de 2002, que foi de R\$96.791 milhões (valores correntes). De acordo com a tabela do IBGE, este valor fechou em R\$104.908 milhões. Em 2003, o valor foi de R\$138.191 milhões e em 2004 o PIB agropecuário foi de R\$159.643 milhões. Para 2006, o valor ainda não foi fechado pelo IBGE e, se repetirmos o comportamento do último trimestre de 2006 o PIB agropecuário deverá ficar em torno de R\$ 141.740 milhões, representando uma redução equivalente a 3% em relação a 2005.

➤ Indicador 3 – Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal

O Índice de referência inicial informado quando da elaboração do PPA 2004-2007 foi de 0,48% sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 a 2007 (3,3% para 2004, 3,15% para 2005, 5,7% para 2006 e 8,38% em 2007).

A partir de 2006, as ações orçamentárias do MDS vinculadas a aquisição de produtos da agricultura familiar foram transferidas para o Programa Acesso à Alimentação, tendo sido criadas,

no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a mesma finalidade.

Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, cujo volume de recursos destinados às aquisições da Agricultura Familiar é superior ao do MDA.

No que se refere a 2006, o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar, via convênio com o MDA, foi de 102.315 toneladas e as demais aquisições governamentais, via AGF, envolveram 2.599.443 toneladas de diversos produtos agrícolas.

➤ Indicadores 4 a 7 – Margem de Disponibilidade

Na revisão efetuada no PPA para o exercício 2005 foram incluídos 4 novos indicadores com o objetivo de apurar a margem de disponibilidade de algodão em pluma, arroz em casca, milho e trigo.

O quadro a seguir apresenta os resultados nacionais apurados em 2006:

Quadro 4.62
Resultado Apurado dos Indicadores de Margem de Disponibilidade

Em mil toneladas

Produtos/Safra		2003/2004	2004/2005	2005/2006
Algodão em Pluma	Consumo	930	900	850
	Estoque Final	239,8	288,5	365,7
	“Índice”	26%	32%	43%
	Previsão do PPA		20%	19%
Arroz	Consumo	12.660	12.900	13.000
	Estoque Final	1507,2	2134,5	1.182,2
	“Índice”	12%	17%	10%
	Previsão PPA		10%	10%
Milho	Consumo	38.200	39.100	37.000
	Estoque Final	7781,7	3303,4	4.511,6
	“Índice”	20%	8%	12%
	Previsão PPA		10%	9%
Trigo	Consumo	10.174,1	10.333,0	10.989,8
	Estoque Final	421,7	1240,3	475,7
	“Índice”	4%	12%	4%
	Previsão do PPA		2%	4%

Fonte: Publicação – Acompanhamento da Safra 2006/2007 – 4º Levantamento – Jan/2007

Em relação às previsões efetuadas pelo PPA para 2006, apenas o algodão em pluma superou as expectativas delineadas em 2004, sendo que a margem de disponibilidade estimada para arroz em casca, milho e trigo em grãos atingiu os índices previstos.

Comparando o consumo aparente dos produtos em análise e os estoques governamentais destes produtos a situação é a seguinte:

- Algodão: os estoques públicos (4.957,6 t) representam 1,36% do estoque final e correspondem a 2 dias do consumo aparente.
- Arroz em casca: 93,6% do estoque final é governamental (1.106.000 t), correspondendo a 31 dias do consumo aparente.

- Milho: 70,6% do estoque final apurado em 2006 pertence ao Governo Federal ou seja 3.184.818 t, correspondendo a 31 dias do consumo aparente.
- Trigo: os estoques governamentais (5.664,3 t) representam 1,2% do estoque final existente em 2006 e correspondem a 0 dia de consumo aparente.

Como parâmetro de análise dos resultados alcançados, em relação aos Programas e Ações que integram o PPA e as metas físicas e financeiras aprovadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA 2006 e respectivos créditos suplementares), **utilizamos demonstrativo da execução orçamentária, conforme detalhado no Quadro 4.65.**

4.2.4 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico

No que se refere aos resultados decorrentes do Planejamento Estratégico da Companhia e da implantação do seu Mapa Estratégico Corporativo, registramos que os indicadores criados estão sendo implementados de acordo com a periodicidade de cada um, confrontado com as metas estabelecidas e avaliados em reuniões periódicas, com a participação da equipe de líderes (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e da Presidência), Grupo Gestor da Estratégia, além de participação dos Superintendentes Regionais. As reuniões de análise estratégica (RAEs) aconteceram nos meses de abril e novembro/dezembro de 2005 e setembro de 2006.

Os professores Robert S. Kaplan e David P. Norton, em sua obra **Mapas Estratégicos: Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis** (6.^a edição Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 471p.), lecionam que o processo de revitalização de uma entidade pública, a partir do alinhamento das pessoas ao intento estratégico consubstanciado no sistema gerencial de mensuração do BSC, demanda tempo, isto posto, cabe registrar que não se trata apenas da implantação de um mero sistema de indicadores, mas sim de uma mudança no modelo de gestão empresarial, implicando uma série de ajustes nas rotinas, e principalmente no comportamento dos gestores e colaboradores.

Os resultados globais, até agora apurados, estão demonstrados a seguir no Quadro 4.63, destacando que a apresentação da performance global do Mapa Estratégico Corporativo da Conab, por meio dos sinalizadores, conforme descrito no capítulo 3 - Quadro 3.01, depende da implementação de todos os indicadores de desempenho, lembrando que a dinâmica temporal da estratégia, em decorrência do Voto Presi nº 02/04, de 07 de dezembro de 2004, tem um horizonte de cinco anos (2005-2009).

Quadro 4.63
Resultado dos Indicadores do Planejamento Estratégico

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	IND	INDICADOR	META 2006	RESULTADOS 2006	INFORMAÇÕES
S O C I E D A D E	1	Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar	1	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Regular	(*)	(*) Em andamento as providências para a contratação da Pesquisa de Opinião
			2	% participação da Conab nos programas federais de Segurança Alimentar	19% do total de recursos destinados às ações que integram os programas do LOA/06 e se coadunam com as atividades da Companhia (R\$ 334 milhões)	15% (R\$ 265 milhões)	
	2	Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e do abastecimento	3	Número de citações das fontes da Conab em publicações especializadas	Quantidade proporcional às citações das consultorias	(*)	(*) Em apuração
	3	Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados	4	Número de citações positivas da Conab na mídia	80% de todas as citações registradas no período	88%	
			5	Grau de satisfação com o cumprimento da missão e papel institucional	Regular	(*)	(*) Em andamento as providências para a contratação da Pesquisa de Opinião
			6	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Regular	(*)	(*) Em andamento as providências para a contratação da Pesquisa de Opinião
P R O C E S S O S I N T E R N O S	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO						
	4	Melhorar a geração de informações e de conhecimento	7	Número de séries estatísticas disponíveis	10.501	8.860	
			8	% de séries estatísticas verificadas e atualizadas	100%	100%	
	5	Facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação	9	Número de Visitas às páginas de informações técnicas	+ 20% s/marco zero (212.413)	177.011	Marco Zero = resultado do 1º Levantamento realizado em outubro/2006=177.011
			10	Total de apresentações em eventos	+ 10% s/marco zero (356 palestras)	367	Marco Zero = resultado de 2005 = 322 palestras
	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS						
	6	Propor ações de logística, visando otimizar o processo operacional da produção até o destino final	11	Número de estudos e análises de logística encaminhados ao MAPA	6 ESTUDOS:1) 01 proposta para otimizar custo da guarda e escoamento da prod. dos principais grãos (soja, milho, trigo e arroz) 2) Relatório preliminar corredor do Rio Madeira; 3) Relatório de atualização de informações do corredor Centro Norte; 4) Proposta da utilização dos instrumentos de política agrícola nos corredores; 5) Atualização do diagnóstico das Rodovias Federais para escoamento da safra 6) Atualização do Diagnóstico do Setor Armazenador	3 Estudos	Estudos realizados: Relatório preliminar corredor do Rio Madeira; Atualização do diagnóstico das Rodovias Federais para escoamento da Safra; Atualização do Diagnóstico do Setor Armazenador. Obs.: Foi elaborado e entregue em mãos ao Ministro do MAPA. Propostas de utilização dos instrumentos de política agrícola nos corredores.
	7	Desenvolver estudos e análises para subsidiar a formulação das políticas agrícola e de abastecimento	12	Número de estudos e análises encaminhados ao MAPA	01 proposta de política agrícola para os próximos 05 anos; 18 análises para previsão de safra; 01 proposta para os produtos da PGPM; 05 análises conjunturais novas (25 Estudos/Análises)	24 Estudos/Análises	Não concluída a Proposta de Política Agrícola Obs.: Elaboradas 6 análises conjunturais novas
			13	Número de Estudos Publicados em Livros ou Revistas Especializadas	20 Estudos	36	Obs.: Consideradas as análises publicadas no Site e Revistas.
	EXECUÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO						
	8	Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos	14	% de Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	0,25% aa	0,0014% a a	
			15	Valor investido na formação de estoques públicos	R\$ 1 bilhão	R\$ 938,5 milhões	
	9	Fortalecer atuação no segmento da Agricultura Familiar	16	Volume de recursos financeiros aplicados via Conab	Valor correspondente a 3,5% do total destinado ao PRONAF (R\$ 350 milhões)	R\$ 217 milhões	
17			Número de famílias atendidas pelo programa	140 mil	86.766 famílias atendidas		

	OBJETIVO ESTRATÉGICO	IND	INDICADOR	META 2006	RESULTADOS 2006	INFORMAÇÕES
PROCESSOS INTERNOS	10	Assegurar execução efetiva da política de garantia de preços mínimos	18	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, sem formação de estoques (PEP; PROP; PEPRO, etc)	100% das intervenções sejam efetivas	(**) - Indicador em implementação
			44	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, com formação de estoques (AGF e Contrato Opção Pública Venda)	100% das intervenções sejam efetivas	(**) - Indicador em implementação
			45	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - Retorno de produto ao Mercado (Vendas e VEP)	100% das intervenções sejam efetivas	(**) - Indicador em implementação
	11	Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos	19	% de famílias atendidas	100%	89%
			20	% de cestas entregues completas	100%	79%
	12	Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte	21	Número de unidades de Varejo Atendidas	1.200	350
			22	Pesquisa de preço	A serem fixadas após avaliação da implantação do Refap	(****) - Projeto em fase de implantação
			23	Evolução do preço da cesta básica nas cidades atendidas pelo REFAP	Diminuir após implementação do Programa	(****) - Projeto em fase de implantação
	13	Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros	24	Número de mercados atacadistas com integração de 100% da base de dados	35 Mercados Atacadistas	14
			25	% de empresas aderidas ao sistema com acesso às informações	Indicador Extinto	
	14	Otimizar a utilização da rede armazenadora própria	26	% de UAS próprias certificadas	50% do total da capacidade estática instalada (1 milhão de toneladas)	(****) - Aguardando aprovação das Normas de Certificação
			27	Índice de sustentabilidade financeira das UAS próprias	0,8	0,52
			28	Taxa média de ocupação das UAS próprias	40%	35%
	15	Incentivar a modernização do setor de armazenamento	29	Número de profissionais capacitados	1.000	351
			30	% de UAS certificadas	10% do total da capacidade estática instalada no País	(****) - Aguardando aprovação das Normas de Certificação
EXCELÊNCIA ORGANIZACIONAL INTERNA	16	Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades	31	% de ocupação do lotaciograma	90% do total de vagas aprovadas no lotaciograma	(*) Não apurado
			32	Número de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades	Todos passem por um treinamento de no mínimo 8 h	Número de Referência em dezembro 2006 = 2.610 empregados
			33	Número de pessoas que passaram por treinamentos para desenvolvimento futuro	6% do nº de empregados com graduação (6% de 900 = 54 pes.)	30
	17	Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia de Informação atualizada	34	% de realização do PMTI - Projeto de Modernização de Tecnologia da Informação	50%	52%
			35	Grau de satisfação dos usuários	Marco zero	(*) Em andamento as providências para a contratação da Pesquisa de Opinião
	18	Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado	36	Grau de satisfação interna	Marco zero	(*) Em andamento as providências para a contratação da Pesquisa de Opinião
INTEGRAÇÃO	19	Ampliar e fortalecer as relações interinstitucionais	37	Grau de avaliação das relações interinstitucionais realizado por comitê especializado	Maior ou igual a bom (nota 7)	Nota = 6,75
FINANCEIRA	20	Otimizar a gestão orçamentária-financeira	38	% de recebimento da prestação de serviços de armazenagem	100%	40%
			39	% execução orçamentária-financeira da PGPM	100% do financeiro	77%
			40	% execução orçamentária-financeira dos recursos próprios	100% do limite fixado pela SOF	96%
			41	% execução orçamentária-financeira dos recursos do Tesouro Nacional	100% do limite financeiro	98%
	21	Ampliar e diversificar a captação de recursos	42	Recursos provenientes de parcerias	R\$ 430 milhões	R\$ 273,5 milhões
			43	Recursos provenientes de armazenagem	R\$ 35 milhões	R\$ 23 milhões

Fonte: Conab/Presi/Supav
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Quadro 4.64

Plano Plurianual – Programação e Execução Física/Financeira – 2006

Programação e execução Orçamentária – Conab - base SIAFI 30/12/2006							
Programa/Ação	Meta Física				Meta Financeira		
	Aprovada	Unidade	Executada	%	Aprovada	Executada	%
1 – Abastecimento Agroalimentar	-	-			2.602.184.868	1.263.924.787	48,6
Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	40	Unidade recup/modernizada	88	220,0	10.000.000	9.929.143	99,3
Despesas Correntes	-	-	-	-	7.000.000	6.954.508	99,4
Despesas de Capital (Investimento)	-	-	-	-	3.000.000	2.974.635	99,2
Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG	80	% de execução física	-	-	14.925.000	-	0,0
Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	8.200.000	Estoque fiscalizado (t)	21.564.060	263,0	1.257.293	1.243.381	98,9
Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	250.000	Estoques vistoriado (t)	-	-	200.000	191.424	95,7
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	1.500	Unid. de varejo organizada	350	23,3	200.000	196.163	98,1
Publicidade de Utilidade Pública	-	-	-	-	300.000	297.856	99,3
Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	11.600	Unidade arm. cadastrada	2.658	22,9	400.000	381.504	95,4
Aquisição de Produtos para Comercialização	52.000	Produto adquirido (t)	786	1,5	100.000.000	574.612	0,6
Operacionalização da Comercialização de Produtos	35	Serviço prestado	35	100,0	3.800.000	3.718.373	97,9
Formação de Estoques Públicos	3.467.400	Produto adquirido (t)	2.599.443	75,0	2.159.000.000	938.487.414	43,5
Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	150	Pessoa capacitada	351	234,0	250.000	250.000	100,0
Gestão e Administração do Programa	-	-	-	-	262.168.471	259.865.047	99,1
Remuneração de Pessoal e Encargos	-	-	-	-	198.214.545	196.186.353	99,0
Administração da Unidade	-	-	-	-	63.953.926	63.678.694	99,6
Despesas Correntes	-	-	-	-	61.560.960	61.297.655	99,6
Despesas de Capital	-	-	-	-	2.392.966	2.381.039	99,5
Contribuição à Previdência Privada	-	-	-	-	20.061.884	20.061.884	100,0
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	3.366	Servidor beneficiado	3.175	94,3	12.821.055	12.451.813	97,1
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	3.366	Servidor beneficiado	3.237	96,2	4.532.173	4.032.366	89,0
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	590	Criança atendida	447	75,8	1.913.168	1.913.168	100,0
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Emp. e seus Dependentes	20.196	Pessoa beneficiada	14.641	72,5	10.355.824	10.330.639	99,8
2 – Gestão da Política Agropecuária	-	-			2.600.000	2.381.197	91,6
Capacitação de Serv. Púb. Federais em Proc. de Qualificação e Requalificação	3.654	Servidor capacitado	5.018	137,3	1.600.000	1.396.911	87,3
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	6	Pesquisa realizada	12	200,0	1.000.000	984.286	98,4
3 – Operações Especiais	-	-			28.203.552	24.071.621	85,3
Cumprimento de Sent. Jud. Trans.em Julg. Dev. por Emp. Púb.e Soc.de Econ. Mista	-	-	-	-	28.000.000	23.924.825	85,4
Cumprimento de Déb. Jud. Per. Vincendos Dev. por Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista	-	-	-	-	60.000	33.136	55,2
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	-	-	-	-	19.950	16.177	81,1
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	-	-	-	-	123.602	97.483	78,9
Total	-	-	-	-	2.632.988.420	1.290.377.605	49,0

Fonte: Conab/Digem/Supav/Gepor
Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

5 – Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

5.1 - Aspectos Orçamentários/financeiros e Institucionais

Aproximadamente 82% do orçamento da Conab é destinado à Ação Formação dos Estoques Públicos.

A aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual – LOA/2006, ocorrida somente em 16/05/2006, provocou a falta de tempestividade nas intervenções governamentais, via AGF, com vistas à garantia de renda ao produtor rural dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Somando-se a isto as restrições impostas para a execução dessa Ação, em função do espaço fiscal definido pelo Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional para atuação, interferiram sobremaneira nos resultados da atividade.

O ano de 2006 foi marcado por uma grave crise agrícola, que exigiu do Governo Federal várias medidas como forma de amenizá-la.

A Conab, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, particularmente com a Secretaria de Política Agrícola-SPA, reuniu-se com as várias instâncias do Governo, entre elas as Secretarias do Tesouro Nacional, Acompanhamento Econômico e Executiva do Ministério da Fazenda, no sentido de ampliar o citado espaço fiscal e, também, o orçamento da Ação Garantia e Sustentação de Preços visando apoiar, especialmente, a comercialização da Soja. Dentro das possibilidades financeiras, essas articulações tiveram resultado positivo, pois houve ampliação do espaço fiscal para a realização de AGFs e a liberação de R\$2 bilhões destinados à utilização dos instrumentos de Subvenção Econômica.

Objetivando o atendimento da demanda dos produtores, além da utilização do Prêmio de Escoamento do Produto -PEP e do Contrato Privado de Opção de Venda - PROP, foram lançados em 2006 dois novos instrumentos, a saber: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO e Prêmio de Equalização do Valor de Referência da Soja-PESOJA, que são menos onerosos para os cofres do Tesouro Nacional.

A Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns está entre aquelas que sofrem com a limitação orçamentária/financeira, situação agravada por questões internas pertinentes à falta de pessoal nas Unidades Descentralizadas (Suregs e UAs), aliada à morosidade na realização dos processos licitatórios/contratação de serviços. A real demanda, para atender às necessidades de manutenção, adequação e modernização das unidades, ultrapassa R\$50 milhões, para uma dotação orçamentária, em 2006, de R\$10,0 milhões, à conta dos recursos próprios.

O contingenciamento orçamentário no custeio, especialmente em diárias, causou dificuldades na realização das atividades programadas, notadamente o Cadastro de UAs.

Outro aspecto que dificulta a realização de algumas atividades é a aprovação de dotação inferior à demanda apresentada, e a liberação de recursos por suplementação orçamentária ocorreu somente no final do exercício.

As questões relacionadas às restrições orçamentárias/financeiras são objeto de constantes reuniões e troca de correspondências com os órgãos setorial e central de orçamento.

No que tange a questão de pessoal, por meio da realização do seu segundo concurso público a Conab buscou suprir, parcialmente, devido à limitação do número de vagas por área, as necessidades de Técnicos de Nível Superior. Contudo, persiste a falta de pessoal nas Unidades Descentralizadas, principalmente em função da ampliação das atividades desenvolvidas pela Conab

No âmbito da gestão institucional, deu-se continuidade à implementação de seu Planejamento Estratégico e dos Projetos vinculados ao Programa de Revitalização da Companhia,

destacando o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI e Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab – Geosafras.

5.2 - Principais Bancos de Dados

Em conformidade com as diretrizes do Governo Federal que estabelecem preferencialmente o uso de soluções livres em substituição às soluções proprietárias, a Conab vem avançando paulatinamente no processo de migração de softwares proprietários para sistemas abertos, de livre distribuição.

Atualmente, a Conab possui aproximadamente 1.800 pontos de rede distribuídos na Matriz, em 21 Superintendências Regionais, na Unidade Armazenadora de Brasília e no Centro de Treinamento de Recursos Humanos (CDRH). Além disso, mantém conexão com 25 bolsas de mercadorias para realização de leilão eletrônico e canal de comunicação com o Serpro para acesso aos sistemas estruturantes da Administração Pública além de link de acesso à Internet.

O quadro 5.01 mostra o ferramental e sistemas operacionais utilizados na implementação dos serviços de rede.

Quadro 5.01
Demonstrativo de Sistemas Operacionais e Softwares

Sistema Operacional	Serviços
Debian Linux Sarge 3.1 Kernel 2.6	BIND 9.4 - DNS; Monitoramento - MRTG 2.9, Nagios 1.2, Apache 1.3; Gateway de e-mail - Postfix 2.1, Amavisd-new 2.1, Spamassassin 3.0, Clamav 0.83; Squid 2.5.9, BIND 9.4; DHCP 2.0; Serviço de e-mail Postfix 2.1, Amavisd-new 2.1, Clamav 0.83, Cucipop 1.31 (pop3), UW-IMAP 2000, Squirrelmail 1.4.4 (webmail); Servidor de arquivos e logon Windows - Samba 3.0.10, Openldap 2.1; IDS - SNORT, BASIC, Postgresql, Apache 1.3; VPN – Openvpn; Firewall – Iptables, com redundância.
Windows 2000 Server	Serviço Web IIS; Adabas - Natural – Desenvolvimento e produção; MS-SQL 6.5 - Delphi - RH Produção; SYBASE 9.01; Anti-virus Trend Corporativo; Web - IIS; WINS; MS-SQL 2000; Chat Server; Servidor de Arquivos; MS-SQL 7.0;
Windows NT4.0 Server	MS-SQL Server 6.5; Chat Server; SNA Server

Consoante o Programa de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, um dos objetivos principais é a implantação de sistemas corporativos com base de dados integrados e com tecnologia WEB.

O quadro 5.02 apresenta os principais sistemas utilizados (legados e novas soluções corporativas com desenvolvimentos priorizados) para o controle dos programas e atividades finalísticas executados pela Companhia, indicando a ação de governo controlada, bem como as informações e controles propiciados pelos respectivos sistemas.

A partir de 2006, além destes sistemas, a Conab disponibilizou em seu sitio (Central de Informações Agropecuárias) uma série de informações inerentes a estas atividades.

Quadro 5.02
Principais Sistemas utilizados nas Ações Finalísticas

Sistema	Descrição	Programa/ Ação	Observação
ABA – Cadastro de Unidades Armazenadoras	Controlar contratos de armazenagem de grãos, cadastrar e credenciar armazéns.	Abastecimento Agroalimentar/ Cadastro Nacional de UAs	Sistema para dar suporte a aplicações mais antigas
SCA - Sistema de Cadastro de Armazéns	Realizar cadastramento, credenciamento, e descredenciamento de armazéns.		Sistemas serão desativados tão logo concluída a implantação total do SICARM
SCANET - Sistema de Cadastro de Armazéns via NET	Disponibilizar, na intranet, informações do Cadastro de Armazéns, Contratos de Depósitos e Certidões e, também informações sobre a situação cadastral dos armazéns (Sicaf),.		Sistema em fase de implantação
SICARM - Sistema de Cadastro de Armazéns	Realizar cadastramento, acompanhamento e cálculo da capacidade dos armazéns em nível nacional, privados e oficiais; Executar controle dos contratos de armazenagem de grãos, tanto para os depósitos como para a conservação dos produtos; credenciamento de unidades para o controle de impedimentos ou aptidões dos diversos armazéns que a CONAB mantém contrato de armazenagem; Disponibilizar informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país, localização geoespacial dos armazéns e certificação		

Sistema	Descrição	Programa/ Ação	Observação
CDE – Sistema Demonstrativo de Estoque PGPM	Gerar resumo quinzenal das entradas e saídas do estoque.	Abastecimento Agroalimentar/ Formação dos Estoques Públicos/ Fiscalização dos Estoques/PAA e outras atividades vinculadas à execução da PGPM e Programas Sociais de Abastecimento	Em funcionamento – (Legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SARE - Sistema de Controle de Reservas	Controlar a reserva de estoques para leilões e atendimentos a programas institucionais, fazendo acompanhamento comparativo entre os controles de estoques efetuados pelas Suregs		Em funcionamento – (Legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SAE - Sistema de Acompanhamento de Estoque	Controlar estoques da PGPM, opção, securitização, agricultura Familiar depositados em armazéns próprios e/ou de terceiros cadastrados pela CONAB.		Em funcionamento – (Legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SAAGRA – Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenamento de Grãos	Controlar os estoques de terceiros depositados nos Armazéns Próprios,		Em funcionamento – (Legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SISCOE – Sistema de Comercialização Eletrônica	Operacionalizar o leilão eletrônico das atividades fins da Conab, contemplando as etapas de pré e pós-leilão, assim como o Acompanhamento On Line das operações no sítio internet Conab.		Em funcionamento (licença de uso) – Uso exclusivo de determinadas UAS da Conab Funcionalidades comporão, oportunamente, módulo específico do SIGEST.
SINTEG - Sistema integrado de estoques	Efetuar controles das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal.		Em funcionamento (Reestruturado pela Conab)
SIGEST - Sistema de Gestão de Estoques	Efetuar controles relacionados a toda a gestão dos estoques públicos		Em funcionamento (legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SISMOV – Sistema de Movimentação de Estoques	Controlar a movimentação dos estoques		Em desenvolvimento. Em fase final a conclusão do 1º Módulo – Controle e acompanhamento de atividades vinculadas ao PAA
CFR - Sistema de Controle de Fretes	Cadastrar e consultar transportadoras e demonstrativos de recebimento de fretes; calcular avarias e quebras para geração dos DRFS; controlar descontos de impostos e multas de trânsito.		Em funcionamento
SCC – Sistema de Controle de Emissão de Certificados de Classificação	Emitir certificados de classificação de produtos pela Conab, com enquadramento e respectivos tipos, obedecendo às normas de identidade e qualidade aprovadas por portarias / instruções normativas editadas pelo Ministério da Agricultura.		Em funcionamento (legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST
SPA - Sistema de perdas e Danos em Armazenagem	Consultar, inserir e controlar as perdas, danos e desvios da armazenagem.	Abastecimento Agroalimentar/ Formação dos Estoques Públicos/ Fiscalização dos Estoques e outras atividades vinculadas à execução da PGPM e Programas Sociais de Abastecimento	Em funcionamento (legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIGEST

Sistema	Descrição	Programa/ Ação	Observação
SIEP - Sistema de Informações de Estoque Privado	Manter informações de estoque de grãos de café e geração de boletins.	Abastecimento Agroalimentar/ Vistoria de estoques privados e das condições de armazenamento	Em funcionamento. Utiliza também o sistema, via NET (SIEPNET) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIAGRO
SAFRAS - Sistema de Avaliação de Safras	Cadastrar os Levantamentos e Avaliação de Safras. Fornecer informações relativas à diferença de área plantada em relação à safra anterior. Possibilitar acompanhamento de dados sobre a colheita/ comercialização ao longo do ano e sobre as áreas agrícolas.	Gestão da Política Agropecuária/ Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	Em desenvolvimento. Atualmente utilizada o Sistema de Avaliação de Safras - SAS
SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento	Tratar e disponibilizar informações agropecuárias e de abastecimento	Abastecimento Agroalimentar/ Formação dos Estoques Públicos e outras atividades vinculadas à execução das políticas agrícola e de abastecimento	Em desenvolvimento em fase de Implantação o Módulo Preços
CSI - Sistema de Análise de Séries e Indicadores (Agropreços)	Calcular e converter valores, atualizando preços de produtos, em função de indicadores econômicos, permitindo consultas e gerando relatórios de preços de produtos e indicadores econômicos aplicáveis.		Em funcionamento (legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação do módulo Preços do SIAGRO
ConabSIG – Sistema de Informações Gerenciais	Ferramenta incremental de gestão de informações gerenciais (Business Intelligence – BI) para atendimento em um primeiro momento ao Projeto Prohort.		Implantado no Prohort. Em fase final a implantação no módulo Preços do SIAGRO
SIMAB – Sistema de Informação de Abastecimento do Brasil	Manter informações do mercado de produtos hortigranjeiros das Ceasas		Em funcionamento e integrado com o Portal Prohort
VBPA - Sistema de Valor Bruto da Produção Agrícola	Calcular valor bruto da produção agrícola, mantendo os cadastros de produção, distribuição mensal de comercialização e fator de conversão.		Em funcionamento (legado) Sistema a ser desativado tão logo concluída a implantação total do SIAGRO
SIRCOI - Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes	Cadastrar pessoas físicas ou empresas que estão inadimplentes com a CONAB. Apoiar o sistema de pregão verificando se uma empresa pode ou não participar do leilão.	Abastecimento Agroalimentar GAP/Formação dos Estoques Públicos/ Garantia e Sustentação de Preços	
SISCOB - Sistema de Cobrança	Controlar cobranças de dívidas originadas por perdas de produtos em armazenagem e outras dívidas	Abastecimento Agroalimentar/ PGPM;PAA e outras	Em funcionamento (legado) – Utilizado também, via Web (Siscobnet)

6 – Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios)

6.1 - Convênios

Durante o exercício de 2006 foram assinados: a) Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS; b) Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA; c) convênios simplificados com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional-MI e com o MDS, e d) Termos Aditivos ao Convênio com o MDS para aquisição de Kits de equipamentos para instalação de bancos de alimentos. Foi dada continuidade à execução do convênio firmado com a Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o levantamento e divulgação da safra brasileira de café.

Também foram recebidas transferências de recursos financeiros da Secretaria Nacional de Defesa Civil do MI, objetivando a aquisição e o pagamento de frete de gêneros alimentícios para distribuição às famílias carentes; da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário para pagamento das despesas com a participação da Conab na 9.^a Conferência Internacional de Proteção de Produtos Armazenados; da SPA para fiscalização das operações de subvenção ao prêmio de seguro rural, e do MDA para remoção de sementes de milho e feijão doadas pela Embrapa.

Dos recursos recebidos foram executados R\$267.028.164,71, cerca de 59,71%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.01
Demonstrativo de Recebimentos e Execução de Convênios

Repasse/Convênios	Cedente	Valores (Em R\$)		(%)
		Dotação Inicial	Executados	
Elaboração da estimativa da produção de café	Secretaria de Produção e Agroenergia/MAPA	684.977,77	684.977,77	100,00
Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial (004/2006)	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional	5.000.000,00	4.771.973,66	95,44
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	MDS	146.206.000,00	141.087.817,09	96,50
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar	MDA	248.000.000,00	75.904.251,37	30,61
Distribuição de cestas de alimentos	MDS	40.000.000,00	38.536.585,38	96,34
9. ^a Conferência Internacional de Proteção de Produtos Armazenados	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	150.000,00	143.735,40	95,82
Fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio de Seguro Rural	SPA	98.150,00	98.150,00	100,00
Apoio à instalação de bancos de alimentos	MDS	97.477,62	97.447,62	100,00
Remoção de Sementes de Milho e Feijão	MDA	300.000,00	210.000,00	70,00
Remoção de estoques de gêneros alimentícios para distribuição emergencial às famílias atingidas por desastres naturais	MI	653.750,00	5.493.226,42	82,56
Socorro e assistência às famílias atingidas por desastres naturais (003/2006)	Secretaria Nacional de Defesa Civil	6.000.000,00		
Total		447.190.355,39	267.028.164,71	59,71

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gefin

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gearé

6.1.1- Elaboração da Estimativa da Produção de Café

Convênio assinado entre a Conab e a Secretaria de Produção e Comercialização do MAPA, para o período de 2001 a 2006, objetivando o planejamento, levantamento e processamento de dados estatísticos e elaboração de estimativa da produção brasileira de café, cujos trabalhos acontecem nas fases de pós-florada e pré-colheita de cada ano agrícola, no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira de café que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional.

➤ Número do Convênio (SIAFI): 414503

- Concedente: 130137/00001-Secretaria de Produção e Comercialização/MAPA
- Número do Processo: 21000.000970/2001-74
- Data da assinatura: 26 de abril de 2001
- Vigência: 08 de maio de 2001 a 31 de dezembro de 2006
- Data da Publicação: 08 de maio de 2001

Em 2006 foram realizadas três pesquisas de campo: no período entre 1.º a 24 de março e no período de 1.º a 11 de agosto de 2006, correspondendo, respectivamente, à segunda e à terceira previsões da produção para a safra 2006/07. Na última pesquisa, realizada no período de 13 de novembro a 06 de dezembro de 2006, os empregados da Conab e de instituições com as quais mantém parceria visitaram municípios produtores de café nos estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, de São Paulo, da Bahia, do Paraná, de Rondônia e do Rio de Janeiro, com o objetivo de efetuar o fechamento da safra de café 2006/2007 e realizar a primeira estimativa da safra 2007/08.

No Estado de Minas Gerais foram visitados 102 municípios produtores de café, onde colheram informações junto aos órgãos de assistência técnica, cooperativas e entidades ligadas ao setor, bem como, propriedades cafezeiras. O levantamento das informações está calcado em estudo estatístico e científico. A metodologia utilizada na extrapolação dos dados coletados nos levantamentos de campo foi estruturada e planejada para estimar a produção global de café no Estado. Nos Estados de São Paulo, do Paraná, do Espírito Santo, da Bahia e de Rondônia as informações foram levantadas por meio da aplicação de questionário padrão em propriedades previamente selecionadas, com a utilização do método de amostragem estatística (estratos de áreas). Os dados foram processados e extrapolados de acordo com o plano de amostragem, aplicando-se multiplicadores sobre o total de cada estrato, para atingir os resultados globais. Nos demais estados (AC, PA, CE, PE, MT, MS, GO e DF) os dados foram obtidos em órgãos de assistência técnica, cooperativas e outras fontes dessas unidades da federação.

➤ **Safra 2006/07 (Fechamento):**

A produção nacional da safra 2006/07 atingiu 41,6 milhões de sacas de 60kg de café beneficiado, sendo 32,0 milhões de arábica e 9,5 milhões de robusta, superior à safra 2005/06 em 26,19%, em razão do crescimento de 32,9% na produtividade. A produtividade média nessa safra foi de 19,75 sacas/ha e a área cultivada de 2,3 milhões de hectares. Destes, 2,2 milhões de hectares (92,7%) encontram-se em produção.

Esse aumento deveu-se aos bons tratos culturais, incentivados pela recuperação dos preços de mercados, e à bianualidade positiva da cultura.

Quadro 6.02
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café

UF/Região	Safra				Variação	
	2005/06		2006/07		(c/a)	(d/b)
	Área (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área (há) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.033.533	15.219	1.008.898	21.142	-2,38	38,92
Espírito Santo	493.958	8.070	472.260	9.011	-4,39	11,66
São Paulo	221.040	3.223	201.200	4.470	-8,98	38,69
Paraná	106.380	1.435	106.700	2.210	0,3	54,01
Bahia	97.175	1.812	97.794	2.239	0,64	23,57
Rondônia	165.910	1.772	164.208	1.310	-1,03	-26,07
Mato Grosso	34.500	310	32.230	250	-6,58	-19,35
Pará	22.600	330	17.056	305	-24,53	-7,58
Rio de Janeiro	13.970	298	13.800	264	-1,22	-11,41
Outros	28.600	475	25.810	372	-9,76	-21,68
Total	2.217.666	32.944	2.139.956	41.573	-3,5	26,19

Fonte: Conab/Digem/Suinfl/Geasa
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

➤ Safr 2007/08 (Primeira Estimativa):

Para a safra 2007/08 foi estimada uma produção entre 31,1 e 32,3 milhões de sacas de café beneficiado, na qual a participação do café arábica situa-se entre 21,3 a 22,4 milhões de sacas. Com relação à safra anterior, houve uma redução entre 26,9% e 23,9%, motivada por queda de 3,1% na área de cafezais em produção, e na produtividade, que passou de 19,75 sacas/ha para um valor entre 14,89 e 15,50 sacas/ha.

Causaram essa redução as condições climáticas adversas no período de floração e a bianualidade negativa.

Quadro 6.03
Estimativa da Produção de Café – Safra 2007/08

UF/ Região	Parque Cafeeiro				Produção						Produtividade	
	Em Formação		Em Produção		(Mil sacas beneficiadas)							
	Área	Cafeeiros	Área	Cafeeiros	Arábica		Robusta		Total		(Sacas /ha)	
	(ha)	(Mil covas)	(ha)	(Mil covas)	INF..	SUP.	INF..	SUP.	INF..	SUP.	INF..	SUP.
Minas Gerais	152.812	553.199	967.945	2.977.841	13.368	14.063	29	31	13.397	14.094	13,84	14,56
Espírito Santo	18.213	45.825	465.284	1.000.752	1.840	1.910	7.107	7.152	8.947	9.062	19,23	19,48
São Paulo	11.670	41.895	215.100	449.130	2.340	2.420	-	-	2.340	2.420	10,88	11,25
Paraná	4.400	24.600	100.100	336.000	1.690	1.860	-	-	1.690	1.860	16,88	18,58
Bahia	3.963	3.849	96.386	255.271	1.685	1.750	509	529	2.194	2.279	22,76	23,64
Rondônia	2.653	5.070	162.627	289.476	-	-	1.420	1.467	1.420	1.467	8,73	9,02
Mato Grosso	1.878	4.507	16.222	38.933	12	15	153	165	165	180	10,17	11,10
Pará	945	3.375	21.320	41.780	-	-	287	315	287	315	13,46	14,77
Rio de Janeiro	260	1.200	13.970	26.540	188	195	6	7	194	202	13,89	14,46
Outros	703	1.687	27.480	65.952	173	181	267	281	440	462	16,01	16,81
Brasil	197.497	685.207	2.086.434	5.481.675	21.296	22.394	9.778	9.947	31.074	32.341	14.89	15.50

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gear

Para a realização dos levantamentos a Conab recebeu transferência de limite de saque da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMAPA, no valor total de R\$684.977,77, os quais foram totalmente gastos.

Quadro 6.04
Demonstrativo da Execução da Despesa

Em R\$

Sureg	Elemento de Despesa						Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Física	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Matriz	-	-	-	-	665.342,43	-	665.342,43
ES	450,00	7,50	100,00	-	-	-	557,50
MG	11.558,29	4.623,14	35,45	27,00	158,82	6,00	16.408,70
RJ	869,24	677,96	-	-	100,00	-	1.647,20
RO	660,00	361,94	-	-	-	-	1.021,94
Total	13.537,53	5.670,54	135,45	27,00	665.601,25	6,00	684.977,77

Fonte: Sif

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gear

6.1.2 - Distribuição de Alimentos-MDS

Em continuidade à distribuição de cestas de alimentos foram assinados dois convênios com o MDS no valor total de R\$45.000.000,00, a saber:

a) Convênio Simplificado celebrado em 11 de maio de 2006, entre a Conab e o MDS, no valor de R\$5.000.000,00, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, visando a distribuição gratuita a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional e situações de calamidade pública, emergenciais inopinadas e notórias.

O Plano de Trabalho previa a distribuição de 112.000 cestas de alimentos compostas por 22 kg de alimentos, sendo: arroz tipo 2 longo fino, feijão, açúcar cristal, óleo de soja, leite em pó, farinha de mandioca/farinha de trigo, macarrão spaguetti e flocos/fubá de milho. Para tanto, o MDS repassou à Conab recursos no montante de R\$5.000.000,00 para a aquisição dos produtos, operacionalização da distribuição e encargos tributários.

Na montagem das cestas de alimentos foram utilizados estoques remanescentes do convênio assinado no exercício anterior e produtos adquiridos de agricultores familiares, via PAA, conforme quadro a seguir.

Quadro 6.05
Demonstrativo de Aquisições

Produtos	Estoque em 31/12/05 (t)	Entradas (t)			Total	Saídas (t)			Estoques Final(2)
		Transf. de Outras Suregs(1)	Quant. Adquiridas (t)			Produto Liberado p/ Análise	Transf. de Outras Suregs(1)	Total Distribuído	
			Leilão	Agricultura Familiar					
Arroz	6.795,2	54,0	-	-	6.795,2	0,1	54,0	6.795,2	-
Feijão	1.919,5	16,2	-	406,0	2.325,6	0,0	16,2	2.325,6	-
Fubá	337,6	-	-	10,9	348,5	-	-	348,5	-
Flocos de milho	358,9	5,4	-	-	358,9	0,0	5,4	358,9	-
Far. de mandioca	835,8	-	-	573,1	1.409,0	-	-	1.409,0	-
Macarrão	643,5	5,4	-	-	643,5	0,0	5,4	643,5	-
Óleo de soja	1.440,1	-	-	-	1.440,1	0,1	27,4	1.412,7	27,4
Açúcar	711,8	10,8	-	-	711,8	-	10,8	710,2	1,6
Far. de trigo	622,3	-	-	63,5	685,8	-	-	685,8	-
Leite	673,8	5,4	-	31,5	705,3	0,00	5,4	705,3	-
Sal	20,0	-	-	-	20,0	-	-	20,0	-
Total	14.358,5	97,2	0,0	1.085,0	15.443,7	0,2	124,6	15.414,7	29,0

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Nota: (1) Não incluído nos cálculos

(2) Estoque transferido para o Convênio 62

Também, foi necessária a remoção de 550 toneladas de diversos produtos alimentícios, no valor de R\$19.848,00, conforme quadro a seguir.

Quadro 6.06
Demonstrativo de Remoções da Agricultura Familiar

Origem	Destino	Produto	Preço sem ICMS (R\$)		Quantidade (t)	
			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida
MS	MS	Arroz beneficiado	9.499,60	8.080,00	220	220
MS	MS	Farinha de trigo	2.374,90	2.016,00	55	55
MS	MS	Óleo de soja	1.899,92	1.616,00	44	44
MS	MS	Açúcar cristal	1.899,92	1.616,00	44	44
MS	MS	Macarrão	949,96	808,00	22	22
MS	MS	Fubá	949,96	808,00	22	22
MS	MS	Leite em pó	949,96	808,00	22	22
MS	MS	Feijão	4.961,72	4.096,00	121	121
Total			23.485,94	19.848,00	550	550

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

As despesas totalizaram R\$4.771.973,66, representando cerca de 99,17% da dotação recebida. Destaca-se o valor das aquisições de produtos para distribuição gratuita com participação de 93,87% do valor gasto, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.07

Demonstrativo da Execução da Despesa – Convênio Simplificado

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Física	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processo Individualizado									
AM	AM	-	-	316.961,34	-	-	930,00	-	317.891,34
CE	CE	-	-	246.127,70	-	-	-	-	246.127,70
GO	DF	10.050,00	4.072,44	543.460,96	-	-	69.948,68	56.166,57	683.698,65
	GO	-	-	-	4.615,00	-	3.777,13	-	8.392,13
MG	MG	300,00	4.622,36	-	-	90,00	5.273,35	18,00	10.303,71
MT	MT	-	7.875,61	544.833,48	-	-	5.521,26	-	558.230,35
PR	PR	-	10.000,00	-	-	-	15.640,51	9.689,48	35.329,99
PE	AL	-	-	223.768,58	-	-	-	-	223.768,58
	PE	1.450,00	205,00	437.936,86	-	1.089,00	334,00	-	441.014,86
RO	RO	-	10.355,19	282.541,18	-	-	-	706,64	293.603,01
RS	RS	6.600,00	8.381,44	-	387,60	-	25.232,91	4.271,70	44.873,65
Subtotal		18.400,00	45.512,04	2.595.630,10	5.002,60	1.179,00	126.657,84	70.852,39	2.863.233,97
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	60,00	6.998,61	242.204,08	130,00	6.972,61	10.002,57	533,12	266.900,99
	SE	-	-	262.212,93	-	94,89	578,58	-	262.886,40
MS	MS	-	-	456.994,68	-	-	26.944,71	-	483.939,39
PA	PA	-	10.127,45	564.131,24	-	-	11.305,24	-	585.563,93
PB	PB	650,00	-	-	-	-	294,58	-	944,58
PI	PI	-	-	-	-	1.089,12	-	217,82	1.306,94
SP	SP	-	-	301.707,70	-	-	-	-	301.707,70
TO	TO	-	5.095,00	394,76	-	-	-	-	5.489,76
Subtotal		710,00	22.221,06	1.827.645,39	130,00	46.701,15	49.343,50	750,94	1.908.739,69
Total		19.110,00	67.733,10	4.423.275,49	5.132,60	9.335,62	175.783,52	71.603,33	4.771.973,66

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Em relação à meta física estabelecida no Plano de Trabalho houve execução a maior de 509,37%, com a realização de 682.492 atendimentos, beneficiando 297.411 famílias, num total de 15,4 toneladas de produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.08

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos

Sureg	UF	Grupos												Total Geral		
		Acampados		Quilombolas		Comum. de Terreiro		Emergencial**		MAB		Indígenas				
		Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Nº Atendimentos	Alim. Ent. (kg)
Suregs com Processos Individualizados																
AM	AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	CE	2.413	185.990	557	38.361	100	7.000	-	-	-	-	1.500	104.252	4.570	14.819	335.603
GO	DF	8.571	648.482	-	-	-	-	561	12.381	-	-	-	-	9.132	30.043	660.863
	GO	7.186	384.019	2.095	161.625	300	15.000	-	-	2.500	199.240	111	8.103	12.192	36.429	767.987
MG	MG	12.954	711.544	2.289	100.584	800	36.476	81	1.188	532	15.642	2.500	164.688	19.156	46.822	1.030.122
MT	MT	19.529	943.132	654	34.646	100	9.710	500	11.108	965	46.320	1.198	57.504	22.946	46.035	1.102.420
PR	PR	17.024	676.060	-	-	-	-	250	5.000	610	24.400	1.500	60.000	19.384	38.271	765.460
PE	AL	6.080	77.775	-	-	-	-	-	-	-	-	311	6.308	6.391	6.391	84.083
	PE	27.761	1.252.616	2.682	87.244	800	56.800	50	1.200	-	-	2.751	61.013	34.044	63.010	1.458.873
RO	AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	RO	2.880	150.575	-	-	-	-	-	-	1.010	71.148	-	-	3.890	9.518	221.723
RS	RS	2.500	223.815	341	51.150	800	103.210	-	-	1.205	114.270	3.176	157.540	8.022	27.413	649.985

Sureg	UF	Grupos												Total Geral		
		Acampados		Quilombolas		Comum. de Terreiro		Emergencial**		MAB		Indígenas				
		Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Alim. Ent. (kg)	Nª Fam.	Nº Atendimentos	Alim. Ent. (kg)
Subtotal		106.898	5.254.008	8.618	473.610	2.900	228.196	1.442	30.877	6.822	471.020	13.047	619.408	139.727	318.751	7.077.119
Suregs Consolidadas																
BA	BA	22.144	1.274.938	4.364	274.518	4.000	337.722	-	-	440	9.680	2.117	104.848	33.065	96.833	2.001.706
	SE	10.581	311.519	-	-	200	9.504	-	-	-	-	-	-	10.781	13.484	321.023
ES	ES	2.535	91.502	454	36.320	300	24.000	-	-	-	-	340	40.000	3.629	9.589	191.822
MA	MA	8.491	560.598	3.645	324.924	1.000	66.000	-	-	-	-	2.743	164.096	15.879	50.339	1.115.618
MS	MS	17.830	740.995	180	10.080	100	5.600	2.160	250.471	-	-	5.500	582.507	25.770	59.488	1.589.653
PA	AP	-	-	310	12.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PA	21.965	525.627	-	-	800	32.000	5.000	199.256	-	-	461	10.218	28.536	28.536	779.501
PB	PB	2.579	226.952	770	67.760	100	8.800	-	-	1.050	92.400	2.000	176.205	6.499	25.996	572.117
PI	PI	2.642	228.877	603	18.090	100	21.400	600	18.000	-	-	-	-	3.945	9.646	286.367
RJ	RJ	2.942	146.595	482	43.628	800	70.240	-	2.340	-	-	171	3.078	4.395	14.140	265.881
RN	RN	4.828	274.670	495	63.477	100	12.800	-	-	-	-	-	-	5.423	16.426	350.947
SC	SC	1.066	57.313	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500	41.554	2.566	3.632	98.867
SP	SP	9.922	296.363	1.395	58.590	800	105.600	-	24.483	-	-	326	10.932	12.443	23.831	495.968
TO	TO	2.576	126.289	-	-	-	-	-	-	1.094	53.656	1.083	87.946	4.753	11.801	267.891
Subtotal		110.101	4.862.238	12.698	909.787	8.300	693.666	7.760	494.550	2.584	155.736	16.241	1.221.384	157.684	363.741	8.337.361
Total		216.999	10.116.246	21.316	1.383.397	11.200	921.862	9.202	525.427	9.406	626.756	29.288	1.840.792	297.411	682.492	15.414.480

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

b) Convênio celebrado com o MDS

- Número do Convênio (SIAFI): 562436
- Processo N.º 71000.002829/2006-99
- Convênio N.º 062/2006
- Data de assinatura: 06 de julho de 2006
- Vigência: 07 de julho de 2006 a 31 de maio de 2007
- Data da publicação: 07 de julho de 2006
- Valor R\$40.000.000,00
- Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios básicos para dar continuidade à distribuição gratuita às famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar como acampados, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e assemelhados e famílias atingidas por situações emergenciais inopinadas e notórias que podem levar à insegurança alimentar, em todo o território nacional.

O Plano de Trabalho previa o atendimento a 397.796 famílias com distribuição de cestas compostas por 22 kg de alimentos, sendo arroz tipo 2 (10 kg), feijão tipo 2 (3 kg), açúcar cristal (2 kg), óleo de soja (2 latas), leite em pó (1 kg), macarrão (1 kg), farinha de mandioca (Regiões Norte e Nordeste – 2 kg), flocos de milho (Regiões Norte e Nordeste – 1 kg), farinha de trigo (Centro-Sul – 2 kg) e fubá de milho (Centro-Sul – 1 kg).

Para a composição das cestas de alimentos foram adquiridas, via leilão público, 32.278,5 toneladas de diversos produtos alimentícios, 14.753,6 toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar e 29 toneladas adquiridas com recursos de convênios anteriores, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 6.09

Demonstrativo das Aquisições e Saídas do Estoque

(Em t)

Produtos	Estoque em 31/12/05	Entradas		Total	Saídas		Estoque Final
		Quant. Adquiridas			Produto Liberado p/ Análise	Total Distribuído	
		Leilão	Agricultura Familiar				
Arroz	0,0	22.206,7	0,0	22.206,7	0,1	10.891,9	11.314,7
Feijão	0,0	211,6	5.176,5	5.388,1	0,0	3.330,8	2.057,3
Fubá	0,0	1.020,8	0,0	1.020,8	0,1	552,2	468,5
Flocos de milho	0,0	1.161,3	0,0	1.161,3	0,0	539,8	621,5
Farinha de mandioca	0,0	52,0	3.817,4	3.869,4	0,0	2.226,7	1.642,7
Macarrão	0,0	2.216,2	0,0	2.216,2	0,1	1.080,2	1.135,9
Óleo de soja	27,4	4.219,6	0,0	4.247,0	0,0	2.158,8	2.088,2
Açúcar	1,6	221,1	2.930,5	3.153,2	0,0	2.031,6	1.121,6
Far. de trigo	0,0	554,0	1.708,1	2.262,1	0,0	1.694,0	568,1
Leite	0,0	415,2	1.121,1	1.536,3	0,0	1.022,4	513,9
Total	29,0	32.278,5	14.753,6	47.061,1	0,3	25.528,4	21.532,4

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

As despesas totalizaram R\$38.536.585,36, representando 100,00% do orçamento liberado. Destaca-se o valor das aquisições com participação de 99,35% do valor gasto, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.10

Demonstrativo da Execução da Despesa

Surg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Física	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Surgs com Processos Individualizados									
AM	AM	-	-	721.133,90	-	-	3.500,00	-	724.633,90
CE	CE	-	-	977.548,55	-	-	-	-	977.548,55
	DF	7.650,00	13.619,86	925.354,58	-	-	233.161,14	52.865,80	1.232.651,38
GO	GO	10.790,00	23.446,39	1.110.203,59	-	-	34.715,74	-	1.179.155,72
MG	MG	13.390,00	20.488,29	1.989.919,99	518,93	-	30.334,06	-	2.054.651,27
MT	MT	-	164.447,09	3.604.210,30	1.485,13	-	95.636,88	62.341,15	3.928.120,55
PR	PR	1.250,00	12.750,18	2.067.296,55	60,00	-	44.756,23	21.735,20	2.147.848,16
	AL	-	-	1.572.921,71	-	3.556,45	705,04	731,20	1.577.914,40
PE	PE	5.390,00	13.594,17	4.240.880,22	138,19	2.597,44	13.095,25	465,54	4.276.160,81
	AC	-	2.250,00	-	-	-	-	-	2.250,00
RO	RO	-	22.504,60	467.477,37	-	-	6.323,49	-	496.305,46
RS	RS	950,00	1.942,91	753.078,48	153,30	-	94.222,64	1.896,48	852.243,81
Subtotal		39.420,00	275.043,49	18.430.025,24	2.355,55	6.153,89	556.450,47	140.035,37	19.449.484,01
Surgs Com Processo Consolidado									
BA	BA	9.185,00	22.222,65	2.821.498,24	631,95	2.316,85	23.749,17	1.139,25	2.880.743,11
	SE	-	9.964,94	1.455.098,26	-	2.787,21	17.226,42	5.236,91	1.490.313,74
ES	ES	-	-	816.667,65	-	-	5.529,86	-	822.197,51
MA	MA	-	8.723,00	1.622.668,18	-	-	5.665,59	-	1.637.056,77
MS	MS	350,00	390,00	4.177.480,05	-	-	48.821,95	55.328,24	4.282.370,24
PA	PA	480,00	6.567,39	3.247.846,88	250,00	200,00	26.322,26	923,15	3.282.589,68
PB	PB	2.795,00	3.756,66	768.541,77	-	-	8.948,22	-	784.041,65
PI	PI	3.800,00	3.199,44	644.573,99	-	3.661,24	1.431,46	19.946,66	676.612,79
RJ	RJ	-	-	390.523,96	-	-	2.260,30	-	392.784,26
RN	RN	-	-	448.735,15	-	1.553,06	1.613,79	310,75	452.212,75
SC	SC	-	3.690,00	565.665,06	-	-	33.710,55	-	603.065,61
SP	SP	-	-	1.221.210,70	-	-	36.252,97	-	1.257.463,67
TO	TO	-	-	518.935,51	-	-	585,00	-	519.520,51
Matriz		3.547,50	1.294,74	-	1.286,82	-	-	-	6.129,06
Subtotal		20157,5	59808,82	18.699.445,40	2.168,77	10.518,36	212.117,54	82.884,96	19.087.101,35
Total		59.577,50	334.852,31	37.129.470,64	4.524,32	16.672,25	768.568,01	222.920,33	38.536.585,36

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Na execução do convênio foram realizados 1.138.300 atendimentos a 306.164 famílias (76,97% da meta física) com distribuição de 25.528,3 toneladas de produtos alimentícios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.11
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos - MDS

Surg	UF	Grupos Popacionais												Total		
		Acampados		Quilombolas		Comum. de Terreiro		Emergencial**		MAB		Indígenas				
		Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Alim. Entregue (kg)	Nº Fam.	Atendime ntos	Alim. Entregue (kg)
AM	AM	-	-	15	345	-	-	-	75.010	-	-	5.360	347.358	5.375	15.804	422.713
	RR	284	25.062	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	1.136	25.062
CE	CE	3.014	372.486	557	63.180	100	10.000	-	-	1.595	39.875	1.500	73.150	6.766	22.433	558.691
GO	DF	7.057	648.282			-	-	-	-	-	-	-	-	7.057	26.456	648.282
	GO	6.356	535.639	2.095	216.789	300	29.400	-	-	2.500	153.540	111	16.428	11.362	41.339	951.796
MG	MG	13.533	1.178.170	2.289	213.402	800	70.400	-	-	532	46.816	2.500	217.849	19.654	78.367	1.726.637
MT	MT	19.529	1.701.058	654	84.748	100	9.400	-	-	-	-	1.198	45.028	21.481	77.347	1.840.234
PE	AL	13.021	1.297.573	555	64.781	200	16.400	-	-	-	-	1.300	101.184	15.076	71.244	1.479.938
	PE	29.052	2.145.370	2.478	195.225	800	40.000	-	-	-	-	2.751	217.624	35.081	104.928	2.598.219
PR	PR	11.861	1.026.293	-	-	-	-	-	-	610	53.070	1.500	136.207	13.971	55.886	1.215.570
RO	AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	28.424	323	1.292	28.424
	RO	2.882	281.312	-	-	-	-	-	-	1.010	97.284	1.100	24.200	4.992	18.313	402.796
RS	RS	2.831	252.015	341	30.400	800	60.000	483	11.490	1.205	90.375	3.176	237.832	8.836	27.475	682.112
Subtotal		109.420	9.467.101	400.714	871.970	238.700	236.083	86.983	93.952	488.412	501.779	1.466.103	1.595.542	692.278	13.122.494	12.580.474
Surgs com Processo Consolidado																
BA	BA	19.380	781.148	4.288	257.070	3.000	60.000	-	-	-	-	2.117	203.148	28.785	59.657	1.301.366
	SE	13.685	1.304.387	262	27.148	200	8.551	-	-	307	26.095	82	3.608	14.536	63.379	1.369.789
ES	ES	3.780	296.200	530	36.646	300	22.500	140	6.495	-	-	340	34.000	5.090	15.952	395.841
MA	MA	7.985	399.410	1.663	36.586	1.000	44.000	204	4.691	-	-	2.743	120.692	13.595	27.347	605.379
MS	MS	17.850	2.387.100	180	11.700	100	10.000	-	-	-	-	5.500	1.034.081	23.630	97.560	3.442.881
PA	AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PA	22.413	1.752.731	1.996	43.470	800	55.200		45	1.600	35.200	767	30.891	27.576	86.201	1.917.537
PB	PB	3.481	376.387	770	66.990	100	8.700			1.050	91.350	2.000	174.000	7.401	32.630	717.427
PI	PI	3.881	369.468	603	75.618	100	12.800	-	-	-	-	-	-	4.584	15.017	457.886
RJ	RJ	2.494	247.804	482	41.978	800	69.580	1.000	25.000	-	-	-	-	4.776	99.229	384.362
RN	RN	3.488	201.281	495	45.540	100	8.800	-	-	-	-	-	-	4.083	9.531	255.621
SC	SC	1.066	121.893	242	6.034			-	-	1.212	162.884	1.500	149.110	4.020	16.923	439.921
SP	SP	10.473	1.137.683	1.395	121.937	800	69.934	-	-			326	34.428	12.994	59.404	1.363.982
TO	TO	2.659	116.996	-	-	-	-	-	-	1.094	96.272	1.083	82.632	4.836	13.450	295.900
Subtotal		112635	9498848	455.935	778.017	377.365	371.409	37.575	41.494	417.064	428.259	1.883.048	2.022.496	752.186	13.544.172	12.947.892
Total		222.055	18.955.748	21.890	1.639.587	10.400	605.665	1.827	122.731	12.715	892.761	37.277	3.311.874	306.164	1.138.300	25.528.366

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

6.1.3 – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei n.º 10.696 e regulamentado pelo Decreto n.º 4.772, ambos de 2 de julho de 2003, com a finalidade de apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Está inserido em um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com diferentes organizações públicas e da sociedade civil, inseridas no âmbito do Fome Zero, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do País. As normas do PAA estabelecem que cada produtor tem acesso ao valor máximo (até 15/08/2006, R\$2.500,00 e após esta data, R\$3.500,00), ao ano.

A lei que instituiu o PAA simplificou o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para atendimento aos programas públicos de alcance social, dispensando, neste caso específico, as regras de licitação requeridas pela Lei n.º 8.666, criando um marco jurídico capaz de possibilitar a presença mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidas para essa categoria específica de produtores.

Os recursos do Programa, destinados à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no PRONAF, têm origem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, regulamentado pela Lei Complementar n.º 111/2001.

As atividades desenvolvidas pela Companhia relacionadas à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero (estruturação de uma logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial das comunidades indígenas, de quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar) e são executados mediante convênios firmados com os detentores de recursos orçamentários

Em 2006 foram assinados convênios com o MDS e com o MDA, conforme detalhado a seguir.

6.1.3.1 Convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

- Número do Convênio (SIAFI): 559210
- Processo n.º 71000.002634/2006-49
- Concedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-MDS
- Data de assinatura: 13 de junho de 2006
- Vigência: até 31 de dezembro de 2006
- Data da publicação: 14 de junho de 2006
- Valor Original: R\$120.000.000,00
- Termo Aditivo n.º 1, de 30 de novembro de 2006
- Valor R\$19.506,00
- Objeto: desenvolvimento de ações complementares da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, envolvendo instrumentos como a Compra Direta-CDAF e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-CAEAF, visando à formação de estoques estratégicos, a sua comercialização e à distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. A aplicação desses instrumentos objetivou criar, por meio de ações integradas, condições para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de modo sustentável, visando proporcionar aos produtores familiares remuneração justa e compatível com os preços de mercado e a implementação de uma política permanente de segurança alimentar e nutricional no País.

O Plano de Trabalho original previa o atendimento a 44.800 famílias de agricultores, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais: a realização de oito oficinas regionais para treinamento de técnicos e agricultores, e a criação de 50 pólos de compra de alimentos. Com a celebração do Termo Aditivo n.º 01 o número total de famílias a serem atendidas foi acrescido para 49.976.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

É a operação pela qual são adquiridos produtos agropecuários de famílias enquadradas nos grupos “A” ao “D” do PRONAF, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab), organizados ou não, em conformidade com o Art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com a Resolução MESA/Grupo Gestor do PAA n.º 01, de 31 de julho de 2003.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2006, 53.107,6 toneladas de produtos agrícolas, em 20 Estados, ao custo de R\$36.577.774,38, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 6.12
Demonstrativo das Aquisições pelo CDAF

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares Atendidos	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Suregs com Processos Individualizados					
AM	AM	142	1	515,5	168.881,81
CE	CE	276	12	1.018,7	620.495,74
MG	MG	5	1	2,8	2.790,82
MT	MT	15	3	37,5	37.116,00
PR	PR	4.308	83	11.905,3	3.658.694,21
PE	PE	1.024	6	3.115,5	2.389.982,98
	AL	460	6	1.018,3	1.135.129,23
RO	RO	2.672	21	5.569,7	5.383.224,65
RS	RS	1.351	72	2.406,2	2.448.164,64
Subtotal		10.253	205	25.589,5	15.844.480,08
Suregs com Processo Consolidado					
BA	BA	2.279	29	7.015,3	6.664.005,69
	SE	446	6	1.354,5	1.338.814,69
ES	ES	80	10	368,1	219.352,00
MA	MA	396	12	3.235,4	1.160.560,08
MS	MS	1.351	22	4.236,8	3.256.423,31
PB	PB	25	1	121,3	87.316,82
PI	PI	826	16	2.907,3	1.538.127,24
RJ	RJ	12	2	50,4	23.355,05
RN	RN	315	8	1.008,9	773.381,69
SC	SC	934	18	3.174,5	2.847.889,62
SP	SP	992	46	4.045,6	2.824.068,11
Subtotal		7.791	170	27.518,1	20.733.294,30
Total		18.044	375	53.107,6	36.577.774,38

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

b) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Doação)

Materializa-se pela compra antecipada da produção agropecuária de produtores enquadrados no PRONAF, grupos “A” ao “D”, inclusive agroextrativista, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e produtores rurais em condições especiais, organizados em grupos formais (cooperativas ou associações), incentivando, assim, o aumento da produção e a sustentação dos preços pagos aos produtores. Os produtos adquiridos poderão ser distribuídos para instituições governamentais ou não-governamentais, que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos no atendimento às populações em situação de risco social, ou destinados à formação de estoques estratégicos.

Por meio deste instrumento foram atendidos 41.603 agricultores familiares, em 946 municípios, distribuídos por 23 Estados, tendo sido adquiridas 64.378,4 toneladas de diversos produtos, ao custo de R\$90.295.034,53. Os produtos foram distribuídos a diversas entidades sociais beneficiando 4.208.167 pessoas, conforme detalhado no Quadro 6.13.

Quadro 6.13
Demonstrativo das Aquisições pelo CAEAF/CPR-Doação

Sureg	UF	Nº de Produtores Atendidos	N.º Municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	N.º Municípios	Valor (R\$)
Suregs com Processos Individualizados							
AM	AM	1.933	15	4.053,9	68.660	12	3.946.985,81
CE	CE	3.565	42	2.649,7	1.001.401	43	8.398.808,58
GO	GO	1.105	15	1.137,6	281.572	30	2.330.953,12
MG	MG	9.778	172	17.405,9	854.636	156	22.064.739,32
MT	MT	865	18	972,8	48.392	18	1.489.050,33
PR	PR	3.020	125	5.482,0	278.582	79	6.157.373,36
PE	AL	299	5	50,5	51.254	3	1.011.791,11
	PE	1.960	19	5.239,1	92.769	16	5.209.646,26
RO	AC	806	4	432,6	22.459	7	986.205,13
	RO	687	6	699,6	57.219	6	1.174.935,97
RS	RS	8.266	212	8.979,6	226.894	102	15.315.602,06
Subtotal		32.284	633	47.103,3	2.983.838	472	68.086.091,05
Suregs com Processo Consolidado							
BA	BA	1.604	63	1.914,0	253.070	40	2.987.688,31
	SE	1.221	29	3.215,0	65.213	21	3.339.350,95
MA	MA	1.179	17	1.900,2	143.200	22	2.864.950,37
MS	MS	39	1	25,5	26.405	1	133.900,00
PA	PA	424	16	715,9	175.510	23	792.500,02
PB	PB	100	15	107,2	13.623	7	218.425,94
PI	PI	446	8	944,6	2.821	1	977.856,20
RN	RN	206	8	70,2	47.875	7	340.866,24
RJ	RJ	809	15	1.224,3	72.784	16	1.989.382,55
SC	SC	1.990	89	3.527,1	285.581	73	5.053.442,13
SP	SP	1.061	43	3.398,9	106.951	33	3.198.627,05
TO	TO	240	9	232,2	31.296	9	311.953,72
Subtotal		9.319	313	17.275,1	1.224.329	253	22.208.943,48
Total Geral		41.603	946	64.378,4	4.208.167	725	90.295.034,53

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Dos produtos adquiridos pelo PAA, em 2006 ou em exercícios anteriores, foram comercializados pela Sureg-BA, via leilão público, 12 toneladas de feijão cuja receita de vendas totalizou 13.636,32. Além dessas, foram vendidas, via. Vendas em Balcão, 10.790 toneladas de milho em grãos, arroz em casca e castanha de caju, a 4.112 clientes, no valor total de R\$4.273.570,53. Comparativamente ao exercício anterior, houve incremento de 292,06% na quantidade vendida, 317,68% no valor das vendas e 146,67% no número de clientes atendidos, conforme detalhado no Quadro 6.14.

Quadro 6.14
Demonstrativo de Vendas em Balcão-Agricultura Familiar

Sureg	UF	2005			2006		
		Quantidade(t)	Valor (R\$)	Clientes	Quantidade(t)	Valor (R\$)	Clientes
Arroz em casca							
Rondônia(*)	RO	0	0	0	1.549,1	527.312,44	83
Subtotal	RO	0	0	0	1.549,1	527.312,44	83
Castanha de Caju							
Piauí	PI	0	0	0	12,6	13.384	7
Subtotal		0	0	0	12,6	13.384,25	7
Milho							
Bahia	BA	-	-	-	4,1	1.417,92	2
	SE	-	-	-	304,8	116.744,31	85

Sureg	UF	2005			2006		
		Quantidade(t)	Valor (R\$)	Cientes	Quantidade(t)	Valor (R\$)	Cientes
Ceará(*)	CE	349,9	128.279,49	113	253,7	112.825,88	55
Maranhão	MA	-	-	-	354,8	139.340,35	160
Paraíba	PB	-	-	-	1.998,0	848.836,25	440
Piauí	PI	1687,5	633.444,79	851	3.866,1	1.538.212,26	1.774
Rio Grande do Norte	RN	286,4	109.803,37	164	2.350,7	940.630,55	1.389
Rondônia(*)	RO	28,2	7.019,03	26	-	-	-
Tocantins	TO	400,2	144.620,06	513	96,3	34.866,32	117
Subtotal		2.752,2	1.023.166,74	1.667	9.228,5	3.732.873,84	4.022
Total		2.752,2	1.023.166,74	1.667	10.790,2	4.273.570,53	4.112

Fonte: Conab/Diges/Supag/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*) Suregs com Processos Individualizados

Além das quantidades comercializadas, via Vendas em Balcão, foram doadas 25.265 toneladas de diversos produtos agropecuários, adquiridos pelo PAA, a várias prefeituras municipais e entidades beneficentes, conforme detalhado no Capítulo 8 – Outras Ações; e outras 15.447 toneladas foram utilizadas na composição de cestas de alimentos distribuídas às famílias em situação de insegurança alimentar, conforme detalhado no item 6.1.2 – Distribuição de Alimentos-MDS.

Durante o exercício foi contratada a remoção de 45.173 toneladas de diversos produtos ao custo de R\$4.750.585,08. As remoções foram necessárias para retirada dos produtos dos pólos de compra, para armazenagem próximas aos centros consumidores (no caso de vendas em balcão ou leilão) ou para doação.

Da quantidade contratada foi removida 33.101 toneladas; 4.602 foram canceladas em virtude da não realização das aquisições nos volumes previstos; foram aditadas 360 toneladas, restando 7.831 toneladas, para remoção em 2007.

Durante o exercício foram gastos R\$141.087.817,09, representando 97,36% do valor total recebido (R\$137.360.144,66), tendo as aquisições de produtos para distribuição atingido o valor de R\$131.673.295,38 (93,33%). O restante foi utilizado na operacionalização do Convênio, onde se destacaram: a) serviços de terceiros-Pessoa Jurídica (frete no valor de R\$3.442.908,11; armazenagem no valor de R\$342.835,52; classificação de produtos, no valor de R\$182.755,17; e comissões e corretagens, no valor de R\$151.223,13 etc) b) obrigações tributárias (ICMS R\$3.218.611,10 etc). No quadro a seguir estão detalhados os custos por elemento de despesa.

Quadro 6.15

Demonstrativo da Execução da Despesa

Surg	UF	Elemento de Despesa (R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros- Pes. Física	Serviços de Terceiros- Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	20.525,00	2.380,01	4.119.751,92	24.791,48	-	108.407,99	29.566,35	4.305.422,75
CE	CE	55.307,15	20.272,87	9.087.633,28	19.741,68	820,29	128.860,72	37.791,77	9.350.427,76
GO	DF	-	-	-	-	-	136.595,36	61.078,58	197.673,94
	GO	13.497,50	5.840,49	2.331.004,61	5.815,19	-	596.028,39	1.453,79	2.953.639,97
MG	MG	745,00	3.128,60	22.067.594,01	202,50	-	188.974,43	22.576,42	22.283.220,96
MT	MT	5.300,00	5.406,79	1.540.972,09	1.000,35	-	315.520,08	133.732,48	2.001.931,79
PR	PR	6.205,00	6.301,63	10.060.926,48	4.096,06	-	214.049,02	496.163,20	10.787.741,39
PE	AL	-	-	2.198.398,81	423,54	1.565,00	5.630,40	313,00	2.206.330,75
	PE	59.635,50	12.348,49	7.649.755,12	26.971,36	460,95	297.583,26	67.383,31	8.114.137,99
RO	AC	1.060,00	1.856,00	986.205,13	153,00	-	15,00	-	989.289,13
	RO	55.560,00	29.144,55	6.559.857,20	24.030,91	16.716,69	118.092,64	782.062,01	7.585.464,00
RS	RS	9.641,20	10.342,06	17.820.016,95	3.756,40	-	94.194,06	-	17.937.950,67
Subtotal		227.476,35	97.021,49	84.422.115,60	110.982,47	19.562,93	2.203.951,35	1.632.120,91	88.713.231,10
Suregs Consolidadas									
BA	BA	75.891,10	27.360,03	9.809.284,73	24.662,17	5.227,70	700.949,82	149.675,98	10.793.051,53
	SE	12.067,23	5.618,05	8.480.821,00	276,53	2.176,03	78.203,76	46.593,03	8.625.755,63
ES	ES	10.369,40	3.275,86	224.094,31	730,24	-	126.611,46	47.473,84	412.555,11
MA	MA	61.533,00	27.569,52	4.049.435,46	32.681,17	21.373,13	224.763,71	277.993,03	4.695.349,02
MS	MS	39.590,00	15.609,49	3.468.164,06	6.672,22	147,00	486.110,04	404.418,42	4.420.711,23
PA	PA	3.762,50	6.590,59	792.500,02	8.577,73	200,00	230.753,52	24.718,87	1.067.103,23
PB	PB	10.377,50	1.628,89	307.751,02	750,00	-	47.678,15	-	368.185,56
PI	PI	66.566,70	29.160,98	2.554.292,99	19.695,95	24.589,94	220.538,70	154.603,80	3.069.449,06
RJ	RJ	4.860,00	2.812,73	2.012.737,60	231,54	-	35.435,84	4.024,07	2.060.101,78
RN	RN	27.980,00	8.520,04	1.132.034,98	5.769,96	5.345,53	67.533,54	100.775,16	1.347.959,21
SC	SC	15.703,18	13.099,95	8.016.142,45	10.226,18	-	198.284,74	310.443,04	8.563.899,54
SP	SP	9.560,00	3.126,08	6.091.967,44	1.685,80	300,00	161.691,77	238.385,57	6.506.716,66
TO	TO	2.200,00	1.542,30	311.953,72	2.450,00	-	64.887,71	2.453,68	385.487,41
Matriz		20.697,50	1.877,17	-	19.423,85	362,50	15.900,00	-	58.261,02
Subtotal		361158,11	147791,68	47251179,78	133833,34	59721,83	2659342,76	1761558,49	52374585,99
Total		588.634,46	244.813,17	131.673.295,38	244.815,81	79.284,76	4.863.294,11	3.393.679,40	141.087.817,09

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

No fim do exercício foram devolvidos à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS R\$2.021.996,25, referentes a recursos recebidos e não utilizados e R\$17.598.857,97 de vendas realizadas durante o exercício e recebimento de Cédula de Produto Rural - CPRs.

6.1.4 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-MDA-(CPR – Estoque)

Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, em 26 de junho de 2006, com vigência de três anos, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, especialmente nas modalidades

Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e Formação de Estoques da Agricultura Familiar e outras que venham a ser aprovadas pelo Grupo Gestor do PAA.

- Processo: 55000.000772/20006-37
- Data de assinatura: 26 de junho de 2006
- Publicação: Portaria Conjunta n.º 2, de 8 de maio de 2006
- Vigência: 3 anos
- Valor: R\$248.000.000,00

Neste Termo a Conab ficou autorizada a direcionar os estoques objetivando o reposicionamento dos produtos retirando-os das áreas que não favoreçam o seu escoamento para localidades próximas às regiões consumidoras; venda em leilão público, e venda direta aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, vinculados ao Programa Vendas em Balcão e aos varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

O Plano de Trabalho para 2006 previa o atendimento a 47.200 famílias de produtores rurais e a implantação de 20 pólos de compra de alimentos.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por meio da CDAF foram adquiridas 45.661,3 toneladas de diversos produtos agrícolas no valor de R\$31.589.463,85, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 6.16
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF

Sureg	UF	N.º de Agricultores Atendidos	N.º de Municípios	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Suregs com Processos Individualizados					
CE	CE	139	13	426,5	320.448,60
GO	GO	87	2	445,0	111.863,38
PE	AL	609	5	1.787,6	1.465.131,24
	PE	226	5	674,3	671.483,35
MG	MG	39	2	167,2	76.931,27
MT	MT	511	11	4.749,9	1.284.526,62
PR	PR	4.321	142	11.387,6	6.886.177,97
RS	RS	4.140	43	11.850,1	11.606.006,50
Subtotal		10.072	223	31.488,3	22.422.568,93
Suregs com Processo Consolidado					
BA	BA	301	19	1.728,8	1.088.992,86
	SE	9	1	28,2	28.220,00
MA	MA	8	1	25,3	18.545,97
MS	MS	382	8	3.634,8	908.691,25
PI	PI	797	16	1.857,2	1.259.756,43
RN	RN	141	8	350,9	385.959,20
SC	SC	1.919	72	4.719,2	4.708.616,58
SP	SP	4	1	40,0	10.000,00
TO	TO	350	7	1.788,6	758.112,63
Subtotal		3.911	133	14.173,0	9.166.894,92
TOTAL		13.983	356	45.661,3	31.589.463,85

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

b) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Estoque)

Por meio da CAEAF foram adquiridas 56.655,6 toneladas de diversos produtos agrícolas agrícolas no valor de R\$41.964.509,42, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 6.17
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque

Sureg	UF	N.º de Agricultores Atendidos	N.º de Municípios	Quantidade (t)	Valor (R%)
Suregs com Processos Individualizados					
AM	AM	275	4	637,2	769.868,68
GO	GO	32	1	286,3	111.863,38
MG	MG	641	16	320,2	1.533.362,00
MT	MT	66	11	205,6	201.909,94
PR	PR	2.802	35	9.692,8	10.165.274,51
PE	AL	380	2	1.569,1	1.328.393,00
	PE	2.258	5	8.024,7	6.500.000,00
RO	AC	427	7	1.500,0	1.500.000,00
	RO	253	12	411,0	848.554,50
RS	RS	4.905	98	30.223,8	16.226.555,25
Subtotal		12.040	191	52.870,8	39.185.781,26
Suregs com Processo Consolidado					
BA	BA	257	13	170,1	263.994,00
PA	PA	450	12	1.982,9	1.180.814,16
PB	PB	13	1	20,0	20.000,00
PI	PI	191	4	262,7	326.870,00
RN	RN	99	5	136,9	173.150,00
SC	SC	58	1	216,4	243.500,00
SP	SP	148	1	969,5	518.000,00
TO	TO	16	1	26,2	52.400,00
Subtotal		1.232	38	3.784,7	2.778.728,16
Total Geral		13.271	229	56.655,6	41.964.509,42

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Durante o exercício foram gastos R\$75.940.251,37, representando 93,91% do valor total recebido (R\$80.865.471,66), tendo as aquisições de bens para revenda atingido o valor de R\$74.531.327,14 (98,14%). O restante foi utilizado na operacionalização do Convênio, onde se destacaram: a) serviços de terceiros-Pessoa Jurídica (frete no valor de R\$3.442.908,11, armazenagem no valor de R\$342.835,52; classificação de produtos, no valor de R\$182.755,17; e comissões e corretagens, no valor de R\$151.223,13 etc) b) obrigações tributárias (ICMS R\$3.218.611,10 etc). No quadro a seguir estão detalhados os custos por elemento de despesa.

Quadro 6.18

Demonstrativo da Execução Orçamentária

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros- Pessoa Física	Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	Total
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	1.000,00	-	427,85	-	8.640,62	-	769.868,68	779.937,15
CE	CE	-	-	-	-	19.404,37	-	320.448,60	339.852,97
GO	DF	-	-	-	-	-	-	8.957.159,37	8.957.159,37
	GO	31.470,00	10.618,36	22.374,12	-	2.836,98	-	460.759,12	528.058,58
MG	MG	20.169,00	6.513,31	6.439,62	-	13.730,73	5.407,38	1.612.070,01	1.664.330,05
MT	MT	11.712,50	5.593,79	8.158,29	4.717,20	30.675,69	34.287,98	1.501.671,78	1.596.817,23
PR	PR	6.083,68	2.945,66	3.284,60	-	12.301,31	-	10.803.610,03	10.828.225,28
PE	AL	-	-	-	-	-	-	2.810.418,96	2.810.418,96
	PE	345,00	-	-	-	70.260,62	-	7.181.587,27	7.252.192,89
RO	AC	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00	1.500.000,00
	RO	2.395,00	881,48	1,32	-	15.887,59	1.286,13	848.554,50	869.006,02
RS	RS	6.927,50	6.065,34	7.758,60	5.850,00	173.072,28	306,00	27.860.012,85	28.059.992,57
Subtotal		80.102,68	32.617,94	48.444,40	10.567,20	346.810,19	41.287,49	64.626.161,17	65.185.991,07
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	6.793,00	2.345,53	3.670,67	858,41	41.494,47	1.034,69	1.376.369,62	1.432.566,39
	SE	1.077,50	-	209,00	-	22.726,08	-	28.869,06	52.881,64
ES	ES	-	-	-	-	9.776,25	-	-	9.776,25
MA	MA	-	512,00	-	-	26.563,75	-	18.972,48	46.048,23
MS	MS	2.331,75	638,83	1.473,04	-	20,00	120.792,29	919.028,21	1.044.284,12
PA	PA	4.440,00	814,90	3.776,72	-	54.246,90	-	1.180.814,16	1.244.092,68
PB	PB	250,00	151,01	150,00	-	18.071,25	-	20.000,00	38.622,26
PI	PI	28.781,39	3.859,28	2.079,00	542,90	72.412,81	35.738,05	1.613.558,28	1.756.971,71
RN	RN	2.665,00	843,00	882,98	-	21.576,67	-	633.599,31	659.566,96
SC	SC	2.580,00	3.980,87	159,12	-	9.152,33	202.137,68	2.755.413,46	2.973.423,46
SP	SP	150,00	-	71,76	-	6.566,87	-	528.230,00	535.018,63
TO	TO	1.450,00	413,88	2.145,80	-	40.369,10	33.239,27	830.311,39	907.929,44
Matriz		14.431,47	1.892,43	35.813,20		941,43	-	-	53.078,53
Subtotal		64.950,11	15.451,73	50.431,29	1.401,31	323.917,91	392.941,98	9.905.165,97	10.754.260,30
Total		145.053	48.070	98.876	11.969	670.728	434.229	74.531.327	75.940.251,37

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

No fim do exercício foram devolvidos à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MDA R\$2.672.038,24, referentes a recursos recebidos e não utilizados e R\$57.794,56 de vendas realizadas durante o exercício.

6.1.5 - Remoção de Sementes de Milho e Feijão

Cooperação estabelecida entre a Conab e o MDA objetivando a operacionalização e a distribuição de sementes de variedades de milho e feijão caupi para os agricultores familiares do semi-árido nordestino, conforme Portaria Conjunta Conab/MDA n.º 21, de 14 de dezembro de 2006 e processo 55000.002438/2006-18.

As sementes foram doadas pela Embrapa e disponibilizadas em suas unidades nos municípios de Palmeiras de Goiás-GO e Petrolina-PE. Os recursos, no valor de R\$300.000,00, foram repassados à Conab pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA.

Foi contratada, via leilão público, a remoção de 1.009,1 toneladas de sementes, com valor final de R\$210.000,00, cuja efetivação se dará no primeiro trimestre de 2007, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 6.19
Demonstrativo de Contratação de Frete

Origem	Destino	N.º Municípios Beneficiados	Produto	Valor s/ICMS (R\$)		Quantidade Contratada (t)
				Abertura	Fechamento	
GO(*)	PB	28	Semente de milho	91.158,53	56.700,00	234
	PE	15	Semente de milho	95.091,75	32.886,00	244
	PI	27	Semente de milho	107.968,35	93.408,00	277
	RN	4	Semente de milho	13.555,55	8.421,00	35
Subtotal				307.774,18	191.415,00	789
PE(*)	PE	12	Semente de feijão	10.464,90	4.473,00	82
	PI	27	Semente de feijão	18.686,95	14.112,00	138
Subtotal				29.151,85	18.585,00	220
Total Geral				336.926,03	210.000,00	1.009

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*) Suregs com Processos Individualizados

6.1.6 - Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos

Convênio assinado entre a Conab e o MDS objetivando a aquisição de kits para instalação de Bancos de Alimentos.

- Número do Convênio (SIAFI): 522093/04
- Concedente: Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
- Processo n.º 71000.008205/2004-13
- Data da Assinatura: 22 de dezembro de 2004
- Vigência inicial: 22 de dezembro de 2004 a 31 de dezembro de 2005
- Data da Publicação: 24 de dezembro de 2004
- Valor original: R\$2.105.000,00
- Objeto: aquisição de vinte kits de equipamentos e material de consumo novos, visando à instalação de Bancos de Alimentos, preferencialmente, em municípios integrantes do Programa Fome Zero com elevada mobilização social e que estejam com dificuldades de elaboração de projeto técnico, no âmbito do Programa Banco de Alimentos, cujo objetivo é a coleta, seleção, acondicionamento, identificação e estocagem de alimentos sólidos ou líquidos em condições de consumo, doados por estabelecimentos comerciais e industriais ligados à venda no atacado ou varejo de produtos alimentares ou refeições, e por colaboradores em geral, para o fim de distribuí-los a entidades, associações e fundações que se destinem ao atendimento a pessoas carentes, na forma de fornecimento de alimentos ou refeições, sem que os beneficiários incorram em qualquer tipo de custos.

Durante o exercício de 2004 a Conab firmou convênio com o MDS objetivando a aquisição de 20 kits de equipamentos novos e materiais de consumo, visando a instalação de Bancos de Alimentos nos municípios de Ariquemes-RO, Barreiras-BA, Blumenal-SC, Cajazeiras-PB, Caucaia-CE, Contagem-MG, Cuiabá-MT, Itanhaém-SP, Lauro de Freitas-BA, Mafra-SC, Nova Iguaçu-RJ, Osasco-SP, Paatuba-CE, Ponta Porã-MS, Quixadá-Ce, Ribeirão das Neves-MG, Rio Branco-Ac, Sabará-MG, Ubá-MG, Uruguaiana-RS e Valença-BA.

Para o cumprimento do objeto foi repassado à Conab R\$2.105.000,00 tendo sido gastos R\$1.782.589,20 na aquisição dos equipamentos. O restante, R\$322.410,80, foi devolvido ao MDS.

Ainda em 2005 foi assinado Termo Aditivo de número 01 para alocação de crédito orçamentário e alteração em sua vigência original de 31 de dezembro de 2005 para 31 de maio de 2006.

O Termo Aditivo de número 02, assinado em 31 de maio de 2006, prorrogou a vigência para 31 de dezembro de 2006.

Objetivando o fiel cumprimento do Convênio que previa em sua Cláusula Segunda – dos Deveres e das Obrigações – da Conveniente “...depositar os equipamentos e materiais de consumo nas dependências apropriadas das suas Unidades Operacionais nos estados e transferi-los para os municípios beneficiários por comodato, de acordo com o estabelecido...”, a Conab apresentou Plano de Trabalho que resultou no Termo Aditivo de número 03, com as seguintes alterações: a) alteração do prazo de vigência para 31 de maio de 2007, ajuste no cronograma de desembolso, e c) ampliação da meta com suplementação de recursos.

Para a cobertura das despesas a Conab solicitou recursos da ordem de R\$441.899,00, tendo recebido R\$97.477,62 em 2006 e o restante está previsto para o exercício de 2007.

Durante o exercício de 2006 foram distribuídos equipamentos nos municípios de Barreiras/BA, Blumenau/SC, Contagem/MG, Cuiabá/MT, Itanhaém/SP, Lauro de Freitas/BA, Mafra/SC, Nova Iguaçu/RJ, Osasco/SP, Ponta Porã/MS, Ribeirão das Neves/MG, Ubá/MG, Uruguaiana/RS e Valença/BA. Nos demais municípios a Conab está aguardando definição do local de instalação para a efetivação das entregas.

Durante o exercício foram gastos R\$97.477,62 representando cerca de 61,45% do valor total recebido (R\$158.617,67), destacando-se serviços de terceiros com 87,965% da despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.20
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (R\$)				Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Suregs com Processos Individualizados						
PE	PE	-	-	-	46.710,00	46.710,00
RS	RS	-	-	-	4.405,00	4.405,00
Suregs Consolidadas						
PB	PB	180,00	221,16	150,00	,00	551,16
SP	SP	-	-	-	34.622,00	34.622,00
Matriz		3.987,50	-	7.201,96	-	11.189,46
Total		4.167,50	221,16	7.351,96	85.737,00	97.477,62

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gear

6.1.7 - Conferência Internacional de Proteção de Produtos Armazenados

Destaque orçamentário da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, objetivando a participação da Conab na 9.^a Conferência Internacional de Proteção de Produtos Armazenados, realizado no período de 15/10 a 18/10/2006, na cidade de Campinas-SP, com participação de 61 empregados.

A despesa total foi de R\$143.735,40 (95,82%), sendo R\$71.774,70 com passagens e despesas com locomoção e R\$71.960,70 com serviços de terceiros-Pessoa Jurídica.

6.1.8 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

O Poder Executivo, ao conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 20 de julho de 2004, tem como objetivos promover a universalização do acesso ao seguro rural e garantir sua função como instrumento estabilizador da renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário.

O mencionado Decreto, em seu Artigo 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de Direito Público e Privado.

O Mapa ou a Conab poderão, in loco, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

Em 2006 a Conab iniciou a fiscalização com observância aos critérios estabelecidos na Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do CGSR, cabendo destacar:

- a fiscalização tem por finalidade comprovar as informações e dados constantes das apólices ou certificados de seguro rural;
- a Secretaria Executiva do CGSR repassará a base de dados das operações a serem fiscalizadas à Conab, sem prejuízo da possibilidade de solicitação de cópias de documentos comprobatórios das operações a serem fiscalizadas às sociedades seguradoras;
- o resultado de cada fiscalização será registrado, pela Conab, em laudo específico para cada modalidade de seguro rural, elaborado em conformidade com os modelos de que tratam os anexos I a IV da Resolução n.º 10 do CGSR;
- A Conab está autorizada a proceder alterações nos modelos estabelecidos na citada Resolução, de forma a atender especificidades inerentes aos seguros pecuários, de floresta e aquícola;
- a fiscalização das operações de subvenção realizada em um trimestre será procedida no decorrer do trimestre subsequente, sendo que para as operações realizadas em 2004 e 2005, a fiscalização deverá ser realizada até o fim do terceiro trimestre do corrente ano.
- Os laudos emitidos serão encaminhados à Secretaria-Executiva do CGSR, à qual caberá adotar as providências relativas a eventuais irregularidades detectadas na fiscalização.

O Plano de Trabalho apresentado pela Companhia e aprovado pelo CGSR previa o início das atividades logo após a liberação dos recursos orçamentários/financeiros, incluindo o treinamento dos fiscais, a organização e orientação das equipes de trabalho, o encaminhamento ao MAPA dos laudos e relatórios de execução físico-financeira e a prestação de contas à STN dos recursos transferidos pelo MAPA.

No acordo entre a Secretaria de Política Agrícola/MAPA e Conab ficou estabelecido que na primeira etapa, em 2006, seria promovida a avaliação apenas das amostras referentes às apólices realizadas nos exercícios de 2004 e 2005, nos estados do RS, MG, PR, SP, DF, MT, MS, SC e GO, cujas unidades seriam escolhidas de forma aleatória por aquela Secretaria, objetivando promover a confirmação das áreas de cultivo amparadas nas operações de seguro, nos exercícios citados.

Os resultados apurados foram:

- Rio Grande do Sul: foram visitadas as quatro propriedades, apresentando conformidade em três e irregularidade em uma.
- Minas Gerais: visitadas duas propriedades, sem registro de irregularidades.
- Paraná: visitadas onze propriedades, sem registro de irregularidades.
- São Paulo: visitadas sete propriedades, sendo quatro consideradas regulares, duas com seguro cancelado no início da operação e uma com irregularidade entre a área declarada e a plantada.
- Distrito Federal: visitadas duas propriedades, sem registro de irregularidades.
- Mato Grosso: visitada uma unidade onde o proprietário não permitiu a medição da área pois alegou nunca ter feito qualquer espécie de seguro agrícola.
- Mato Grosso do Sul: visitadas quatro propriedades, sem registro de irregularidades.
- Santa Catarina: visitadas sete propriedades, sem registro de irregularidade em seis e uma não foi registrada a concretização do seguro, em razão de chuvas de granizo na fase de contratação do seguro e plantio da lavoura.
- Goiás: visitada uma propriedade, sem registro de irregularidades.

Portanto, foram cumpridas todas as vistorias programadas para o período. Quanto às propriedades que apresentaram irregularidades faz-se necessária apuração por parte do MAPA, conforme estabelece os regulamentos e normativos que regem a matéria.

Quadro 6.21
Demonstrativo da Execução Financeira

Sureg	UF	Elemento de Despesa (R\$)				Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Suregs com Processos Individualizados						
GO	GO	870,00	-	404,00	-	1.274,00
MG	MG	507,50	-	732,86	540,00	1.780,36
MT	MT	870,00	-	1.508,08	-	2.378,08
PR	PR	870,00	-	200,00	-	1.070,00
RS	RS	1.015,00	-	2.127,56	-	3.142,56
Subtotal		4.132,50	-	4.972,50	540,00	9.645,00
Suregs Consolidadas						
ES	ES	435,00	-	1.019,49	-	1.454,49
MS	MS	362,50	-	80,00	-	442,50
SC	SC	870,00	-	1.449,00	-	2.319,00
SE	SE	435,00	-	134,00	-	569,00
SP	SP	435,00	-	700,75	-	1.135,75
Matriz	Matriz	120,00	70,22	378,00	82.016,04	82.584,26
Subtotal		2.657,50	70,22	3.761,24	82.016,04	88.505,00
Total		6.790,00	70,22	8.733,74	82.556,04	98.150,00

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

6.1.9 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional

Em 2006 a Conab recebeu três transferências de créditos orçamentários do Ministério da Integração Nacional-MI, objetivando a aquisição e transferência de produtos alimentícios para distribuição emergencial, a saber:

a) Transferência de crédito orçamentário no valor de R\$570.000,00, objetivando a remoção de produtos alimentícios, adquiridos no âmbito do convênio celebrado em 2005 entre a Conab e o MI e armazenados nos estados do Pará e Santa Catarina; aquisição de material de consumo; pagamento por serviços de terceiros e outros, visando a distribuição de alimentos, em caráter emergencial às famílias nos municípios afetados por desastres nos Estados do Acre e Mato Grosso do Sul.

b) Transferência de crédito orçamentário no valor de R\$83.750,00, para remoção de estoques armazenados em Porto Alegre/RS e Montes Claros/MG, para distribuição às comunidades indígenas de Dourados e Amambaí/MS.

c) Transferência de crédito orçamentário no valor de R\$6.000.000,00 para cobertura das despesas com aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e contratação de mão-de-obra de terceiros, visando a distribuição às comunidades afetadas por desastres naturais e que se encontram em situação de insegurança alimentar, além de atender famílias atingidas por situações emergenciais inopinadas e notórias.

Vale registrar que foram doadas, a título de ajuda humanitária, 29,0 toneladas de produtos alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional na Bolívia (atendida pela Sureg-PA) e no Equador (atendido pela Sureg-PE), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 6.22
Demonstrativo da Ajuda Humanitária

Sureg	País	Produto	Quantidade (t)
PA	Bolívia	Arroz	4,0
		Feijão	2,0
		Flocos de milho	1,0
		Farinha de mandioca	2,0
		Açúcar	2,0
		Sal	1,0
		Total produto	12
		Óleo de soja (litros)	2.000
PE	Equador	Arroz	6,7
		Feijão	2,5
		Açúcar	2,3
		Flocos de milho	1,0
		Macarrão	2,3
		Leite em pó	2,2
		Total produto	17
		Óleo de soja (litros)	322
Total Produto			29
Total – Óleo de soja			2.322

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Durante o exercício foram feitos 280.919 atendimentos, sendo distribuídas 6.720 toneladas de diversos produtos alimentícios a 264.417 famílias, conforme detalhado no Quadro 6.23.

Quadro 6.23
Demonstrativo de Distribuição de Alimentos – MI

Surg	UF	Grupo										TOTAL GERAL		
		Emergencial		Ajuda Humanitária(**)		Acampados		Quilombolas		Indígenas				
		N.º Família	Alim. Ent. (kg)	N.º Família	Alim. Ent. (kg)	N.º Família	Alim. Ent. (kg)	N.º Família	Alim. Ent. (kg)	N.º Família	Alim. Ent. (kg)	N.º Família	N.º Atendimentos	Alim. Ent. (kg)
Suregs com Processos Individualizados														
AM	AM	8.800	208.755	-	-	-	-	-	-	-	-	8.800	8.800	208.755
	RR	6.000	132.000	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000	6.000	132.000
CE	CE	47.896	1.291.578	-	-	-	-	-	-	-	-	47.896	47.896	1.291.578
MG	MG	12.015	308.853	-	-	-	-	-	-	-	-	12.015	12.015	308.853
PE	AL	1.500	27.000	-	-	12.000	284.002	-	-	-	-	13.500	13.500	311.002
	PE	13.996	254.800	662	17.210	-	-	-	-	-	-	14.658	14.658	272.010
RO	AC	26.925	1.059.952	-	-	-	-	-	-	-	-	26.925	26.925	1.059.952
	RO	3.000	73.010	-	-	2.509	52.728	1.110	23.310	1.200	25.200	7.819	7.819	174.248
Subtotal		120.132	3.355.948	662	17.210	14.509	336.730	1.110	23.310	1.200	85.111	197.524	1.738.044	3.758.398
Suregs Consolidadas														
BA	BA	35.502	623.085	-	-	-	-	-	-	-	-	35.502	35.502	623.085
MS	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	5.500	440.068	5.500	22.002	440.068
PA	PA	11.000	197.649	402	14.075	-	-	-	-	-	-	11.402	11.402	211.724
PB	PB	500	9.000	-	-	-	-	200	11.100	-	-	700	700	20.100
PI	PI	64.090	1.493.927	-	-	-	-	-	-	-	-	64.090	64.090	1.493.927
SC	SC	9.610	172.918	-	-	-	-	-	-	-	-	9.610	9.610	172.918
Subtotal		120.702	2.496.579	402	14.075	0	0	200	11.100	5.500	440.068	126.804	143.306	2.961.822
Total		240.834	5.852.527	1.064	31.285	14.509	336.730	1.310	34.410	6.700	465.268	264.417	280.919	6.720.220

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Durante o exercício foram gastos R\$5.493.226,42 representando cerca de 82,56% do valor total recebido, destacando-se as aquisições de produtos para distribuição gratuita, com participação de 84,92%, e serviços de terceiros-pessoa jurídica, com 13,26%, conforme detalhado no Quadro 6.24.

Quadro 6.24
Demonstrativo da Execução da Despesa

Surg	UF	Elemento de Despesa (R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Aquisição de Produtos para Distribuição	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros- Pes. Física	Serviços de Terceiros- Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	-	6.153,20	350.489,01	-	-	37.893,34	-	394.535,55
CE	CE	-	3.744,00	761.600,54	-	-	-	-	765.344,54
GO	DF	-	-	-	-	-	23.021,62	-	23.021,62
MG	MG	-	5.520,00	316.159,83	-	-	64.976,14	15,73	386.671,70
PR	PR	-	-	-	-	-	862,54	-	862,54
RO	RO	180,00	6.867,80	806.874,21	-	-	6.154,37	884,74	820.961,12
PE	AL	-	-	-	-	1.609,00	105,00	321,80	2.035,80
	PE	-	14.476,00	633.259,06	-	3.819,98	19.045,16	763,99	671.364,19
Subtotal		180,00	36.761,00	2.868.382,65	0,00	5.428,98	152.058,17	1.986,26	3.064.797,06
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	-	9.730,20	507.874,71	-	-	6.482,80	-	524.087,71
MS	MS	-	-	-	-	-	102.785,14	13.377,22	116.162,36
PA	PA	-	3.900,00	326.949,11	-	-	465.024,83	-	795.873,94
PI	PI	1.260,00	13.782,50	743.241,25	200,00	3.871,81	1.137,12	6.027,34	769.520,02
SC	SC	-	3.277,00	218.460,33	-	-	1.048,00	-	222.785,33
Subtotal		1.260,00	30.689,70	1.796.525,40	200,00	3.871,81	576.477,89	19.404,56	2.428.429,36
Total		1.440,00	67.450,70	4.664.908,05	200,00	9.300,79	728.536,06	21.390,82	5.493.226,42

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

6.1.10- Projeto Comercialização, Cooperativismo e Associativismo

Destaque orçamentário emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo/MAPA, no valor de R\$944.000,00, objetivando atender despesas do Projeto Comercialização, Cooperativismo e Associativismo, cujas ações serão desenvolvidas no âmbito do Projeto 4 do Programa de Revitalização da Conab.

6.2- Transferências para o PNUD

Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2003 entre a Conab, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e o Programa das Nações Unidas – PNUD, para a implementação do Projeto BRA/03/034 – Programa de Revitalização da Conab. Estabeleceu a implementação dos seguintes projetos:

Projeto 1 – Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia;

Projeto 2 – Modernização da Tecnologia da Informação da Conab – PMTI;

Projeto 3 - Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras);

Projeto 4 - Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis.

Projeto 5 - Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Para o desenvolvimento e implantação dos Projetos foram repassados ao PNUD até 31/12/2006, R\$29,07 milhões, tendo sido executados R\$18,78 milhões, conforme quadro a seguir.

Quadro 6.25
Demonstração da Execução até 31/12/2006

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	Total Geral	%
Valor Repassado (FIRMADO)	1.712.825,15	9.214.463,60	2.608.092,32	15.535.447,93	29.070.829,00	-
Valores Executados (COMPROVADOS)	0,00	2.542.257,12	6.439.851,80	9.799.732,35	18.781.841,27	64,61
SALDO A EXECUTAR					10.288.987,73	35,39

Fonte: Conab/Diafi/Sucom/Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

7-Controle das Entidades de Previdência Privada Patrocinadas

7.1 - Identificação da Entidade:

Nome CIBRIUS

Razão Social Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS

Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. A entidade encontra-se sob regime especial de intervenção federal desde **14/12/2000**, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000.

CNPJ: 00.531.590/00001-89

Plano de Benefícios: Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o nº 19790007-19

7.2 - Demonstrativo Anual:

7.2.1 - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

➤ **R\$ 123.017.567,12**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

7.2.2 - Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

➤ **Participante - R\$ 8.408.670,90**

Fonte: CIBRIUS

7.2.3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

➤ **Patronal/Paritária - R\$ 8.403.577,95**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

➤ **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R\$ 11.658.305,85**

Valor total referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, referentes à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

➤ **Total Contribuições - R\$ 20.061.833,80**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, a divergência entre a contribuição paritária Patronal e a do Participante, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outras.

7.2.4 - Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

7.2.5 - Discriminação ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

7.2.6 - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2006

Descrição	VALOR	Percentual
1) Renda Fixa	229.643.842,02	82,66
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	111.640.024,07	40,19
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	60.287.074,01	21,70
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	29.896.668,09	10,76
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	1.431.798,33	0,51
1.5 - Fundo BB Institucional	25.887.698,79	9,32
1.6 – Debêntures*	500.578,73	0,18
2) Renda Variável	22.971.593,21	8,27
2.1 - Ações	22.971.593,21	8,27
3) Imóveis	20.215.400,76	7,28
3.1 – Imóveis*	13.651.776,74	4,92
3.2 – Fundo de investimento imobiliário*	6.563.624,02	2,36
4) Empréstimos	4.979.032,33	1,79
Total Geral	277.809.868,32	100

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN N° 3121/2003, alterada pela Resolução CMN n° 3.305, de 29 de julho de 2005, além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

Considerando o tipo de plano (BD - Benefício Definido) e, o CIBRIUS, nesse período de regime especial de intervenção do Poder Público na Entidade, vem praticando as determinações legais de prudência e conservadorismo.

7.2.7 - Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

A SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2006 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2007.

7.2.8 - Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N° 024, de 23/01/07, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2007.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

8 – Outras Ações

8.1 – Programa de Revitalização da Conab

Em 2006 foi dado prosseguimento ao acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação–ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento–PNUD (Projeto BRA/03/34), que objetiva a capacitação da Conab para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Dos cinco projetos constantes do Programa, a seguir descritos, três estão relacionados com exigências externas e os outros atendem às necessidades internas da Conab.

8.1.1 - Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia

Visa ao aprimoramento das ferramentas de planejamento e, sobretudo, de controle das ações, de forma a garantir o efetivo monitoramento das atividades estratégicas, propiciando transparência ao desempenho institucional.

Considerando o novo modelo de gestão implantado, consubstanciado na metodologia do Balanced Scorecard- BSC, o planejamento estratégico da Companhia esteve voltado, no início do ano, para a apuração dos resultados de 2005, relativos aos indicadores de desempenho já implementados no âmbito do Mapa Estratégico Corporativo.

Objetivando a revisão e avaliação ex-post dos conhecimentos adquiridos e aplicados até o momento com a metodologia já citada, foram realizadas duas Oficinas de Trabalho com apoio da Consultoria Symnetics, com vistas à indicação de possíveis correções de rumo e atualização metodológica, notadamente na gestão das iniciativas estratégicas.

Aliado ao acompanhamento sistemático dos indicadores, durante o primeiro bimestre foram coletadas e analisadas as propostas apresentadas pela Matriz e pelas Superintendências Regionais, com vistas ao estabelecimento das metas corporativas para 2006, haja vista que originalmente as metas foram fixadas para os períodos de 2005, 2007 e 2009. Na oportunidade, também foram aprovados ajustes em alguns indicadores e metas de 2007 e 2009.

No início do segundo semestre foi formalizado, por meio da Portaria Presi nº 088, de 11/07/06, o Grupo Gestor da Estratégia, com o objetivo de propiciar o acompanhamento, a avaliação e a disseminação das ações ligadas ao Planejamento Estratégico.

Ao final do exercício, encontram-se implementados 31 dos 44 indicadores de desempenho em uso.

Com vistas ao monitoramento do desempenho da Companhia, e reforçando a governança corporativa, a Coordenadoria de Auditoria Interna, com a participação do Grupo Gestor da Estratégia, selecionou sete indicadores de desempenho que deverão ser acompanhados internamente por aquela unidade orgânica.

Visando ao fortalecimento da comunicação da estratégia foram apresentados aos gestores nacionais, em reuniões ocorridas no CDRH, as metas definidas e os resultados até então alcançados. Também aos novos empregados concursados foram realizadas apresentações sobre o modelo, procedimentos e resultados do planejamento estratégico.

Integrando um curso de Mestrado, no segundo semestre foi realizada uma pesquisa com os Líderes da Companhia, cujo resultado revelou otimismo com o Planejamento Estratégico, tendo sido destacado que foi possível redefinir a missão da Companhia, dar-lhe um norte e fortalecer a imagem institucional.

No último trimestre, por ocasião do 2º aniversário da implantação do Planejamento Estratégico, foi elaborado um balanço das principais realizações e resultados alcançados, materializado em um folder comemorativo, distribuído aos empregados em um evento especial, com reuniões simultâneas na Matriz e Superintendências Regionais.

8.1.2 - Modernização da Tecnologia da Informação da Conab

Objetiva dar agilidade, segurança e transparência à gestão visando: a modernização do setor de tecnologia da informação, por meio da implantação de sistemas corporativos, com base de dados integrados e com tecnologia WEB; a reestruturação do parque tecnológico, para suportar os novos sistemas; o aprimoramento da política de segurança da informação e contingência; e a qualificação da equipe técnica. O Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação-PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Dotar a Companhia de Infra-estrutura de TI atualizada”, constante do Planejamento Estratégico da Conab, tendo impacto em 6 dos 21 objetivos que compõem o Mapa Estratégico Corporativo, evidenciando-se assim sua importância como fator crítico de sucesso para a execução da estratégia organizacional da Companhia.

Em sua fase de desenvolvimento, o Projeto está subdividido em sete subprojetos, a saber: Estruturação dos Serviços de Suporte Técnico; Estruturação dos Serviços de Apoio Tecnológico ao Planejamento Estratégico; Elaboração da Solução de TI; Segurança e Contingência; Atualização do Parque Tecnológico; Desenvolvimento dos Principais Sistemas Corporativos e Capacitação Técnica das Equipes. Algumas premissas foram estabelecidas, tais como:

- Modelagem de negócio consoante as prioridades definidas pela alta direção;
- Uso preferencial de soluções livres em consonância com as diretrizes do governo eletrônico;
- Direito patrimonial e de propriedade intelectual de sistemas de suporte às atividades-fins;
- Restrição de novos desenvolvimentos de sistemas de médio e grande porte nas tecnologias legadas;
- Desenvolvimento dos novos sistemas priorizados com tecnologia WEB, plataforma em software livre e dispositivos móveis, quando necessário;
- Melhoria e formalização do processo de desenvolvimento de softwares – critérios, padrões quanto a forma e conteúdo, documentação a ser produzida em cada fase do processo – aderente à metodologia *UP-Unified process* e nos princípios da gerência de projeto PMBoK.

Com início a partir de 2004, o PMTI vem desenhando um novo cenário de TI na Companhia e muitos são os resultados já produzidos ao longo de seu desenvolvimento.

Especificamente em relação ao exercício de 2006, o qual foi destacado pela entrega de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, várias foram as ações realizadas, cabendo registrar as de maior relevância:

- Desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Armazéns-SICARM em plataforma web e livre, com implementação de profundos ajustes nos requisitos/funcionalidades advindas das mudanças no processo negocial fruto do novo Boletim de Cadastro de Armazém-BCA definido pela área gestora. Realizada a entrega da versão funcional aos usuários para homologação, cujo piloto encontra-se em andamento para oportuna entrada em produção;
- Desenvolvimento da versão I dos Módulos de Preços e Custo da Produção (Grãos) do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento-SIAGRO em plataforma web e livre. Realizada a entrega da versão funcional, cujo processo de homologação pelos usuários encontra-se em andamento para oportuna implantação do projeto piloto.

Dada a grande abrangência do escopo negocial do sistema, o projeto, de longo prazo, vem sendo continuado com os demais módulos priorizados, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência.

- Desenvolvimento da Versão I do Módulo I – Agricultura Familiar – do Sistema de Gestão de Estoques-SIGEST em plataforma web e livre. Realizada a entrega funcional da Versão I desse Módulo, cujo processo de homologação pelos usuários encontra-se em andamento para oportuna implantação do projeto piloto. Dada à grande abrangência do escopo negocial do sistema, o projeto, de longo prazo, vem sendo continuado com as duas próximas e últimas versões, em construção, do Módulo I. Início do levantamento de requisitos dos primeiros casos de uso que comporão a Versão I do Módulo II, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência;
- Reestruturação do Sistema de Comercialização Eletrônica-SISCOE, implementação de novos instrumentos de comercialização e do leilão de terceiros. Desenvolvimento de novos módulos, como o site de suporte ao Leilão Eletrônico e o Acompanhamento On-line disponibilizado nos sítios intranet e Internet, de acesso público. Outros módulos e funcionalidades encontram-se em andamento;
- Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Safras em plataforma web, com novas implementações em curso;
- Desenvolvimento do Sistema de Movimentação de Estoques-SISMOV, em plataforma web e livre, com a entrada em produção efetiva;
- Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro da Rede Própria de Armazéns-SIORFI em plataforma web e livre, com a entrada em produção efetiva;
- Desenvolvimento do Sistema de Controle e Análise de Tributos Federais-SICONT em plataforma web e livre, com a entrada em produção efetiva;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações para DIRF-SIDIRF, em plataforma web, com entrada em produção efetiva;
- Desenvolvimento do novo sítio Internet em plataforma livre, com segurança para acesso a aplicações e serviços corporativos como Webmail, Fórum, intranet e a determinados sistemas e aplicativos;
- Disponibilização do novo publicador em plataforma livre e treinamento dos usuários responsáveis pela atualização de forma descentralizada das informações no sítio Internet;
- Disponibilização no sítio Internet do link da página “Transparência Pública” com informações sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, convênios, dentre outras;
- Suporte tecnológico ao Projeto Prohort com a criação do domínio para o Portal Prohort, instalação e hospedagem do Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil-SIMAB, construção do modelo de Business Intelligence (BI) do Prohort e suporte de infra-estrutura às Ceasas;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais-ConabSIG em plataforma web e livre para atendimento em um primeiro momento ao Projeto Prohort. A nova solução, no decorrer do período, atenderá outros projetos/sistemas corporativos em andamento;
- Conclusão da primeira fase do projeto de reestruturação do SINTEG com a disponibilização da nova versão, a qual permite executar todos os módulos do sistema

em qualquer microcomputador conectado à rede local de cada Sureg, inclusive nas estações com sistema operacional MS-Windows-XP;

- Implementação e disponibilização aos usuários do fórum de discussão do SINTEG, subdividido em quatro áreas: contábil/fiscal, operacional, agricultura familiar e desenvolvimento/informática;
- Segunda fase do projeto de reestruturação do SINTEG, com a implementação do Livro Eletrônico já concluída e disponibilizada. A reengenharia do software encontra-se em avançado estágio de condução, cujo piloto está previsto para o primeiro trimestre de 2007;
- Implementação de melhorias para a estabilização da aplicação e acesso ao SIMA/MAPA por intermédio da Conab, em andamento;
- Disponibilização da infra-estrutura para a entrada em produção do módulo web do sistema jurídico-CPJ, a ser operado pelos escritórios terceirizados de advocacia;
- Conclusão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI para o quinquênio 2006-2010, submetido à Diretoria Colegiada para oportuna aprovação;
- Implantação de balanceamento de carga e alta disponibilidade dos serviços de segurança da informação (VPN, Gateway, filtro de conteúdo, anti-spam, serviço de moderação de mensagens para o Conab-Geral tendo a Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional-COPRI como gestora);
- Implementação de solução de serviço de cache nos servidores da Matriz e Suregs para otimização do uso da web (possibilita guardar em memória local as últimas páginas web e arquivos obtidos via dowload, tal que o segundo usuário ao fazer a requisição não irá utilizar o circuito para obter resposta);
- Virtualização de diversos serviços para otimização de uso de servidores (web externa, Twiki, Cacti, Cacic, Nagios, Jabber) e virtualização de servidores de produção (servidor de aplicação e bando de dados);
- Elaboração das Normas de Segurança da Informação, em andamento;
- Implantação de novo serviço de mensagens (Chat Gain) com solução livre;
- Implantação de serviço de banda larga (ADSL) em determinados armazéns da rede própria da Conab e no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos CDRH, este último com vistas à ampliação de acesso e melhoria de performance da rede local com a instalação de servidor específico, considerando a mudança física dos empregados da Gerência de Capacitação-Gecap para aquele Centro;
- Reestruturação da rede local da Sureg-RO e análises das redes das Suregs do MS, MA e RN com a avaliação de todas as estações de trabalho, antivírus, software de inventário e roteador, com solução de problemas críticos locais;
- Revitalização gradual do parque computacional, observada a disponibilidade orçamentária e financeira;
- Implantação do Portal dos Projetos Corporativos do PMTI com a utilização de software livre-Twiki;
- Treinamento da equipe interna de sistemas/desenvolvimento em UML, na tecnologia AndroMDA e na ferramenta Scriptcase a qual possibilita o desenvolvimento de software em linguagem PHP e Java Script;
- Realização da oficina com técnicos das áreas de infra-estrutura e de sistemas de informação, para repasse tecnológico da solução de cluster para o Banco de Dados

PostGreSql, com balanceamento de carga e replicação sobre o sistema operacional Debian;

- Conclusão da primeira fase do repasse tecnológico à equipe interna da Administração da Infra-Estrutura, a partir das novas soluções implementadas e resolução de problemas (principais serviços);
- Realização de palestras, abertas ao corpo técnico e usuários, sobre a disseminação do uso de software livre na Conab e no Governo Federal, com a participação do ITI e MPOG;
- Apresentações de novas soluções de TI já utilizadas na Conab para representantes da Empresa de Correios e Telégrafos e da Presidência da República.

8.1.3 - Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras)

Visa a redução da subjetividade na avaliação das safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas e localização da produção, objetivando melhoria na gestão dos estoques e de escoamento da safra. As principais atividades desenvolvidas durante o exercício, envolvendo 10 estados da federação, estão a seguir detalhadas.

- Monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas (RS);
- Aquisição diária de imagens NOAA/AVHRR (RS);
- Avaliação e seleção de imagens úteis (RS);
- Georreferenciamento das imagens (RS);
- Geração de mapas-imagem quinzenais de índice de vegetação do satélite NOAA e MODIS (RS, SC, PR, SP, GO, MG, MS);
- Elaboração de mapas municipais das áreas de soja e arroz com uso de imagens de satélites. Reunião com técnicos do IBGE e IRGA para discutir cooperação para uso e avaliação do mapeamento (RS);
- Levantamento de dados para execução do sistema PrevSafras para a safra de soja 2006/07 (RS, MT);
- Teste de modelagem para estimativa de rendimento do trigo baseado nos dados meteorológicos e do índice de vegetação NOAA - modelo agrometeorológico/espectral (RS);
- Geração de mapas quinzenais de penalização agrícola e de estiagens destinadas a estimativas de safras (RS, PR, SC, SP, GO, MG, MT, MS);
- Estimativa da área de soja no Estado por modelo amostral municípios/pontos (RS) ;
- Mapeamento das áreas de soja (MT), soja e arroz (RS), café (MG, SP) e culturas de verão (Oeste BA), com uso de imagens de satélites;
- Modelagem de rendimento da soja baseado nos dados meteorológicos e do índice de vegetação NOAA-cálculo da estimativa de rendimento por modelo agrometeorológico-espectral (RS);
- Desenvolvimento/aprimoramento e correções do Sistema PrevSafras (PR);
- Execução do sistema PrevSafras para a safra de soja e trigo 2005/2006 e soja 2006/2007 (PR);

- Elaboração e análise de relatório de geração de imagem-máscara das áreas de plantio de culturas de inverno e respectivos gráficos-histogramas dos núcleos regionais do Estado, com base em imagens do satélite MODIS (PR);
- Geração de máscara das áreas de plantio de culturas de inverno com base em imagens de satélites (PR);
- Elaboração e análise de Boletim/ monitoramento e prognóstico Agroclimático quinzenal por regionais do Estado (SC);
- Estudos para uso de imagens MODIS no monitoramento de culturas no Estado (MG, BA, MT);
- Realização da primeira etapa do processo (construção do painel amostral, geração de imagens e mapas e preparo de GPS), de estimativa da área de café em 3 regiões principais produtoras, por modelo amostral de municípios/pontos (MG);
- Seleção de imagens para mapeamento das áreas de culturas de verão com uso de imagens de satélites no Oeste da Bahia e Distrito Federal (BA, DF);
- Processamento dos dados de campo e estimativa da área de cana (PE);
- Digitalização do mapa de solos do Brasil com base nas imagens RadamBrasil.
- Análise de viabilidade de desenvolvimento do Sistema SEARA destinado à automação do modelo de estimativa de área de cultivos pelo modelo amostral de municípios/pontos (em nível nacional);
- Elaboração de mapas de índice de vegetação do Uruguai (Mercosul).

8.1.4 - Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis.

O Projeto visa a capacitação de agricultores, suas famílias e organizações associativas, de forma a prepará-los para a comercialização de seus produtos e o desenvolvimento da agroindústria familiar.

A Conab, tradicionalmente vinculada a ações de políticas públicas voltadas para o abastecimento, mercado e armazenamento agrícolas, buscou verificar a eficácia da estratégia e dinâmica de Rede, nos seguintes aspectos: **a)** no incremento da presença da agricultura familiar no mercado e no acesso à políticas públicas - especialmente aquelas operadas pela própria Companhia; **b)** no aumento, em volume e qualidade, das informações existentes sobre a produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-a de modo mais favorável nos dados que caracterizam a agricultura brasileira.

Para as organizações parceiras envolvidas com seu alcance, este objetivo pode representar a possibilidade de estruturação e perenização de uma dinâmica autônoma, centrada na cooperação e ajuda mútua, para além da vigência e interesses institucionais do Projeto Conab/PNUD.

Coerente com tal perspectiva de autonomia, a metodologia adotada para a estruturação das Redes tem caráter participativo, na qual as organizações envolvidas definem os principais obstáculos a enfrentar, assim como as atividades e estratégias para sua implantação. O conceito de agricultura familiar utilizado no Projeto é bastante amplo, considerando uma noção de agricultores familiares que engloba, além destes propriamente ditos, assentados, acampados, quilombolas, índios e pescadores artesanais.

Os objetivos específicos do Projeto estão caracterizados em três fases distintas, sendo que a primeira foi aplicada em cinco áreas-piloto e, a partir da análise do nível de resposta alcançado, passou-se à execução das demais em três destas áreas: no Mato Grosso, no Pará e na área de abrangência da Sureg BA, que compreende os estados da Bahia e Sergipe.

Na fase 1 procedeu-se à identificação/articulação de organizações de representação e apoio, de movimentos sociais e outros atores vinculados à agricultura familiar, interessados na rede, sendo realizado o diagnóstico nas potenciais regiões para implantação do projeto, assim como a sistematização e análise das informações secundárias.

A fase 2 intensificou a discussão e análise das informações sistematizadas, sendo elaborados os Planos de Ação Regionais (PARs), nos quais foram definidos a estratégia de implementação da rede e suas atividades no Estado, tendo ocorrido, também, a identificação de parceiros para a celebração de Acordos de Implementação para execução dos planos.

Por fim, na fase 3, foram implementados os PARs, por meio das Agências de Implementação, estando previstos, ainda nessa fase, a avaliação da execução dos planos regionais e da estratégia de rede.

8.1.4.1- Atividades desenvolvidas em 2006

O ano de 2006 teve início com a celebração das Cartas de Acordo que designaram as Agências para a implementação das atividades previstas nos PARs. Estas foram publicadas em março e maio permitindo, então, o repasse de recursos às entidades, que efetuaram as contratações dos animadores selecionados e treinados em 2005, dando início às atividades previstas nos respectivos Planos de Trabalho.

Em cada uma das regiões-alvo foram desencadeadas ações de sensibilização e divulgação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e realizadas oficinas para grupos de potenciais beneficiários do Programa, visando orientar quanto à elaboração de propostas para o PAA e promover o intercâmbio técnico entre as comunidades.

Agência	Regiões	Territórios / municípios envolvidos
Bahia e Sergipe		
APAEB	V. Conquista	Sertão Produtivo; Vale do Jequiricá; V. da Conquista
	Valente	Chapada Diamantina; Piemonte do Paraguaçu; Bacia Jacuípe, Sisal
CEALNOR	Sergipe	Sergipe
	Alagoinhas	Agreste de Alagoinhas; Recôncavo; Semi-árido nordeste
SASOP	Remanso	Sertão do São Francisco; Irecê; Velho Chico
	Sul	Sul; Baixo Sul e Extremo Sul
Mato Grosso		
FASE-MT	Baixada cuiabana	Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Jangada, Acorizal, Rosário Oeste, Nobres, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Planalto da Serra e Gaúcha do Norte
	Sul	Rondonópolis, Pedra Preta, São José do Povo, Guiratinga, Itiquira, Tesouro, Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Dom Aquino, Poxoréo, Primavera do Leste, Campo Verde, Paranatinga e Santo Antônio do Leste
	Sudoeste	Cáceres, Mirassol Do Oeste, Glória do Oeste, Curvelândia, São José dos Quatro Marcos, Porto Esperidião, Araputanga, Figueirópolis do Oeste, Indiavaí, Lambari Do Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Jauru, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista Do Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, Pontes e Lacerda
AJOPAM	Nortão	Colider, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta, Itaúba, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Marcelândia
	Noroeste	Juína, Brasnorte, Porto dos Gaúchos, Juara, Castanheira, Juruena, Aripuanã
Pará		
CEAPAC	B. Amazonas	Santarém, Aveiro, Belterra, Oriximiná, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre

Agência	Regiões	Territórios / municípios envolvidos
APACC	Calha do Tocantins	Baixo Tocantins: Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Mocajuba, Baião e Bagre; Guajará: Barcarena, Abaetetuba, Mojú, Acará, Bujará e Tailândia; Sudeste: Nova IPIXUNA, Jacundá, Itupiranga, Marabá e Parauapebas; Alto Tocantins: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia e Novo Repartimento.
Sem agência	Salgado e Ilhas	Salgado: Mosqueiro, Sta. Bárbara, Benevides, Sta. Isabel, Tauá, Colares, Vigia, São Caetano, Castanhal, Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim, Maracanan, Santarém Novo e São J. de Pirabas. Ilhas: Soure, Salvaterra, Santa Cruz, Chaves, Muanan, Curralinho, S.B. da Boa Vista, Braves, Portel, Bagre, Afuá, Gurupá, Anajás e Melgarço.
	Bragantina	Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera e Salinas, Tracuateua, Bragança, Augusto Correa, Vizeu, Santa Maria, São Miguel, Irituia, Mãe do Rio e Aurora, Dom Elizeu, Paragominas, Ulianópolis, IPIXUNA e Assentamento Arapuá, Bonito e São Domingos, Ourém, Capitão Poço, Garrafão, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá.

O impacto de tal dinâmica sobre o PAA pode ser observado no quadro abaixo, o qual permite comparar o nível de operações de 2003/04 com aquele alcançado em 2005/06 (até outubro), este último caracterizando o período em que as Agências Implementadoras começaram a atuar.

	CDAF		CAAF		CAEAF		Total	
	Famílias	\$	Famílias	\$	Famílias	\$	Famílias	\$
MT até 04	395	764.000	614	1.256.000	0	0	1.009	2.020.000
05-06	1.509	3.418.000	0	0	892	1.310.000	2.401	4.728.000
PA até 04	0	0	1.172	2.927.000	0	0	1.172	2.927.000
05-06	444	1.400.000	0	0	2.219	5.320.000	2.663	6.720.000
BA-SE até 04	3.915	7.750.000	6.677	15.331.000	938	1.718.000	11.530	24.799.000
05-06	5.174	12.441.000	0	0	1.502	3.378.000	6.676	15.819.000
\$ = valores aproximados; CAAF não operou de 2005 em diante								
\$ em 05-06 = até outubro/06, apenas \$ MDS								

Deu-se continuidade, também, à capacitação iniciada em 2005, mediante a atuação dos animadores, e das comissões coordenadoras, na mobilização dos capacitandos e na organização dos eventos. Os módulos de capacitação, executados diretamente pela Conab, ocorreram em cada uma das regiões-alvo.

Foram capacitadas 231 pessoas, das quais 139 num processo de médio prazo (130 horas divididas em 4 módulos) e outras 92 no curto prazo (1 módulo de 8 horas). O quadro abaixo exibe o número de pessoas envolvidas, por tema abordado.

Capacitação de médio prazo - 130 h - Total de participantes (por tema trabalhado)	
Promoção comercial	69
Análise de Cadeias Produtivas	43
Segurança Alimentar e Políticas Públicas	18
Tecnologias de cultivo e beneficiamento adaptadas à pequena produção	21
Viabilidade econ. de empreend. associativos (parte 1)	70
Planejamento Estratégico, gestão democrática e viabilidade econ. de empreend. associativos (parte 2)	63
Capacitação de curto prazo - 8 h - Total de participantes	92
Painel geral sobre política, gestão e comercialização agrícola	

Nos últimos meses do ano, a dinâmica das redes concentrou-se na realização dos Seminários Regionais que, avaliando as atividades realizadas de 2004 a 2006, buscaram colher

subsídios para o *Seminário de Rede* visando reelaborar a estratégia de estruturação das redes e definir um novo Plano de Ação para 2007.

Tal objetivo, entretanto, foi afetado pela descontinuidade no fluxo de recursos do Projeto Conab/PNUD para as Agências Implementadoras, comprometendo, em todas as regiões-alvo, o pleno alcance das metas traçadas. Dessa forma, nenhum seminário regional foi realizado na Bahia; no Mato Grosso foram realizados apenas 3 de 5 seminários previstos, e no Pará foram realizados dois seminários para uma meta de 5 eventos.

Considerando a impossibilidade de cumprimento das metas, o final do ano foi focado na negociação de um Termo Aditivo às Cartas de Acordo, firmado entre Conab/PNUD/Agência, já que tal instrumento se fazia necessário para assegurar o completo alcance das metas previstas para o ano de 2006, ainda que adentrando 4 meses de 2007.

A seguir, um quadro síntese das atividades realizadas até 31 de dezembro de 2006.

Atividade	Bahia-Sergipe	Pará	Mato Grosso
FASE PREPARATÓRIA – definição de critérios - abril/04 – concluída			
FASE 1 – realização de diagnósticos - de abril a julho/04 – concluída			
Sensibilização p/diagnóstico -nº organizações contatadas	39	20	42
Resultado (nº experiências sistematizadas – jul.-set.)	219 (561%)	14 (70%)	25 (59,5%)
FASE 2 – discussão/análise dos diagnósticos e elaboração de Planos - concluída			
Seminário discussão diagnóstico	26 e 27/10/04	11 e 12/11/04	16 e 17/12/04
Plano Preliminar de Ação – PPA	Elaborados		
Seminário discussão PPA	2 e 3/12/2004	12 a 14/01/05	13 a 15/02/05
Relatório Analítico	Elaborados		
Listagem potenciais parceiros	Elaboradas		
Plano de Ação Regional – PAR	Elaborados		
FASE 3 – Implementação PAR - em andamento nas 3 regiões/estados			
Reuniões da Comissão Coordenadora do PAR	10 - dez/04; jan, mar, jul, ago, dez/05; mai, jun, jul, ago/06	09 - jan, fev, mar, jul, nov, dez/05; abr, mai, ago/06	10 - fev, mar, abr, mai, jul, out/05; abr, mai, jun, jul/06
Seleção de animadores e capacitandos	07 a 10/03/05	31/03 a 5/04/05	26 a 29/04/05
Pré-serviço dos animadores	01 a 09/08/05	18 a 26/07/05	16 a 25/05/05
Atualização do diagnóstico	Ago-Set/05 - realizado, dados em sistematização		
Acordos de Implementação	APAEB 20/03/06	CEAPAC 03/03/06	AJOPAM 03/03/06
	SASOP 20/03/06	APACC 03/03/06	FASE 20/03/06
	CEALNOR - 25/05/06	-. -	-. -
1º Módulo de Capacitação	12 a 16/12/05	05 a 09/12/05	17 a 21/10/05
2º Módulo de Capacitação	19 a 22/06/06	18 a 20/04/06	10 a 12/04/06
3º Módulo de Capacitação	18 a 20/07/06	22 a 24/05/06	09 a 11/05/06
4º Módulo de Capacitação	21 a 25/08/06	07 a 11/08/06	26 a 30/06/06
Seminário Regionais	nenhum	Baixo Amazonas – 17 e 18/11/06	Sul – 29 e 30/09/06
		Calha Tocantins – 17 e 18/11/06	Norte – 21 e 22/10/06
			NO – 11 e 12/10/06

8.1.4.2 - Avaliação e perspectivas

O primeiro aspecto a destacar quanto ao andamento do Projeto no ano de 2006 diz respeito ao não cumprimento do cronograma e metas acordadas com as Agências Implementadoras, fato conseqüente da descontinuidade na liberação de recursos para as mesmas.

Tal interrupção determinou a suspensão ou protelação de muitas atividades, tais como o suporte às organizações de agricultores familiares na elaboração de propostas ao PAA e os Seminários Regionais e Seminários de Rede previstos, que tiveram que buscar novas datas para sua realização. A celebração do Termo Aditivo entre Conab, PNUD e cada uma das Agências Implementadoras, prorrogando a vigência dos Acordos para abril de 2007, possibilitou a programação de um novo calendário de eventos..

8.1.5 – Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Objetiva fortalecer e consolidar uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, capaz de garantir uma melhora significativa das condições de remuneração dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Visa, ainda, reduzir a intermediação existente entre pescadores artesanais e o mercado consumidor, fortalecendo os corredores de comercialização, mediante a ampliação da oferta de pescado pelos beneficiários diretamente aos consumidores, e capacitando pescadores e aquicultores para a comercialização direta com o consumidor.

Um balanço sintético sobre a primeira etapa de implantação deste projeto nas unidades federativas beneficiadas permite avaliar que houve maior agilidade no desenvolvimento das atividades previstas, porém, fatores como a definição dos parâmetros técnicos para a montagem dos kits (equipamentos de módulos de comercialização direta do pescado), somada ao frágil processo de organização dos pescadores artesanais, que tiveram dificuldades para a obtenção das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs), influenciaram na execução do objetivo.

Foram adquiridos 361 kits, dos quais 248 foram entregues às entidades selecionadas, conseguindo abranger 23 estados da Federação, beneficiando 05 regiões administrativas, contemplando 173 municípios e atendendo diretamente 4.078 famílias, por meio de 183 organizações de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Este resultado vem ocasionando um efeito demonstrativo bastante positivo, uma vez que proporciona às famílias beneficiadas uma agregação de valor com o apoio à comercialização, além do acréscimo do volume comercializado, atendendo ainda ao consumidor, que tem à sua disposição produtos de qualidade e sem intermediação.

Vários impactos positivos já podem ser relacionados a partir dessa iniciativa, entre eles no campo da economia, uma vez que a utilização dos kits tem resultado em um aumento na renda auferida pelo pescador. Além disso, a utilização dos módulos de comercialização direta de pescado tem contribuído bastante na melhoria da relação com o público consumidor, em função do impacto visual positivo e em face do aumento da auto-estima do pescador, pois são equipamentos com padronização técnica orientada pela engenharia de pesca e vigilância sanitária. No campo da educação ambiental, este conjunto de equipamentos condiciona a um cuidado maior na utilização dos espaços de venda de pescado (historicamente bastante insalubres), preservando o meio ambiente. Outros elementos que podem ser citados são o reforço à organização das entidades dos pescadores no campo da comercialização e a busca de parcerias institucionais governamentais e/ou não governamentais que podem contribuir, futuramente, com a auto-sustentabilidade desta ação.

Cumprindo o previsto no Projeto, as Suregs da Conab, em conjunto com as Secretarias Estaduais da SEAP/PR, continuam realizando visitas às unidades de comercialização a fim de analisarem “in loco” o funcionamento desses kits, para uma melhor avaliação do impacto causado por essa iniciativa. Além disso, relatórios mensais de comercialização têm sido enviados às Suregs, como forma de prestação de contas da utilização dos kits, contendo informações sobre espécies e preços de venda de pescado e depreciação do equipamento. Também se pretende iniciar um processo de capacitação abrangendo desde orientações sobre boas práticas de manuseio dos kits de comercialização do pescado, assim como sobre gestão de empreendimentos e economia solidária.

Na segunda etapa foram analisadas e homologadas, pela Conab e SEAP/PR, 116 propostas de diversas entidades de pescadores artesanais e aqüicultores familiares para obtenção de kits, sendo que, vencida a fase de licitação de transporte, foram entregues conforme quadro abaixo:

Quadro 8.01
Demonstrativo de Distribuição de Kits

sUREG	UF	Kit Peixe Vivo	Kit Peixe Fresco	Total de Kits
Suregs com Processos Individualizados				
AM	AM	2	2	4
	RR	-	4	4
CE	CE	-	2	2
GO	DF	1	-	1
MG	MG	1	2	3
MT	MT	-	2	2
PR	PR	-	3	3
PE	AL	2	-	2
	PE	-	7	7
RO	AC	-	3	3
RS	RS	4	10	15
Subtotal		10	35	46
Suregs com Processo Consolidado				
BA	BA	1	14	15
MA	MA	-	2	2
MS	MS	-	5	5
PA	PA	-	5	5
PB	PB	22	3	25
PI	PI	1	4	5
RJ	RJ	-	1	1
SC	SC	6	5	11
SP	SP	-	1	1
TO	TO	-	1	1
Subtotal		30	41	71
TOTAL GERAL		40	76	116

A respeito dos estudos de recomposição de Terminais Públicos Pesqueiros, já foram concluídos o Projeto Básico e o Projeto Executivo do terminal pesqueiro de Santos e está sendo providenciada a aquisição dos equipamentos para a instalação de sua fábrica de gelo. Com relação ao terminal de Cananéia, foi elaborado o Projeto Básico e contratada a empresa para fornecimento e instalação da respectiva fábrica de gelo. Para corroborar com as avaliações de impacto pretende-se, inclusive, incluir como nova atividade a criação de um banco de dados para ajudar em posteriores análises sócio-econômicas das organizações de pescadores beneficiados por esta iniciativa e, também, para facilitar a aferição e divulgação dos resultados.

8.2 - Participação na Execução do Fome Zero

Em janeiro de 2003, a Conab foi inserida no contexto do Fome Zero com funções específicas, observadas as suas competências regimentais, nas áreas de compra, recepção, controle de qualidade, armazenagem, logística/transporte e distribuição de produtos, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MAPA/MESA n.º 183/03.

Além da distribuição de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, a Conab, durante o exercício de 2006, recebeu doações de produtos e procedeu a distribuição a entidades sociais. Os produtos distribuídos, no valor total de R\$883.329,40, estão detalhados no Quadro 8.02.

Quadro 8.02

Demonstrativo do Direcionamento das Doações Recebidas

UF	Alimentos(1)		Outros								Valor Total (R\$)
			Caixa de papelão		Diversos				Remédio Klaricid		
	Quant (kg)	Valor (R\$)	Quant (Unid.)	Valor (R\$)	Quant (Unid.)	Valor (R\$)	Quant (kg)	Valor (R\$)	Quant. (Unid.)	Valor (R\$)	
AM	75.010	74.157,14	-	-	-	-	-	-	-	-	74.157,14
BA	-	-	1.200	1.200,00	-	-	-	-	-	-	1.200,00
ES	2.995	2.515,80	-	-	-	-	-	-	-	-	2.515,80
GO	1.050	867,64	-	-	65	325,00	-	-	-	-	1.192,64
MG	30.010	40.579,62	-	-	-	-	-	-	-	-	40.579,62
PB	330	1.155,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.155,00
PE	-	-	30.000	27.600,00	-	-	-	-	-	-	27.600,00
PR	-	-	-	-	841.924	696.504,00	8.600	-	-	-	696.504,00
RJ	-	-	-	-	2.411	9.624,00	1.078	3.430,50	-	-	13.054,50
RO	20.010	23.420,70	-	-	-	-	-	-	-	-	23.420,70
SP	-	-	-	-	-	-	-	-	1.950	56.589,00	1.950,00
Total	129.405,00	142.695,90	31.200	28.800,00	844.400	706.453,00	9.678	3.430,50	1.950	56.589,00	883.329,40

Fonte: Conab/Diges/Supag/Gepri

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(1) Açúcar, Arroz beneficiado, Farinha de mandioca, Farinha de trigo, Feijão e Peixe

Além desses a Conab procedeu a distribuição de 25.265 toneladas de diversos produtos oriundos de aquisições efetivadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a 1.746 entidades beneficentes e/ou Prefeituras Municipais em 20 Estados. As quantidades distribuídas por produto e por UF beneficiárias estão detalhadas no Quadro 8.03.

Quadro 8.03

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos

Surg	Produto														Em t
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Arroz em Casca	Doce de Frutas	Farinha de Mandioca	Farinha de Milho	Farinha de Trigo	Feijão	Fubá de Milho	Leite em Pó	Mel	Milho	Sorgo	Suco	Total
Unidades com Processo Individualizado															
AM	-	-	245	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245
CE	-	-	1.661	-	533	-	-	205	-	-	-	472	-	-	2.871
GO	-	-	1.449	-	9	-	-	206	-	-	-	-	-	-	1.664
MG	-	-	921	-	-	-	-	74	-	-	-	400	-	-	1.395
MT	-	-	379	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	383
PE	935	-		-	2.322	-	-	483	-	-	-	-	-	-	3.740
PR	-	61	1.960	-	54	-	-	97	-	-	16	-	-	-	2.188
RO	-	-	266	-	4	-	-	495	-	-	-	39	-	-	804
RS	-	67	-	3	-	-	16	301	39	277	4	-	-	-	707
Subtotal	935	128	6.881	3	2.922	0	16	1.865	39	277	20	911	0	0	13.997
Unidades com Processo Consolidado															
BA	-	-	-	-	861	-	-	1.065	-	-	-	151	167	-	2.244
ES	-	-	-	-	434	-	-	-	-	-	-	-	-	-	434
MA	4	-	311	-	50	-	-	4	-	-	-	671	-	-	1.040
MS	-	-	-	-	413	-	-	140	-	-	-	143	-	-	696
PA	100	-	321	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105	526
PB	-	-	51	-	129	-	-	152	-	-	-	-	-	-	332
PI	69	-	498	-	294	-	-	184	-	-	-	842	-	-	1.887
RN	18	-	237	-	424	-	-	387	-	-	5	-	-	-	1.071
SC	-	-	-	3	63	30	-	150	-	-	-	-	-	-	246
SP	-	-	-	-	1.498	-	-	683	-	-	-	-	-	-	2.181
TO	-	-	597	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	611
Total	1.126	128	8.896	6	7.102	30	16	4.630	39	277	25	2.718	167	105	25.265

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepri

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

8.3 - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT

Pela Portaria MAPA n.º 171, de 24 de março de 2005 foi instituído, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor, mediante as seguintes iniciativas:

- Desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento, subsidiando informações técnicas para formulação de políticas agrícolas e de abastecimento.
- Universalizar as informações geradas, reduzindo suas assimetrias junto ao público.
- Modernizar os processos de gestão técnico-operacional e administrativa das Centrais de Abastecimento.
- Estimular a agregação de tecnologia à cadeia produtiva, orientada às necessidades e as exigências de mercado de consumo.
- Adequar e modernizar a infra-estrutura física, tecnológica e ambiental das Centrais de Abastecimento.
- Modernizar os serviços de apoio disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento alinhando-os às necessidades e expectativas de seus clientes.
- Estimular a interação das Centrais de Abastecimento com as Universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e às políticas públicas de abastecimento, de segurança alimentar e nutricional.
- Ampliar as funções das Centrais de Abastecimento tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Para o cumprimento dessas a Conab pode firmar acordos de cooperação técnica com as centrais de abastecimento ou, quando essas não tiverem personalidade jurídica própria, com as unidades às quais estiverem vinculadas.

Os recursos necessários para custeio das ações são aqueles consignados no orçamento anual da Conab e os captados de organismos de fomento interno e externo, na forma da legislação vigente.

A seguir destacamos as principais ações desenvolvidas durante o exercício de 2006.

- Criação do portal www.ceasa.gov.br, objetivando disponibilizar informações diárias de preço e quantidade dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas (14 milhões t/ano), representando 95% do comercializado. Foi a primeira vez, no Brasil, que se disponibilizou tais informações. São divulgadas, também, as cotações em dólar e euro. No portal estão sendo fornecidas notícias sobre o Prohort, disponibilizados trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre Ceasas (resgatados da época do Sinac), informações técnicas sobre as hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura, links com as diversas Ceasas e outros órgãos afins.
- Disponibilização, pela Conab, de um servidor exclusivo para hospedagem do Banco de Dados denominado de SIMAB – Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil. Já estão implantados, os dados das Ceasas Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia, Pará e Campinas, representando 25,8% do mercado. Encontra-se em fase de implantação os dados das Ceasas do Ceagesp, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Caxias do Sul e Santo André.

Significarão mais 52%, totalizando 77,8% do mercado. As demais Ceasas serão implantadas até abril de 2007, totalizando 60 unidades.

- Aquisição (Scriptcase) e desenvolvimento de softwares específicos (BI-Business Intelligence e Interface).
- Promoção da adesão de 100% das Ceasas ao SIMAB
- Desenvolvimento de ações voltadas ao resgate de toda a série histórica das Ceasas.
- Realização de várias reuniões externas visando definir um enfoque primordial para o Prohort
- Elaboração de propostas com vistas à divulgação do preço diário do produto comercializado, via telefone.
- Elaboração de seis manuais com orientações para os treinamentos a serem realizados com produtores, atacadistas, varejistas, transportadores, carregadores, extensionistas e técnicos da Ceasa e Conab.
- Divulgação do Prohort junto às Câmaras Setoriais de Hortaliças e Frutas, buscando parcerias.
- Elaboração de proposta para executar um diagnóstico técnico operacional de todas as Ceasas.
- Discussões internas com vistas à realização, pela Conab, de análise conjuntural dos principais produtos hortícolas.
- Articulações junto a Universidade de Viçosa/MG no sentido de sistematizar o “conhecimento de Ceasas”.
- Elaboração, em conjunto com a área de Comunicação da Conab do Plano de Divulgação do Prohort e desenvolvimento de logomarca para identificação do Prohort.
- Participação em eventos como Congresso Internacional de Mercados Atacadista, Encontros da Abracen, Frutal Amazonas, Frutal Ceará.
- Elaboração de folhetos informativos em português, inglês e espanhol.

8.4 – Cobranças

Em 2006, a Conab/Matriz emitiu cobrança, em espécie, no valor total de R\$26,99 milhões e, em produtos, 42.106 t referentes a PGPM, empregados cedidos, imóveis vendidos e locados etc, tendo recebido R\$6,76 milhões e 10.375 t, respectivamente, conforme detalhado no Quadro 8.05.

Quadro 8.05
Demonstrativo de Cobranças e Recebimentos – 2006

Operações	Tipo			
	Produto (t)		Valores (R\$1,00)	
	Cobrado	Recebido	Cobrado	Recebido
1) PGPM				
Alteração de qualidade	2.400	1.213	720.000,00	6.424,15
Compra antecipada CAAF/MDS	175	1.178	100.677,76	598.115,13
Deságio/Devolução Financeira/Venda	1.714	-	674.381,74	1.840,14
Desvio	32.671	4.535	7.668.077,11	1.336.738,14
Desclassificação	-	292	-	47.638,32
Perda (limpeza/secagem)	-	-	-	-

Operações	Tipo			
	Produto (t)		Valores (R\$1,00)	
	Cobrado	Recebido	Cobrado	Recebido
Perda contratual	5.147	3.158	1.186.589,89	545.778,91
Subtotal	42.106	10.375,47	10.349.726,50	2.536.534,79
2) Ex-Empregados				
Aluguel	-	-	-	-
Indenização de prejuízos	-	-	1.996,31	-
Ressarc. Desp. Administrativas	-	-	9,00	2.022,24
Restituição de Salários	-	-	34.723,55	26.359,06
Serviço de Assist. a Saúde	-	-	0,00	4.782,19
Subtotal	0,00	0,00	36.728,86	33.163,49
3) Outros Devedores				
Agricultura familiar	-	-	-	-
Alienação de imóveis	-	-	-	1.323.666,41
Aluguel	-	-	46.341,72	44.120,10
Comissão	-	-	75.953,47	74.651,05
Indenização de prejuízos	-	-	9.583.575,55	42.494,14
Multa bolsa de Valores	-	-	271.547,13	211.023,16
Multa atraso na entrega	-	-	-	7.889,14
Multa pelo não-cumprimento de Aviso/AVE	-	-	4.393.887,01	866.360,45
Pessoal cedido	-	-	1.909.976,21	1.397.890,09
Ressarcimento de desp. Administrativas	-	-	326.593,51	226.453,79
Restituição de salários	-	-	2.533,22	2.573,16
Subtotal	0,00	0,00	16.610.407,82	4.197.121,49
Total Geral	42.106	10.375	26.996.863,18	6.766.819,77

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gecob
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

8.5 – Subvenção à Comercialização

8.5.1- Prêmio de Escoamento do Produto-PEP

O Prêmio de Escoamento do Produto-PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo. O PEP evita a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

O PEP compõe a Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, do órgão Operações Oficiais de Crédito, sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, cujos recursos são repassados à Conab para sua execução.

Em 2006 foram realizadas operações destinadas ao escoamento de arroz, algodão, milho e trigo, que no acumulado do ano teve oferta de 5.122.800 toneladas, sendo negociadas 3.979.348 toneladas, envolvendo recursos da ordem de R\$330,6 milhões. Além desses também foram ofertados 12,0 milhões de litros de vinho, quando foram negociados 5.520.000 litros, com subvenção no valor de R\$3.558.000,00.

As operações por origem e destino podem ser melhor visualizadas no quadro seguinte.

Quadro 8.06

Demonstrativo das Vendas de Prêmio de Escoamento do Produto

UF	Produto	Destino	Quantidades (t)			Subvenção (Em R\$)	
			Ofertada	Negociada	Comprovada	Prevista	Paga
PR(*)	Algodão	Brasil	2.000	1.010	1.007	424.200,00	422.264,63
	Milho	Norte, Nordeste, ES e norte de MG	240.000	50.000	50.000	3.968.000,00	2.905.877,44
	Milho	(1)	2.350.000	1.990.092	1.914.478	119.006.882,81	67.365.172,16
	Trigo	Norte/Nordeste	155.000	84.500	58.487	16.681.000,00	8.417.854,12
Subtotal			2.747.000	2.125.602	2.023.972	140.080.082,81	79.111.168,35
MS	Algodão	Brasil	800	800	797	336.000,00	334.791,24
	Milho	(1)	635.000	461.487	437.330	38.896.054,10	20.019.139,25
Subtotal			635.800	462.287	438.127	39.232.054,10	20.353.930,49
RS(*)	Arroz	Norte e Nordeste	410.000	389.825	180.322	48.442.325,00	22.325.894,37
	Trigo	Brasil	155.000	155.000	82.476	27.515.000,00	14.716.542,12
Subtotal			565.000	544.825	262.798	75.957.325,00	37.042.436,49
SC	Arroz	Norte e Nordeste	70.000	70.000	60.000	9.340.000,00	4.383.460,00
	Trigo	Brasil	30.000	-	-	-	-
Subtotal			100.000	70.000	60.000	9.340.000,00	4.383.460,00
DF(*)	Milho	Nordeste	13.000	5.300	5.300	611.200,00	333.960,00
Subtotal			13.000	5.300	5.300	611.200,00	333.960,00
GO(*)	Milho	Norte, Nordeste, ES e norte de MG	836.000	585.214	579.554	55.507.191,00	35.161.027,89
Subtotal			836.000	585.214	579.554	55.507.191,00	35.161.027,89
MT(*)	Milho	Norte, Nordeste, ES e norte de MG	126.000	86.120	85.418	6.937.716,00	5.397.691,26
	Milho	(2)	100.000	100.000	48.490	2.900.000,00	-
Subtotal			226.000	186.120	133.908	9.837.716,00	5.397.691,26
Total Produto			5.122.800	3.979.348	3.503.348	330.565.568,91	181.783.674,48
RS(*)	Vinho (litro)		12.000.000	5.520.000	-	3.588.000,00	-
Subtotal			12.000.000	5.520.000	-	3.588.000,00	-
Total Geral						334.153.569	181.783.674,48
Algodão			2.800	1.810	1.804	760.200,00	757.055,87
Arroz			480.000	459.825	240.322	57.782.325,00	26.709.354,37
Milho			4.300.000	3.278.213	3.120.570	227.827.043,91	131.182.868,00
Trigo			340.000	239.500	140.963	44.196.000,00	23.134.396,24
Total Produto			5.122.800	3.979.348	3.503.659	330.565.568,91	181.783.674,48
Vinho (litro)			12.000.000	5.520.000	-	3.588.000,00	-

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Notas: (1) Qualquer destino, exceto para as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte

(2) Qualquer destino, que não esteja localizado no DF, AC, GO, MT, MS, PA, PR, Ro e TO

(*) Suregs com Processo Individualizado

Até o fim do exercício havia sido comprovada o escoamento de 3.503.348 toneladas cujos pagamentos totalizavam R\$181.783.674,43.

O pagamento da subvenção é realizado com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preço na Comercialização de Produtos Agropecuários.

8.5.2 - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Até o fim do exercício de 2006 foram ofertadas 23.150.689 toneladas de algodão em pluma, milho e soja, tendo sido negociadas 6.028.985 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$658.427.724. Até o fim do exercício havia sido comprovada a venda de 486.494 toneladas e paga subvenção no valor de R\$80.728.057,30, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 8.07
Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

Sureg de Origem	UF	Produto	Quantidade (t)			Valor da Subvenção R\$1,00	
			Ofertada	Negociada	Comprovada	Previsto	Realizado
Suregs com Processo Individualizado							
GO	DF	algodão	1.500	1.200	-	660.000,00	-
		Soja	66.000	4.515	-	156.508,00	-
	GO	algodão	38.254	32.891	9.668	18.090.050,00	5.317.298,80
		Soja	1.891.000	237.086	10.673	7.246.621,06	347.925,52
MG	MG	algodão	11.628	8.769	459	4.780.050,00	252.450,00
		Soja	830.000	133.102	7.194	4.646.109,34	234.533,52
MT	MT	algodão	234.774	234.774	44.755	129.125.700,00	24.616.555,45
		Milho	100.000	100.000	100.000	3.850.000,00	3.850.000,00
		Soja	15.927.000	3.846.229	142.346	315.938.444,29	7.345.928,23
RO	RO	Soja	104.000	49.505	-	3.732.366,67	-
Subtotal			19.204.156	4.648.071	315.095	488.225.849,36	41.964.691,52
Suregs com Processo Consolidado							
BA	BA	algodão	187.678	161.368	46.122	88.489.300,00	25.366.251,37
		Soja	845.000	310.044	16.214	17.326.414,42	835.004,52
MA	MA	algodão	3.259	3.259	1.197	1.792.450,00	658.350,00
		Soja	420.000	49.394	3.840	2.683.422,67	220.800,00
MS	MS	algodão	14.976	14.976	10.895	8.236.800,00	5.992.555,85
		Soja	1.837.000	698.965	86.269	41.062.603,12	4.278.932,94
PA	PA	Soja	93.000	15.608	5.000	1.115.968,00	407.500,00
PI	PI	algodão	2.670	1.981	674	1.089.550,00	370.700,00
		Soja	238.000	70.152	-	4.095.833,27	-
SP	SP	algodão	2.950	2.304	1.151	1.267.200,00	633.271,10
TO	TO	Soja	302.000	52.863	-	3.042.333,11	-
Subtotal			3.946.533	1.380.914	171.362	170.201.874,59	38.763.365,78
Total Geral			23.150.689	6.028.985	486.457	658.427.723,95	80.728.057,30
Algodão			497.689	461.522	114.921	253.531.100	63.207.433
Milho			100.000	100.000	100.000	3.850.000	3.850.000
Soja			22.553.000	5.467.463	271.573	401.046.624	13.670.625
Total Geral			23.150.689	6.028.985	486.494	658.427.724,00	80.728.058,00

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

8.5.3 - Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja-PESOJA

É uma subvenção econômica governamental concedida ao comprador que comprovar a aquisição de produto de produtores rurais e/ou suas cooperativas, pelo valor de referência e o seu escoamento, nas condições e abrangências previstas no Regulamento deste Instrumento e no Aviso específico, divulgado com antecedência de cinco dias úteis antes do leilão eletrônico.

Até o fim do exercício foram ofertadas 17,0 milhões de toneladas de soja e negociadas 5,2 milhões, com subvenção total prevista de R\$360.162.292,50, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 8.08
Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja-PESOJA

Sureg	UF de Origem	Quantidade (t)			Valor da Subvenção (R\$)	
		Ofertada	Negociada	Comprovada	Previsto	Realizado
Suregs com Processo individualizado						
GO	DF	44.000	13.060	9.434	459.960,00	329.428,66
	GO	1.671.000	831.325	412.902	29.040.601,85	14.062.24,23
MG	MG	715.000	138.173	18.546	4.938.521,56	644.350,48
MT	MT	12.192.000	2.885.353	581.308	245.855.135,05	39.408,465,19
RO	RO	60.000	19.000	0	1.813.000,00	0,00
Subtotal		14.682.000	3.886.911	1.022.190	282.107.218,46	973.779,14
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	520.000	373.909	58.150	22.302.179,84	3.358.712,30
MA	MA	255.000	111.268	93.563	6.991.152,00	5.858.031,99
MS	MS	1.144.000	641.844	258.945	37.238.440,21	14.343.531,66
PA	PA	60.000	6.900	0	621.000,00	0,00
PI	PI	158.000	48.243	38.000	3.006.302,00	2.350.749,42
TO	TO	192.000	125.500	16.000	7.896.000,00	920.000,00
Subtotal		2.329.000	1.307.664	464.658	78.055.074,05	26.831.025,37
Total		17.011.000	5.194.575	1.486.848	360.162.292,51	81.275.514,95

Fonte: Conab/Diges/Suope/Sucom

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Assim como os demais instrumentos anteriores, o pagamento da subvenção é realizado com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preço na Comercialização de Produtos Agropecuários.

8.5.4 - Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP

a) Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP

É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Em 2006 foram ofertados 362.570 contratos de arroz em casca, milho em grãos, raiz de mandioca e soja, sendo negociados 147.225 contratos, com subvenção prevista no valor de R\$329,0 milhões. O milho em grãos foi o produto com maior venda, representando cerca de 50.78% do total, conforme detalhado no Quadro 8.09.

O pagamento do prêmio é realizado com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do MF/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preço na Comercialização de Produtos Agropecuários.

b) Contrato Privado de Opção de Venda

O Contrato Privado de Opção de Venda é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em um momento de baixa nas cotações.

O Contrato dá o direito, mas não a obrigação de o detentor da opção (produtor ou cooperativa) vender o produto para o lançador da opção de venda (comerciantes ou indústrias de

beneficiamento). O exercício da opção somente ocorrerá se na data do vencimento da opção o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato, caso contrário, o detentor da opção pode vender o produto no mercado e neste caso perder o prêmio pago no ato da aquisição do contrato.

Após a realização dos leilões de PROP, a Conab realiza uma nova operação (2.º leilão) com lançamento dos Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006, foram negociados todos os títulos colocados em leilão, representando o escoamento de 5,0 milhões de toneladas de milho e soja em grãos, arroz em casca e raiz de mandioca, conforme detalhado no quadro a seguir.

Até o fim do exercício havia sido comprovada o exercício de 81.091 contratos e paga subvenção no valor de R\$173.362.561,8.

Quadro 8.09

Demonstrativo de Leilões de Prêmio de Risco e Contrato Privado de Opção de Venda

Sureg	UF	Produto	1.º Leilão				2.º Leilão	Exercício		
			Contrato(1)		Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R\$)	Quat. Contrato Negociada	Quant. Contrato	Quatidade (t)	Valor Pago (R\$)
			Ofertada	Negociada						
Surgs com Processos Individualizados										
GO	DF	Milho	111	102	2.754	269.892,00	102	102	2.754	269.859,66
		Soja	860	-	-	-	-	-	-	-
	GO	Milho	19.636	16.375	442.125	46.945.178,10	16.375	13.151	355.076	35.168.900,66
		Soja	18.714	5.685	153.495	5.116.500,00	5.685	411	11.097	181.214,01
MG	MG	Milho	9.260	8.520	230.040	21.834.384,84	8.520	5.299	143.068	12.297.841,25
		Soja	8.157	1.982	53.514	1.622.295,00	1.982	25	675	11.024,79
MT	MT	Arroz	3.334	737	19.899	2.586.870,00	737	92	2.497	104.978,69
		Milho	53.375	51.608	1.393.416	120.455.123,21	51.608	35.018	945.484	80.879.305,77
		Soja	121.698	38.126	1.029.402	88.478.525,57	38.126	11.017	297.452	24.356.218,12
PR	PR	Raiz	32.000	4.660	125.820	3.076.650,00	4.660	3.811	102.900	2.266.219,00
RO	RO	Soja	1.574	-	-	-	-	-	-	-
RS	RS	Arroz	11.482	7.002	189.054	18.131.056,20	7.002	4.119	111.217	7.154.371,09
Subtotal			280.201	134.797	3.639.519	308.516.474,91	134.797	73.045	1.972.220	162.689.933,04
Suregs com Processo Consolidado										
BA	BA	Milho	11.979	307	8.289	424.516,50	307	1.992	53.773	3.630.598,07
		Soja	2.965	2.714	73.278	5.530.743,99	2.714	165	4.466	192.005,34
	MA	Soja	5.981	65	1.755	75.172,50	65	-	-	-
MS	MS	Milho	4.448	4.296	115.992	7.366.084,92	4.296	2.937	79.313	4.741.599,05
		Raiz	10.400	1.832	49.464	1.236.600,00	1.832	1.043	28.154	703.848,58
		Soja	25.768	1.264	34.128	1.646.793,00	1.264	422	11.394	664.649,52
PA	PA	Soja	1.318	252	6.804	633.834,00	252	198	5.355	471.600,00
PI	PI	Soja	3.380	78	2.106	100.251,00	78	24	648	27.844,80
SC	SC	Arroz	5.479	1.110	29.970	3.166.230,60	1.110	755	20.398	206.226,98
SP	SP	Raiz	6.400	510	13.770	344.250,00	510	510	13.770	34.256,20
TO	TO	Soja	4.251	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal			82.369	12.428	335.556	20.524.476,51	12.428	8.046	217.271	10.672.628,54
Total Geral			362.570	147.225	3.975.075	329.040.951,42	147.225	81.091	2.189.491	173.362.561,58

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Cada contrato equivale a 27 toneladas

8.6 - Projeto Biodiesel

Em 2006, a Conab, por meio da Sureg-MG, continuou as articulações principalmente com os produtores e associações de produtores familiares buscando alternativas viáveis para a implantação de um projeto no semi-árido de MG que atendesse os interesses dos pequenos produtores locais.

A Companhia está finalizando um projeto de implantação de mini-usinas de craqueamento (fabricação de biodiesel a partir da técnica de aquecimento de óleo vegetal e não de transterificação). A idéia é que cada mini-usina, com capacidade de 500 litros de óleo por dia seja abastecida por um grupo de 34 produtores plantando, colhendo e fornecendo pinhão manso. A meta do projeto é atingir o total de 14,6 mil produtores rurais.

Esse projeto, além de ser uma nova fonte de geração de renda para os produtores, será o precursor da produção dessa oleaginosa no Brasil em escala industrial. Portanto, o projeto se reveste em um projeto de pesquisa, muito importante para o desenvolvimento da agricultura familiar naquela região. Neste sentido o projeto visa integrar as entidades de pesquisas (UnB, Embrapa, Epamig etc.) de modo obter toda a eficiência que a atividade necessita. Para suportar a atividade de pesquisa, o projeto prevê a alavancagem de recursos junto ao MCT.

8.7- Projeto SIGABrasil

O *Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira-SIGABrasil*. Projeto sob a coordenação da Gerência de Geotecnologia da Conab - GEOTE, destina-se a dar suporte ao agronegócio brasileiro mediante integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio visando maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País. Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2006 foram:

- Processamento, análise de dados de regiões, componentes geográficos e geração de mapas para atendimento às demandas internas e externas à Conab:
 - Área plantada e produção de algodão em pluma por região do Brasil e por estados da federação.
 - Países produtores de juta em todo o mundo.
 - Produção de café no Brasil com dados do IBGE e Conab.
 - Carta-Imagem do Distrito Federal e Carta imagem de Brasília.
 - Geração e padronização de todos os mapas de regiões, estados, Brasil e o mundo para acesso único no servidor de mapas: limite, municipal, ferrovia, hidrovia, rodovia, sede, hidrografia, pedágio, porto, armazém, aeroporto, produção agrícola de 2004 e 2005.
 - Índice de vegetação do RS, SC, PR, SP, MS e Uruguai, com dados NOAA fornecidos pela UFRGS, relacionados com a produção de trigo municipal.
 - Estimativa do déficit e superávit de armazenagem dos municípios do Estado do Mato Grosso até Rondônia, em Porto Velho. Tabulação dos questionários aplicados no Mato Grosso e Rondônia. Mapa do complexo hidrelétrico Madeira. Mapas com a evolução da produção das culturas de arroz, soja, milho e algodão nos Estados acima.
 - Espírito Santo - Mesorregiões, Microrregiões e Municípios.
 - Amazônia Legal contendo os principais municípios produtores de soja e mapa do Brasil destacando a Amazônia Legal e o bioma Amazônia.

- BR158 contendo as fotos e coordenadas das pontes-gargalo nos municípios de Bom Jesus do Araguaia e Vila Rica.
- Distribuição da produção de frutas tropicais no Brasil.
- Distribuição da produção de café (em ha) por municípios, para os estados de MG, SP, ES, PR, BA, RO e MT.
- Produção de soja dos estados de Rondônia, Pará, Amazonas e Rondônia.
- Goiás com a produção de sorgo (safra 2005/2006) em municípios selecionados pelo demandante.
- Principais produtores de mandioca e fecularias no Brasil.
- Geração de mapas-índice dos municípios produtores de café nos estados de BA, ES, MG, MT, PR, RO e SP.
- Temáticos de soja, milho e arroz no Bioma Amazônia para avaliação do crescimento/diminuição das culturas.
- Produção Mundial de Fibras de Juta, para Brasil, Bangladesh, Índia, Myanmar e Nepal. Produção Brasileira de Fibras de Malva, para Amazonas, Maranhão e Pará.
- Trigo e aveia do Paraná.
- Cadastramento de GPS no Sistema de Controle dos equipamentos.
- Paraná dividido em cinco regionais - produtos : trigo e aveia.
- Rio de Janeiro com produções de cana-de-açúcar e café para auxílio na elaboração de roteiros para trabalhos de campo.
- Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte com a produção de sorgo (safra 2005/2006).
- Unidades Armazenadoras e áreas de atuação.
- Participação no curso Banco de Dados Geográficos ministrado pelo INPE em São José dos Campos.
- Capacitação técnica para assimilação do sistema de PrevSafras junto ao IAPAR.
- Área plantada e a produção de milho e soja no Brasil e EUA.
- Municípios de MT com maior produção de soja e de RO com maior produção de café.
- Comparativo com dados da produção de soja segundo a Conab e segundo o mapeamento da UFRGS.
- Atualização/manutenção de páginas SIGABrasil na Intranet e Internet;
- Mapeamento dos eixos de escoamento da produção agrícola e mapeamentos diversos para atendimento à DIGES.
- Mapa rodoviário do Brasil contendo as Unidades da Federação.
- Amazônia Legal comparando municípios com maior expressão na produção de soja e desmatamentos na região, para apresentação do Ministro da Agricultura.
- Estado do Piauí, destacando os municípios que possuem colônias e/ou sindicatos de pescadores.
- Aptidão agrícola para a cafeicultura nos municípios de São Paulo.
- Brasil com produção de soja e de cana-de-açúcar.

- Produção do Café nos Estados de : Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia, Rondônia.
- Reestruturação de páginas da Internet por tipo de Mapa/UF/Produto.
- Produção do Rio Grande do Sul dos seguintes produtos: soja, milho e arroz; Santa Catarina: milho e Paraná: soja, milho e arroz.
- Distribuição das produções brasileira e paulista de cana-de-açúcar.
- Área plantada e produção de caju.
- Produção de milho nos estados de Minas Gerais e Paraná e do Paraná com a produção de soja.
- Expansão do sorgo pelo Mundo.
- Estado de Goiás com a produção de sorgo.
- Estado do Piauí destacando os municípios assistidos pela Compra Direta e Antecipada da Agricultura Familiar.
- Estado do Mato Grosso contendo os pontos coletados com GPS e com produção de soja, suínos e frango. Mapa de Uso do Solo do Município de Lucas do Rio Verde contendo classes como cultura, cerrado, mata galeria, solo exposto, contendo o sistema hidrográfico e passivo ambiental de afastamento das matas ciliares. Mapa do Brasil com produção de soja, suínos e frango.
- Download de Imagens Modis13 (Índice de vegetação). Elaboração de layout contendo imagem NDVI e as províncias mais expressivas na produção de milho e soja para Argentina, Paraguai e Uruguai, e para o Estado do Rio Grande do Sul.
- Produções médias no Estado de Goiás: arroz, algodão, soja, milho, feijão e sorgo.
- Estiagem agrícola e de penalização de culturas para os 10 principais estados produtores com produção agrícola.
- Mapas-imagem quinzenais de índice de vegetação para os 10 principais estados produtores com produção agrícola.
- Roteiro da GEASA no MS.
- Reformulação de mapas anteriormente confeccionados para o MAPA.
- Mapa por regional do café de MG.
- Continuidade dos estudos com levantamentos de campo e mapeamento dos eixos de escoamento da produção.
- Continuidade dos estudos para desenvolvimento de software de geoprocessamento livre.

8.8 - Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

Repasse da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/ MAPA para execução do 3.º levantamento da produção brasileira de cana-de-açúcar, no valor de R\$365.000,00. Os recursos foram repassados ao PNUD.

Em 2006, por solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA, do MAPA, a Conab realizou três levantamentos da safra nacional de cana-de-açúcar e sua destinação (açúcar, álcool e outros). O primeiro, de 2 a 12/05/2006, o segundo de 7 a 18/08/2006 e no período de 01 a 17/11/06, realizou o terceiro levantamento onde foram deslocados 42 funcionários da Companhia, que visitaram 330 usinas de açúcar e destilarias de álcool e 60 entidades de classe, tendo sido aplicados 390 questionários em todo o território nacional.

A metodologia adotada foi a de pesquisa de campo, por método subjetivo, com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agro-industrial sucro-alcooleiro e de outros usos e complementado pela utilização de geotecnologias, tais como: geoprocessamento, sensoriamento remoto e imagens de satélites georreferenciadas. Os questionários aplicados nas usinas e destilarias permitiram a tabulação dos dados referentes a esse setor. Os levantamentos nas demais entidades de classe possibilitaram calcular a produção de cana-de-açúcar destinada a outros usos.

A produção brasileira de cana-de-açúcar na safra 2006/07 está estimada em 475,73 milhões de ton., 10,3% superior à da safra passada, (431,41 milhões de ton.). Em relação ao levantamento anterior, realizado em agosto, houve um crescimento de 1,0% ou 4,56 milhões de ton., motivado por ajustes na área plantada e na produtividade.

Quadro 8.10
Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produção e Produtividade
Safras 2005/06 e 2006/07

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %
NORTE	18,6	21,9	17,40	57.633	64.899	12,60	1.073,7	1.420,0	32,30
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	3,8	5,9	55,00	50.750	50.750	-	194,4	301,5	55,10
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	10,4	11,2	8,00	58.300	70.160	20,30	606,3	787,9	30,00
TO	4,4	4,7	7,00	62.043	70.200	13,10	273,0	330,6	21,10
NORDESTE	1.077,4	1.132,5	5,10	52.534	57.060	8,60	56.599,6	64.618,8	14,20
MA	31,8	43,5	37,00	62.043	64.000	3,20	1.969,9	2.784,0	41,30
PI	10,0	13,2	32,00	61.400	65.000	5,90	614,0	858,0	39,70
CE	35,1	28,9	(17,80)	50.520	51.800	2,50	1.773,3	1.494,4	(15,70)
RN	50,6	54,1	7,00	52.130	53.200	2,10	2.637,8	2.880,2	9,20
PB	105,6	112,5	6,50	45.120	49.100	8,80	4.765,1	5.522,3	15,90
PE	362,4	376,9	4,00	46.750	50.050	7,10	16.943,6	18.865,3	11,30
AL	402,1	402,7	0,15	57.475	65.000	13,10	23.110,7	26.175,5	13,30
SE	24,8	30,0	21,00	57.158	59.100	3,40	1.417,5	1.773,6	25,10
BA	55,0	70,7	28,50	61.230	60.350	(1,40)	3.367,7	4.265,5	26,70
CENTRO-OES	546,9	604,5	10,50	70.953	74.463	4,90	38.807,1	45.015,6	16,00
MT	205,4	209,7	2,12	65.535	67.100	2,40	13.460,2	14.073,6	4,60
MS	139,1	160,0	15,00	70.451	76.500	8,60	9.799,0	12.236,2	24,90
GO	202,5	234,9	16,00	76.795	79.650	3,70	15.547,9	18.705,8	20,30
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUDESTE	3.737,3	3.940,9	5,40	81.588	83.191	2,00	304.920,2	327.843,0	7,50
MG	357,1	420,0	13,70	77.180	79.600	3,10	27.557,1	33.432,0	21,30
ES	64,4	67,6	5,00	65.871	59.650	(9,40)	4.243,4	4.034,7	(4,90)
RJ	169,2	165,0	(2,50)	44.770	45.000	0,50	7.576,4	7.425,0	(2,00)
SP	3.146,6	3.288,2	4,50	84.390	86.050	2,00	265.543,3	282.951,3	6,60
SUL	460,1	488,9	6,30	65.237	75.337	15,50	30.012,8	36.828,5	22,70
PR	410,9	436,0	6,10	69.365	80.100	15,50	28.504,9	34.924,4	22,50
SC	16,7	17,1	2,30	36.010	39.188	8,80	601,7	669,7	11,30
RS	32,4	35,8	10,30	27.960	34.530	23,50	906,2	1.234,4	36,20
NO/NE	1.096,0	1.154,4	5,30	52.621	57.208	8,70	57.673,3	66.038,8	14,50
CENTRO-SUL	4.744,3	5.034,3	6,10	78.776	81.380	3,30	373.740,1	409.687,1	9,60
BRASIL	5.840,3	6.188,6	6,00	73.868	76.871	4,10	431.413,4	475.725,9	10,30

Fonte: Conab/Digem/Suinif/Geasa
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A região Centro-Sul participa com 409,69 milhões de toneladas (86,1%) da produção nacional de cana-de-açúcar, superior em 9,6% à safra anterior, e detém uma produtividade média de 81.380 kg/ha. A área cultivada é de 5,03 milhões de hectares, 81,3% da área plantada com essa cultura no território nacional. A safra nessa região encontra-se praticamente concluída, já tendo atingido cerca de 92% da produção estimada.

O setor sucroalcooleiro esmagará 425,99 milhões de toneladas, sendo 295,33 milhões de toneladas (69,3%) na região Sudeste, 56,00 milhões de toneladas (13,1%) na região Nordeste, 40,98 milhões de toneladas (9,7%) na região Centro-Oeste, 32,39 milhões de ton. na região Sul (7,6%) e 1,29 milhões de toneladas (0,3%) na região Norte.

Do total produzido, 242,16 milhões de toneladas (50,9%) destinam-se à fabricação de açúcar, 183,82 milhões (38,6%) à produção de álcool e o restante, 49,74 milhões (10,5%), à fabricação de cachaça, alimentação animal, sementes, fabricação de rapadura, açúcar mascavo e outros fins.

Quadro 8.11
Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2006/07

REGIÃO/UF	CANÁ-DE-AÇÚCAR (em 1000 t)				
	TOTAL	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA			OUTROS
		TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	
NORTE	1.420,0	1.285,9	162,8	1.123,1	134,1
RR	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-
AM	301,5	271,4	162,8	108,5	30,2
AP	-	-	-	-	-
PA	787,9	717,0	-	717,0	70,9
TO	330,6	297,5	-	297,5	33,1
NORDESTE	64.618,8	56.003,2	38.206,4	17.796,8	8.615,6
MA	2.784,0	2.344,1	144,8	2.199,4	439,9
PI	858,0	712,1	-	712,1	145,9
CE	1.494,4	119,6	-	119,6	1.374,8
RN	2.880,2	2.621,0	1.880,8	740,2	259,2
PB	5.522,3	4.804,4	1.767,1	3.037,3	717,9
PE	18.865,3	15.846,9	12.828,4	3.018,4	3.018,4
AL	26.175,5	24.866,7	19.186,6	5.680,1	1.308,8
SE	1.773,6	1.271,7	824,7	446,9	501,9
BA	4.265,5	3.416,7	1.574,0	1.842,7	848,8
CENTRO-OESTE	45.015,6	40.981,9	17.147,9	23.833,9	4.033,7
MT	14.073,6	12.947,7	5.066,5	7.881,2	1.125,9
MS	12.236,2	11.049,3	4.037,9	7.011,3	1.186,9
GO	18.705,8	16.984,9	8.043,5	8.941,4	1.720,9
DF	-	-	-	-	-
SUDESTE	327.843,0	295.325,1	169.010,7	126.314,4	32.517,9
MG	33.432,0	27.581,4	15.044,4	12.537,0	5.850,6
ES	4.034,7	3.724,0	512,4	3.211,6	310,7
RJ	7.425,0	6.534,0	3.489,8	3.044,3	891,0
SP	282.951,3	257.485,7	149.964,2	107.521,5	25.465,6
SUL	36.828,5	32.393,0	17.636,8	14.756,2	4.435,5
PR	34.924,4	31.257,3	17.636,8	13.620,5	3.667,1
SC	669,7	-	-	-	669,7
RS	1.234,4	1.135,6	-	1.135,6	98,8
NORTE/NORDESTE	66.038,8	57.289,1	38.369,2	18.919,8	8.749,7
CENTRO-SUL	409.687,1	368.700,0	203.795,5	164.904,5	40.987,1
BRASIL	475.725,9	425.989,0	242.164,7	183.824,3	49.736,9

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

A produção nacional de açúcar está estimada em 30,02 milhões de toneladas, 12,4% superior à da safra 2005/06, e a de álcool, em 17,64 bilhões de litros, superior em 3,8% à da safra anterior.

Quadro 8.12
Cana-de-Açúcar – Produção de Açúcar e Álcool

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (Em 1000t)				ALCOOL (Em 1000 litros)						
	Safra 05/06	Safra 06/07	Variação		Total Safra 05/06	Total Safra 06/07	Variação		Por tipo de álcool safra 2006/07		
			Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado	Neutro
NORTE	22,7	17,8	(4,9)	(21,6)	61.175,6	100.749,2	39.573,6	64,7	64.344,7	36.159,3	245,2
AM	22,7	17,8	(4,9)	(21,6)	1.037,1	9.207,1	8.170,0	787,8	381,2	8.580,8	245,2
PA	-	-	-	-	40.645,4	66.270,9	25.625,4	63,0	41.604,6	24.666,3	-
TO	-	-	-	-	19.493,0	25.271,2	5.778,2	29,6	22.358,9	2.912,3	-
NORDESTE	4.209,5	4.646,9	437,4	10,4	1.642.100,2	1.733.743,7	91.643,5	5,6	942.074,9	746.809,1	44.859,7
MA	17,7	18,7	1,0	5,9	131.769,2	205.491,7	73.722,4	55,9	162.362,8	43.128,9	-
PI	-	-	-	-	48.112,4	61.002,2	12.889,8	26,8	41.199,6	19.802,6	-
CE	-	-	-	-	28.448,9	9.676,8	(18.772,1)	(66,0)	1.170,5	8.506,2	-
RN	172,7	219,3	46,6	27,0	49.627,3	70.852,1	21.224,7	42,8	32.746,6	38.105,5	-
PB	172,6	205,2	32,6	18,9	253.831,3	264.677,5	10.846,2	4,3	124.816,0	107.417,9	32.443,6
PE	1.475,6	1.483,9	8,3	0,6	214.437,3	306.386,4	91.949,2	42,9	182.915,2	123.471,2	-
AL	2.077,4	2.446,6	369,2	17,8	589.671,3	617.884,6	28.213,3	4,8	250.198,8	355.269,7	12.416,0
SE	51,1	93,9	42,8	83,7	45.527,0	40.319,3	(5.207,6)	(11,4)	23.204,4	17.114,9	-
BA	242,3	179,2	(63,1)	(26,0)	280.675,3	157.453,1	(123.222,3)	(43,9)	123.460,9	33.992,1	-
CENTRO-OESTE	1.745,8	2.088,1	342,3	19,6	2.137.075,9	2.168.171,9	31.096,1	1,5	1.022.671,6	1.145.500,4	-
MT	534,2	613,8	79,6	14,9	810.581,8	718.031,1	(92.550,6)	(11,4)	350.317,6	367.713,6	-
MS	337,2	441,3	104,2	30,9	585.652,7	576.976,2	(8.676,5)	(1,5)	221.433,2	355.543,0	-
GO	874,5	1.033,0	158,5	18,1	740.841,4	873.164,6	132.323,2	17,9	450.920,8	422.243,8	-
SUDESTE	19.072,5	21.182,0	2.109,6	11,1	11.772.945,9	12.277.788,7	504.842,8	4,3	5.961.414,8	6.303.775,5	12.598,4
MG	1.833,0	1.891,0	58,0	3,2	873.285,4	1.221.590,4	348.305,1	39,9	475.537,7	746.052,7	-
ES	66,2	59,7	(6,5)	(9,8)	263.888,4	273.922,5	10.034,1	3,8	162.483,9	98.840,3	12.598,4
RJ	432,4	381,4	(51,0)	(11,8)	280.592,3	257.507,9	(23.084,4)	(8,2)	95.082,5	162.425,4	-
SP	16.740,9	18.849,8	2.109,0	12,6	10.355.179,8	10.524.767,8	169.588,0	1,6	5.228.310,7	5.296.457,1	-
SUL	1.663,1	2.088,4	425,3	25,6	1.384.136,2	1.355.706,0	(28.430,2)	(2,1)	399.027,3	956.678,7	-
PR	1.663,1	2.088,4	425,3	25,6	1.313.518,8	1.259.512,9	(54.005,9)	(4,1)	399.027,3	860.485,6	-
RS	-	-	-	-	70.617,5	96.193,1	25.575,6	36,2	-	96.193,1	-
NO/NE	4.232,2	4.664,7	432,5	10,2	1.703.275,7	1.834.492,9	131.217,1	7,7	1.006.419,6	782.968,5	45.104,8
CENTRO-SUL	22.481,4	25.358,5	2.877,1	12,8	15.294.158,0	15.801.666,6	507.508,6	3,3	7.383.113,7	8.405.954,5	12.598,4
BRASIL	26.713,5	30.023,2	3.309,7	12,4	16.997.433,7	17.636.159,5	638.725,8	3,8	8.389.533,3	9.188.923,0	57.703,2

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

9 - Gestão Orçamentária e Financeira

9.1 – Balanço Orçamentário

O art.165 da Constituição Federal cria, como instrumento de planejamento, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

O PPA estabelece os objetivos e as metas do Governo Federal; a LDO define os parâmetros para a elaboração do orçamento, tendo como base os objetivos e as metas constantes do PPA, e a LOA estima a Receita e fixa a Despesa, obedecidos os parâmetros fixados na LDO.

O Plano Plurianual 2004-2007 foi aprovado pelo Congresso Nacional e, recebeu sanção presidencial, em 06 de outubro de 2004 (decreto 5.233) Ele está estruturado em Programas e Ações visando reforçar e aperfeiçoar a forma de organização e de atuação da gestão pública instituída pelo PP de 2000-2003. O Programa é o instrumento de organização da ação governamental e a Ação é o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), por sua vez, além de estabelecer normas de finanças públicas, atribui penalidades ao ordenador/executor que não cumprir as determinações contidas na legislação acima citadas.

Pelo fato de a Conab receber recursos do Orçamento Geral da União para o seu custeio e pagamento da folha de pessoal, ela deve observar as determinações das leis n.º 4.320/64 e a de n.º 101/2000, da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF/MP e da Coordenação de Orçamentos e Finanças - COF/MAPA. Além disso, deve também atender aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, no que diz respeito à programação orçamentária e financeira da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

O Balanço Orçamentário, para o exercício de 2006, conforme apresentado no Quadro 9.01, monta em R\$2,91 bilhões como receita prevista. Desse total constata-se como realizado no exercício de 2006 o valor de R\$1.531.399.272,40 equivalendo a 52,70% do total estimado.

Essa mesma relação, no que diz respeito à realização das despesas, foi de 53,62%, correspondendo a R\$1.558.257.213,75 do valor de R\$2.905.888.942,42 para o exercício de 2006, conforme demonstrado no Quadro n.º 9.02, Demonstração da Execução da Despesa Orçamentária, por Operações e Atividades relativo ao exercício de 2006.

No confronto dos montantes, especificados por receitas, das previsões ocorridas no exercício de 2006, decorrente dos atos e fatos executados, destacamos o que segue:

No Grupo Receitas Correntes a execução contabilizada em Outras Receitas Correntes ultrapassou em 211,69% o total previsto (de R\$19,41 milhões), já em Receita Patrimonial e Receita de Serviços, essa relação atingiu o percentual de 17,15% (sobre R\$31,84 milhões) e 54,69% (sobre R\$36,38 milhões) respectivamente. Esse grupo encerrou o exercício com o percentual de realização em torno de 75,74% do total previsto de R\$87,63 milhões.

O montante de R\$107,64 milhões estimado para o Grupo Receita de Capital, representa as alienações de estoques de produtos e de bens móveis e imóveis. Desse total foram executados R\$7.794.226,68, representando 7,24% do meta inicial.

Em 2006, tem-se por executado da movimentação financeira previstas (repasse de R\$2.710.610.983.983,42) o equivalente a 53,76% (R\$1.457.231.938,32). Do total geral tem-se como executado o valor de R\$1.558.257.213,75 (equivalente a 53,62%), discriminados conforme segue:

- 60,91% (fonte 0160) como Recursos das Operações Oficiais de Crédito (programação financeira para formação dos estoques públicos (produtos do Governo Federal – Estoque Estratégico), no valor de R\$949.326.000,00;

- 22,11% (fonte 0100) equivalente a R\$344.598.669,99, correspondem às despesas de pessoal com encargos sociais, aquisições de gêneros alimentícios para a agricultura familiar, contribuição previdência privada – Cibrius, cumprimento de sentenças judiciais trabalhistas, recuperação e modernização da rede própria de armazéns (e representaram para esse valor em 56,94%, 21,64%, 6,94%, 5,82% e 2,59% respectivamente), compra direta referente a agricultura familiar, gestão e acompanhamento dos programas – Safra Cana e Semente, distribuição de cestas e outras despesas para custeio;
- 5,09% (fonte 179) aquisições de gêneros alimentícios na composição de cestas para a agricultura familiar e apoio a instalação de bancos de alimento no montante de R\$79.373.001,04 (Fome Zero);
- 4,31% (fonte 250) aquisição de produtos para comercialização, modernização da rede própria de armazéns (representando 58,03% deste valor), auxílio transporte, auxílio alimentação, assistência médica e odontológica e demais custeio (equivalente a R\$67.221.807,20);
- 3,96% (fonte 151) aquisição de alimentos para doação (agricultura familiar) do Fome Zero, no montante de R\$61.685.930,64;
- 2,04% (fonte 0379) aquisição de alimentos para doação (agricultura familiar) do Fome Zero, Ministério de Assistência Promoção Social no valor de R\$31.831.564,95;
- 0,89% (fonte 0300) gestão e administração do programa para modernização da rede armazenadora, auxílio alimentação e assistências pré-escolar, médica e odontológica (R\$13.821.899,63);
- 0,82% (fonte 0280) gestão e administração do programa para modernização da rede armazenadora, operacionalização e comercialização de produto, auxílios alimentação e transporte, assistências pré-escolar, médica e odontológica em Recursos Diretamente Arrecadado (Pesquisa da safra cafeeira) , no montante de R\$12.735.487,05;
- 0,63% (fonte 153) para operacionalização de produtos (Estoque Estratégico) no valor de R\$9.811.674,02;
- 0,03% (fonte 150) para levantamento de safra (Safra Café) no montante de R\$441.094,46 e
- 0,02% (fonte 180) para levantamento de safra (Safra Café) no montante de R\$243.772,39.

Quanto às despesas houve maior realização no Grupo Despesas Corrente com 97,82% (equivalente a R\$345.834.273,72) sobre o total de R\$353.550.122,00 fixado. O Grupo Despesa de Capital apresentou realização de 41,44%, com participação de 60,61% sobre o total geral.

As Inversões Financeiras correspondem às aquisições de mercadorias – estoque estratégico e estoque regulador – para revenda, armazenagem e demais despesas delas decorrentes e tiveram execução de R\$939.062.025,69 (60,26%)

Registre-se que a Companhia encerrou o ano com déficit orçamentário de R\$26.857.941,35, resultante dos valores inscritos em restos a pagar em 2006, nas fontes 0100, 0160 e 0300, que foram registrados em recursos a receber do Tesouro Nacional no exercício de 2007.

Quadro 9.01

Balção Orçamentário

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		EXERCÍCIO 2006	MÊS Dez
ÓRGÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO 22211			
GESTÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO 22211		EMIÇÃO ATÉ DEZ/06	
RECEITA				
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HORZ/ %
RECEITA CORRENTE	87.633.349,00	66.373.107,40	21.260.241,60	75,74
RECEITA PATRIMONIAL	31.841.565,00	5.462.340,65	26.379.224,35	17,15
RECEITA DE SERVIÇOS	36.381.529,00	19.821.469,69	16.560.059,31	54,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.410.255,00	41.089.297,06	(21.679.042,06)	211,69
RECEITAS DE CAPITAL	107.644.592,00	7.794.226,68	99.850.365,32	7,24
ALIENAÇÃO DE BENS	107.644.592,00	7.794.226,68	99.850.365,32	7,24
SUBTOTAL(1)	195.277.941,00	74.167.334,08	121.110.606,92	37,98
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
REPASSE DA UNIÃO	2.710.610.983,42	1.457.231.938,32	1.253.379.045,10	53,76
SUBTOTAL (2)	2.710.610.983,42	1.457.231.938,32	1.253.379.045,10	53,76
RECEITAS	2.710.610.983,42	1.457.231.938,32	1.253.379.045,10	53,76
TOTAL (1+2)	2.905.888.924,42	1.531.399.272,40	1.374.489.652,02	52,70
DÉFICIT TOTAL		26.857.941,35	(26.857.941,35)	-
TOTAL GERAL	2.905.888.924,42	1.558.257.213,75	1.347.631.710,67	53,62
DESPESAS				
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HOR/ %
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.632.988.420,00	1.290.347.605,46	1.342.640.814,54	49,01
DESPESAS CORRENTES	353.550.122,00	345.834.273,28	7.715.848,72	97,82
PESSOAL E ENCARGOS SOC.	246.276.429,00	240.173.061,30	6.103.367,70	97,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍV. INT.	23.220,00	18.028,55	5.191,45	77,64
OUTRAS DESP. CORRENT.	107.250.473,00	105.643.183,43	1.607.289,57	98,50
DESPESAS DE CAPITAL	2.279.438.298,00	944.513.332,18	1.334.924.965,82	41,44
INVESTIMENTOS	20.317.966,00	5.355.674,67	14.962.291,33	26,36
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.259.000.000,00	939.062.025,69	1.319.937.974,31	41,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. INT.	120.332,00	95.631,82	24.700,18	79,47
SUBTOTAL (1)	2.632.988.420,00	1.290.347.605,46	1.342.640.814,54	(50,99)
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPLEMENTAR	156.115.963,47	189.082.535,99	(32.966.572,52)	121,12
DESPESAS CORRENTES	156.115.963,47	189.082.535,99	(32.966.572,52)	121,12
OUTRAS DE PESAS CORRENTE	156.115.963,47	189.082.535,99	(32.966.572,52)	121,12
CRÉDITO EXTRA ORDINÁRIO	116.784.540,95	78.827.072,30	37.957.468,65	67,50
DESPESAS CORRENTES	37.328.943,59	4.295.745,16	33.033.198,43	11,51
OUTRAS DE PESAS CORRENTE	37.328.943,59	4.295.745,16	33.033.198,43	11,51
DESPESAS DE CAPITAL	79.455.597,36	74.531.327,14	4.924.270,22	93,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	79.455.597,36	74.531.327,14	4.924.270,22	93,80
SUBTOTAL (2)	272.900.504,42	267.909.608,29	4.990.896,13	98,17
TOTAL(1+2)	2.905.888.924,42	1.558.257.213,75	1.347.631.710,67	53,62
TOTAL GERAL	2.905.888.924,42	1.558.257.213,75	1.347.631.710,67	53,62

Fonte: Siafi

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

O Quadro n.º 9.02 apresenta a despesa orçamentária por Operações e por Atividades, que são classificadas em Operações Governamentais e Atividades Próprias. O total de R\$1.558.257.213,75 executado no exercício de 2006, está representados basicamente pelas despesas inerentes às Operações Governamentais com 77,39% (R\$1.205.877.675,22), Unidades Estoque

Regulador (com 51,62%), Unidades Estratégico (com 11,66%), Mercado de Opções (com 10,66%) e Unidades Programas Aquisição de Alimentos (com 3,45%). Os 22,61% restantes (R\$352.379.538,53) correspondem, praticamente, aos valores gastos com pessoal e manutenção das Unidades Administrativas (com 21,26%).

Quadro 9.02
Demonstração da Execução da Despesa Orçamentária
Por Operações e Atividades

Operação e Atividade	Valor (R\$)	(%)
Operações Governamentais	1.205.877.675,22	77,39
Mercado de Opções	166.074.699,51	10,66
Unidades de Estoques Estratégicos	181.706.946,69	11,66
Unidades de Estoques Reguladores -PGPM	804.317.377,67	51,62
Unidades Programas Aquisição de Alimentos	53.778.651,35	3,45
Atividades Próprias	352.379.538,53	22,61
Unidades de Abastecimento Social - UC	1.653,30	0,00
Unidades de Armazenagem - UA	21.151.080,25	1,36
Unidades Administrativas	331.221.804,98	21,96
Total Geral da Conab	1.558.257.213,75	100,00

Fonte: SIAFI

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

9.2 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Essa demonstração se destina a evidenciar contabilmente a composição do resultado formado no exercício de 2006, em seus vários níveis, e, para efeito prático, está dividida em dois quadros específicos. O primeiro, apresenta a evolução das receitas e despesas desde o exercício de 2004 e o segundo a participação de cada grupo de Atividades no resultado do exercício.

9.2.1 - Resultado Comparado

O quadro a seguir demonstra a evolução do resultado do exercício da Companhia, a partir do ano de 2004, discriminando os principais itens que o compõe e sua participação relativa no conjunto. Esse quadro reflete todos os procedimentos determinantes para o encerramento do balanço no exercício de 2006.

Quadro 9.03
Resumo Consolidado das Demonstrações do Resultado dos Exercícios

TIPO	CONAB Dezembro/2006	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/2005	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/2004	Análise V. (%)
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	767.486.699,22	265,80	102,76	288.743.456,48	89,56	108,43	322.419.986,40	110,29
(-) DEDUÇÕES RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	(20.640.892,75)	91,93	(2,76)	-22.453.062,36	74,67	-3,08	-30.071.252,25	-10,29
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	746.845.806,47	280,46	100,00	266.290.394,12	91,09	36,49	292.348.734,15	100,00
CUSTO LÍQUIDO DAS VENDAS E SERVIÇOS	(736.726.142,39)	302,70	(98,65)	-243.382.994,02	102,38	-33,35	-237.732.188,80	-81,32
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	10.119.664,08	44,18	1,35	22.907.400,10	41,94	3,14	54.616.545,35	18,68
DESPESAS OPERACIONAIS	(364.246.109,98)	107,20	(48,77)	-339.771.370,29	114,48	-46,56	-296.801.019,90	-101,52
DESPESAS DE PESSOAL	(224.786.539,47)	118,39	(30,10)	-189.876.808,72	117,33	-26,02	-161.824.684,03	-55,35
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(139.459.570,51)	93,04	(18,67)	-149.894.561,57	111,05	-20,54	-134.976.335,87	-46,17
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	355.106.713,49	117,16	47,55	303.097.834,52	107,57	41,53	281.770.350,13	96,38
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	304.184.493,44	116,54	40,73	261.019.177,87	114,79	35,77	227.390.559,55	77,78
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	50.922.220,05	121,02	6,82	42.078.656,65	77,38	5,77	54.379.790,58	18,60
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) RESULTADO OPERACIONAL	980.267,59	-7,12	0,13	-13.766.135,67	-34,78	-1,89	39.585.875,58	13,54
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	0,00	-	193.042,92	0,00	0,03	2.975.193,81	1,02
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(312.194,58)	0	(0,04)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÕES DO ATIVO	(312.194,58)	0	(0,04)	0,00	0,00	0,00	-1.888.738,37	-0,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	668.073,01	-5,31	0,09	-12.573.092,75	-30,91	-4,72	40.672.331,02	13,91
TOTAL DE RECEITAS	1.225.593.412,71	206,66	164,10	593.034.333,92	97,67	222,70	607.165.530,34	207,69
TOTAL DE DESPESAS E DEDUÇÕES	(1.251.925.339,70)	206,72	(167,63)	-605.607.426,67	106,90	-227,42	-566.493.199,32	-193,77

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare - (*) Lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna

9.2.2 - Resultado por Atividades

Apenas para efeito de demonstração em nível de Relatório, o quadro a seguir foi elaborado a partir do princípio de Atividades Próprias e de Programas Governamentais. Na prática, porém, elas se entrelaçam, e os custos de uma atividade acabam se sobrepondo ao da outra.

O resultado, apresentado em 31.12.2006 foi positivo em R\$668.073,01. O superávit compreende os totais de R\$9.189.114,48 (superávit) da Operações Governamentais e R\$8.521.041,47, negativos, das Atividades Próprias, conforme demonstrado no Quadro nº9.04.

Quadro 9.04
Resultado Sintético por Atividades/Operações

TIPO	Atividades Próprias	Análise H. (%)	Análise V. (%)	Operações Governamentais	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/06	Análise V. (%)
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	20.083.964,50	2,62	117,46	747.402.734,72	97,38	102,42	767.486.699,22	102,76
(-) DEDUÇÕES RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	(2.985.089,51)	14,46	(17,46)	-17.655.803,24	85,54	-2,42	-20.640.892,75	-2,76
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.098.874,99	2,29	100,00	729.746.931,48	97,71	100,00	746.845.806,47	-101,37
CUSTO LÍQUIDO DAS VENDAS E SERVIÇOS	-	0,00	-	-736.726.142,39	100,00	-100,96	-736.726.142,39	-7.280,14
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	17.098.874,99	168,97	100,00	-6.979.210,91	-68,97	-0,96	10.119.664,08	-2,78
DESPESAS OPERACIONAIS	(351.267.879,34)	96,44	(2.054,33)	-12.978.230,64	3,56	-1,78	-364.246.109,98	162,04
DESPESAS DE PESSOAL	(224.796.319,47)	100,00	(1.314,68)	9.780,00	0,00	0,00	-224.786.539,47	161,18
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(126.471.559,87)	90,69	(739,65)	-12.988.010,64	9,31	-1,78	-139.459.570,51	-39,27
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	325.879.752,67	91,77	1.905,85	29.226.960,82	8,23	4,01	355.106.713,49	121,26
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	272.576.852,67	93,08	1.594,12	20.278.200,53	6,92	2,78	292.855.053,20	470,44
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	53.302.900,00	85,62	311,73	8.948.760,29	14,38	1,23	62.251.660,29	0,00
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-8.727.197.181,46	0,00	(51.039,60)	8.727.197.181,46	0,00	1.195,92	-	0,00
(*) RESULTADO OPERACIONAL	-8.735.486.433,14	0,00	(51.088,08)	8.736.466.700,73	891.232,84	1.197,19	980.267,59	0,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-231.789,79	74,25	(1,36)	-80.404,79	25,75	-0,01	-312.194,58	100,00
DESINCORPORAÇÕES DO ATIVO	-231.789,79	74,25	(1,36)	-80.404,79	25,75	-0,01	-312.194,58	-46,73
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-8.521.041,47	-1.275,47	-49,83	9.189.114,48	1.375,47	1,26	668.073,01	0,09
TOTAL DE RECEITAS	345.963.717,17	28,23	2.023,31	776.629.695,54	63,37	106,42	1.225.593.412,71	164,10
TOTAL DE DESPESAS E DEDUÇÕES	-354.484.758,64	28,32	-2.073,15	-767.440.581,06	61,30	-105,17	-1.251.925.339,70	-167,63

Fonte: Conab/Diafi/Gecon/Econt

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

(*) lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna.

9.3. Despesas Comerciais e Administrativas

Por serem significativas no contexto das despesas gerais da Companhia, e por representarem um grupo de gastos suscetíveis de cortes e contingenciamento na execução das programações orçamentárias anuais, as despesas comerciais e administrativas foram agrupadas num quadro comparativo envolvendo os exercícios de 2006, 2005 e 2004, a seguir especificados:

Quadro 9.05

Despesa Acumulada-Comerciais e Administrativas

(R\$ mil)

Natureza	Até Dez/06	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até Dez/05	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até dez/04	Anál. V. (%)
Iptu, lcms,Taxa,Cpmf,Contr.Prev.,Obrig.Patr. e Outros	13.354,08	(59,94)	9,58	33.335,97	(15,79)	22,24	39.584,82	29,33
Baixas, Fomec.,Repos.de Div.Perdas e Créd. a L/P	6.782,94	(58,67)	4,86	16.413,12	21,74	10,95	13.481,94	9,99
Compl. e Contrib.da Prev.Priv. e Patron.Cibrius	20.061,88	(8,11)	14,39	21.832,36	31,38	14,57	16.617,33	12,31
Vigilância Ostensiva	10.235,56	9,02	7,34	9.388,40	5,39	6,26	8.908,21	6,60
Progr. das Nac.Unidas p/o Desenv. Trasnf. p/Ex.Penu	15.535,45	1.086,82	11,14	1.309,00	26,45	0,87	1.035,21	0,77
Serviços de Energia Elétrica	7.255,99	17,00	5,20	6.201,55	7,52	4,14	5.768,04	4,27
Gêneros de Alimentação e PAT	12.663,29	13,79	9,08	11.128,77	23,11	7,42	9.039,66	6,70
Mat.e Ser. Hosp., Méd. e Periciais	11.845,95	39,10	8,49	8.515,91	26,89	5,68	6.711,11	4,97
Vales e Transportes	1.284,77	(13,37)	0,92	1.483,03	(13,91)	0,99	1.722,59	1,28
Serviços de Telecomunicações	2.978,54	7,71	2,14	2.765,28	8,08	1,84	2.558,62	1,90
Diárias no País, Ext., Hospedag.e Colab. Eventuais	4.768,11	2,32	3,42	4.659,92	34,63	3,11	3.461,37	2,56
Locação e Mat.p/Manut. de Bens Imóveis	4.127,89	(11,92)	2,96	4.686,77	9,76	3,13	4.270,00	3,16
Seguros em Geral	2.336,36	(15,60)	1,68	2.768,36	(18,64)	1,85	3.402,76	2,52
Mat.de Limpeza e Prod de Higieniz	2.306,97	11,99	1,65	2.060,07	5,95	1,37	1.944,38	1,44
Capatazia, Estiva e Pesagem	2.223,78	(50,47)	1,59	4.489,80	290,98	3,00	1.148,34	0,85
Passagens e Despesas com Locomoção	2.982,21	11,62	2,14	2.671,86	20,51	1,78	2.217,18	1,64
Mat.de Expediente e de Proc. de Dados	1.231,14	(48,28)	0,88	2.380,40	54,33	1,59	1.542,37	1,14
Serviços Técnicos Profissionais	2.148,01	(3,73)	1,54	2.231,14	30,07	1,49	1.715,28	1,27
Combust.e Lubrif. Automotível e p/Outras Finalidades	2.291,65	(8,42)	1,64	2.502,47	11,20	1,67	2.250,42	1,67
Material de Consumo Imediato	0,39	(83,68)	0,00	2,40	13,88	0,00	2,10	0,00
Aquisições de Bens para Revenda	63,52	21.073,42	0,05	0,30	(99,91)	0,00	342,43	0,25
Serviços de Água e Esgoto	963,25	19,50	0,69	806,05	1,63	0,54	793,13	0,59
Restos a Pagar	1.588,59	-	1,14	-	-	-	-	-
Loc., Manut. e Conservação de Equipam	1.944,11	(29,92)	1,39	2.774,19	76,11	1,85	1.575,26	1,17
Serv. e Mat. para Comunicações	1.264,82	11,79	0,91	1.131,41	12,40	0,75	1.006,60	0,75
Frete e Transp. de Encomendas,	5.363,32	(6,96)	3,85	5.764,28	27,38	3,85	4.525,21	3,35
Serv.de Apoio Adm. Téc. e Operacional	410,63	(47,17)	0,29	777,25	(76,62)	0,52	3.323,98	2,46
Serviços Judiciários	492,10	25,65	0,35	391,65	(0,14)	0,26	392,21	0,29
Material p/Manutenção de Veículos	760,69	(16,51)	0,55	911,14	22,06	0,61	746,47	0,55
Serviço de Apoio ao Ensino	1.585,86	38,38	1,14	1.146,04	51,42	0,76	756,87	0,56
Gás Engarrafado e Mat/Químico	1.498,09	(4,99)	1,07	1.576,71	37,79	1,05	1.144,30	0,85
Aquisição, Manutenção e Locação de Software	408,43	(23,51)	0,29	533,94	(34,54)	0,36	815,66	0,60
Multas, Juros e Encarg. Financ. Indedutíveis	25,19	47,03	0,02	17,13	(90,44)	0,01	179,28	0,13
Condomínio	512,25	27,02	0,37	403,27	3,98	0,27	387,84	0,29
Mat. Elétrico,Protção, Segurança	345,73	(44,48)	0,25	622,76	41,23	0,42	440,97	0,33
Serv.de Cóp., Reprod.de Doc.e Teleprocessamento	299,00	(3,13)	0,21	308,65	(7,74)	0,21	334,52	0,25
Locação e Mat. p/Manut. de Bens Móveis	323,79	(38,25)	0,23	524,36	(26,50)	0,35	713,37	0,53
Serviço de Seleção e Treinamento	562,92	(22,85)	0,40	729,67	(65,87)	0,49	2.137,98	1,58
Comissões e Corretagens	480,61	7,43	0,34	447,39	36,99	0,30	326,59	0,24
Serv., Mat. P/Utiliz. em Gráfica	429,13	(38,81)	0,31	701,35	89,34	0,47	370,42	0,27
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	93,30	(44,09)	0,07	166,89	(2,74)	0,11	171,58	0,13
Materiais de Consumo,Outros - Pagto. Antecipado	(1.850,15)	(37,65)	(1,33)	(2.967,22)	220,89	(1,98)	(924,69)	(0,69)
Mat.Odontológico, Farmac. e Hospitalar	58,07	4,84	0,04	55,39	(39,91)	0,04	92,18	0,07
Outros Serv. Terc. PJ - Pgto.Antecipado	-	(100,00)	-	2,24	(61,04)	0,00	5,76	0,00
Serviços Bancários	3,33	(47,34)	0,00	6,32	(89,72)	0,00	61,45	0,05
Classificação de Produtos	307,08	66,62	0,22	184,30	55,87	0,12	118,25	0,09
Mat. e Serv. de Cama, Mesa, Copa, Coze Doméstico	104,10	14,83	0,07	90,65	24,33	0,06	72,92	0,05
Exposições, Congressos e Conferências	339,00	(14,84)	0,24	398,07	243,02	0,27	116,05	0,09
Unifor., Tecidos e Aviamen. e Band., Flâ.e Insígnias	91,99	5,68	0,07	87,05	198,79	0,06	29,13	0,02
Serv. de Anál. e Pesq. Científica	31,76	18,16	0,02	26,88	(18,10)	0,02	32,82	0,02
Mat., Confec. de Acondicion. e Embalagens	171,13	(44,52)	0,12	308,45	19,44	0,21	258,25	0,19
Serv. e Mat. p/Áudio, Vídeo e Foto	44,17	11,48	0,03	39,62	(62,56)	0,03	105,83	0,08
Outros Serv. de Terc. PF-Pagto.Antecipado	2,19	(63,97)	0,00	6,09	5.604,83	0,00	0,11	0,00
Ferramentas e Mat. de Sinaliz Visual	16,14	(34,17)	0,01	24,52	44,57	0,02	16,96	0,01
Sementes Plantas e Insumos	1,94	49,06	0,00	1,30	(67,35)	0,00	3,99	0,00
Armazenagem	628,69	1.317,85	0,45	44,34	-	0,03	146,28	0,11
Outros Serviços/ Pagto. Antecipado	(770,60)	(2.482,06)	(0,55)	32,35	(102,10)	0,02	(1.539,94)	(1,14)
Jur.da Div.Contr.c/Inst.Financ e não Financ.At.Monet.	(5.688,22)	(38,11)	(4,08)	(9.190,85)	(20,02)	(6,13)	(11.490,73)	(8,51)
Mat. Bibliográfico não Imobilizável	14,14	178,32	0,01	5,08	54,45	0,00	3,29	0,00
Bens Móveis não Ativáveis	-	(100,00)	-	0,23	62,14	0,00	0,14	0,00
Serviços de Telefonia Móvel – Celular	-	(100,00)	-	144,90	-	0,10	-	-
Obras Instalações e Imóveis	1,78	100,00	0,00	-	-	-	-	-
Equipamento e Material Permanente	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Material para Reabilitação Profissional	0,80	100,00	0,00	-	-	-	-	-
Transferência a Inst. Privada s/Fins Lucrativos	113,19	100,00	0,08	-	-	-	-	-
Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	1,50	100,00	0,00	-	-	-	-	-
Serv. de Conserv. e Rebenef. de Mercadoria	6,59	(78,66)	0,00	30,86	1.517,18	0,02	1,91	0,00
Serviços Funerários	0,65	-	0,00	3,00	-	0,00	-	-
TOTAL	139.459,57	(6,96)	100	149.894,56	11,05	100	134.976,34	100

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

Uma rápida análise deste Quadro mostra que, o dispêndio registrado em 31/12/2006, na rubrica em epígrafe, no valor de (R\$139,46 milhões), comparado ao total de R\$149.89 milhões e este a R\$134,97 milhões no encerramento dos exercícios de 2005 e 2004, correspondeu às variações em torno de 6,96%, a menor, e 11,05%, a maior, respectivamente.

Verifica-se no Quadro Resumo Consolidado das Demonstrações do Resultado dos Exercícios 2006/2005/2004, que o grupo em questão absorveu 18,67% do total da receita líquida de vendas e serviços (R\$746.845.806,47) obtidas no exercício de 2006. No mesmo período de 2005 essa participação foi, de 56,29% do total de R\$266.290.394,12 (receita líquida) alcançada. E, em 2004, foi de 46,17% do total de R\$ 292.348.734,15

É possível constatar que, desde o exercício de 2004, as receitas líquidas de vendas e serviços têm apresentado o comportamento muito variado, pois na relação 2004/2005 ocorreu um decréscimo em torno de 8,91% (de R\$292.348.734,15, para R\$266.290.394,12 respectivamente); já em 2006 o valor de R\$767.486.699,22 superou em 80,46% o total obtido em 2005. Quanto às receitas operacionais diversas, na rubrica Transferências da União, essas variações foram de acréscimos em torno de 7,57%, (2004/2005) e 17,16%, (2005/2006), conforme os totais registrados, de R\$177.470.980,29, R\$227.390.559,55 e R\$261.019.177,87, respectivamente.

Nas Despesas Comerciais e Administrativas (Quadro nº9.05) também se destacam os maiores percentuais de participação que giraram em torno de 14,39 %, 11,14 %, 9,58 %, 9,08% e 8,49 %, referentes aos dispêndios correspondentes a Contribuições a Entidades Fechadas (Cíbrus), Transferências ao Exterior (Programa Nação Unidas para Outras Finalidades - PNUD), Obrigações Tributárias Contributivas, Gêneros de Alimentação (Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT) e Serviços Médico, Hospitalar, Odontológico e Laboratorial (SAS) que juntas, contribuíram com 52,68% para o resultado total de R\$139.459.570,51, registrado no exercício de 2006.

Para as despesas supramencionados, vale observar, as variações ocorridas comparando o mesmo período dos anos 2004/2005 e 2005/2006), conforme segue;

No Cíbrus as variações foram, de decréscimos, em torno de 8,11% (de 2005 para 2006) e acréscimo 31,38% (de 2004 para 2005). A redução está devidamente relacionado ao exposto (acrécimo de 2005. Já o acréscimo em 2005 representa o aumento da folha de pagamento e o ajuste no plano de custeio da entidade com alteração da contribuição paritária média de 8,83% para 9,22%, a partir de julho de 2004.

Em Transferências ao Exterior a variação ocorrida se deve ao cumprimento do Programa Nação Unidas para Outras Finalidades – PNUD);

Nas Obrigações Tributárias e Contributivas ocorreram reduções em torno de 15,79% (de 2004 para 2005) e 59,94% (de 2005 para 2006) tendo por maior reflexo os créditos tributários relativos ao Icms ;

No Programa de Alimentação do Trabalhador e Gêneros Alimentícios, foram 23,11%, (2004/2005) e 13,79%, (2005/2006), ambas a maior. Esses acréscimos representaram os reajustes (2004, 2005 e 2006) dos tíquetes-alimentação, aumento do número de empregados, por força de Lei nº 8.878/94 (em 2004); e dos aprovados em concurso, a nível nacional, promovido pela Conab;

Além das rubricas Materiais e Serviços Hospitalares, Médicos e Periciais as variações foram de 26,89% e 39,10% Os acréscimos representaram aumentos do número de empregados, inclusive dependentes, por força de Lei nº8.878/94), e dos aprovados em concurso,a nível nacional, promovido pela Conab, esse extensivo ao exercício de 2006.

As demais contas contábeis que compõem o resultado do período serão analisadas mais detalhadamente nos resultados específicos por unidades orgânicas.

9.4 - Resultado das Superintendências Regionais

9.4.1 - Demonstração do Resultado, por Suregs, e Matriz

Essa demonstração contábil, reflete a composição do resultado obtido pelas Superintendências Regionais e pela Matriz, no exercício de 2006, conforme o Quadro “Demonstrativo do Resultado Sintético Comparativo das Suregs e Matriz”.

O quadro mostra, também, o resultado econômico, acumulado, em seus vários níveis e por superintendências, exceto as unidades dos estoques estratégico, regulador e mercado de opções. O exercício de 2006 foi encerrado com um déficit de R\$8.521.014,47.

9.4.2 - Receitas de Vendas e Serviços

Nessas receitas, decorrentes das vendas de produtos e serviços prestados pela Companhia, o Quadro em questão especifica a participação das Superintendências para o resultado deficitário de R\$8.52 milhões, sendo evidenciadas as Suregs do RN, PB, PE, PI, seguida da Matriz, pois contribuíram com apenas 0,38% (R\$76,84 mil) para o total da receita em epígrafe (de R\$20,08 milhões) e 0,45% sobre a receita líquida (de R\$17,10 milhões) obtida no exercício de 2006. Já as Suregs RS (com 29,29%), PR (com 24,93%), GO (com 21,43%) e MG (com 14,75%), embora tenham totalizado o montante de R\$15,46 milhões (equivalente a 90,71%) dessa receita não conseguiram cobrir o baixo índice apresentado pela supramencionadas acrescidas da Matriz e das demais Suregs (17). Esses percentuais tiveram por base a receita líquida na coluna “D”.

9.4.3 - Receitas Líquidas

Essa resultante da diferença apresentada entre as receitas de vendas e serviços (R\$20.083.964,50) e as deduções que incidem sobre elas (R\$2.985.089,51), como ICMS, PASEP, COFINS e ISS, resultando no saldo de R\$17.098.874,99.

Os montantes apresentados no exercício de 2006 demonstram, para o total das 21 Superintendências Regionais e da Matriz, que as 4 Suregs mencionadas do item anterior, juntas, contribuíram com 77,55% para o saldo em questão, conforme segue; RS com 24,66%, PR com 21,33%; GO com 18,33% e MG com 13,23%, equivalentes ao total de R\$13,26 milhões.

9.4.4 - Custos e Despesas Operacionais

Os primeiros representam os custos líquidos de vendas de produtos (CMV) e serviços, arredondamento e cancelamentos enquanto as despesas operacionais decorrem das despesas de pessoal, comercial e administrativa.

Em Despesa de Pessoal são agrupados os dispêndios que interferem nos cálculos para os vencimentos e vantagens fixas (salários, adicionais, gratificações, provisões e outros), obrigações patronais (FGTS, INSS, encargos sociais e outros), outras despesas variáveis (indenizações trabalhistas, auxílios e outros), sentenças judiciais e depósitos compulsórios.

As Despesas Comerciais e Administrativas agrupam as despesas/receitas financeiras (juros da dívida com instituições financeiras, atualizações e variações monetárias cambiais não-financeiras, títulos de emissão de Instituições Financeiras Federal e outros); contribuições a entidades fechadas de previdência, material de consumo (diversas); diárias; passagens e despesas com locomoção (diversas); outros serviços de terceiros, pessoa física e jurídica (diversas); locação de mão-de-obra; obrigações tributárias e contributivas (diversas), obras, instalações e imóveis; aquisições de bens para revenda (diversas) e outras despesas operacionais (créditos diversos a

receber, adiantamentos recebidos, perdas diversas, sobras, ajustes financeiros ou não, depreciações, alienações e outros).

Os custos e as despesas operacionais apresentaram o montante de R\$351.267.879,34 representado pelo total dos saldos de R\$0,00 – Custos, R\$224.796.319,47 - Pessoal e R\$126.471.559,87 – Comercial e Administrativa.

As maiores participações para o resultado de R\$351,27 milhões foram: a Matriz com 35,21% (R\$123.696.731,31); seguida das Suregs de GO com 7,77% (R\$27.281.980,81); ES com 5,17% (R\$18.146.550,69); MG com 4,66% (R\$16.378.015,94) e PE com 4,56% (R\$16.004.091,62), perfazendo o total de R\$201,50 milhões, equivalente a aproximadamente 57,31%.

No caso da receita líquida ser tomada por base, os custos da Matriz (R\$123,70 milhões) (custo+pessoal+comercial e administrativa) ultrapassou o total dessa receita (R\$17,10 milhões) em 623,42%. Já as demais (GO, ES, MG e PE) ultrapassaram suas respectivas receitas em 770,35%, 4.606,54%, 623,56% e 107094,18. No cômputo geral as despesas em epígrafe (R\$351,27 milhões) ultrapassaram as receitas líquidas em 1.957,97%.

É válido mencionar que essas despesas são parcialmente subvencionadas com repasses do Governo Federal, inclusos no grupo Receitas Operacionais Diversas.

9.4.5 - Receitas Operacionais Diversas

Destacam-se nesse grupo as transferências financeiras (repasse), que representaram 86,83% (R\$283.906.292,91) do resultado total de R\$325.879.752,67 registrado nessa rubrica, quanto aos 12,88% restantes representam multas, juros de mora, indenizações e restituições auferidas, receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários (dividendos) e receitas diversas.

Do saldo de R\$283,91 milhões registrados na rubrica Transferências Financeiras, os valores que apresentaram maior expressividade foram os da Matriz com aproximadamente 37,76%, correspondendo a R\$123,06 milhões, seguido dos estados de GO (com 5,98%), ES (com 5,07%), PE (com 3,9%), MG (com 3,54%) e CE (3,45%).

A resultado da receita em epígrafe (R\$325,88 milhões) ultrapassou em 1.905.754,38% o total (de R\$17,10 milhões) apresentado na receita líquida (tomada por base).

9.4.6 - Resultado Não-Operacional

Esse resultado provém da diferença entre as receitas e despesas oriundas de atos e fatos contábeis ocorridos na Companhia, mas que não coadunam com as suas atividades-fim (alienações de bens móveis e bens imóveis, reversões de suas depreciações, desincorporações de ativos, baixas, doações, perdas e aquisições de bens móveis e imóveis).

O total de R\$312.194,58 resultante nessa conta, decorreu da alienações de imóveis realizadas na Matriz, restos a pagar e outros.

9.4.7 - Resultado Econômico

Esse resultado diz respeito à situação final que as Suregs e a Matriz apresentaram no exercício de 2006, ou seja a diferença entre o montante das receitas obtidas (somatórios das colunas “B”, “I” e “L”) e o das despesas despendidas (somatórios das colunas “C”, “E”, “G”, “H” e “L”), ambas no mesmo período.

O Quadro nº9.06 (coluna “M”), demonstra que as Suregs e a Matriz, em sua totalização, apresentaram déficit. Apenas a Matriz e três das 21 Suregs existentes (RJ, PR e RS), encerraram o exercício com superávit, entretanto não foi suficiente para compensar o déficit apresentados pelas demais.

9.4.8 - Relação Receita Total/Despesa Total

Essa relação se refere à proporcionalidade existente entre o total das receitas obtidas pelo total das despesas realizadas. Os indicadores dessa relação, (coluna “N”), mostram que apenas as Suregs supramencionadas e a Matriz (R\$1,15, R\$1,23, R\$1,06 e R\$1,00 respectivamente) obtiveram receitas suficientes para suprirem as despesas efetuadas. No cômputo geral, esse indicador foi de R\$0,98, face o reflexo dos resultados(déficit) conseguidos pelas demais unidades. No exercício ora analisado a Conab possuía apenas R\$0,98 de receita, para honrar cada R\$1,00 de despesa contraída.

Quadro 9.06
Demonstrativo do Resultado das Suregs, UA-Brasília e Matriz
Até Dezembro / 2006

A	B	C	D	E	F	G	H	I	L	M	N
SUREG'S	Receitas Vendas e Serviços	Deduções (-)	Receita Líquida	Custos (-)	Lucro Bruto	Despesas Operacionais (-)		Receita Operacional Diversas	Resultado Não Operacional	Resultado Econômico	Relação Rec.Total / Desp. Total
						Pessoal	Comercial e Administrativas				
AM	16,22	(2,42)	13,79	-	13,79	(3.620,18)	(1.595,51)	4.021,15	-	(1.180,74)	0,77
BA	70,92	(9,71)	61,22	-	61,22	(4.921,79)	(3.154,09)	5.119,41	-	(2.895,25)	0,64
ES	448,84	(63,27)	385,56	-	385,56	(16.229,45)	(1.917,10)	16.707,84	(0,62)	(1.053,77)	0,94
CE	273,44	(38,82)	234,62	-	234,62	(10.713,71)	(4.338,77)	11.536,72	5,14	(3.276,00)	0,78
GO	3.664,90	(530,29)	3.134,60	-	3.134,60	(17.502,57)	(9.779,41)	21.508,73	(2,60)	(2.641,24)	0,91
MA	769,13	(128,44)	640,69	-	640,69	(5.051,39)	(3.907,14)	5.873,79	7,01	(2.437,04)	0,73
MT	455,34	(92,56)	362,78	-	362,78	(5.831,36)	(5.121,04)	10.380,17	9,82	(199,62)	0,98
MS	660,98	(172,61)	488,37	-	488,37	(5.294,68)	(5.164,46)	9.513,75	(0,37)	(457,39)	0,96
MG	2.522,84	(260,36)	2.262,49	-	2.262,49	(10.349,27)	(6.028,74)	12.249,12	(3,07)	(1.869,48)	0,89
PA	282,74	(40,29)	242,45	-	242,45	(4.059,96)	(1.931,53)	4.796,86	0,02	(952,16)	0,84
PB	10,82	(5,06)	5,75	-	5,75	(4.452,04)	(1.908,59)	4.779,45	(1,70)	(1.577,12)	0,75
PR	4.262,19	(614,64)	3.647,55	-	3.647,55	(7.639,71)	(7.732,92)	12.831,18	(92,98)	1.013,12	1,06
PE	17,65	(2,72)	14,93	-	14,93	(11.778,21)	(4.225,88)	12.948,62	0,52	(3.040,03)	0,81
PI	29,42	(3,98)	25,45	-	25,45	(5.988,78)	(2.731,20)	6.481,91	(5,83)	(2.218,45)	0,75
RJ	464,87	(66,14)	398,73	-	398,73	(8.911,09)	(1.981,78)	13.240,64	(200,64)	2.545,86	1,23
RN	5,48	(0,50)	4,98	-	4,98	(4.710,20)	(1.994,10)	4.950,59	5,71	(1.743,01)	0,74
RS	5.008,45	(792,10)	4.216,35	-	4.216,35	(8.184,48)	(6.687,61)	10.682,68	-	26,93	1,00
RO	96,23	(20,23)	76,00	-	76,00	(2.792,84)	(1.560,68)	3.125,16	14,19	(1.138,18)	0,74
SC	108,68	(13,94)	94,74	-	94,74	(3.258,40)	(1.437,02)	3.804,55	(1,50)	(797,63)	0,83
SP	853,90	(104,19)	749,71	-	749,71	(4.911,02)	(2.582,91)	5.658,47	(0,50)	(1.086,24)	0,86
TO	41,56	(22,80)	18,76	-	18,76	(3.123,44)	(2.466,09)	3.449,10	-	(2.121,68)	0,62
Subtotal	20.064,62	(2.985,09)	17.079,53	-	17.079,53	-149.324,58	(78.246,56)	183.659,89	(267,38)	(27.099,11)	0,88
Matriz	19,35	-	19,35	-	19,35	(75.471,74)	(48.225,00)	142.219,86	35,59	18.578,06	1,15
TOTAL	20.083,97	(2.985,09)	17.098,88	-	17.098,88	(224.796,32)	(126.471,56)	325.879,75	(231,79)	(8.521,04)	0,98

Fonte: Sucon/Gecon
 Elab.: Conab/Presi/Supav/Geare

10 - Gestão Patrimonial

10.1 - Análise do Balanço Patrimonial

Essa análise tem por finalidade confrontar os dados e valores que constituem o Balanço Patrimonial correspondente ao exercício de 2006, com os de 2005, e as variações ocorridas nos grupos de contas que integram o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido.

a) Ativo

Representa os bens e direitos que a Companhia tem, em decorrência das aplicações de seus recursos e dos resultados alcançados. O Quadro nº10.1, mostra que, em relação ao total apurado em 2005 (R\$2.663.249.088,73), o Ativo teve acréscimo de 8,97%, totalizando R\$2.367.971.514,25, resultado do aumento registrado nos grupos Circulante (8,87%) e Realizável a Longo Prazo (796,07), parcialmente compensado pela redução contabilizada no Ativo Permanente (-3,28%).

Segue um breve comentário sobre os subgrupos e contas, cujas variações ou participações nos grupos são mais representativas.

➤ Circulante

Com valor apurado de R\$2.580.455.383,00, os grupos que constituem esse título tiveram maior influência no total das realizações desempenhadas pela Companhia, pois representaram 90,17% do Ativo em 2006, contra 88,91% no exercício anterior, e tiveram crescimento de 8,97% em relação ao valor de R\$2.367.971.514,25, contabilizado em 2005.

Comparativamente ao resultado de 2005, o subgrupo Disponível teve redução de 16,82%, caindo de R\$44.926.167,91 para R\$37.368.471,61, em decorrência da redução dos valores em Bancos Conta Movimento (11,92%) e em Aplicações Financeiras (16,82%). Tais reduções foram decorrentes da maior participação da Companhia nas despesas de custeio e benefícios aos empregados.

O subgrupo Créditos em Circulação representou 25,96% do total do Ativo, com variação positiva de 37,62%, aumentando de R\$539.892.902,74, em 2005, para R\$742.980.402,90, em 2006. Ele registra, entre outros, os direitos que a Companhia tem pelas vendas e recolhimento antecipado de ICMS. O aumento é reflexo das variações registradas nas contas Créditos a Receber (41,40%), onde se destacou Créditos Tributários com crescimento de 45,78% (R\$71.243.112,16); Devedores-Entidades e Agentes (36,64%); e Adiantamentos Concedidos (21,59%).

Em Bens e Valores em Circulação estão agrupados os valores correspondentes aos estoques adquiridos pela Companhia, que representaram cerca de 62,24% do total do Ativo. Apesar do acréscimo registrados em Estoques de Distribuição (36.459,84%), em Almoxarifado (16,74%), em Títulos e Valores em Circulação (166,15%), em Estoques em Trânsito (245,38%) e Compra Antecipada-Entrega Futura (44,12%); a redução de Estoques para Alienação, de 4,44%, provocada pela boa performance nas vendas, via leilão público e vendas em balcão, provocou redução neste Grupo de R\$80.734,25.

• Realizável a Longo Prazo

Esse grupo abrange créditos, financiamentos, recursos vinculados em longo prazo e depósitos compulsórios. O valor apurado no fim do exercício de 2006 foi de R\$55.406.400,56, representando 19,36% do total do Ativo, com crescimento de 796,07% sobre o valor de R\$61.831.933,44, contabilizado em 2005.

- **Ativo Permanente**

Registra os investimentos da Companhia em caráter permanente, isto é, que não se destinam à venda, sendo composto por ações de outras Companhias, bens imóveis, bens móveis e outros, com redução de 7,05% nos investimentos e de 0,51% no Imobilizado.

Quadro 10.1
Balanco Patrimonial - Ativo

Ativo	2005	Análise Vertical	2006	Análise Vertical	Variação (%)	Diferença
Circulante	2.367.971.514,25	88,91	2.580.455.383,00	90,17	8,97	212.483.868,75
Disponível	44.926.167,91	1,69	37.368.471,61	1,31	-16,82	-7.557.696,30
Bancos Conta Movimento	11.481,50	0,00	10.113,12	0,00	-11,92	-1.368,38
Aplicações Financeiras	44.914.686,41	1,69	37.358.358,49	1,31	-16,82	-7.556.327,92
Créditos em Circulação	539.892.902,74	20,27	742.980.402,90	25,96	37,62	203.087.500,16
Créditos a Receber	280.156.688,10	10,52	396.143.716,70	13,84	41,40	115.987.028,60
Devedores por Fornecimento	15.673.876,01	0,59	18.278.100,05	0,64	16,62	2.604.224,04
Créditos tributários	155.622.897,01	5,84	226.866.009,17	7,93	45,78	71.243.112,16
Recursos a Receber	101.051.630,48	3,79	139.253.427,53	4,87	37,80	38.201.797,05
Créditos Diversos a Receber	7.808.284,60	0,29	11.746.179,95	0,41	50,43	3.937.895,35
Devedores-Entidades e Agentes	251.834.857,14	9,46	344.103.138,41	12,02	36,64	92.268.281,27
Entidades Devedoras	8.488.249,39	0,32	13.392.756,83	0,47	57,78	4.904.507,44
Créditos Parcelados	5.788.858,96	0,22	194.327,66	0,01	-96,64	-5.594.531,30
Recursos da União	8.425.008,04	0,32	64.720.514,70	2,26	668,20	56.295.506,66
Diversos Responsáveis	229.132.740,75	8,60	265.795.539,22	9,29	16,00	36.662.798,47
Adiantamentos Concedidos	2.239.285,44	0,08	2.722.815,32	0,10	21,59	483.529,88
Adiantamentos a Pessoal	2.722.815,32	0,10	2.239.285,44	0,08	-17,76	-483.529,88
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	5.662.072,06	0,21	10.732,47	0,00	-99,81	-5.651.339,59
Valores em Trânsito Realizáveis	0,00	-	0,00	-	-	0,00
Bens e Valores em Circulação	1.781.170.242,32	66,88	1.781.089.508,07	62,24	0,00	-80.734,25
Estoques para Alienação	1.620.756.213,44	60,86	1.548.729.996,32	54,12	-4,44	-72.026.217,12
Estoques de Distribuição	1.197,80	0,00	437.913,77	0,02	36.459,84	436.715,97
Almoxarifado	808.898,53	0,03	944.282,99	0,03	16,74	135.384,46
Títulos e Valores em Circulação	132.144,42	0,00	351.701,50	0,01	166,15	219.557,08
Estoques em Trânsito	397.807,21	0,01	1.373.951,34	0,05	245,38	976.144,13
Compra Antecipada-Entrega Futura	159.073.980,92	5,97	229.251.662,15	8,01	44,12	70.177.681,23
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.982.201,28	0,07	19.017.000,42	0,66	859,39	17.034.799,14
Valores Pendentes	1.982.201,28	0,07	19.017.000,42	0,66	859,39	17.034.799,14
Realizável a Longo Prazo	61.831.933,44	2,32	55.4056.400,56	19,36	796,07	492.224.467,12
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	26.402.659,42	0,99	31.627.109,85	1,11	19,79	5.224.450,43
Depósitos Compulsórios	838.265,17	0,03	838.265,17	0,03	-	0,00
Recursos Vinculados	25.564.394,25	0,96	30.788.844,68	1,08	20,44	5.224.450,43
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	35.429.274,02	1,33	23.779.290,71	0,83	-32,88	-11.649.983,31
Devedores-Entidades e Agentes	13.149.794,04	0,49	6.604.185,52	0,23	-49,78	-6.545.608,52
Créditos Diversos a Receber	22.279.479,98	0,84	17.175.105,19	0,60	-22,91	-5.104.374,79
Ativo Permanente	233.445.641,04	8,77	225.778.358,73	7,89	-3,28	-7.667.282,31
Investimentos	98.918.606,98	3,71	91.941.037,84	3,21	-7,05	-6.977.569,14
Participações Societárias	37.137.743,62	1,39	35.034.602,60	1,22	-5,66	-2.103.141,02
Outros Investimentos	61.780.863,35	2,32	56.906.435,24	1,99	-7,89	-4.874.428,11
Imobilizado	134.527.034,06	5,05	133.837.320,89	4,68	-0,51	-689.713,17
Bens Imóveis	210.318.739,61	7,90	217.210.685,57	7,59	3,28	6.891.945,96
Bens Móveis	39.835.274,11	1,50	41.898.392,30	1,46	5,18	2.063.118,19
Depreciações	-115.626.979,66	-4,34	-125.271.756,98	-4,38	8,34	-9.644.777,32
Total	2.663.249.088,73	100,00	2.861.640.142,29	100,00	7,45	198.391.053,56

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

b) Passivo

Esse grupo do balanço patrimonial, composto pelas obrigações de curto e longo prazos, demonstra as origens dos recursos obtidos pela Companhia. Em 2006, as contas classificadas em

grupos, por especificação, somaram R\$2.861.640.142,29, com crescimento de 7,45% sobre as do ano anterior, cujo valor foi de R\$2.663.249.088,73 (diferença, a maior de, R\$198.391.053,56), reflexo do aumento no grupo Circulante (8,93%) e redução no Exigível a Longo Prazo (24,62%) e Patrimônio Líquido (0,83%).

O Quadro nº10.2, demonstra a classificação e participação dos grupos em relação ao resultado total, e também as variações ocorridas no confronto com os valores registrados em 2005.

➤ **Circulante**

Representa as obrigações que serão liquidadas durante o exercício de 2007, tendo maior representatividade os financiamentos relativos às aquisições e despesas relacionadas com os estoques públicos. Com valor de R\$2.462.632,47, apurado no fim do exercício social de 2006, representou 86,06% do valor total do Passivo, com variação positiva de 8,93% sobre o registrado em 2005 (R\$2.260.744.734,71).

Em 2006, o valor total do subgrupo Depósitos foi de R\$33.556.266,80, com participação no total do Passivo de 1,17%, e crescimento de 112.04% sobre o valor de R\$15.825.132,35 contabilizado em 2005.

O valor dos Recursos da União, repassado em 2006, atingiu R\$6.876.557,85, representando 0,24% do Passivo, com redução de 47,48% sobre os R\$13.092.634,94 apurados em 2005.

O valor dos Depósitos de Diversas Origens registrou aumento de 2.129,96% (R\$24.785.315,55), entre 2005 e 2006. No primeiro ano foi contabilizado o total de R\$1.163.653,01, com participação de 0,04% no total, e no segundo, R\$25.948.968,56 (0,91%).

Entre 2005 e 2006, o subgrupo Obrigações em Circulação apresentou crescimento de 8,20% (R\$2.429.076.193,67), com crescimento da participação no total do Passivo, passando de 84,29% para 84,44%, respectivamente. Neste exercício, e comparativamente ao anterior, as Obrigações a Pagar tiveram variação para mais de 9,90%, passando de R\$41.640.205,88 para R\$45.763.495,20; as Provisões aumentaram em 8,44% (de R\$73.975.074,74 para R\$80.215.288,91); os Credores-Entidades e Agentes aumentaram 61,69%, passando de R\$235.334.070,07 para R\$380.503.152,38; as Operações de Crédito, representando cerca de 71,09% do total do Passivo, em 2005, tiveram crescimento de 1,02% passando a participar com 66,84% em 2006; os Adiantamentos Recebidos apresentaram crescimento de 2.989,38%, passando de R\$319.245,61 para R\$9.862.703,79, e Outras Obrigações, redução de 82,59% (de R\$354.109,60 para R\$61.638,54).

➤ **Exigível a Longo Prazo**

Constituído pelas obrigações exigíveis, cujas liquidações se dão em prazo superior a um ano, representou cerca de 0,02% do total do Passivo de 2006, com queda de 24,62% em relação ao ano anterior, caindo de R\$689.208,35 para R\$519.556,85.

➤ **Patrimônio Líquido**

Representa o capital dos acionistas, as reservas exigidas pela legislação, os resultados acumulados e os obtidos no período encerrado e em análise.

Respondendo por 13,93% do Passivo em 2006, o Patrimônio Líquido teve redução de 0,83% sobre o valor apurado no ano anterior, caindo de R\$401.815.145,67, em 2005, para R\$398.488.124,97, em 2006. Destaca-se a variação de R\$13.241.165,76 contabilizado em Resultado do Período, passando de -R\$12.573.092,75 para R\$668.073,01.

Quadro 10.2

Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	2005	Análise Vertical	2006	Análise Vertical	Variação (%)	Diferença
Circulante	2.260.744.734,71	84,89	2.462.632.460,47	86,06	8,93	201.887.725,76
Depósitos	15.825.132,35	0,59	33.556.266,80	1,17	112,04	17.731.134,45
Consignações	1.568.844,40	0,06	730.740,39	0,03	-53,42	-838.104,01
Pensão Alimentícia	4.078,14	0,00	192,48	0,00	-95,28	-3.885,66
Planos de Seguros	87.992,72	0,00	0,00	-	-100,00	-87.992,72
Empréstimos	160.471,75	0,01	327.166,44	0,01	103,88	166.694,69
Outros Tributos e Consignações	1.316.301,79	0,05	403.381,47	0,01	-69,35	-912.920,32
Recursos da União	13.092.634,94	0,49	6.876.557,85	0,24	-47,48	-6.216.077,09
Recursos Fiscais	3.901.664,41	0,15	2.747.510,57	0,10	-29,58	-1.154.153,84
Recursos Previdenciários	9.190.970,53	0,35	4.129.047,28	0,14	-55,07	-5.061.923,25
Depósitos de Diversas Origens	1.163.653,01	0,04	25.948.968,56	0,91	2.129,96	24.785.315,55
Obrigações em Circulação	2.244.919.602,36	84,29	2.429.076.193,67	84,88	8,20	184.156.591,31
Obrigações a Pagar	41.640.205,88	1,56	45.763.495,20	1,60	9,90	4.123.289,32
Fornecedores	13.258.969,57	0,50	22.539.574,48	0,79	69,99	9.280.604,91
Pessoal a Pagar	145,82	0,00	1.661,34	0,00	1.039,31	1.515,52
Encargos Sociais a Recolher	950.591,52	0,04	0,00	-	-100,00	-950.591,52
Obrigações Tributárias	25.491.780,00	0,96	477.843,32	0,02	-96,13	-25.013.936,68
Resíduos Passivos	1.934.393,49	0,07	21.161.920,28	0,74	993,96	19.227.526,79
Débitos Diversos a Pagar	4.325,48	0,00	1.582.495,78	0,06	36.485,44	1.578.170,30
Provisões	73.975.074,74	2,78	80.215.288,91	2,80	8,44	6.240.214,17
Provisões para 13.º Salário	0,00	-	0,00	-	-	0,00
Provisões para Férias	13.958.060,35	0,52	15.255.834,50	0,53	9,30	1.297.774,15
Provisões para o INSS	8.595.517,26	0,32	9.250.889,13	0,32	7,62	655.371,87
ICMS s/ Mercadorias para Revenda	25,20	0,00	3.846.410,15	0,13	15.263.432,34	3.846.384,95
Provisões para ICMS	46.468.782,86	1,74	46.468.782,86	1,62	-	0,00
Provisões para o PIS	1.961,07	0,00	1.961,07	0,00	-	0,00
Provisões para COFINS	9.032,83	0,00	9.032,83	0,00	-	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	4.941.695,17	0,19	5.382.378,37	0,19	8,92	440.683,20
Credores-Entidades e Agentes	235.334.070,07	8,84	380.503.152,38	13,30	61,69	145.169.082,31
Entidades Credoras	235.334.070,07	8,84	380.503.152,38	13,30	61,69	145.169.082,31
Operações de Crédito	1.893.296.896,46	71,09	1.912.669.913,85	66,84	1,02	19.373.017,39
Internas e Externas	87.417,59	0,00	82.260,79	0,00	-5,90	-5.156,80
Operações Especiais	1.893.209.478,87	71,09	1.912.587.653,06	66,84	1,02	19.378.174,19
Adiantamentos Recebidos	319.245,61	0,01	9.862.703,79	0,34	2.989,38	9.543.458,18
Adiantamentos de Clientes	319.245,61	0,01	9.862.703,79	0,34	2.989,38	9.543.458,18
Valores em Trânsito Exigíveis	0,00	-	0,00	-	-	0,00
Outras Obrigações	354.109,60	0,01	61.639,54	0,00	-82,59	-292.470,06
Exigível a Longo Prazo	689.208,35	0,03	519.556,85	0,02	-24,62	-169.651,50
Obrigações Exigíveis a L.Prazo	689.208,35	0,03	519.556,85	0,02	+24,62	-169.651,50
Depósitos e Cauções	69.420,00	0,00	69.420,00	0,00	-	0,00
Operações de Crédito-Interna	36.915,04	0,00	0,00	-	-100,00	-36.915,04
Operações de Crédito-Externa	582.873,31	0,02	450.136,85	0,02	-22,77	-132.736,46
Patrimônio Líquido	401.815.145,67	15,09	398.488.124,97	13,93	-0,83	-3.327.020,70
Capital	223.180.498,85	8,38	223.180.498,85	7,80	-	0,00
Reservas	35.992.119,39	1,35	36.080.943,03	1,26	0,25	88.823,64
Reserva de Capital	25.989.775,21	0,98	26.078.598,85	0,91	0,34	88.823,64
Reservas de Lucros	10.002.344,18	0,38	10.002.344,18	0,35	-	0,00
Resultado Acumulado	155.215.620,18	5,83	138.558.610,08	4,84	-10,73	-16.657.010,10
Resultado do Período	-12.573.092,75	-0,47	668.073,01	0,02	-105,31	13.241.165,76
Total	2.663.249.088,73	100,00	2.861.640.142,29	100,00	7,45	198.391.053,56

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab.: Conab/Digem/Supav/Geare

c) Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

O quadro das demonstrações das origens e aplicações de recursos espelha as informações relativas às operações de financiamento (origem dos recursos) e investimentos (aplicações) realizadas pela Companhia, evidenciando as alterações na posição financeira, tendo como base o Balanço Patrimonial nos exercícios de 2005 e 2006.

Quadro 10.03
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Descrição	Até Dezembro/2006	Até Dezembro/2005
1.ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	668.073,01	0,00
Depreciações	10.070.326,92	0,00
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	-65.599,45	0,00
Resultado Ajustado do Exercício	10.672.800,48	0,00
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	6.425.532,88	636.349,94
Alienação de Investimentos e do Ativo Imobilizado	62.800,72	5.272.763,44
Desincorporação de Bens Patrimoniais/Investimentos	1.114.546,56	8.820.879,30
TOTAL DAS ORIGENS	18.275.680,64	14.729.992,68
2.APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	12.573.092,75
Depreciações	0,00	-9.453.712,28
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	0,00	2.447.648,37
Resultado Ajustado do Exercício	0,00	5.567.028,84
Aquisições de Bens ou Direitos do Ativo Imobilizado	3.463.426,82	6.653.018,74
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	169.651,50	199.080,16
TOTAL DAS APLICAÇÕES	3.633.078,32	12.419.127,74
3.VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	14.642.602,32	2.310.864,94
4.DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	2.367.971.514,25	1.570.554.626,52
Resultado de Exercício Anterior	-46.678,47	-7.732.921,86
Ativo Circulante Inicial Ajustado	2.367.924.835,78	1.562.821.704,56
No Final do Exercício	2.580.455.383,00	2.367.971.514,25
	212.530.547,22	805.149.809,69
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do exercício	2.260.744.734,71	1.457.905.789,96
Resultado de Exercícios Anteriores	3.999.780,86	0,00
Passivo Circulante Inicial Ajustado	2.264.744.515,57	1.457.905.789,96
No Final do Exercício	2.462.632.460,47	2.260.744.734,71
	-197.887.944,90	-802.838.944,75
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	14.642.602,32	2.310.864,94

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon
 Elab.: Conab/Digem/Supav/Geare

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Com base no Balanço Patrimonial da Companhia, o Quadro 10.4, demonstra as mutações do Patrimônio Líquido (capital realizado, reservas, resultado acumulado do período) relativas ao exercício de 2004, e o resultado acumulado, obtido no mesmo período de 2005.

Quadro 10.4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Discriminação	Capital Realizado	Reservas de Capital		Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Correção Monetária do Capital	Doações e Subvenção P/ Investimento	Reserva Legal		
Saldo em 01/01/2005	223.180.498,85	25.373.084,13	583.093,08	10.002.344,18	162.948.542,14	422.087.562,38
Resultado de Exercício Anterior					-7.732.921,96	-7.732.921,96
Resultado do Exercício					-12.573.092,75	-12.573.092,75
Doações			33.598,00			33.598,00
Saldo em 31/12/2005	223.180.498,85	25.373.084,13	616.691,08	10.002.344,18	142.642.527,43	401.815.145,67
Resultado de Exercício Anterior					-4.083.917,35	-4.083.917,35
Resultado do Exercício					668.073,01	668.073,01
Doações			88.823,64			88.823,64
Saldo em 31/12/2006	223.180.498,85	25.373.084,13	705.514,72	10.002.344,18	139.226.683,09	398.488.124,97

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon
 Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

10.2 - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração de Valor Adicionado, demonstra o valor da contribuição da Companhia para a geração da riqueza nacional, e demonstrar a distribuição para a sociedade na forma de remuneração do trabalho, Governo, entidades comerciais.

Quadro 10.5
Demonstração do Valor Adicionado

Descrição	Valor
1. RECEITAS	767.173.161,86
1.1 Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	767.485.356,44
1.2 Não Operacionais	-312.194,58
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	818.717.183,47
2.1 Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	745.904.601,64
2.2 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	72.865.581,83
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-51.597.021,61
4. RETENÇÕES	10.094.575,54
4.1 Depreciação	10.094.575,54
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-61.691.597,15
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	360.891.638,88
6.1 Receitas/Despesas Financeiras	360.891.638,88
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	299.200.041,73
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	299.200.041,73
8.1 Pessoal e Encargos	258.030.507,20
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	39.029.529,67
8.3 Juros e Aluguéis	1.471.931,85
8.4 Lucros Retidos/Prejuízo do Período	668.073,01

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Elab: Conab/Presi/Supav/Geare

10.3 - Alienação de Bens Imóveis

Desde sua criação, a Companhia implantou um processo de racionalização dos ativos permanentes, com ações de regularização de imóveis e benfeitorias, venda, doações e cessão em comodato daqueles não operacionalizados.

Durante o exercício de 2006 foram doados quatro terrenos e vendido um armazém, a saber:

- Doação - Terreno
 - Parnarama/MA – Rua Bairro Agovima, s/n.º
 - Alto Paranaíba/MA – Av. Presidente Juscelino, s/n.º, Bairro Santa Cruz
 - Alto Paranaíba/MA - Av. Presidente Juscelino, s/n.º, Bairro Santa Cruz
 - Buriti/MA – Rua Juvenal de Souza, s/n.º
- Venda – Armazém
 - Lucélia-SP – Estrada LCL 450, Bairro Santa Maria (Valor da venda R\$110.000,00)

No fim do período a Conab contava com 270 imóveis, sendo 112 ainda não regularizados e 158 regularizados, localizados em 25 Estados da Federação e no Distrito Federal, conforme detalhado no quadro 10.6.

Quadro 10.6
Demonstrativo da Quantidade de Imóveis, por Situação

SUREG	Nº IMOVEIS	REGULARIZ.	NÃO REGULARIZ.	SUREG	Nº IMOVEIS	REGULARIZ	NÃO REGULARIZ.
SP	9	4	05	MT	15	3	12
RJ	24	7	17	MS	18	13	5
PE/AL	18	15	03	TO	03	03	-
CE	18	17	01	SC	05	05	-
BA/SE	13	12	01	RN	12	08	04
RS	10	09	1	ES	04	4	-
PA	11	05	6	AM/RR	7	3	4
MG	08	07	01	RO/AC	19	4	15
DF	7	7	-	PI	10	5	05
PR	11	10	01	PB	12	05	07
MA	13	10	3	TOTAL	267	170	97
GO	20	14	6				

Fonte: Conab/Diafi/Supad/Gepas

Elab.: Conab/Presi/Supav/Gere

11 – Demais Informações Gerais e Específicas – Anexo II da DN/TCU nº 81/2006

11.1 - Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, constando, individualmente, a indicação do custo total, o valor do empréstimo contratado e da contrapartida ajustada, os ingressos externos, a contrapartida nacional e as transferências de recursos (amortização, juros, comissão de compromisso e outros, individualizadamente) ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, com esclarecimentos, se for o caso, sobre os motivos que impediram ou inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade de cada projeto ou programa, indicando as providências adotadas em cada caso. **(item 08 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006).**

Não houve ocorrência

11.2 - Resultados do acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal, bem como o impacto sócio-econômico gerado por essas atividades, apresentando, ainda, demonstrativos que expressem a situação atual destes projetos e instituições. **(item 09 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006).**

Não houve ocorrência

11.3 - Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no período a que se referem as contas, apresentando, sempre que possível, uma série histórica desses valores considerando o exercício a que se referem as contas e os dois exercícios anteriores. **(item 11 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006).**

A Conab não utiliza Cartões de Crédito

11.4 - Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002. **(item 12 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006).**

A Conab, por tratar-se de Empresa Pública cujos empregados são regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não emite atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensões.

Sua folha de pagamento, e, por consequência, as inclusões (admissões) e exclusões (demissões), é processada pelo SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. Dele deriva sua contabilização pelo SIAFI- Sistema de Administração Financeira/MF, sua informação pelo SIPES- Sistema Integrado de Pessoal-MP e o respectivo CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-MTb.

Especificamente quanto aos Atos de Admissão e Demissão conforme Anexo II – Item 12 da DN 81 de 06/12/2006, que trata do SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões, informamos que a documentação específica encontra-se à disposição para eventual exame pelo Controle Interno e Externo, tendo a área de recursos humanos sido instruída a compatibilizá-los com o Sistema previsto na IN-TCU 44/2002.

11.5 - Providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento. (item 14 da DN/TCU nº 81/2006);

O quadro a seguir, assim como o **Anexo 1** apresentam as informações requeridas.

Quadro 11.01
Providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU

<i>Documento solicitante</i>	<i>Solicitação</i>	<i>Providências</i>
Processo Individualizado DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I		
Sureg/GO - Conforme termos do fax n.º 0348, de 16/1/2007.		
I – Ofício n.º 1139, de 18/10/06 – Encaminhamento de documentação referente ao processo de multa cominada ao empregado Willian Alberany Lemos Barbosa (<i>conforme cópia do Fax n.º 0348, de 16/1/2007, anexa</i>).	Correção de parcelas	O assunto está regularizado
II - Ofício n.º 1138, de 18/10/2006 – Solicita cópias dos contracheques do ex-empregado Paulo Roberto Garcia Coelho (<i>conforme cópia do Fax n.º 0348, de 16/1/2007, anexa</i>).	Demonstração do desconto mensal ocorrido referente à multa de R\$ 10.000,00 a ser recolhida aos cofres da Secretaria do Tesouro Nacional	O TCU foi informado de que o empregado não mais pertence aos quadros da Conab.
III – Ofício n.º 1217, de 1/11/2006 - Solicita cópia do contracheque de outubro de 2006 do empregado Willian A Lemos Barbosa (<i>conforme cópia do Fax n.º 0348, de 16/1/2007, anexa</i>).	Comprovantes de ingresso aos cofres do Tesouro Nacional da parcela referente à multa imposta ao empregado.	Solicitação atendida
Processo Consolidado - DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I		
Matriz e Demais Suregs		
I – Ofício n.º 1.061/2006 – 5ª SECEX – Processo n.º TC – 014.368/2006-4, em face dos termos dos Acórdãos n.º 2.963/2006 e n.º 3.442/2006.	Medidas administrativas cabíveis para a imediata suspensão dos pagamentos referentes ao auxílio moradia instituído pela Conab.	As medidas necessárias para o atendimento da determinação estão sendo tomadas. Observando-se que foi estipulado o prazo de 60 dias para implementar a determinação.
II – Ofício n.º 3022/2006 – TCU/SECEX – Processo n.º TC – 010.555/2004-2, em face dos termos do Acórdão n.º 1.386/2006 (<i>conforme CI CEPEA n.º 098</i>).	Esclarecimentos pertinentes aos subitens b.5 e b.16 do mencionado Ofício.	Encaminhado Ofício Conab Presi n.º 0411, de 30/6/2006, ao Secretário de Controle Externo da 5ª Secretaria de Controle Externo do TCU.
III - Ofício n.º 3022/2006 – TCU/SECEX – Processo n.º TC – 010.555/2004-2, em face dos termos do Acórdão n.º 1.386/2006 (<i>conforme CI CEPEA n.º 098</i>).	Esclarecimentos pertinentes ao subitem b.3 do Ofício n.º 3022/2006 – TCU/SECEX – (Processo n.º TC – 010.555/2004-2)	Encaminhado Ofício Conab Presi n.º 0424, de 7/7/2006, ao Secretário de Controle Externo da 5ª Secretaria de Controle Externo do TCU.
IV – Ofício n.º 0986, de 22/11/2006, da 5ª SECEX – Processo 010.555/2004-2, em face dos termos do Acórdão n.º 2.175/2006.	Determinação de que a Conab abstenha-se de incluir nos contratos de prestação de serviços a obrigação de ressarcir à contratada as despesas de transporte e hospedagem de empregados; e informar às Representações Regionais da determinação do subitem 2.1.	As Suregs foram orientadas a procederem em consonância ao que determina os termos do Acórdão em lide, por meio da CI Circular Supad n.º 010, de 9/1/2007.
Acórdão TCU nº 1.386/2006 (Ofício nº 3022/2006 – TCU/SECES-5, de 8/6/06).	Determinação de “informar na próxima prestação de contas”.	Encaminhado Ofício Conab PRESI nº 066, de 16/02/2007, contendo Nota Técnica CEPEA Nº 001/2006, dirigido ao TCU/5ª SECEX, Conforme ANEXO 1

Fonte: Fonte: Conab/Coaud/Cepea

11.6 - Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, emitido pelo setor competente, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de dezembro de 1996 (Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas). (item 15 DN/TCU nº 81/2006).

Não Houve ocorrência

Fonte: Fonte: Conab/Coaud

11.7- Demonstrativo relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de novembro de 1996. (item 16 DN/TCU nº 81/2006).

Não Houve ocorrência

Fonte: Fonte: Conab/Coaud

11.8 - Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficado a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de tomada de contas especial., conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU. (item 17 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006).

Processo/Fato	Procedimentos	Situação Atual
SUREG BA		
30) Processo n.º 05.021/2006. Ato Sureg n.º 19, de 29/5/2006. Apuração pelos fatos e responsabilidades pelas multas e juros de INSS e ISS recolhidos em atraso sobre as NF's 8539 a 8543, 8545, 8546, 8549, 8551, 8552 e 8771 da empresa Guard Secure Segurança Empresarial Ltda. CNPJ n.º 42.035.097/0001-18. R\$172,29 / 2005 GP 900337, R\$91,45 / 2005 GP 900341, R\$226,42 / 2005 GP 900395, R\$68,92 / 2005 OB 903207 E R\$146,94 / 2005 OB 903233.	Seguindo as orientações da Resolução Presi n.º 019/2000, que instrui o parcelamento dos débitos de natureza administrativa, foi autorizado o parcelamento pleiteado pelo empregado José Donato Marques dos Santos. Processo enviado à Gefad, em 26/10/2006, para acompanhamento do ressarcimento parcelado em 12 vezes na Fopag.	Estando todos os atos executados no presente Processo Apuratório em consonância com as normas que regem o PIA e, após Despacho Cojur acolhendo o Parecer Prore/BA n.º 040/2006, a Superintendente Regional comunicou ao empregado José Donato M. Santos que o prejuízo de R\$706,02 lhe é imputável.
31) Processo n.º 05.090/2006. Ato Sureg n.º 16, de 2/6/2006. Apuração pelos fatos e respectivas responsabilidades pelas multas e juros sobre recolhimento em atraso dos impostos diversos IR, CSLL, CONFINS, PIS/PASEP.	Processo encaminhado à Supad, em 26/07/2006 para arquivamento.	Considerando a manifestação da Comissão Apuradora, a Superintendente Regional comunicou ao empregado José Carlos Trindade Pires que por meio do presente Processo Administrativo contactou-se que o prejuízo de R\$155,98 lhe é imputável. O pagamento foi efetuado em uma única parcela, pela Gefad e a Secof por reconhecerem o comprometimento e a dedicação do empregado.
SUREG CEARÁ		
33) Processo n.º 04.267/2005 – Ato Sureg n.º 016, de 20/05/2005 – apurar responsabilidade pela multa no pagamento do IPTU/2005 da UA/MARACANAÚ, efetuado após o vencimento.	Processo concluído e arquivado na GEADI.	O encarregado do SECOF assumiu o valor da multa – R\$261,08, que será descontada na Folha de Pagamento em três parcelas.
SUREG MATO GROSSO DO SUL		

Processo/Fato	Procedimentos	Situação Atual
56) Processo n.º 13.0112/2003 – Ato Sureg n.º 022, de 25/08/2004. Apuração de responsabilidade pelo desaparecimento de um determinador de umidade GEHAKA – modelo Universal, n.º ZG-53512 na ex-UA Ponta Porã (MS).	A PRORE/MS analisou a nova defesa do ex-gerente da U.A. Ponta Porã (MS), sendo o processo específico encaminhado à PROGE para decisão final.	Foi imputado ao empregado a responsabilidade pelo desaparecimento do aparelho, o qual será descontado a importância de R\$2.930,00 em 8 parcelas.
SUREG MINAS GERAIS		
63) Processo n.º 08.105/2005 – Acidente sem vítima com o veículo placa GMF2996 – Ato Sureg n.º 035, de 27/4/2005.	Empregado absolvido, Sra. Berenice Janya da Costa resolve amigavelmente pelo pagamento do prejuízo causado ao veículo da Conab. Processo remetido ao Secof para acompanhamento e recebimento das parcelas.	
64) Processo n.º 08.114/2005. Ato Sureg n.º 037, de 3/5/2005. Acidente sem vítima com o veículo placa GMF1553.	Arquivado.	Processo concluído. Empregado quitou o débito.
SUREG PARÁ		
73) Processo n.º 07.014/2006 – Ato Sureg n.º 004, de 30/1/2006. Apurar os fatos e possível responsabilidade, referente ao desaparecimento de produtos armazenados na UA/Ananindeua. Prorrogado pelos Atos Sureg n.ºs 006, de 3/3 e 009, de 10/4/2006.	Após ciência da Superintendência, análise e parecer Prore, prorrogado prazo por mais 30 dias visando a conclusão dos fatos.	A empresa de vigilância FALCON ressarciu a Conab o valor de R\$6.890,14.
SUREG PARAÍBA		
75) Processo n.º 021.068, de 6/3/2006 – Apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do notebook, marca AVENSIS, patrimônio n.º 71.317, de propriedade da Conab, cujo bem desapareceu da sala da Superintendência Regional da Paraíba/PB.		Processo concluído, com ressarcimento do bem, pela empresa de vigilância Emconvi Ltda.
SUREG PARANÁ		
80) Processo n.º 10.069/2003 – Apurar responsabilidades quanto a realização de despesas junto ao SAS, utilizadas indevidamente por Lindaura Aparecida da Silva, através do empregado Celso A. da Silva. Ato Sureg n.º 019, de 25/6/2003, prorrogado pelos Atos n.ºs 029, de 28/7 e 037, de 28/8/2003.	O responsável foi advertido administrativamente e o valor de R\$1.780,50 está sendo ressarcido em 12 parcelas mensais na folha de pagamento. Pagamento da 12ª última parcela no mês de janeiro/2006.	Processo concluído e encaminhado à Geadi em 9/5/2006, para arquivamento.
SUREG PERNAMBUCO		
90) Processo n.º 03.038/2006 – Ato Sureg n.º 05, de 30/1/2006. Apurar responsabilidade pela queima da máquina copiadora, Toshiba ED-1370, locada à Conab na UA-Macéio.		Pagamento de R\$1.650,00 efetuado através da OS n.º 078, de 28/11/2006.
SUREG SÃO PAULO		
108) Processo n.º 01.025/2006. Apuração de possíveis irregularidades nas Prestações de Contas de Adiantamentos de Viagens a Serviço, no âmbito da SUREG/SP.	O processo encontra-se arquivado.	Os empregados estão ressarcindo os valores recebidos indevidamente à Conab, bem como já receberam as penalidades administrativas.

Fonte: Conab/Presi/Coger

11.9– Informações acerca da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivas atas de reuniões (Conteúdo Específico – (Item 13 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006)

a) - Demonstrativo da remuneração paga aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

Mês	Conselho Fiscal	Conselho de Administração
Jan	4 818.07	9 636.06
Fev	4 818.07	8 030.05
Mar	4 818.07	10 546.07
Abr	4 818.07	9 636.06
Mai	6 426.44	9 640.86
Jun	4 819.27	9 638.46

Mês	Conselho Fiscal	Conselho de Administração
Jul	4.845,72	8.076,20
Ago	4.845,72	9.691,44
Set	5.087,61	6.783,48
Out	5.087,61	10.175,22
Nov	5.087,61	10.175,22
Dez	5.087,61	10.175,22
13º Salário	5.087,61	6.924,81

b) - Atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Os documentos solicitados estão inseridos no Anexo 2 (somente nas versões entregues ao TCU/CGU).

12 - Informações complementares ao Anexo II da DN/TCU nº 081/2006, em cumprimento ao item 3.3.3.4 da Norma de Execução/CGU nº 03, de 28 de dezembro de 2006.

a) Recomendações dos órgãos do sistema de controle interno: número do relatório, descrição da recomendação e providências adotadas.

As recomendações dos órgãos de Controle Interno constantes do relatório auditoria de avaliação da Gestão – Exercício 2005 – nº 176103, foram objeto de ações saneadoras por parte da Conab conforme Plano de Providências encaminhado à Secretaria Federal de Controle, pelo Ofício/Conab/Presi nº 676, de 01 de dezembro de 2006 e aditado pelo Ofício/Conab/Presi/nº 022, de 12 de janeiro de 2007.

b) Apuração de denúncias recebidas número: do processo, fato denunciado e providências adotadas.

Os atos comissivos ou omissivos, em princípio considerados irregulares e/ou ilegais, em que estejam envolvidos empregados da Companhia, são apurados por meio de **Processo Interno de Apuração** - Norma da Organização código 10.401.

Até 29/12/2006, encontravam-se em andamento de acordo com as informações da Corregedoria Geral da Conab e demonstrativo constante do **Anexo 3**, 108 processos envolvendo denúncias, lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, perdas, extravios ou outras irregularidades.

c) - Recursos Humanos:

- Quantitativo de Pessoal discriminado por unidade central/unidades descentralizadas, área meio/área fim, servidores efetivos/estagiários/terceirizados.**

Unidade Orgânica	Empregados Efetivos				Estagiários				Terceirizados			
	Unidade Central		Unidade Descentralizada		Unidade Central		Unidade Descentralizada		Unidade Central		Unidade Descentralizada	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
Processos Individualizados DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo 1												
AM	40	21		10	4				11	0	24	0
CE	147	32		47	8				8	0	37	0
GO	143	37		98	21				21	0	50	0
MG	43	42		61	26				4	0	30	0
MT	37	29		41	21				7	4	20	0
PE	164	26		42	5				13	0	4	0
PR	24	28		58	18				9	0	18	0
RO	21	14		20	11				7	0	9	0
RS	21	51		36	7				11	0	16	0
Subtotal	640	280	0	413	121	0	0	0	91	4	208	0
Processos Consolidados												
Matriz	640	212			46	16			134	0	0	0
SP	36	17		16	4	1	5	0	60	0	14	0
PA	27	18		18	7				11	0	17	0
RJ	125	16		18	7				0	0	56	0
PB	60	16		18	3				5	0	12	0
ES	71	14		22	3				0	0	20	0
SC	26	17		11	9				10	0	1	0
PI	93	16		38	7				4	0	20	0

Unidade Orgânica	Empregados Efetivos				Estagiários				Terceirizados			
	Unidade Central		Unidade Decentralizada		Unidade Central		Unidade Decentralizada		Unidade Central		Unidade Decentralizada	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
BA	52	31		26	17				2	2	11	0
RN	45	15		24	5				8	0	15	0
MA	68	20		34	10				6	0	27	0
MS	22	21		39	14				12	0	28	0
TO	19	14		12	10				8	0	9	0
Subtotal	1284	427	0	276	142	17	5	0	260	2	230	0
Total	1.924	707	0	689	263	17	5	0	351	6	438	0

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Supad/Sumep e Suregs

Obs: Unidade Central = Matriz e Sedes das Suregs

Unidade Descentralizada = Unidades Operacionais

Área Meio Matriz = Diafi, órgãos da Presi e Sumep – Área fim = Diges e Digem (exceto Sumep)

Área Meio Sureg = Gefad – Área fim = Superintendência (Gabinete), Geope, Gedes e Geose

Terceirizados = Locação de Mão-de-Obra (Limpeza, vigilância e outros contratos com locação de Pessoal).

• **Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade central/unidades descentralizadas e área meio/fim:**

Unidade Orgânica	Unidade Central		Unidade Decentralizada		TOTAL
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	
Processos Individualizados DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I					
AM	8	3		2	13
CE	10	7		9	26
GO	11	7		21	39
MG	12	7		16	35
MT	11	7		13	31
PE	10	7		3	20
PR	11	7		12	30
RO	6	4		4	14
RS	10	7		5	22
Subtotal	89	56	0	85	230
Processos consolidados					
Matriz	105	61			166
SP	11	6		5	22
PA	6	4		3	13
RJ	6	4		1	11
PB	6	4		2	12
ES	6	4		2	12
SC	10	7		4	21
PI	6	4		4	14
BA	10	7		6	23
RN	6	4		3	13
MA	6	6		5	17
MS	11	7		19	37
TO	6	4		3	13
Subtotal	195	122	0	57	374
TOTAL	284	178	0	142	604

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

Obs: Unidade Central = Matriz e Sedes das Suregs

Unidade Descentralizada = Unidades Operacionais

Área Meio Matriz = Diafi, órgãos da Presi e Sumep – Área fim = Diges e Digem (exceto Sumep)

Área Meio Sureg = Gefad – Área fim = Superintendência (Gabinete), Geope, Gedes e Geose

- Quantitativo de pessoal cedido e requisitado, com o detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas.

Unidade Orgânica	REQUISITADO	A DISPOSIÇÃO COM ÔNUS PARA A CONAB - DEC 4050	A DISPOSIÇÃO COM ÔNUS PARA A CONAB - LEI 10470	A DISPOSIÇÃO SEM ÔNUS PARA A CONAB - DEC 4050	TOTAL
Processos Individualizados DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I					
AM	0	0	13	0	13
CE	0	0	68	3	71
GO	0	2	67	4	73
MG	0	0	1	1	2
MT	0	0	10	0	10
PE	0	0	61	3	64
PR	0	0	1	0	1
RO	0	0	4	0	4
RS	0	0	12	0	12
Subtotal	0	2	237	11	250
Processos consolidados					
MATRIZ	4	111	111	8	234
BA	0	0	28	0	28
ES	0	1	31	2	34
MA	0	0	30	0	30
MS	0	0	0	0	0
PA	0	0	3	0	3
PI	0	0	22	0	22
PB	0	0	33	0	33
RJ	0	0	61	0	61
RN	0	0	12	0	12
SC	0	0	1	0	1
SP	0	0	4	1	5
TO	0	0	1	0	1
Subtotal	4	112	337	11	464
TOTAL	4	114	574	22	714

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

Do Pessoal cedido e requisitado, constam as seguintes pendências em relação aos empregados cedidos sem ônus para a Conab:

Unidade Orgânica	Órgão Requisitante	Empregados	Período	Valor (R\$) Atualizado até 31/12/2006	Providências Adotadas
Processos Individualizados DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I					
Sureg-CE	Câmara Mun. de Fortaleza	Fernando Vieira de Assis	mai/94 a mai/95	56.532,78	Inclusão no Cadin, Ação Judicial
Sureg-GO	Sec. Est.Trabalho - GO	Laércio Peixoto Ferrante	nov/06	14.886,40	Cessão em vigor
	Prefeitura Rio Verde - GO	Sidnei de Souza e Silva	set a nov/06	56.818,38	Cessão em vigor - aguar. prazo inclusão Cadin
	Sec. Est. das Cidades -GO	Joaquim Araújo dos Santos	jun/06 a nov/06	14.962,20	Cessão em vigor - aguar. prazo inclusão Cadin
Sureg-PE	Governo Estado PE	Caio Mário M. C. Oliveira	fev/05 a nov/06	136.704,18	Cessão em vigor - aguar. prazo inclusão Cadin
Processos consolidados					
MATRIZ	Câmara Legislativa do DF	José Angelino Barbosa e Raimundo Pessoa de A Neto	set/91 a mai/98, Dez/00 e abr/02 e ago/02 a abr/98 e dez/00	183.256,19	Inclusão no Cadin, Ação Judicial
	Cibrius	Evaldo F de Oliveira, Fernando J. Sales e José Pereira Rocha	jun/01 a dez/02	348.257,43	Aguardando resultado de Recl. Trab./ Suspensão p/decisão judicial
	Sec.Meio Amb.- SEMAR	Nilva Claro Costa	nov/06	14.691,41	Cessão em vigor
	AG. Nac. Aguas	Marly Terrel de M Soares	Somente Correções	82.086,60	Inclusão no Cadin e Rem. Cobrança Judicial
	Rede Ferr.Federal DF	Asdrubal Silva de Oliveira	mai/04 a nov/06	335.469,72	Cessão em vigor - Emp. Liquidação - Negoc. Deb
TOTAL				1.243.665,29	

- **Informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.**

O atendimento a esta solicitação está registrado no item 11.4 do Capítulo 11 do presente relatório.

d) Diárias: valores pagos relativos a diárias iniciadas no final de semana (incluindo a sexta-feira e excluindo o domingo) ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados da viagem.

As informações requeridas constam do demonstrativo detalhado inserido no Anexo 4, apresentado por Matriz e Superintendências Regionais.

Foram adicionados ao referido anexo, demonstrativo complementar com os valores totais recebidos por favorecido, além de quadro comparativo das diárias nacionais e internacionais concedidas nos exercícios de 2004/2005/2006.

12.1 - As informações sobre as unidades gestoras criadas para o gerenciamento de projetos financiados com recursos externos serão incluídas no relatório de gestão da unidade jurisdicionada a que estão vinculadas estas UG específicas, na forma definida na alínea 8 do Item I do Anexo X da DN/TCU nº 81/2006. (Item 3.3.3.5 da **Norma de Execução/CGU nº 03, de 28 de dezembro de 2006**).

Não houve ocorrências.

Fonte: Siafi

12.2 - Referências Adicionais - Anexo IX da Norma de Execução/CGU nº 03, de 28 de dezembro de 2006.

a) As informações solicitadas e que complementam o item 2 do Anexo II da DN TCU 81/06 (Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários) estão contempladas nos Capítulos 2 e 4 (quadro 4.64) do presente relatório.

b) No que se refere às informações adicionais ao item 4.1 do Anexo II da DN TCU 81/06, registramos:

b.1) informações relacionadas aos programas de maior materialidade

Tomando-se por base os valores aprovados na LOA/2006 o Programa Abastecimento Agroalimentar absorve cerca de 98,36% dos recursos orçamentários destinados à Conab, conforme registrado no Quadro b.1.1 e possui as seguintes características básicas:

- *Objetivos:*
 - contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo;
 - formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

- **Público-alvo:** é composto pelos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.
- **Justificativa:** Ele se justifica por ser a agropecuária uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas, incertezas quanto a comercialização e preços instáveis. Estes atingem mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo. A presença do Governo é fundamental para garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar, contribuir para a estabilidade do sistema econômico e para a oferta de alimentos para a população, e de assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.
- **Ações orçamentárias:** As ações desenvolvidas pela Conab estão agrupadas em três Programas de Trabalho que, por sua vez, se distribuem em 23 Ações, conforme registrado no Capítulo 2 deste Relatório. As Ações de maior relevância neste Programa, considerando o volume de recursos alocados são:
 - Formação de Estoques Públicos: busca propiciar o aumento e a diversificação da produção agrícola nacional, a manutenção da renda do agricultor rural, o abastecimento interno e o controle de preços de produtos agropecuários
 - Gestão e Administração do Programa: envolve as despesas de custeio e manutenção da Companhia, assim como de pessoal e investimentos.
- **Metas físicas e financeiras** previstas na Lei Orçamentária, cotejando-as com a proposta inicial encaminhada à setorial de orçamento;

O quadro b.1.2 apresenta os valores propostos pela Conab à época da elaboração da programação orçamentária para o exercício de 2006, os quais não foram acatados em sua totalidade em função dos limites impostos pelos órgãos central e setorial de orçamento.

Quadro b.1.1
Programação Orçamentária

Programa/Ação	Dotação Orçamentária-2006 (Em R\$) (*)	Participação (%)
Programa Abastecimento Agroalimentar	2.555.950.308	98,35
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	8.456.964	0,33
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	1.700.000	0,07
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	4.800.000	0,18
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	10.900.705	0,42
Formação de Estoques Públicos	2.159.000.000	83,08
Operacionalização da Comercialização de Produtos	3.800.000	0,15
Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	1.257.293	0,05
Aquisição de Produtos para Comercialização	100.000.000	3,85
Gestão e Administração do Programa	221.755.424	8,53
Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	250.000	0,01
Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	10.000.000	0,38
Publicidade de Utilidade Pública	300.000	0,01
Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	400.000	0,02
Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	200.000	0,01
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	200.000	0,01
Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia -MG	14.925.000	0,57
Contribuição à Previdência Privada	18.004.922	0,69
Gestão da Política Agropecuária	2.600.000	0,10
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.600.000	0,06
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	1.000.000	0,04
Operações Especiais	40.079.950	1,54
Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	60.000	0,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	40.000.000	1,54
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	19.950	0,00
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	123.602	0,00
Total	2.598.753.860	100,00

(*) Valores aprovados na LOA/2006 (não inclui valores decorrentes de créditos adicionais).

Quadro b.1.2
Proposta Orçamentária Solicitada X Orçamento Aprovado

Programa/Ação	Dotação Proposta		Dotação Aprovada (*)		Variação (%)	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
Programa Abastecimento Agroalimentar	-	3.561.438.031	-	2.555.950.308	-	-28,23
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	20.196 pessoas beneficiadas	15.882.000	20.196 pessoas beneficiadas	8.456.964	-	-46,75
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	590 empregados	2.592.000	590 crianças atendidas	1.700.000	-	-34,41
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	3.366 Servidores beneficiados	9.930.000	3.366 servidores beneficiados	4.800.000	-	-51,66
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.366 servidores beneficiados	22.386.000	3.366 servidores beneficiados	10.900.705	-	-51,31
Formação de Estoques Públicos	3.467.400 toneladas adquiridas	2.930.000.000	3.467.400 toneladas adquiridas	2.159.000.000	-	-26,31
Operacionalização da Comercialização de Produtos	35 Serviços prestados	6.000.000	35 serviços prestados	3.800.000	-	-36,67
Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	8.200.000 toneladas fiscalizadas	1.420.000	8.200.000 toneladas fiscalizadas	1.257.293	-	-11,46
Aquisição de Produtos para Comercialização	52.000 toneladas adquiridas	100.000.000	52.000 toneladas adquiridas	100.000.000	-	-
Gestão e Administração do Programa	-	402.603.031	-	221.755.424	-	-44,92
Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	150 pessoas capacitadas	400.000	150 pessoas capacitadas	250.000	-	-37,50
Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	40 UAs reformadas e modernizadas	15.000.000	40 UAs recuperadas e modernizadas	10.000.000	-	-33,33
Publicidade de Utilidade Pública	-	1.000.000	-	300.000	-	-70,00
Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	11.600 UAs cadastradas	500.000	11.600 UAs cadastradas	400.000	-	-20,00
Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	250.000 toneladas vistoriadas	400.000	250.000 toneladas vistoriadas	200.000	-	-50,00
Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	1.500 Unidades de varejo organizadas	400.000	1.500 Unidades de varejo organizadas	200.000	-	-50,00
Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia -MG	80% de execução física	14.925.000	80% de execução física	14.925.000	-	-
Contribuição à Previdência Privada	-	38.000.000	-	18.004.922	-	-52,62
Gestão da Política Agropecuária	-	5.170.000	-	2.600.000	-	-49,71
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3.654 empregados capacitados	3.500.000	3.654 servidores capacitados	1.600.000	-	-54,29
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	6 pesquisas realizadas	1.670.000	6 pesquisas realizadas	1.000.000	-	-40,12
Operações Especiais	-	40.235.000	-	40.079.950	-	-0,39
Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	-	60.000	-	60.000	-	-
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	-	40.000.000	-	40.000.000	-	-
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	-	25.000	-	19.950	-	-20,20
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	-	150.000	-	123.602	-	-17,60
Total	-	3.689.609.000	-	2.598.753.860	-	-29,57

(*) Valores aprovados na LOA/2006 (não inclui valores decorrentes de créditos adicionais).

b.2) O quadro b.2.1 a seguir demonstra por modalidade de licitação, os dez (10) maiores contratos firmados pela Conab no exercício de 2006, dividindo as informações em dois grupos a saber: Superintendências Regionais com processos de prestação de contas individualizados e Unidades Jurisdicionadas com processo consolidado.

Unidade Orgânica	Dispensa	Inexigibilidade	Convite	Pregão	Tomada de Preços	Concorrência
Processos Individualizados DN/TCU/ nº 81/2006, Anexo I						
AM		Outros Serviços de Terceiros-.PJ Processo nº 18.036/2006 – Vision Clínica de Olhos Ltda - atendimento oftalmológico - R\$16.000,00		Locação de. Mão-de-Obra -Processo nº 18.035/2006, vigilância armada das Unidades SEDE Sureg/AM e UA Manaus - R\$326.700,00		
		Outros Serviços de Terceiros-.PF - Processo nº 18.159/2006 – Dra. Diana Auzier Batista - atendimento odontológico - R\$16.000,00				
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ – Processo nº 18.160/2006 – Clínica de Manaus Médica, para atendimento odontológico -R \$16.000,00				
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ– Processo nº 18.356/2006 – Corpus Clínica de Fisioterapia Ltda - para atendimento de fisioterapia – R\$16.000,00				
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ – Processo nº 18.357/2006 – Centro de Diagnóstico Oftalmológico da Amazônia - atendimento oftal. R\$16.000,00				
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ- Processo nº 18.384/2006 – Centro Oftalmológico São Domingos - atendimento oftalmológico – R\$16.000,00				
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ – Processo nº 18.403/2006 – Clínica e Hospital São Sebastião - atendimento médico - R\$16.000,00				

Unidade Orgânica	Dispensa	Inexigibilidade	Convite	Pregão	Tomada de Preços	Concorrência
CE				Locação de. Mão-de-Obra - Processo nº04.045/2003 -Fortaleza Segurança Ltda - vigilância armada - Sureg e da Uas - R\$ 497.247,84.	Outros Serviços de Terceiros-.PJ – Processo nº 04.915/2005 – Francisco Rubemar Borges -medicina e segurança do trabalho (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO) - R\$ 44.988,00	
GO			Obras e Instalações – Processo nº 09.0186/2006 – serviços de construção civil na UA de Brasília/DF, no valor de R\$59.930,04		Obras e Instalações – Processo nº 00.0899/2006 – construção civil na UA de Porteirão/GO, (materiais, componentes, reforço, pintura fundo e acaba. dos cones de cobertura dos 12 conjuntos de silos metálicos, bem como, a construção de cobertura nas laterais do silo de expedição rodoviária) R\$84.331,56	
					Obras e Instalações – Processo nº 00.0941/06 reforma dois secadores KW e elevadores KW – e instalação de retentores - Palmeiras GO R\$ 150.593,68	
MG	Outros Serviços de Terceiros-.PJ – Processo nº 02.091/1983 – ATHENABANCO Fomento Mercantil LTDA - locação salas (101 a 110 e 301 a 310) onde a Sede da Sureg/MG está instalada R\$89.530,44)		Obras e Instalações – Processo nº 08.200/1997 – instalação do sistema de termometria na UA Uberlândia - R\$74.707,00.			
	Obras e Instalações – Processo nº 08.269/2006 – WidiTec Ltda, instalação de um painel de instrumentação na sala de comando silo búfalo da UA Uberaba (valor de R\$55.000,00).		Obras e Instalações – Processo nº 08.286/2006 – Construção do escritório e refeitório da UA Uberaba - R\$93.028,89)			
			Outros Serviços de Terceiros- PJ – Processo nº 08.455/2006 – contrato de projetos em obras da SEDE Sureg/MG. R\$39.900,00			

Unidade Orgânica	Dispensa	Inexigibilidade	Convite	Pregão	Tomada de Preços	Concorrência
MT			Obras e Instalações - processo nº 12.282/2006 - Projetos de arquitetura e prevenção de combate a incêndio - valor do contrato: 37.996,20			
			Obras e Instalações - processo nº 12.423/2006 - Construção de Cerca em mourões de concreto na UA/Alta Floresta - MT - valor do contrato: 55.913,91			
	Material de Consumo - processo 12.445/2005 - Aquisição de 33.000 Litros de óleo diesel, de maneira fracionada - valor do contrato: R\$ 67.320,00.- contratado: Posto Rondonópolis Locatelli Ltda.					
PE	Obras e Instalações - Processo nº 03.034/2006 - reconstrução do muro aos fundos da Sede da Sureg-PE R\$27.008,29.			Outros Serviços de Terceiros-.PJ - Processo nº 03.529/2006, frete para transporte e remoção de 2.440.000 Kg de açúcar cristal da Sureg-PE, para diversas regionais. Valor do Contrato R\$409.900,00.		
PR			Obras e Instalações - Processo nº 10232/2005 - instalação do sistema de proteção de descargas elétricas na UA Cambé R\$32.374,20		Obras e Instalações - Processo nº 1329/2005 - reforma e instalações civis da UA Curitiba - de R\$234.664,20	
			Obras e Instalações - Processo nº 10064/2005 - instalação do sistema de proteção de descargas elétricas na UA Rolândia R\$51.401,91		Obras e Instalações - Processo nº 667/2006 - substituição de 5 portas frigoríficas da UA Curitiba - R\$98.450,00	
					Obras e Instalações - Processo nº 672/2006 - fechamento frontal das plataformas da UA Curitiba R\$299.965,98	
					Obras e Instalações - Processo nº 673/2006 - substituição total do sistema de tetos da UA Curitiba R\$346.343,90	

Unidade Orgânica	Dispensa	Inexigibilidade	Convite	Pregão	Tomada de Preços	Concorrência
RO					Obras e Instalações – Processo nº 19.020/2005, Concreto Construção Ltda - construção civil para a sede da SUREG-RO e Anexos I e II. valor do contrato R\$286.699,98.	
RS	Outros Serviços de Terceiros-PJ – Processo nº 06.0512/2006, advocacia para atuação nas áreas cível e trabalhista. R\$54.600,00				Obras e Instalações– Processo nº 0434/2006 - obras de construção civil necessárias à recuperação e recapeamento da pavimentação asfáltica do arruamento interno do armazém frigorífico Cororel Augusto Álvaro Leitão. R\$ 240.733,40.	
Processos consolidados						
MATRIZ				Passagens - Processo 1935/06 - Passagens Aéreas - R\$ 754.400,00		
				Material de Consumo - Aquisição Produtos Químicos - Fosfeto - R\$632.520,00		
		Outros Serviços de Terceiros-.PJ Processo 2317/05 - Correios - Serca/Malote - R\$360.000,00		Outros Serviços de Terceiros-.PJ - Processo 0256/2006 - Organização de Eventos- R\$300.000,00		
	Material de Consumo - Processo 0895/06 - Fornecimento de Combustível - Disbrave - R\$80.043,60	Outros Serviços de Terceiros-.PJ- Processo 2365/06 - ECT - Comercialização de produtos postais, serviços postais, telemáticos e adicionais - Nacional e internacional - R\$ 67.000,00				
	Outros Serviços de Terceiros-PJ Processo 0792/06 - Transporte de Gêneros Alimentícios - Mercosul Transp. e Log. Ltda R\$52.000,00	Outros Serviços de Terceiros-.PJ - Processo 0504/06 - Licença de Uso Software SCRIPTCASE (Prazo indeterminado) - Netmake Soluções em Informática Ltda - R\$58.000,00				

Unidade Orgânica	Dispensa	Inexigibilidade	Convite	Pregão	Tomada de Preços	Concorrência
PA	Aquisição de Bens para revenda - Processo 07-047/06 - Transporte 900 ton. Alimentos Min. Integração/Def. Civil Desabrigados Acre - R\$342.000,00					
	Aquisição de Bens para revenda - Processo 07-405/06 - Confeção e Transporte de 4.000 Cestas de alimentos do estoque Min. Integração - R\$54.497,50					
PI	Obras e Instalações - Processo 20-208/06 - Reforma Ua Teresina - REFFSA - R\$28.957,90		Obras e Instalações - Processo 20-042/06 - Reforma Ua Teresina - Distrito Industrial - R\$58.218,44			
RJ				Outros Serviços de Terceiros-.PJ- Processo nº 02-012/06 - Coleta de Lixo Hortomercados - Humaitá - Leblon e Lyra Tavares - R\$325.164,00	Obras e Instalações - Processo 02-087/06 - Reforma Sureg - R\$198.877,55	
				Locação de. Mão-de-Obra - Processo nº 02-189/05 - vigilância - R\$546.650,60		
RN			Obras e Instalações - Processo 16-329/06 - Obras UA Natal Caiapós - R\$58.437,93			
SP			Obras e Instalações - Processo 01-032/06 - Pavimentação Ua Bauru - R\$69.449,50	Locação de. Mão-de-Obra - Processo 01-151/03 - Vigilância - R\$434.239,20		
			Obras e Instalações - Processo 01-033/06 - Reforma Escritório Ua Bauru - R\$49.405,69			
TO				Outros Serviços de Terceiros-.PJ- Processo 14-0050/06 - Braçagem - Carga e Descarga Ua Rio Formoso e Araguaina - R\$236.400,00		

c) Em relação aos principais bancos de dados utilizados pela Companhia, as informações estão descritas conforme solicitado, no Capítulo 5 deste Relatório, que trata das Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas.

d) No que se refere às informações complementares ao Capítulo 6 que trata de transferências de recursos (convênios e outros meios), especificamente a saldos das contas de convênios, esclarecemos que, no âmbito da Matriz e Superintendências Regionais, não existe nenhum convênio com prazo expirado.

e) Quanto às informações pertinentes ao uso de cartão de crédito, conforme registrado no Capítulo 11-item 11.3, a Conab não utiliza.

13 – Glossário

ABC	Agência Brasileira de Cooperação (ABC) integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.
Ação (PPA)	Conjunto de Operações, cujo produto contribui para os objetivos dos programas.
AGF	Aquisição do Governo Federal – instrumento de aquisição do produto pelo preço mínimo de garantia do Governo Federal. Para se beneficiar deste instrumento, o produtor deverá depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado pela Conab, limpo, seco e classificado.
AP	Abaixo do Padrão
Armazéns Cadastrados	Armazém cadastrado junto à Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades, registrando sua capacidade e qualificação técnica.
Armazéns Credenciados	Armazéns aptos a operar com os estoques da PGPM. O Credenciamento objetiva habilitar as unidades armazenadoras cadastradas, para prestação de serviços de Armazenagem; para tanto a Conab realiza vistoria na Unidade, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações Conab.
Armazéns Descredenciados	Armazéns excluídos do rol de armazenadoras habilitadas a receber produtos, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques.
Armazéns Impedidos	Armazéns que não podem receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do Governo Federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia.
AS	Ato de Superintendência
BSC	Balanced Scorecard (BSC). Sistema de informações que ajuda a traduzir a estratégia em ação. Por ele a alta direção dispõe de uma visão compreensiva e integrada do desempenho e, simultaneamente, de um processo contínuo de avaliação e atualização da estratégia da empresa.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
Cadastramento Técnico	Armazéns credenciados que não assinaram/renovaram o Contrato de Depósito.
Cadastramento Técnico/Jurídico	Armazéns credenciados com Contrato de Depósito.
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CDA	Cadastro de Armazém
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
CEASA	Centrais de Abastecimento
CECAFE	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
Ciclo de bianuidade	Ciclos que se repetem de um ano de baixa produção e o ano subsequente de boa produção
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMV	Custo de Mercadoria Vendida
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COF	Coordenação de Orçamentos e Finanças

COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho de Administração da Conab
COP-8	Convenção sobre Diversidade Biológica
Contrato de Depósito	Contrato firmado entre a Conab e unidades armazenadoras privadas para garantia dos estoques públicos
Contrato Público de Opção de Venda	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor e/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra a queda dos preços.
Desclassificado	Produto impróprio para o consumo humano
Desvio	Retirada ou venda do produto dos estoques públicos sem autorização/conhecimento da Conab.
DIAFI	Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira
DIGES	Diretoria de Gestão de Estoques
DIRF	Desenvolvimento do Sistema de Informações para DIRF-SIDIRF, em plataforma web
DRE	Demonstração de Resultados do Exercício
EGF	Empréstimo do Governo Federal. Trata-se de financiamento concedido por agente financeiro que opere com crédito rural, ficando o produto físico depositado como garantia do empréstimo. Esse mecanismo permite ao produtor esperar um preço melhor para vender a sua produção. Essa modalidade de crédito é disciplinada pelo Capítulo 4, Seção 1, do Manual de Crédito Rural do Banco Central (MCR 4-1), atualizado pelas Resoluções CMN/BACEN nº 3.083 e 3.085, de 25/06/2003.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Estoques de Passagem	Estoque existente no fim do exercício.
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social.
FEMI	Festa Estadual do Milho
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, criado pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, gerido pelo Ministro da Indústria e do Comércio com auxílio do Conselho Nacional de Política Cafeeira.
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) – foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de ‘projeto NAVSTAR’.
HPS	Hyperion Performance Scorecard - é uma solução para análise de negócios, que permite monitorar o desenvolvimento das ações operacionais em relação aos objetivos estratégicos.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPP	Índice de Preços Pagos aos Produtores Rurais
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISS	Imposto sobre serviço
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Lei de Armazenagem	LEI Nº 9.973, de 29 de maio de 2000

Lei de Responsabilidade Fiscal	Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que regulamento os artigos 163 e 169 da Constituição Federal de 1988 e tem por objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade da gestão fiscal.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Matriz	Sede da CONAB em Brasília/DF
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MP	Ministério do Planejamento.
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTO	Manual Técnico de Orçamento
MODIS	Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer
NOAA	Modelo agrometeorológico-espectral Pag 114 Arquivo 8 – outras ações
NDVI	Índice de Vegetação por Diferença Normalizada
OFF-LINE	Unidade que não possui condições técnicas de acesso ao SIAFI. Para dispor de informações esta UG se utiliza de sua unidade Pólo de Digitação
ON-LINE	Unidade que tem acesso direto às informações do SIAFI, seja para consultas ou para entrada de dados, por seus próprios operadores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos. Visa incentivar a Agricultura Familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários, para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.
PAR	Planos de Ação Regionais
PASEP	AM arquivo 06 – gestão orçamentária pag 6
PAT	Programa de Alimentação ao Trabalhador
PDL	Programa de Desenvolvimento de Lideranças
PEP	Prêmio para Escoamento de Produto - Objetiva garantir ao produtor o preço mínimo ou o preço de exercício da opção, sem que o Governo tenha a necessidade de adquirir o produto por meio de AGF. Além disso, com esse mecanismo o Governo pode conduzir uma política de complemento do abastecimento para regiões com déficit de abastecimento. Para efeito de operação, o Governo oferece em leilões públicos, por intermédio da CONAB, um prêmio correspondente ao diferencial entre o preço mínimo ou de exercício da opção e o preço de mercado, de modo que o produtor receba o valor da garantia, e o comprador pague o preço de mercado. A diferença, que representa o prêmio, é apropriada pelo Governo. Todos os produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM podem ser beneficiários do PEP.
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PEPRO	É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.
PESOJA	É uma subvenção econômica governamental concedida ao comprador que comprovar a aquisição de produto de produtores rurais e/ou suas cooperativas, pelo valor de referência e o seu escoamento, nas condições e abrangências previstas no Regulamento deste Instrumento e no Aviso específico, divulgado com antecedência de cinco dias úteis antes do leilão eletrônico
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos estabelecida pelo Decreto-Lei nº 79/66, que atribuiu à União a responsabilidade das normas para a fixação de Preços Mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários.
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PIB	Produto Interno Bruto
Plano Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc.
PMBok	Project Management Book
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual.
Preço de Exercício	O preço de exercício é equivalente ao preço mínimo vigente para cada produto/região, acrescido de custos financeiros e carregamento de despesas com armazenagem referente à 1ª (primeira) quinzena de vencimento.
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros, estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por meio de Decreto Presidencial, após aprovação de Voto do Conselho Monetário Nacional - CMN, e servem de base para aquisição (AGF)
PRESI	Presidência da Conab
Programa (PPA)	Instrumento de organização da atuação governamental.
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
Quadro de Suprimento	Quadro demonstrativo onde consta a produção, consumo, importação, exportação e saldo de passagem de diversos produtos agrícolas.
Quilombolas	Famílias remanescentes dos Quilombos
RAE	Reunião de Análise Estratégica
REDIR	Reunião de Diretoria
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
SGAS	Setor de Grandes Áreas Sul
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Armazéns
SIGABrasil	O Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira-SIGABrasil. Projeto sob a coordenação da Gerência de Geotecnologia da Conab - GEOTE, destina-se a dar suporte ao agronegócio brasileiro mediante integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio visando maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.
SIMA	Sistema de Informação do Mercado Agrícola
SIMAB	Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil
SOF	Secretaria de Orçamento Federal.
SOV	Sem opção de venda
SPA/MAPA	Secretaria de Política Agrícola do MAPA
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC/MAPA	Secretaria de Produção e Comercialização do MAPA.
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUREG	Superintendência Regional

TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Armazenadora
UC	Unidade de Comercialização
UF	Unidade da Federação
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNISUPER	Rede União Gaúcha de Supermercados, Atacados e Distribuição de Alimentos, sediada em Porto Alegre-RS
UP	Unidade de Processamento
UG	Unidade Gestora
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
Unidade Executora	Realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial, cujo titular está sujeito a prestação de contas anual
Unidade Credora	Unidade administrativa identificadora de entidades credoras especiais do Governo Federal, bem como de outros controles administrativos internos da administração pública
Unidade de Controle	Unidade administrativa identificadora de entidades de controle do Governo Federal
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio de venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos a preços de mercado.
VEP	Valor para o escoamento do produto.
WEB	World-Wide Web é a interface gráfica da Internet. Serviço que oferece acesso, através de hiperlinks, a um espaço multimídia da Internet.